



EDIÇÕES
ELECTRÓNICAS
CEAUP

O MOVIMENTO OPERÁRIO EM LOURENÇO MARQUES 1898-1927

José Capela



**O MOVIMENTO OPERÁRIO EM
LOURENÇO MARQUES 1898-1927**

O MOVIMENTO OPERÁRIO EM LOURENÇO MARQUES 1898-1927

José Capela

O MOVIMENTO OPERÁRIO EM LOURENÇO MARQUES 1898-1927

Autor: José Capela

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-books

Edição: 1.^a (Julho/2009)

ISBN: 978-989-8156-16-7

Localização: <http://www.africanos.eu>

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

<http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
NOTAS	20
.01 A IDEOLOGIA	21
1.1. O Racismo	39
1.2. O Colonialismo	48
NOTAS	54
.02 A IMPRENSA	56
2.1. Os Simples	58
2.2. O Germinal	62
2.3. O Emancipador	69
NOTAS	87
.03 AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE	89
3.1. Organizações Unitárias	91
3.2. Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques	111
3.3. Associação Marítima	116
3.4. Associação de Classe dos Empregados de Tracção dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques	117
3.5. Associação do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques	118
3.6. Sindicato do Pessoal da Repartição Eléctrica do Porto de Lourenço Marques	121
3.7. Associação de Classe dos Operários da Construção Civil	122
3.8. União dos Trabalhadores Africanos	125

3.9. Associação de Classe dos Condutores e Guarda-Freios dos Eléctricos de Lourenço Marques	126
3.10. Associação das Artes Gráficas de Lourenço Marques — Associação de Classe	127
3.11. Associação dos Funcionários Cíveis do Estado da Província de Moçambique	133
3.12. Associação dos Pequenos Agricultores da Província de Moçambique	136
3.13. Associação de Classe dos Operários Metalúrgicos	140
3.14. Associação de Classe dos «Chauffeurs» da Província de Moçambique	140
3.15. Grémio Telégrafo-Postal	141
3.16. Associação de Classe dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura de Moçambique	141
NOTAS	142

04. O COOPERATIVISMO E O MUTUALISMO	148
4.1. Cooperativa Moçambicense	148
4.2. Sociedade Cooperativa dos Funcionários de Moçambique	149
4.3. Cooperativa Operária de Lourenço Marques	149
4.4. Cooperativa Popular da Província de Moçambique	151
4.5. Cooperativa dos Funcionários Cíveis e Militares de Inhambane	152
4.6. Caixa de Socorros da Direcção do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques	152
4.7. Secção de Socorros Mútuos da Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques	153
4.8. Montepio Ferroviário	153
4.9. Caixa de Socorros do Pessoal da Imprensa Nacional de Moçambique	157
4.10. Caixa de Auxílio aos Empregados dos Correios e Telégrafos da Província de Moçambique	158
4.11. Associação de Mútuo Auxílio dos Operários Indianos de Lourenço Marques	158

4.12. Associação de Operários Chineses Beneficente	
Boa União	159
NOTAS	160

05. AS GREVES	162
5.1. Pessoal dos Carros Eléctricos — 1911	162
5.2. Carroceiros — 1911	163
5.3. «Greve dos Machambeiros Chinas» — 1913	164
5.4. Pessoal dos Rebocadores — 1913	164
5.5. Pessoal dos Carros Eléctricos — 1916	165
5.6. Pessoal dos Carros Eléctricos — 1919	165
5.7. Estivadores do Porto de Lourenço Marques — 1919	166
5.8. Metalúrgicos da Casa Le May — 1919	167
5.9. Pescadores da Inhaca — 1920	167
5.10. Pessoal dos Carros Eléctricos — 1920	168
5.11. Alfaiates — 1920	168
5.12. Pessoal da Imprensa Africana — 1920	169
5.13. Metalúrgicos da Casa David George — 1921	169
5.14. Pessoal dos Carros Eléctricos — 1923	169
5.15. Marítimos — 1924	169
5.16. Pessoal da Companhia do Niassa — 1924	170
5.17. Greves Ferroviárias	171
5.18. Greve de 1920	179
5.19. Greves de 1925 e 1926	187
5.20. Greve Geral — Beira, 1925	195
5.21. Pessoal da The Delagoa Bay Development Corporation Limited	197
5.22. Estivadores de Lourenço Marques	198
5.23. Ferroviários e Portuários de Lourenço Marques	199
5.24. Funcionários da Companhia de Moçambique	214
5.25. Tripulantes do «Garth Castle»	217
NOTAS	

219

06. AS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO DE MAIO	229
6.1. Grupo Desportivo 1.º de Maio	233

6.2. As Oito Horas de Trabalho	234
NOTAS	236
07. O CONGRESSO DAS CLASSES TRABALHADORAS NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE	237
7.1. Fundamento	242
7.2. Defesa da Pequena Agricultura	246
7.3. A Maçonaria	248
NOTAS	252
08. A CASA DOS TRABALHADORES	253
NOTAS	258
09. O PATRONATO DO TRABALHO	259
NOTAS	262
10. A CARBONÁRIA DE LOURENÇO MARQUES	263
NOTAS	274
11. O CENTRO SOCIALISTA	277
NOTAS	285
12. O GRUPO LIBERTÁRIO FRANCISCO FERRER	286
NOTAS	288
BIBLIOGRAFIA	289

INTRODUÇÃO

Poderá afigurar-se de contraditório deixar escrito⁽¹⁾ não ter havido, nas colónias, portuguesas de África, um verdadeiro proletariado actuante e vir agora a público nada mais nada menos do que com a história de um movimento operário em Moçambique.

Presumo que resulta claro da análise dos factos inventariados não poder levar-se à conta de uma genuína acção africana o movimento operário objecto das páginas seguintes. Porque não é, definitivamente, africano e porque nada tem a ver com o fenómeno colonial. Para além da circunstância de lugar, a actividade militante desenvolvida exhibe mesmo a peculiaridade de se reclamar de um europeísmo sem equívocos e de nem sequer ter enfrentado contradições susceptíveis de a levarem a enraizar-se no húmus das peculiares relações económicas e sociais localmente emergentes. A tal propósito, é curioso constatar, como os trabalhadores portugueses em Moçambique se limitaram a aferir as suas lutas e, sobretudo, os seus projectos, pelos precedentes metropolitanos, ao contrário do débil núcleo da burguesia colonial local, esta tão depressa a ensaiar os primeiros passos como, de imediato, a reivindicar autonomia frente aos poderosos émulos do Porto e de Lisboa.

É verdade que, uma que outra vez, fugazmente, os trabalhadores foram afrontados pela realidade africana, em polémicas de jornal. Como se verá, a resposta foi de mau pagador, passando sobre a questão fundamental como gato sobre brasas e, ainda aí, deixando o rasto claro da mentalidade eurocêntrica incorrigível de que nunca se libertaram. De facto, o sistema colonial nunca foi posto em causa, muito menos alguma vez este pequeno grupo de aguerridos militantes operários se deu conta da sua integração no mesmo sistema. Se foram férteis, em escritos e na acção, a equacionar a oposição capital-trabalho, se assumiram a *praxis* da luta de classes,

fizeram-no nos precisos termos de quem, tendo embora a seu lado um subproletariado crescente, o ignorava olímpicamente, arredando-o, com a melhor das consciências, do palco da História.

Este movimento operário não ultrapassou aquilo que se, poderá olhar, agora em contornos suficientemente nítidos, como quisto portas adentro da sociedade colonial, por esta circunscrito, e só a ela dizendo respeito. Nem explícita nem implicitamente se viu afrontado ou afrontou o sistema colonial, não conheceu a sociedade africana que lhe subjazia como subjazia e servia de lastro a toda a sociedade colonial local e, menos ainda, se apercebeu de que, em subordinação global, emergia do sistema em processamento um proletariado, afinal outro, com o qual jamais se encontraria.

Um tímido ensaio no sentido de congregar os trabalhadores ditos africanos e a integração nominal de todos os tipógrafos da Imprensa Nacional na associação de classe respectiva não obtiveram qualquer expressão de representatividade. Porque a União dos Trabalhadores Africanos não terá passado de uma boa e mimética intenção de europeizados e porque o caso dos gráficos não ultrapassou a preocupação estatística. Aliás, dentro desta Associação, não faltaram manifestações de racismo.

O porquê de tudo isto evidencia-se através dos factos contados ao longo das páginas que se seguem. Era a prevalência da ordem social dominante a absorver, para dentro de si, drasticamente, os elementos do estrato europeu, sem excepção incapacitados todos de se darem conta da verdadeira substância do sistema de que eram parte integrante.

Se a fragilidade das associações de classe, das cooperativas e de outras iniciativas dos trabalhadores se explicam por isso mesmo e pelo número exíguo de militantes, já certas acções, tais como as greves ferroviárias e a própria imprensa operária, esta a ombrear com a imprensa burguesa ao longo de mais de duas décadas, dão bem a medida da importância de que o movimento se revestiu. Pelo que não pode deixar de figurar na história local e na história dos movimentos operários em geral. Até porque se os protagonistas da acção em pauta não conseguiram identificar os contornos do sistema colonial que os envolvia, isso mesmo se ficou a dever, em grande parte, à perspectiva que os dominava da inserção da sua luta na estratégia da revolução universal.

De qualquer maneira, presumimos, para o tema circunscrito nestas páginas, a importância digna da atenção que merecem a história social da colonização portuguesa e a história de Moçambique.

Um dado indispensável à interpretação cabal do fenómeno em apreço seria o do desenvolvimento demográfico, assim como o da quantificação e qualificação das formações sociais em presença. Tendo porém em conta a informação disponível numa área e num período em que está quase tudo por fazer, a começar pela investigação empírica mais elementar, lançar-se alguém em projecto de tal envergadura, desprovido de profissionalismo, de equipa, de meios e de tempo, seria loucura rematada. Deixando portanto de parte o, por ora, impossível trabalho de síntese e de análise para além das hipóteses avançadas ao longo dos textos seguintes, para aqui se carrea, não obstante, alguma informação incipiente dentro dos tópicos referidos. Dados susceptíveis de indiciarem, com algum suporte, a fragilidade das formações sociais que fizeram a vida e a história das primeiras décadas de novecentos, em Lourenço Marques.

Ao dobrar do século a capital de Moçambique, que o era oficiosamente apenas de fresca data⁽²⁾, não passava de uma pequena cidade, marcada embora por algum cosmopolitismo que lhe advinha do porto e do trânsito para o Transval.

Em 1862 os europeus, portugueses e estrangeiros, somavam uma quinzena, dos quais três funcionários públicos. Havia mais a guarnição militar com 61 soldados. Na mesma data, os mouros e baneanes portugueses de Damão e Diu eram 43⁽³⁾. Foi a década seguinte que viu nascer a grande e magnífica cidade que é hoje Maputo. A nova vida e desenvolvimento radicaram no porto que iniciou então, verdadeiramente, a sua actividade em ligação com a navegação internacional de longo curso⁽⁴⁾. Em 1900 a população subia a 6 356 pessoas e em 1904 a 9 849 mais 4 772 moradores dos subúrbios que, durante o dia, prestavam serviço na cidade⁽⁵⁾. O censo de 1912 registou 13 353 habitantes na cidade e 12 726 nos subúrbios⁽⁶⁾. Do aglomerado que, em 1895, se reduzia a algumas pequenas casas erguidas junto do rio e flanqueadas por um pântano⁽⁷⁾, em escassos dez anos surgiu uma cidade onde despontava, e desde logo preponderava, uma pequena burguesia homogénea e organizada. Com efeito, o ano de

1905 apresenta-se como o marco cronológico a assinalar a tomada de consciência da *civitas* que, material e plasticamente, se vai desde logo traduzir na *urbs* de características peculiares. É nesse ano que surgem a Câmara do Comércio e a Associação dos Proprietários, assim como várias companhias de capital orgânico, em todas pontificando personagens integrantes da oligarquia que, de uma forma subalterna e periférica embora, dominaria economicamente Moçambique durante décadas, de par com as grandes companhias de capital estrangeiro. Entre eles, os fundadores de dinastias burguesas, algumas das quais vieram até à independência de Moçambique: Rodrigo de Abreu, Carlos Henrique Albers, Francisco de Mello Breyner, Fortunato Cagi, Benjamin e Leon Cohen, Alexandre José Couto, Henrique Moral, os Vianna Rodrigues, Eduardo de Almeida Saldanha, Torre do Vale, etc..

Ao mesmo tempo que se organizava e articulava o pequeno núcleo da burguesia local, os arquitectos de Durban, F. J. Ing e Tom Midgely concebiam e construíam edifícios públicos, alguns dos quais ainda hoje tipificam a arquitectura colonial da cidade: Capitania, Fazenda, Correios, etc.. Na mesma data construíam-se novos edifícios para a alfândega, novo acesso à praia da Polana e lançava-se o abastecimento de água à cidade a partir do rio Umbelúzi.

Mas o crescimento e a urbanização do local, se beneficiava a muitos, custava preço elevado a muitos mais. A espoliação e a ocupação violenta de terras começaram muito cedo. Não, evidentemente, apenas por razões de urbanização. Já em 1891 numerosa população fora retirada, pelas autoridades, da Maxaquene, e distribuída pela Munhuana, Huelene e Chamanculo. A breve trecho, essa mole de gente, rainha da Maxaquene incluída, foi de novo desalojada. Na Maxaquene fora feita a um colono a concessão de cinquenta hectares de terreno, todo ele ocupado pela população e com grande número de barracas de zinco. Como este, muitos outros casos do clássico e sistemático afastamento das populações à medida que a cidade dos colonos vai avançando. Processo que se manteve, ao longo dos anos, e que levou um periódico a comentar, sibilamente: «A não se coíbiarem e castigarem os abusos, os indígenas deverão suspirar pelo regime dos régulos, porque afinal os civilizadores estão, dando mostras de que são menos escrupulosos que os selvagens que pretendem civilizar».⁽⁸⁾

A especulação de terrenos, que tomaria foros de paranóia, esteve na base da acumulação de que se prevaleceu a burguesia colonial em formação. Mas que, desde logo, também atraiu o capital internacional. Os interesses, em tal domínio, foram até à Inhaca, onde o sr. F. R. Lingham pretendeu construir um hotel e estabelecer uma carreira de vapores que, da cidade, levasse até lá os turistas vindos do Transval⁽⁹⁾. Mas, no começo do século, já a Delagoa Bay Lands Syndicate e outros retiravam bons lucros das rendas «fabulosas» sobre pardieiros existentes nos terrenos aforados e sobre barracas de madeira e zinco que aí edificavam⁽¹⁰⁾.

As condições de habitabilidade e de salubridade eram péssimas. Em 1905 existiam, na cidade, 25 pátios com 370 quartos para alugar a gente pobre. Destes 370 quartos, 244 eram ocupados por 487 indivíduos sem família constituída e 36 por 30 famílias com um total de 83 indivíduos. A maioria dos ocupantes dos quartos eram operários e os restantes pequenos empregados do comércio, da Câmara Municipal e do Governo. As rendas variavam entre quatro e quinze mil réis por quarto. Os mais caros eram os da Avenida D. Manuel, que também eram os mais insalubres porque situados a nível inferior ao da Avenida. Os pátios, acanhadíssimos, cheios de imundície e inundados por águas sujas, exalavam um cheiro pestilencial. Os asiáticos, esses, viviam aos 8 e 10 em cada quarto⁽¹¹⁾.

A Polícia Civil criada em 1904 e transformada em Guarda Cívica em 1911⁽¹²⁾, o estabelecimento de uma distribuição postal domiciliária em 1911, a existência de transportes colectivos e de rede telefónica mostram que, no final da primeira década, Lourenço Marques era um centro urbano normalmente apetrechado e a que o porto e as ligações com o Transval abriam grandes perspectivas de desenvolvimento. Em 1912 a cidade dispunha de sete hotéis dignos de tal nome (para os padrões do local e da época), dos quais apenas dois eram propriedade de cidadãos portugueses⁽¹³⁾.

Voltando à demografia, no mesmo período, socorremo-nos das estatísticas para elaborar os dois mapas seguintes:

Quadro n.º 1: Trabalhadores por conta de outrem

	1904			1912		
	Total	Portugueses	Moç.os	Total	Portugueses	Moç.os
Agulheiros	4	4	—	—	—	
Assentadores de linha	8	5	3	—	—	
Calafates	5	—	3	—	—	
Calceteiros	1	1	—	1	1	
Caldeiros	42	13	15	32	13	9
Capatazes de manobras	9	9	—	—	—	
Carpinteiros	353	123	44	311	104	46
Carregadores	24	18	3	75	1	72
Carroceiros	—	—	—	53	25	28
Cobradores	3	3	—	—	—	—
Cocheiros	36	24	2	17	12	2
Condutores de tramways	9	6	1	11	7	3
Correiros	7	6	1	2	2	
Gravadores	2	2	—	—	—	
Capatazes	50	24	10	25	16	8
Electricistas*	15	1	—	32	13	9
Encadernadores	2	2	—	3	1	2
Estivadores**	29	1	—	7	1	—
Ferradores	4	2	2	4	4	—
Ferreiros	40	25	6	13	4	4
Fogueiros	118	87	17	70	42	15
Fundidores	11	8	1	10	9	1
Funileiros	7	5	1	8	4	4
Guarda-Fios	2	1	1	4	3	1
Guarda-Fr. de tramways	14	12	1	21	20	1
Impressores	3	2	1	1	—	1
Maquinistas	106	56	6	60	49	5
Marítimos	134	34	46	166	49	108
Mecânicos	4	—	—	16	—	7
Oleiros	1	1	—	1	—	—
Olheiros	22	18	—	1	1	
Operários	117	61	47	60	31	20
Pedreiros	156	44	68	199	42	137

	1904			1912		
	Total	Portugueses	Moç.os	Total	Portugueses	Moç.os
Pintores	68	31	13	88	13	64
Remadores	48	2	46	18	—	18
Sapateiros	12	4	—	41	2	4
Serradores	1	—	—	3	—	1
Serralheiros	104	63	9	134	50	41
Trabalhadores	1660	89	1526	1554	107	1514
Tipógrafos	27	15	6	46	15	27
Contínuos				3	1	2
Chauffeurs				14	14	—
Cond. de rickshaws				30	—	30
Montadores ^{***}				2	—	—
Torneiros				19	13	2
TOTAIS	3258	802	1881	3155	669	2186

Quadro n.º 2: Industriais, Agricultores, Comerciantes E Profissões Liberais

	1904			1912		
	Portugueses	Não Portugueses	TOTAL	Portugueses	Não Portugueses	TOTAL
Advogados	7	—	7	11	1	12
Agricultores	—	5	5	5	16	21
Arquitectos	—	4	4	1	1	2
Banqueiros	—	1	—	—	2	2
Comerciantes	120	403	523	179	671	850
Despachantes	6	1	7	12	—	12
Empreiteiros	3	9	12	3	4	7
Engenheiros	—	41	41	4	30	34
Gerentes Comerciais	2	15	17	—	—	
Jornalistas	—	1	1	1	3	4
Médicos Cívicos	5	5	10	2	5	7
Ourives	1	14	15	1	9	10
Pesquisadores	—	2	2	—	—	
Farmacêuticos	4	1	5	—		
Pilotos	7	—	7	10	—	10

	1904			1912		
	Portugueses	Não Portugueses	TOTAL	Portugueses	Não Portugueses	TOTAL
Professores Primários	2	4	6	—	—	
Professores de música	—	1	1	—	—	
Professores	—	—	—	4	22	26
Proprietários	11	35	46	15	35	50
Relojoeiros	5	3	8	3	4	7
Silvicultores	1	—	1	—	—	—
Solicitadores	1	—	1	2	—	2
Taberneiros	46	55	101	1	8	9*
Industriais	—	—	—	6	16	22
TOTAIS	221	600	821	260	827	1087

* para 1912 a rubrica só aparece nos subúrbios

* 11 ingleses; ** 12 ingleses; *** alemães

As estatísticas de 1904 e 1912 focam elaboradas sob os mesmos critérios e utilizaram, inclusive, o mesmo tipo de impressos e de questionários, mas não é certo que tenham abrangido exactamente a mesma área. O recenseamento de 1904 não é acompanhado de qualquer relatório e o de 1912 queixa-se, nomeadamente, da imprecisão na resposta ao quesito *profissão*, o que dificultou a elaboração dos mapas. Não obstante, e com a salvaguarda a que tal precariedade obriga, evidenciam-se alguns valores relativamente às principais formações sociais em presença. Pode ver-se a evolução do operariado num período que corresponde, exactamente, àquele em que o seu movimento se gerou. De outro mapa constam os industriais, agricultores, comerciantes e profissões liberais para o mesmo período. O que foi entendido como trabalhadores por conta de outrem teve uma pequena diminuição, em número, de 1904 para 1912, apesar de neste último censo aparecerem cinco profissões que não constavam do primeiro. Em contrapartida, é de notar que o número de comerciantes subiu de 520 para 850. O que sugere a tendência de os colonos preferirem o negócio da cantina ao trabalho por conta de outrem. Mas esta e outras evoluções detectáveis exigiriam investigação muito mais aturada sem o que não é legítimo concluir coisa nenhuma. Se bem que se possa anotar a

desproporção das actividades terciárias sobre as primárias e secundárias, já não é possível dar uma arrumação adequada ao operariado quando, entre 45, a rubrica *trabalhadores* toma para si mais de metade do total dos efectivos.

De qualquer maneira, uma constatação está à vista: a da frágil envergadura quantitativa das classes trabalhadoras, a que só a concentração do Porto e dos Caminhos de Ferro emprestava alguma consistência. *O Germinal* de 12 de Dezembro, de 1916 estima o número de operários em Lourenço Marques em «mais de 1500».

Com esta débil informação de quantidade e os factos a seguir descritos presumo ter franqueado uma porta cuja abertura se fazia mister para a compreensão indispensável dos últimos períodos do domínio português em Moçambique. Tentativa incipiente, frágil e carecida não apenas de estudos ulteriores mas, por igual, de contrapropostas e de correcções.

Maputo, Tempo do cacimbo, 1981, José Capela

NOTAS

- (1) *As Burguesias Portuguesas e a Abolição do Tráfico da Escravatura*, 1810-1842, Porto, 1979, pág. 7.
- (2) Em 1898, sendo Governador-Geral de Moçambique o capitão-de-fragata Álvaro António da Costa Ferreira, resolveu este transferir de Moçambique para Lourenço Marques a sede do governo da Província, a título provisório, o que veio a tornar-se definitivo três anos depois. In *Quatro Centenários em Moçambique, 1854-1954*, Lourenço Marques, 1954, pág. 28. Foi um Decreto com força de Lei, de 23 de Maio de 1907, que oficializou Lourenço Marques como capital. Suplemento ao Boletim Oficial (daqui em diante B.O.), n.º 26, 1/Julho/1907.
- (3) B.O. n.º 24, 11/Junho/1910.
- (4) Alexandre Lobato, *Lourenço Marques, Xilunguine, Biografia da Cidade*, Lisboa, 1970, pág. 141.
- (5) *The Lourenço Marques Guardian* (daqui em diante *Guardian*), 3/Abril/1905 e B.O. n.º 48, 1/Dezembro/1904.
- (6) B.O. n.º 12, 25/Março/1913.
- (7) *Guardian*, 27/Julho/1905.
- (8) *O Progresso de Lourenço Marques* (daqui em diante *O Progresso*) 5/Fevereiro/1906.
- (9) *Guardian*, 16/Março/1905.
- (10) *O Progresso*, 14/Dezembro/1905.
- (11) *Guardian*, 6/Abril/1905.
- (12) B.O. n.º 8, 20/Fevereiro/1904 e Suplemento ao B.O. n.º 22, 5/Junho/1911.
- (13) B.O. n.º 6, 8/Fevereiro/1913.

A IDEOLOGIA .01

Ao tentar situar ideologicamente os militantes que agitaram Lourenço Marques no decorrer das duas primeiras décadas do século, não se pretende fixar um corpo doutrinal sistemático que não existiu, de facto. A formação teórica deste punhado de trabalhadores, além de não ser uniforme, era demasiadamente débil para poder abarcar, de consciência plena, as peculiaridades com que a sua acção se defrontava em meio tipicamente colonial.

Mais do que procurar a sistematização impossível do que foi circunstancial e fluído, inventariam-se aqui atitudes através das quais se podem perceber e captar correntes ideológicas informadoras duma prática repassada de equívocos e de flutuações.

A primeira constatação que se obtém, quer da leitura da imprensa operária local, quer de pronunciamentos frequentes, quer ainda de posições que os militantes operários foram instados a tomar, é a de que o anarco-sindicalismo foi a linha de princípio dominante e mais claramente afirmada, ao longo dos anos 10 e 20, entre os trabalhadores activos de Lourenço Marques. É o que se detecta, mesmo através de certa confusão semântica. Aliás, compreende-se facilmente que assim tenha sido. Sabido como é que todos os militantes, sem excepção, procedem de uma matriz perfeitamente identificada, isto é, que todos eles transferem de Portugal para Moçambique, na maioria dos casos de Lisboa para Lourenço Marques, a mentalidade e a prática sindicalista, basta saber o que se passa na origem para concluir sobre os pontos fundamentais que caracterizam o que não ultrapassa uma ramificação dessa mesma matriz.

Ora, o sindicalismo revolucionário português, iniciado ainda antes da proclamação da República e que vem a apresentar os contornos ajustados de uma definição por alturas do início da Primeira Guerra Mundial é,

exactamente, anarco-sindicalista. Já foi dito caracterizar-se ele por uma estruturação apolítica. Apolítica enquanto rejeitava a vinculação partidária, qualquer que ela fosse, e o parlamentarismo. Mas eminentemente política, se tivermos em conta que visava, desde logo, utopicamente embora, a revolução total através da acção directa e pelos meios próprios do trabalho organizado, nomeadamente a greve e a sabotagem. Não somente para destruição da burguesia mas também para abolição do Estado, a favor da organização livre e federada de produtores e de consumidores⁽¹⁾.

Foi o anarco-sindicalismo que prevaleceu no sindicalismo português, praticamente até ao advento da ditadura. As fontes ideológicas onde bebeu a teoria indispensável situaram-se, primeiro, no proudhonismo e no bakuninismo, com influências acentuadas de Kropotkine, Réclus e Malatesta. A partir de 1910, a influência dominante foi a do sindicalismo francês⁽²⁾.

Não era, certamente, sem motivações locais que, logo em 1905 e 1906, o jornal republicano *O Progresso* dava notícias frequentes do anarquismo através do mundo, para o atacar e ridicularizar. Logo a seguir, os jornais operários locais estavam a ser suficientemente explícitos para não deixar dúvidas sobre a presença, em Lourenço Marques, de convictos, às vezes aguerridos militantes anarquistas, anarco-sindicalistas e libertários. O editorial que apresentava *O Incondicional*, cujo n.º 1 foi publicado com a data de 8 de Novembro de 1910, dizia que a sua redacção era constituída por republicanos e anarquistas. Quando, em Agosto de 1915, se fizeram diligências para a união de todos os centros políticos da cidade em um só, *O Germinal* (31 de Agosto), afirmando haver dois grupos principais de republicanos, esclarecia não poderem os socialistas (em outros locais, «socialistas revolucionários») e os libertários fazer parte da união republicana sugerida porque lho não permitiam os seus princípios. Para estes defendia o que apodava de liga «liberal». *O Emancipador*, em Março e Abril de 1920, publicou três artigos elucidativos quanto à mentalidade dos elementos preponderantes no meio operário local, assinados um por Foger e os outros por João Vás. Este último, de si mesmo se dizia um novo na Colónia mas também um prático, com cinco anos de luta nas primeiras linhas do operariado de Lisboa e outros cinco como modesto soldado na imprensa e na acção da causa socialista. O primeiro acreditava piamente

que ninguém poderia afastar «o povo trabalhador da acção directamente revolucionária, única que o há-de emancipar da tutela capitalista...». Depois de afirmar que o povo está desiludido das habilidades *politiqueiras*, passa a desenvolver a tese de que o colectivismo *possibilista* de Robert Owen e de muitos outros dos seus seguidores «perdeu a oportunidade em presença da nova fase que tomaram os problemas sociais, mercê dos acontecimentos de carácter económico-social que brotaram com a recente guerra». O próprio Owen — prossegue — se fosse vivo, seria o primeiro a reconhecer a inutilidade das suas teorias e a pô-la de parte, abraçando «as novas ideias revolucionárias, que farão tombar mais depressa a actual sociedade burguesa». A prova disso estava, justamente, na revolução russa. A concluir, entende «que quem quiser contribuir, presentemente, para a emancipação das classes trabalhadoras, terá que tomar o caminho da acção revolucionária, e eis uma das razões porque somos ‘Socialistas Revolucionários’».

Os artigos de João Vás põem o problema extremamente curioso de saber «... qual a missão que ao socialismo local competirá num Amanhã que se pode reputar próximo». E dá a resposta que diz ser simples:

Coadjuvar, com todas as nossas forças, a Revolução, quando ela se atear e triunfar no ocidente europeu. E essa coadjuvação será, naturalmente, só económica, porque lícito é supor que, uma vez em regime socialista a metrópole distante, não haverá aqui quem tenha a atrevida veleidade de manter um regime diferente. Contraporão, que tal não será consentido pelos nossos inquietos e ambiciosos vizinhos da União. Nós, porém, objectaremos que julgamos que a revolução socialista portuguesa se não dará como exemplo a seguir pelas vizinhas nações europeias, mas sim como exemplo seguido. Quer dizer: quando a revolução socialista portuguesa se der, estarão em regime socialista a Espanha, a França e a Inglaterra. E desde que esta última siga tal regime, não cremos que a burguesia da vizinha União consiga vencer a imperiosa vontade do seu operariado, que já se revela claramente nos seus últimos congressos e na sua mais recente forma de agir, é a de realizar a mais fundamentada e radical socialização da riqueza.

Deste modo, quem poderá opor-se a que nós aqui implantemos também o novo regime? A burguesia local? Não teria forças para isso! Os

indígenas, que procurariam uma ocasião para se separarem dos seus dominadores? De modo algum, decerto, pois o triunfo do ideal socialista daria ao preto o lugar a que na Sociedade Humana tem direito, e quaisquer veleidades de resistência, *por esta terra ser a sua*, demonstraria uma noção imperialista que teríamos de combater ainda com mais vigor do que uma reacção burguesa.

Era a utopia da revolução universal para amanhã.

Em resposta a uma carta aberta ao operariado da colónia, do dr. Seíça, que não entendia a finalidade da agitação⁽³⁾, João Vás esclarece «o nosso objectivo». Que não era uma revolução imediata com o fim de derrubar o Estado. Que «...Uma vez feita a Revolução em Portugal, ela seguir-se-á aqui, tendo-a precedido, certamente, a revolução sul-africana». «O operariado da Província, aquele que se convulsiona, não tem por objectivo *imediato* derrubar o Estado. Mas derrubá-lo-á, seja operariado pago pelo Estado, seja pago por particulares, quando a hora oportuna para tal soar. O objectivo *imediato* aqui, do operariado do Estado ou particular — daquele que se convulsione — é melhorar quanto possível a sua situação futura».

Está à vista, com a defesa da acção directa, a crença na revolução proletária mundial, o ideal anarquista deste «socialista».

Noticiando, a 25 de Outubro, a morte de Neno Vasco, o mesmo jornal apoda-o, exaltadamente, de «o mais notável dos intelectuais anarquistas portugueses...». E, ao anunciar o comício que, em Fevereiro, se realizou na Praça 7 de Março contra a reacção, usa de uma linguagem carregada de sabor libertário, dando vivas aos socialistas revolucionários, à Internacional e aos «liberais» de todo o mundo. Tomando a palavra no comício, Manuel Cardiga afirma-se anarquista⁽⁴⁾.

Não há dúvida que o movimento sindical de Lourenço Marques quase sempre se procurou demarcar, com mais ou menos clareza, quer da burguesia nas suas manifestações políticas, mesmo quando estas tomavam um cariz progressista, quer de quaisquer outros movimentos políticos ou sociais que não dissessem respeito à autonomia laboral que antepunham a tudo o mais.

A 24 de Setembro de 1921, realizou-se em Lourenço Marques um outro comício, este contra a especulação cambial. Na edição de 3 de Outubro seguinte, *O Emancipador*, em fundo, sob o título «A questão cambial»,

admitia que o caso interessava verdadeiramente aos trabalhadores, até porque estavam a receber os seus salários na nota esterlina do Banco Nacional Ultramarino, muito depreciada. Mas considerava erro grave o combate à especulação cambial por parte dos operários, em aliança com os comerciantes, que especulavam nos preços ao consumidor: «Ir para a Praça 7 de Março com gritos e apupos numa questão que é agitada pelo comércio, é positivamente ser *embrulhado*. A atitude do operariado deve ser aquela que o Sindicato Geral adoptou: protesto contra a situação cambial, mas protesto calmo por enquanto. Expectativa neutra no movimento do comício, e acção própria, inteiramente isolada deste, quando for preciso. Nada de misturas!»

Outra oportunidade de manifestar esse espírito de autonomia e, agora, o mais completo descrédito pelo regime republicano, foi a formação do 32.º governo da República cuja notícia chegava à capital de Moçambique por telegrama de 24 de Outubro; era a formação de mais um governo meteórico e tinham sido os assassinatos de António Granjo, Carlos da Maia, Machado dos Santos, etc., entretanto ocorridos. O órgão dos trabalhadores, na edição de 31, em fundo, sob a epígrafe «Cada vez pior», comenta: «... os partidos burgueses provaram já que não podem salvar Portugal. Só o operariado, ao chegar da sua hora, poderá insuflar vida ao corpo morto da nação. O exército continua sugando a seiva do país. O orçamento das receitas não chega para pagar à tropa, e não aparece ninguém que a reduza, porque a tropa, apesar de arrotar patriotismo, prefere cair com Portugal a cair sozinha, salvando-o! (...) Portugal, dentro do regime burguês, não tem já conserto possível, e nós, quanto a interesses ligados à terra do nosso berço, só temos que aspirar pelo governo que pode salvá-lo: o legítimo governo do povo pelo povo, o governo proletário, licenciando o exército, inutilizador do parasitismo funcional que corrói Portugal».

Que nos princípios da década de 20 o movimento sindical de Lourenço Marques se continuava a reclamar de total autonomia, não restam dúvidas. Não somente por tática mas também, tudo o indica, por fidelidade aos seus princípios. Datado de 24 de Novembro, o Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras publicou um comunicado inequívoco que a edição de 28 de Novembro de 1921 de *O Emancipador* divulgou sob o título «Os Operários e a Política»: «Parece que, turvos os ares da política, se pretende imiscuir

neles, como participante na acção de determinadas facções, o Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras. Porque às classes trabalhadoras só convém viver dentro duma situação clara, o Sindicato Geral entendeu conveniente declarar que está completamente alheio a todas as manifestações políticas e não tem, nem terá, em situação alguma, acordos com partidos políticos, sejam eles quais forem. Deve, portanto, ficar bem entendido e claramente definido que o Sindicato Geral não se presta a ser joguete de políticos nem a servir as suas conveniências, limitando-se a, pelos meios que lhe são próprios, defender o operariado dentro dum campo puramente económico».

O Emancipador de 28 de Janeiro de 1924 tira ilações muito curiosas do acesso ao poder por parte do partido trabalhista britânico, o que tinha acabado de acontecer. Pois o modesto semanário embandeira em arco e, com uma candura que hoje nos enternece, proclama: «o século que passa é o século do socialismo. Mais dezena menos dezena de anos, o regime burguês ter-se-á esboroadado em todo o mundo, e o operariado, depois de tantos séculos de escravidão, assumirá a gerência directa da vida social. (...) A gerência do consumo e da produção há-de passar das mãos limpas dos argentários de hoje para as mãos calosas dos produtores. É questão de mais dezena menos dezena de anos». E não é que se acreditasse na mediação partidária pelo facto de os trabalhistas britânicos terem chegado ao poder. Mais. O partido trabalhista propiciaria as condições para o acesso directo dos trabalhadores ao poder. Em tal se acreditava piamente: «Não se julgue que nós supomos que o governo trabalhista inglês, dentro dos seus processos especiais de luta, atire sequer com a Coroa a terra. Não. O sr. Baldwin disse uma grande verdade quando afirmou que Macdonald não será capaz de edificar um Estado socialista nas areias movediças de um quinto dos votos nacionais. Se fosse uma nação latina, um golpe de Estado teria a estas horas decidido a contenda. Os ingleses, não aceitando este processo, retardam a revolução. Mas o governo trabalhista, mantendo-se no poder, há-de conseguir isto: aumentar até três quintos os seus votos, e no dia em que essa maioria absoluta estiver conquistada o trono inglês irá por terra, arrastando, num estrépito pavoroso, não só a sociedade burguesa da Inglaterra como a burguesia de todo o mundo. A hora da liquidação de contas aproxima-se e talvez apanhe ainda vivos os tiranos, os ladrões, os tralufas, os carrascos de hoje, para os julgar».

Já tão tarde como em 1929, ainda se definia o sindicalismo como «a tendência da classe operária organizada a emancipar-se, por meios próprios, directos e revolucionários, da tutela política e capitalista». Esta definição, formulada em termos que se diriam escolásticos, era dada num artigo assinado por A. M. e dedicado ao «1.º de Maio e o Sindicalismo»⁽⁵⁾. Entendia o autor que era isso mesmo o que visava o congresso operário da América do Norte, em Chicago, em 1884, quando decidiu para o 1.º de Maio de 1886 a greve para conquista das 8 horas de trabalho diário.

A sintonia deste operariado de Lourenço Marques com o anarquismo afere-se ainda pela maneira como se referiu à morte de Kropotkine e ao caso Sacco e Vanzetti. É reconhecida a Kropotkine a principal paternidade do anarquismo português na sua forma pós-proudhoniana⁽⁶⁾. A sua popularidade levou a que Emílio Costa, no jornal *A Batalha*, de 2 de Março de 1919, se interrogasse sobre a sorte do príncipe anarquista, de quem não havia notícias mas que surgiram logo a seguir⁽⁷⁾. Por igual, os sindicalistas de Lourenço Marques acompanharam a sorte de Pedro Kropotkine e deram a notícia da sua morte em *O Emancipador* de 11 de Abril de 1921:

Por notícias recebidas da Europa, soubemos ter-se confirmado a morte do velho apóstolo do anarquismo que em vida se chamou Pedro Kropotkine e foi príncipe, na sociedade burguesa, como príncipe foi dos adeptos duma sociedade nova.

Kropotkine morreu na Rússia cercado pelo carinho do Governo dos Soviotes, que mandou que o seu corpo fosse exposto no Palácio do Povo, antigo Palácio dos Tzares, em Moscow, e lhe fossem feitos funerais nacionais, que revestiram grande pompa e brilho, resultando uma intensa manifestação de sentimento pela morte do ilustre sábio e grande amigo da humanidade.

O Emancipador, como toda a imprensa proletária, sente intensamente a morte de Pedro Kropotkine, cujo panegírico vem feito, com muito brilho, na *Batalha*, o que, por ela ser aqui muito lida, torna desnecessária a sua reprodução.

O caso Sacco e Vanzetti é igualmente significativo, senão mais, pelo menos da direcção em que se encaminhavam as simpatias dos trabalhado-

res organizados de Lourenço Marques. O número único de *O Emancipador dos Artistas*, de 30 de Agosto de 1926, publicava um protesto da Associação do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques «contra a iníqua sentença de execução destes propagandistas», entregue ao Cônsul dos Estados Unidos da América do Norte. No protesto dizia-se que «Sacco e Vanzetti são duas vítimas das suas ideias e não dos seus crimes; são vítimas de uma ideia embrionária de purificação social pela propaganda de uma mais perfeita igualdade e do desenvolvimento progressivo da humanidade, ideias ainda adormecidas no cérebro humano, em parte abafadas pelo peso do ouro, essa torrente fulva e caudalosa que torce as leis e revolve a terra em benefício de uma casta — a capitalista».

Esta tomada de posição respondia claramente ao apelo da Confederação Geral do Trabalho de Portugal que, por circular de 6 de Julho de 1926, publicada no número único de 9 de Agosto de *O Emancipador dos Sindicatos*, urgia todos os organismos sindicais a agitarem a questão no seio de cada classe. *O Emancipador* de 13 de Junho de 1927 anuncia a execução marcada para 10 de Julho e afirma que «a justiça americana não aceita a inocência daqueles camaradas, porque vê neles dois revolucionários que têm que desaparecer. (...) *O Emancipador*, associando-se às Trade Unions de Nova York, à Federação Operária de Massachussetts, ao operariado da Argentina e outras nacionalidades, lavra o seu mais veemente protesto contra este atentado cometido pela burguesia americana em pleno século XX!»

Havia, porém, os trabalhadores militantes que, a quaisquer outras, antepunham a sua qualidade de republicanos, de socialistas e de socialistas revolucionários. Alguns, conforme as circunstâncias, davam-se sucessivamente todos esses atributos e passaram quer pelas associações de classe, quer pelo Centro Socialista, pela Casa dos Trabalhadores, e pela imprensa operária. Mas nenhum dos militantes mais notórios surge nos Centros Republicanos (com a excepção de Sousa Amorim, que em 1917 foi eleito para a Mesa da Assembleia-Geral do Centro Republicano Couceiro da Costa⁽⁸⁾) apesar de estes estarem intimamente ligados à maçonaria e de com esta colaborarem ou dela fazerem parte alguns desses militantes. Os centros republicanos de Moçambique foram um feudo da burguesia local emergente e os trabalhadores tiveram sempre o cuidado de se distanciarem suficientemente dela. Quando as associações operárias

alinharam com os Centros Republicanos em frentes anti-reaccionárias e eleitorais procuraram, com mais ou menos clareza, esclarecer a sua posição de modo a eliminarem as dúvidas quanto às razões específicas por que o faziam. Pode igualmente afirmar-se que os sindicalistas mais em evidência, quando se afirmavam republicanos, o faziam no pressuposto de atitude contra a restauração da monarquia e mantendo a distância relativamente à burguesia republicana. Sem embargo de se reconhecerem os casos de republicanismo *tout court*, assim como da descrença crescente que sobre a República foram debitando os trabalhadores. Também neste aspecto se pode estabelecer um paralelismo quase perfeito entre o que se passou em Lourenço Marques e em Lisboa⁽⁹⁾.

Os republicanos obtiveram a sua primeira vitória, em Moçambique, logo em 1906, nas eleições para deputados. Não existindo ainda nessa altura nenhuma organização republicana na colónia, o deputado republicano, Dr. Bernardino Machado, obteve, mesmo assim, 256 votos contra 115 do candidato governamental⁽¹⁰⁾. Em 1908, o Partido estava organizado em Lourenço Marques, com uma primeira inscrição de 300 pessoas e a fundação, em Agosto, do Centro Republicano Couceiro da Costa⁽¹¹⁾.

Não obstante o peso social com que à partida se apresentava o Partido Republicano, os militantes mais conscientes e activos, quando sujeitos a filiação partidária, aderiram preferentemente ao Partido Socialista localmente representado no Centro Socialista. Aí terá sido particularmente influente António Fortunato do Rego, que chegara a Lourenço Marques em 1905 com a auréola e a autoridade de militância destacada em Lisboa. Se dos nomes preponderantes na fundação do primeiro Centro Republicano não consta qualquer trabalhador em evidência, já o Centro Socialista — tudo o indica — era de operários. Mas a adesão deste operariado ao Centro foi oscilante e muitas vezes reticente. De uma parte dele; porque outra parte chegou a ser-lhe ostensivamente hostil e a maioria não só nunca a ele aderiu como o deixou morrer, inactivo, ao fim de relativamente pouco tempo.

É certo que, em 1915, Pedro de Melo viria a exaltar a união verificada na cidade entre republicanos, socialistas e anarquistas, em manifestações pró-republicanas. República que saudava «como uma aleluia de progresso»⁽¹²⁾. Tratava-se de uma das circunstâncias indicadas de frente

anti-reaccionária e Pedro de Melo estava, notoriamente, ligado à maçonaria. Mas, dois anos mais tarde, um dos nomes que mais aparece a subscrever artigos na imprensa operária, Afonso Silveiras, lastima o facto de os trabalhadores, eles que haviam sido os obreiros da implantação da República, não se terem mantido nos centros republicanos, com o que tinham abandonado a República aos seus inimigos. Nesse sentido, ataca a apoliticidade operária, tanto mais que os trabalhadores, não se filiando nas associações de classe, perdem toda a capacidade de intervenção⁽¹³⁾.

Alegar-se-á que o radicalismo do movimento operário, na rejeição de qualquer vínculo partidário e do parlamentarismo burguês, não foi nem constante nem muito menos definitivo, dado o facto de os sindicalistas se terem, a certa altura, deixado seduzir pela participação eleitoral e, mais do que isso, terem jogado na tática da vitória nas urnas. É realmente verdade que nas eleições legislativas de 1921 os sindicalistas apoiaram um dos seus militantes mais activos, Fortunato do Rego, candidato pelo Centro Socialista de Lourenço Marques. Mas fizeram-no dentro de circunstâncias muito particulares e tendo deixado suficientemente explicada a sua atitude. É certo que a sedução da vitória eleitoral não deixou de obnubilar, por momentos, a estratégia de sempre. Mas não foi ao ponto de colocar os sindicalistas em posição de contradição flagrante consigo mesmos. Uma certa ambiguidade, sem dúvida. Mas perfeitamente compreensível, se atendermos ao momento particular então vivido entre esse operariado.

Como resultado da greve ferroviária de 1920, tinham sido deportados de Lourenço Marques para vários locais de Moçambique trinta trabalhadores. Entre eles, Fortunato do Rego. Desse número, só restavam vinte e oito, pois três tinham morrido já, devido a circunstâncias que podiam ser atribuídas à deportação. Alegava-se a possibilidade de, com a sua eleição, libertar Fortunato do Rego do exílio no norte de Moçambique. É por demais evidente, também, que se tentava, na ilusão eleitoral, obter a vitória que fosse o lenitivo para a derrota na greve. A verdade é que os sindicalistas se tinham desinteressado da eleição de Setembro anterior, que fora anulada por ilegalidade, dado o facto de se ter realizado sob o estado de sítio (que vigorava em Lourenço Marques justamente por causa da greve ferroviária) e com as garantias individuais suspensas. E entendiam que fora um erro esse desinteresse, pois a eventual eleição

de um candidato trabalhador poderia ter beneficiado os deportados e evitado as três mortes. Dera-se mesmo o caso de o secretário da Câmara Municipal, Carlos Silva, que em Portugal se filiara no Partido Socialista, de regresso a Lourenço Marques, ser portador de instruções do Partido para que o candidato por Moçambique fosse o dr. Ramada Curto e não Fortunato do Rego. E *O Emancipador* de 7 de Fevereiro de 1921 tomava precauções: «Nós, porque não estamos enfeudados ao Centro Socialista Revolucionário, se ele resolvesse apresentar a candidatura do dr. Ramada Curto, tomaríamos posições de combate acérrimo contra ela. Isto, porém, será desnecessário, pois estamos certos de que o Centro Socialista manterá a candidatura de Fortunato do Rego». Como de facto manteve. E o jornal passou a dar-lhe um apoio entusiástico até porque «além de tudo o mais praticar-se-á um acto de humanidade, pois arrancar-se-á do desterro um homem cuja idade e cuja saúde não suportam as regiões inóspitas em que foi obrigado a viver». Apela, pois, para que os ferroviários votem, em massa, em Fortunato do Rego. No número seguinte, de 28 de Fevereiro, quase toda a primeira página é dedicada a apelos ao voto no candidato socialista. Mas esclarecendo: «Confessamo-lo sinceramente: noutra situação, seria bem reduzido o nosso interesse pelo acto eleitoral. Quando, porém, da eleição dum homem advierem vantagens para 28 homens — e 28 porque 3 morreram já — (...) devemos advogar a necessidade da eleição desse homem». E chama especialmente a atenção dos operários do Xai-Xai, porque lá os republicanos dispõem de um candidato particularmente simpático à população. Ora, «por muito boas pessoas que sejam os srs. republicanos, deles só podemos esperar aumentos de guarda republicana e de violências». Na edição de 7 de Março, o semanário, impresso com dias de antecedência, não dispunha ainda dos resultados eleitorais, pelo que comentava: «A luta eleitoral tem, neste momento, aqui, um carácter nítido de luta de classes. Uma delas ficará vencida. Se for a classe burguesa, nós adquiriremos, apenas, a alegria de termos tocadas o inimigo; se formos vencidos havemos de mostrar aqui, no futuro, que não desanimamos...»

Também é verdade que, a determinado momento, circunscrevendo-se à inépcia do operariado local, *O Emancipador* cede, pragmaticamente, às condições objectivas que tem por diante. Foi o caso de, ainda em 1921, e até 26 de Maio, ter de estar constituído o Conselho Legislativo, do qual

deveriam fazer parte um representante dos nativos e outro dos operários. Punha-se o problema de saber qual a atitude a tomar. E, na edição de 18 de Abril, o jornal apresentava a sua opinião que, pelos vistos, não era a geralmente partilhada entre o operariado militante. O ideal — opinava — seria fazer o mesmo que a União Operária Nacional de Portugal em 1918, quando o sidonismo tinha feito do Senado um parlamento representativo de classe, atribuindo à União... um representante! A U.O.N., que se considerava o «partido» mais numeroso e a maior força constituída, rejeitou a oferta. Além de razões de carácter doutrinário, avançou o argumento de que, a aceitar a acção parlamentar, não seria um representante no Parlamento que teria por favor, mas dezenas de lugares conquistados à boca das urnas. Mas — argumentava — a verdade é que a realidade, em Lourenço Marques, era completamente diferente: «Aqui, não há as razões doutrinárias alegadas pela U.O.N., porque, ao passo que esta podia dizer que desprezava a acção política mercê da sua força revolucionária, aqui não se pode dizer a mesma coisa, porque o que se não conseguir pela acção política não se conseguirá, decerto, pela acção revolucionária». Era o desânimo proveniente do fracasso da última greve ferroviária que, apesar de não ter desencadeado qualquer tipo de violência física, mesmo assim levou à deportação de três dezenas de trabalhadores. E o jornal entendia que um representante no Conselho Legislativo evitaria que as associações operárias continuassem a ser um joguete nas mãos das «outras classes predominantes». E isto dada a «inacção revolucionária» das associações. Por outro lado, «Lourenço Marques é um meio operário pequenino, a população operária pequena, a situação moral, estando-se numa terra ainda bárbara, repleta duma população por civilizar na sua maior parte; não consente o emprego de meios revolucionários sem grave escândalo e sem perigo futuro para todos, pelo exemplo aberto, que não seria imitado nos seus intuitos dignos, mas macaqueados sem escrúpulos alguns nem objectivos certos».

Este é um momento excepcional de descrença na acção revolucionária. Mas que põe a claro a contradição devidamente assinalada noutra local deste trabalho — a contradição criada pela existência, lado a lado, de um proletariado europeu altamente privilegiado relativamente à grande massa dos trabalhadores indiferenciados. Com a agravante de os primeiros se

movimentarem dentro de coordenadas europeias e eurocêntricas e de não disporem nem de meios nem de convicções para integrarem os segundos. Parece porém que esta posição, representando na prática, se não mesmo na teoria, total cedência à ordem estabelecida, não era geralmente partilhada: «Nós sabemos — acrescentava o articulista — que, escrevendo isto, desagradamos aos revolucionários. Mas, como não escrevemos ao sabor de ninguém, mas sim ao nosso próprio sabor, importa-nos pouco o que esses revolucionários nos chamem em místicos arroubamentos que, em Lisboa, entre a organização, se chamam *lirismo revolucionário*».

As diferenças entre os militantes e as condições do meio fizeram com que, até ao advento do corporativismo, se tivessem mantido os equívocos e que os trabalhadores precariamente organizados de Lourenço Marques jamais tivessem encontrado uma tática comum suficientemente definida no domínio eleitoral.

Já vimos a resposta do Sindicato Geral à posição eleitoralista expressadamente polémica de os de *O Emancipador* (14). Em 1926, voltam a confrontar-se posições análogas. A 14 de Novembro realizaram-se eleições para os representantes de Moçambique no Conselho Geral das Colónias. De 3 000 eleitores inscritos só votaram 188. E *O Emancipador* (22 de Novembro) entendeu que o funcionalismo e os trabalhadores se deviam ter aproveitado do acto eleitoral para manifestar repulsa pelo ministro das Colónias, João Belo. Esta cedência eleitoralista deve ter provocado novas polémicas, pois o número seguinte do jornal vem dizer, redondamente, que o povo trabalhador deve elevar-se por si mesmo, prescindindo da tutela dos intelectuais. E rematava, agora inequívoco: «Isto é uma questão de princípios de que não abdicamos, condenando a concorrência do proletariado às urnas eleitorais».

Perante a revolução de Outubro e o aparecimento do Partido Comunista Português, tal como os seus pares, em Portugal, os trabalhadores de Lourenço Marques mantiveram-se hesitantes. Jamais deixaram de emprestar o seu apoio à revolução e, na esteira de *A Batalha*, procuraram rebater o noticiário desfavorável da restante imprensa, no seu jornal, que era então *O Emancipador*. Aliás, a revolução (a avaliar pela maneira como a ela se referiam) representou um estímulo para os seus ideais e para a sua militância.

Este jornal, na edição de 22 de Agosto de 1921, dá notícia do que se passava em Portugal, com as divisões emergentes no operariado organizado. Não o faz sem deixar transparecer a sua simpatia para com a Confederação Geral do Trabalho que não recebera a bem o manifesto da criação do Partido Comunista Português:

A revolução russa, pela forma verdadeiramente imprevista como orientou os seus passos, *fora de todos os programas até aí laboriosamente feitos pelos socialistas e anarquistas*, trouxe, com as suas novas fórmulas, palpitantes temas à tela da discussão, e discutidos; e bem discutidos têm eles sido em quase todos os países, causando cisões entre os partidários da 2.^a Internacional, com sede em Amsterdam, e da 3.^a Internacional, com sede em Moscovo, tornada porta-voz da maneira de ser da revolução russa.

O resultado é que em todos os países se formaram partidos chamados comunistas, os quais baseiam os seus programas na fórmula russa. Em Portugal também o Partido Comunista se criou, constituindo-o quase só os elementos anarquistas que transigiram para a maneira de agir de Moscovo. Esta formação, muito laboriosa, só recentemente apareceu à luz num manifesto em que o Partido Comunista fazia as suas afirmações de princípios e estabelecia o seu programa, entre o qual figura, parece-nos — pois não lemos o manifesto — a aceitação da acção parlamentar, visto declarar que luta em todos os campos que as circunstâncias impuserem.

O Comité Confederal da Confederação Geral do Trabalho, mais conhecida pelas iniciais C.G.T. que originaram nos seus adeptos, por parte da burguesia, o nome de cegetistas — o Comité Confederal, sem ouvir o Conselho confederal, que é o corpo consultivo de que ele constitui o Executivo, respondeu, numa nota oficiosa publicada n' *A Batalha*, ao manifesto do Partido Comunista, combatendo-o.

Esta atitude do Comité causou desagrado aos partidários comunistas existentes dentro do Conselho Confederal, os quais chamaram o Comité à responsabilidade numa sessão em que se dividiram as opiniões, aparecendo nitidamente definidas dentro do Conselho duas correntes opostas — *os cegetistas, que são os anarquistas que lutam activamente no sindicalismo e não transigem de que a forma da luta se basta a si própria*

e está apta a fazer a revolução sem tutelas, e os comunistas, adeptos das fórmulas de Moscou, que entendem que a organização sindical não poderá fazer a revolução por si própria, e pensam, à moda russa, fazerem eles a revolução e orientarem eles os sindicatos.

Afinal, triunfaram no Conselho Confederal os cegetistas, apressando-se, porém, a imprensa burguesa a noticiar a morte da C.G.T., o que levou Manuel Joaquim de Sousa, seu secretário-geral, a declarar a um redactor do *Século* que o entrevistou «que o incidente fora devido a alguns delegados ao Conselho Confederal, que são componentes do Partido Comunista como o poderiam ser do Partido Socialista, Liberal ou Monárquico, terem protestado contra alguns termos da nota do Comité, esquecendo-se que, dentro da C.G.T., são somente operários que têm de cumprir com as resoluções do Congresso de Coimbra».

E Manuel Joaquim de Sousa terminou assim as suas declarações:

«A organização operária continuará como está. A C.G.T. admite, no seu seio, todos os operários, sem curar das suas opiniões políticas. Os operários comunistas não deixarão de ser operários sindicalistas. O que é possível que venha a dar-se é uma luta de ideias entre os comunistas e os anarquistas. Mas a essa luta é estranha a organização sindical, embora possa vir a residir no campo ideológico, a influência dessa luta. Mas esse debate de ideias não nos será nunca prejudicial. Pelo contrário, virá dar vitalidade ao nosso movimento social, e, possivelmente, no próximo Congresso Operário, única entidade a quem compete marcar ou modificar a orientação da organização sindical, um novo rumo à luta operária. Isso depende da propaganda que comunistas e anarquistas até lá desenvolvem. A organização sindical foi criada, entre nós, pelos elementos anarquistas, e têm sido os seus pontos de vista que têm predominado nos congressos sindicais. Passará esse predomínio para os comunistas? Só o tempo poderá responder. No próximo congresso se verá».

Resta explicar aos profanos que sendo a C.G.T. constituída por operários de todas as cores políticas, ela afirma-se em acordo com as fórmulas anarquistas porque os anarquistas constituem nos sindicatos uma minoria combativa que triunfa sobre a indolência dos operários de outros

matizes, incluindo nestes os socialistas. Os anarquistas têm triunfado desde 1914. Aparece agora, porém, na liça, um novo contendor — os comunistas, — que no próximo congresso, marcado para a primavera de 1922, disputarão aos anarquistas o predomínio de opinião na C.G.T.. Quem vencerá? Ainda desta vez auguramos a vitória para os anarquistas, que, dentro da C.G.T., não são operários, como Manuel Joaquim de Sousa quer que os outros sejam, mas, primariamente, anarquistas, combatendo, por exemplo, o parlamentarismo, quando, se fossem só operários dentro da C.G.T., deviam abster-se por completo de afirmações contra o parlamentarismo, como têm de fazer nos sindicatos, onde a discussão política não é admitida.

Manuel Joaquim de Sousa teve razão ao dizer que os comunistas andaram mal «esquecendo-se que dentro da C.G.T. eram só operários».

Esta é a boa doutrina, de facto. Mas os comunistas também poderão dizer, em resposta, que o Comité Confederal se lembrou demasiado que era composto por anarquistas, e que a frase de M. J. de Sousa não está certa, porque, estando a organização, como confessa, nas mãos dos anarquistas, os operários, fora da C.G.T. poderão pertencer aos Partidos Socialista, Liberal e até Monárquico, mas dentro da C.G.T. devem ser, não operários, mas... anarquistas.

O aparecimento do Partido Comunista obrigava, expressamente, e também em Lourenço Marques, ao que *O Emancipador* (29 de Agosto de 1921) chamou uma «definição de ideias e de atitudes». E era justamente sob o título «Definição de Atitudes» que iniciava uma anunciada série de artigos dos quais parece só ter sido publicado este primeiro. Lastima-se da abstenção dos socialistas no acto eleitoral. E que em próximo não poderiam agir da mesma maneira. «Mais valera, nesse caso, enfileirmos abertamente nas hostes anarquistas». Mas subsistia a perplexidade: «Estaremos de acordo com esta última atitude? Cremos que não. E, nesse caso, precisamos adoptar uma atitude firme e adequada com aquilo que pensarmos». Entre os motivos da abstenção estaria a falta de entusiasmo na representação parlamentar socialista. Ora, *O Emancipador* é um jornal socialista independente, absolutamente livre, tendo sido orientado por quem o dirige desde o seu n.º 22 fora de todas as conveniências partidárias

e do estreito e tacanho critério da disciplina partidária, o que lhe tem valido a excomunhão do socialismo metropolitano». E ameaça os dois centros socialistas que diz existirem na cidade, apenas nominalmente, com uma campanha para os fazer desaparecer, a não ser que mostrem que «são alguma coisa e de alguma coisa valem».

Por outro lado, as «ideias bolchevistas» começavam a pairar, como fantasma, sobre Moçambique. Alguns grevistas da greve ferroviária de 1920, deportados e detidos na Fortaleza da Ilha de Moçambique, foram ali interrogados exactamente acerca delas. *O Emancipador* de 17 de Janeiro de 1921 comentava: «Como se vê, já se pretende confundir os operários que, num legítimo direito à vida, pedem aumento de salário, com propagandistas do bolchevismo, cuja essência a maior parte ignora, e ninguém partilha em absoluto, embora a Rússia seja um estímulo para as classes do povo se libertarem da escravidão capitalista». O mesmo jornal, na edição de 7 de Fevereiro do mesmo ano, apesar de ainda nessa altura ostentar sob o cabeçalho o qualificativo de «socialista», e das distâncias que mantinha relativamente à revolução russa e ao «comunismo», é com um certo tom de simpatia que noticia a fundação do Partido Comunista Português: «Fundou-se em Portugal o Partido Comunista, que tem um programa muito parecido, na sua essência, com a fórmula dos soviets. Este partido é o resultado da reunião dum núcleo de militantes de todas as escolas socialistas.»

«*A Batalha* tem publicado uma série de interessantes artigos em que Carlos Rates e Emílio Costa debatem o *modus faciendi* da revolução do operariado e do assentamento de alicerces da sociedade nova».

Umbilicalmente ligados à corrente que, em Portugal, se expressava através de *A Batalha*, os sindicalistas de Lourenço Marques, por essa razão e até pela falta de informação adequada, dificilmente poderiam contar entre si, nesse princípio da década de vinte, com partidários do que designavam pela «fórmula soviética». Quando foi nomeado para Governador-Geral o dr. Brito Camacho, o órgão dos trabalhadores de 28 de Março de 1921 dedicou-lhe um artigo de fundo onde, sob o título «Palavras Calmas», procurava captar-lhe as boas graças. Pelos vistos temia que o novo governador, em face das deportações a que a greve ferroviária de 1920 dera lugar, pensasse que a questão social assumia em Lourenço Marques a mesma acuidade que em Portugal, que houvesse aqui «agitadores perigosos e que o bolchevismo

impera entre a população operária». Iria constatar que não. A questão social, se existia, era «muito amortecida». Era verdade que havia «partidários das ideias novas, de que S. Exa. já fez a defesa, em artigos que um socialista não duvida assinar, nos tempos saudosos em que os tribunos do povo viviam nos braços deste». Certamente que Brito Camacho não propagandeara o comunismo!... O artigo acabava a afirmar que «o operariado de Moçambique só deseja, *por enquanto*, uma coisa — trabalho fecundo, dentro da felicidade relativa que merece quem se expõe em climas inóspitos; quem dentro deles contribui para arrancar à terra fecunda os seus produtos, para mover a sua indústria, fomentar o seu progresso, para dar a uma raça desprotegida e bárbara o seu lugar na civilização mundial».

O único sindicalista que sabemos ter-se afirmado comunista foi Faustino da Silva, o último abencerragem de uma plêiade de operários combativos que, no meio de contradições e de equívocos embora, mantiveram acesa a chama ténue do socialismo para Moçambique, tal como o entendiam. Certamente que na evolução de Faustino da Silva tiveram influência, os contactos que manteve com o Partido Comunista sul-africano, durante o seu exílio no país vizinho, onde se refugiou após a greve ferroviária de 1925. Com efeito, e entre outras, *O Emancipador* de 1 de Novembro de 1926 publicava uma crónica sua, datada do Transval, de 18 de Setembro: «O Partido Comunista Sul-Africano, que na política comunista mundial tem um papel de preponderância, pela região em que exerce a sua acção e pela acção geográfica desta região, tem sido largamente informado do movimento que se vem operando na China, e que se destina a estabelecer ali o regime dos soviets».

Já em 1927, o órgão dos trabalhadores ainda pode saudar a revolução russa em termos entusiásticos: «Salvé a revolução russa» — proclamava-se na edição de 7 de Setembro — Trabalhadores! A hora que passa é nossa e, como tal, devemos-la comemorar, não com jantares ou foguetes, mas sim comparecendo ordeiramente em manifestações de solidariedade perante as vítimas imoladas à ordem parasitária...»

Como se pode ver na história do Sindicato Geral, em outro local deste trabalho, os sindicalistas de Lourenço Marques, até ao fim da sua organização, mantiveram-se fiéis à C.G.T. e não é conhecida qualquer adesão formal ao Partido Comunista Português até 1927.

1.1. O RACISMO

Um dos capítulos onde melhor se pode testar a natureza das relações dos sindicalistas com a sociedade, é o da sua posição perante o racismo e o colonialismo.

Ao contrário do que à primeira vista poderá parecer, a avaliação dessa atitude não se torna fácil porque envolve o conhecimento exacto do grau de evolução das forças produtivas, das classes e fracções de classe em presença, o tipo de inserção do colonialismo português no imperialismo tal como este se desenvolvia então, a utensilagem teórica disponível na altura.

É demasiadamente fácil afirmar ligeiramente que estes sindicalistas eram racistas. E mesmo que déssemos de barato como boa tal asserção, restaria por explicar o que também se teria que admitir como flagrante contradição: uma consciência de classe apurada e frequentemente manifestada, posições abertamente radicais de incompatibilidade com o capital, isto por um lado; e, por outro, a ignorância das massas africanas estando estas, na cidade onde se manifestava esse sindicalismo, já subproletarizadas em quantidades que não podiam passar despercebidas. Ora, dados como por exemplo os indispensáveis ao estudo do desenvolvimento do capitalismo em Moçambique para a época em apreço, ainda nem sequer foram sistematizados pela investigação empírica que está, na quase totalidade, por fazer. Do que se sabe, porém, pode admitir-se que o pequeno número de sindicalistas portugueses em Lourenço Marques era absorvido pelo estrato europeu da população citadina e só é de espantar que não se tivesse deixado diluir a sua consciência de classe dentro dela.

Como hipótese, dir-se-ia que esses trabalhadores portugueses, ao virem para Moçambique, traziam consigo, como segunda natureza, o aguerrido espírito de luta que caracterizou manchas assinaláveis do proletariado português nos últimos anos da monarquia e nas duas décadas da República. Esse espírito de luta, uma vez na colónia africana, mantinha-se inalterável em todos os seus aspectos, nas coordenadas mentais que o enquadravam, na fogaosidade com que se expressava. Mas era incapaz de equacionar a situação em sociedade radicalmente diferente. Porque o peso da matriz que o gerara se mantinha desproporcionadamente, porque o estrato eu-

ropeu da sociedade local o envolvia e isolava nas relações sociais e de trabalho e porque, proletariado embora, o distanciamento quantitativo de tipo cultural e o privilegiamento material de que beneficiava impediam liminarmente relações estreitas com o subproletariado africano. Haja em vista o peso que a maçonaria tinha em fracções importantes desse proletariado. Maçonaria todo poderosa no meio local e à sombra da qual medrava a burguesia emergente na colónia. Os sindicalistas portugueses de Lourenço Marques sempre que se expressavam em termos doutrinários, decalcavam sistematicamente os modelos de análise e até o discurso teórico que conheciam de Portugal. Tudo leva a crer que nem sequer chegaram a perceber o fenómeno colonial na sua especificidade.

Torna-se necessário, no entanto, recordar que o colonialismo e o imperialismo estavam longe de fazer parte da vulgata das denúncias públicas e militantes. Só muito mais tarde se veio a sentir a enorme influência que o marxismo e o leninismo exerceram na cultura ocidental nesse sentido, e o enquadramento que conseguiram para a tomada de consciência generalizada acerca da verdadeira natureza das relações coloniais. E não seria certamente um pequeno punhado de sindicalistas portugueses, deslocados em Lourenço Marques que, nas duas primeiras décadas do século, iria teorizar (e agir em conformidade) o colonialismo e o imperialismo que então, e só então, se implantava verdadeiramente, aí onde eles estavam.

Os sindicalistas foram, assim, pontualmente confrontados apenas em casos sobre os quais tiveram que se pronunciar. E é dessa casuística que podemos extrair notícia das suas reacções a uma dialéctica que era, certamente, permanente, na área dos conflitos de raça. Reacção que, por isso mesmo, resultava contraditória. Porque nem a formação política dos sindicalistas era unívoca, nem essa disparidade política os subtraía aos efeitos da sua condição de parte integrante do estrato europeu, nessa altura sob a bitola mentalmente uniforme de uma pequena burguesia colonial e, como tal, instalada nas benesses materiais e na atitude racista correlativas. De um ponto de vista puramente cultural, os sindicalistas integravam-se, perfeitamente, na média dos europeus, quando ainda a cultura ocidental, relativamente a África, não abdicara dos padrões eurocêntricos. De um lado, a civilização por antonomásia; do outro, a selvajaria. De uma banda, os civilizados; da outra, os selvagens, a instruir

e civilizar. Mas quem reconhecia, então, à África ao sul do Sara categorias de cultura e de civilização próprias?

Em artigo não assinado e sob a rubrica «Questões Sociais» em *Os Simples*, de 27 de Março de 1911, dizia-se que «o problema económico de Moçambique reside na instrução indígena». Contra a ideia, por certo prevalecente, defendia-se que as «raças aborígenes» não deveriam ser eliminadas ou absorvidas à «maneira anglo-saxónica». O que havia a fazer era «pensar positivamente em integrá-las na civilização». Ainda remando contra a maré, considerava-se a «raça negra», tal como todas as raças, «susceptível de cultura». Só que a Europa levava séculos a assimilar a sua civilização. E esta não estava a ser transmitida às «raças aborígenes» a quem não tínhamos dado os meios «que podem desenvolver a civilização»: estradas, escolas. «Obrigamo-las, sim, a contribuir para a manutenção do Estado, sem em troca lhes concedermos coisa alguma». Denunciava-se que enquanto a receita pública de Moçambique quase atingia os seis mil contos de réis, apenas doze ou catorze contos se destinavam à instrução, isto é, três por cento, enquanto para o exército ia mais da quinta parte. O articulista defendia que «a educação tem de fazer-se integral, mas visando de preferência as faculdades criadoras e assimiladoras do indígena». De qualquer maneira, o moçambicano de raiz era encarado em subalternidade, nesta altura quase um século passado sobre a própria legislação liberal que idealmente lhe atribuíra o estatuto legal de cidadão a tempo inteiro. Com efeito, entendia-se que «o ensino para o indígena tem de ser profissional e agrícola, sem contudo se descurar a educação intelectual, que se reduzirá ao indispensável do *saber ler, escrever e contar*». E isto porque «a agricultura, base da riqueza da Província, deverá ter na educação o seu principal lugar».

De *per si* só, este pequeno artigo dá bem ideia dos equívocos em que os sindicalistas estavam metidos pelo simples facto de não disporem de uma análise aprofundada do sistema. E a contradição vai ao ponto de não divergirem grandemente da burguesia que denunciavam constantemente, nessa questão, então fundamental, da criação de disponibilidade de mão-de-obra. Que assim era, prova-o o facto de *O Germinal*, já em 1915, estar nada mais nada menos do que a apoiar a causa de um agricultor que se

queixava de que o secretário da administração do Bilene não atendia convenientemente as suas requisições de mão-de-obra.

É evidente que o paternalismo incontestável e as pelo menos esporádicas manifestações de racismo não radicavam, tão simplesmente, na carência de instrumentos de análise. Derivavam, igual e imediatamente, do estatuto onnipresente de casta privilegiada com que o estrato europeu da sociedade local sempre se prevaleceu, e de maneira radical, e que estava na base da prosperidade material que exibia e com que se locupletava, do mesmo passo projectando para dentro e para fora de si a consciência artificialmente construída da superioridade rática. Apesar do carácter com que, a nível institucional, tal estatuto se revestia, isso mesmo ficou translúcido num artigo assinado por Afonso Silves publicado em *O Germinal* de 30 de Outubro de 1917. Nesse pequeno artigo, o autor põe justamente o problema de saber até que ponto seria aplicável em Moçambique o «sistema igualitário» constante do programa dos socialistas portugueses. Ainda no meio dos maiores equívocos, Silves entendia que os trabalhadores só tinham que seguir, na esteira do regime que surgira da revolução de 5 de Outubro de 1910, a política socialista. Mas anotava que este partido já de há muito tinha o seu programa elaborado e «a sua contextura social amplamente definida» pelo que, naturalmente, admitia no seu seio homens de todas as raças. E interroga-se: «... como poderemos nós, aqui onde existe uma população tão variada e cosmopolita, sujeitar-nos à inspiração e dimanação de princípios igualitários que vêm estabelecer entre raças absolutamente diferentes uma diferenciação de usos e costumes que muitas vezes nos vemos obrigados a combater?».

Era, claramente, a colocação do problema racial formulado embora com alguma confusão e com não menos má consciência. Por um lado, incapacidade de análise, sim; por outro, a pressão irreparável do contexto social prevalecente. O que leva o autor a avançar, agora sem hesitação: «quem tenha verdadeiro conhecimento da maneira como vivem entre nós diferentes raças do Oriente não pode, como nós, conceber que a estas possam ser dados os mesmos direitos e as mesmas regalias que dadas são aos europeus, e assim, o princípio igualitário defendido e propagado pelos intelectuais do socialismo tem de sofrer uma restrição que contraria na sua

essência uma das principais virtudes compreendidas no programa socialista, porque, se as necessidades não são as mesmas, os usos e costumes não são os mesmos também, estabelecido o sistema igualitário a rigor, colocaria a raça europeia num grau de inferioridade abominável».

O carácter racista deste escrito é tanto mais de assinalar quanto é certo que visa os asiáticos, usando do já então estafado argumento das necessidades diversas para raças diferentes. No fundo, era a concorrência da mão-de-obra asiática a ameaçar o *standing* social dos trabalhadores europeus. Concorrência que vinha de muito antes. Em 1906 (10 de Dezembro), um jornal republicano, *O Progresso*, dizia exactamente o que viria a repetir o semanário operário, onze anos mais tarde. Nos caminhos-de-ferro, nas obras do porto e nas oficinas da Catembe, tinham sido despedidos operários portugueses que foram substituídos por mauricianos e asiáticos, muito mais baratos que aqueles. Dados os seus hábitos de vida, dizia o jornal que «um asiático ganhando, por exemplo, 1500 réis, ganha mais que um operário europeu ganhando 3000 réis». Para além da ausência total de uma análise classista do problema, se vê como o articulista do jornal operário coincidia exactamente com o jornal burguês.

É bem certo que raras vezes os sindicalistas se manifestaram tão cruelmente racistas, na defesa de um *status* de superioridade para a «raça europeia», assim dita, exactamente. Mas não será difícil aceitar que tal *background* cultural e social se tivesse mantido dominante, tanto para a generalidade dos sindicalistas, como para a restante comunidade europeia em Lourenço Marques.

O mais curioso, é que Afonso Silveiras, que tão claramente expressava um ponto de vista racista, admitia logo a seguir ser este problema uma das causas «do pouco desenvolvimento do ideal socialista entre nós». Embora o insinue e esteja à vista, não se atreve a reconhecer a incompatibilidade existente na defesa simultânea de privilégios de classe e de casta, por um lado, e do socialismo, por outro.

Se o jornal *Os Simples* estigmatizava o assassinio de um negro por um auxiliar da polícia civil, em Dezembro de 1912, parecia fazê-lo bem mais em campanha contra a polícia do que a favor da justiça, tanto mais que crimes desses deviam ser o pão-nosso de cada dia, nesse tempo, e nada consta da imprensa operária que existiu, ao longo de décadas, em Lourenço Marques.

Já *O Germinal*, na edição de 28 de Dezembro de 1915, é inequívoco em desabafo tipicamente racista, a propósito de um assassinato à facada: «Temos notado que se tem dado larga demais ao preto e este tomando asas está um tanto refilão e não tem pelas leis nem pelo europeu o respeito que há poucos anos passados tinha. Compreendemos que é necessária uma certa tolerância para com os pretos, mas essa tolerância não pode ser tão excessiva que nos faça perder a nossa supremacia e autoridade (...) É preciso que as autoridades dêem a estes criminosos um castigo severo que se torne bem notório entre a pretalhada e que aos indígenas seja expressamente proibido o uso de qualquer arma...»

É certo que as posições dos sindicalistas não foram uniformes nem entre si nem ao longo do tempo. Chegaram mesmo a utilizar terminologia de condenação frontal do racismo, embora o mesmo se não possa dizer do colonialismo, pelo menos tal como hoje o entendemos. Mas o que se não descortina é que o tenham feito como exigência das suas próprias convicções e, muito menos, como parte integrante da sua *praxis*. Fizeram-no, isso sim, sempre que de alguma maneira se viram provocados de fora. O que desde logo levanta a suspeição de estarem a contas mais com uma má consciência do que com uma estratégia ou tática consequentes.

Em 1920, *O Emancipador* estava em polémica com *O Brado Africano*. E, na edição de 9 de Agosto, aquele demarcava-se de acusações deste, não sem um certo nervosismo: «Distinção de raças, dentro de uma Pátria?! Nós não as fazemos dentro do universo! Distinção de portugueses e de bandeira? Se a nossa Pátria é o Globo, e a nossa bandeira a da Internacional!».

Na edição de 1 de Novembro, volta à carga, desta vez para esclarecer uma acusação constante do n.º 93 de *O Brado Africano*, que noticiava a aprovação de uma moção do Congresso do Partido Socialista de Portugal em defesa dos naturais das colónias. E *O Brado* dizia que em Portugal não havia repugnância em eleger pretos para presidir a conferências socialistas, em contraste com o que faziam em Lourenço Marques «os socialistas de fato de caqui e da Internacional». O colunista de *O Emancipador* respondia ser errado «pelo menos no que respeita aos socialistas agrupados e aos organismos que representam». Que já tinham sido nomeados pretos para presidências, mas estes rejeitavam-nas. Que não se filiavam. Que só havia uma associação com maioria de pretos filiados, a das Artes Gráficas. «Pois,

ainda assim, é preciso que os europeus andem à agulhada a eles, como se fossem bois de carga, pois, se não fosse assim, nenhuns nativos teria aquela colectividade. Nenhuns. Porque o preto foge das associações como o diabo foge da cruz».

Bastaria esta pequena tirada para ver como, em 1920, permanecia o distanciamento cultural entre europeus e africanos, o paternalismo daqueles e a falta de condições para que os segundos pudessem adquirir uma consciência de classe. Aí sim, será de dar crédito à sinceridade do autor da nota do jornal operário quando, prosseguindo, fala do desinteresse dos pretos pelas associações e pelas greves e se interroga sobre os motivos de tais ausências. Conclui, aparentemente desolado: «Pois nestas circunstâncias, a gente não há-de andar a correr atrás dos nativos e amarrá-los à cadeira da presidência duma reunião». Impotente para decifrar a incógnita, socorre-se da facilidade: «(...) lá na metrópole, os socialistas pretos são menos tímidos e mais corajosos». Quando o que, justamente, interessava saber era por quê.

Mas a polémica entre os dois jornais continuou. Logo na edição seguinte, e a propósito do que, pelos vistos, se falava muito na imprensa local, o chamado «perigo africano», *O Emancipador* começa por tomar posição relativamente ao «nativismo» expresso na frase que, no seu dizer, corria mundo: — A África para os africanos! Afirmando, logo de seguida, inequivocamente: «Ora como o nativismo é, afinal, uma variante do *imperialismo*, nós combatemos aquele como combatemos este». Restando embora saber, exactamente, qual o conceito de imperialismo adoptado pelo articulista do jornal operário, não há dúvida que avançava ideias verdadeiramente progressivas, internacionalistas: «Não se julgue que, por condenarmos o nativismo, entendamos que têm o direito de, longe da terra em que nasceram, gozando de uma liberdade inapreciável, venham alguns homens impor a escravatura a outros homens». Voltando a *O Brado Africano* e à acusação de os socialistas locais desdenharem do preto, admite haver, em Lourenço Marques, e ao contrário do que aconteceria na Metrópole, «um ténue preconceito, é certo». Competiria a *O Brado Africano* combatê-lo e não desviar os golpes do objectivo que deveria ser o seu. No qual incluía o contributo para a instrução dos pretos. E aconselhava-o, paternalista: «Não faça nativismo. Faça socialismo. Não dê aos pretos a noção de que a

África é dos africanos. Dê-lhe a noção de que a África é da humanidade. Não os aconselhe a combater os brancos por diferença de raça. Ensine-os a combater os exploradores: brancos, amarelos, pardos e da sua própria raça. Cumprirá assim bem melhor a sua missão que enveredando pelas dúbias afirmações socialistas do seu director, de braço dado com a exaltação de Sidónio Pais, inimigo dos socialistas. Trace uma linha recta na sua conduta e siga-a sem tergiversar. Não faça os pretos livres numa terra graças à lei da pátria, deixando-os escravos amarrados à lei do salário» ⁽¹⁵⁾.

Embora possam levantar-se dúvidas, como por exemplo a da coincidência ou não da boa formulação de princípios do jornal operário em polémica com *O Brado Africano* e a defesa dos interesses imediatos do estrato europeu de Lourenço Marques integrado dos sindicalistas, a verdade é que se outra razão não existisse, a confrontação praxística e ideológica a que estes iam sendo sujeitos apurava na linguagem o que não poderia deixar de ser, igualmente, gradual tomada de consciência. E enquanto em 1917 se manifestava em Lourenço Marques, pela pena de um socialista, a perplexidade frente ao anti-racismo do programa do Partido Socialista Português, em 1921 tudo indica não ter causado quaisquer engulhos a «Saudação à Raça Negra» feita pelo Congresso do mesmo partido, reunido no Barreiro a partir de 9 de Junho. *O Emancipador* de 1 de Agosto seguinte publicava a saudação: «Pelo sr. Heliodoro Monteiro de Castro foi apresentada uma moção, que foi aprovada por aclamação, repudiando todas as responsabilidades e desmandos do Estado burguês português e protestando contra todos os preconceitos que dividem as raças nacionais contra a não extensão aos indígenas da África portuguesa de todos os direitos que lá auferem os seus irmãos da Europa portuguesa e saudando com um abraço fraternal os seus irmãos negros, certos de que só com a união livre de todas as raças nacionais será possível a implantação da República Social em Portugal».

Uma coisa é o racismo, outra o colonialismo (de que falaremos), mas a verdade é que alguma coisa evoluía e a confirmá-lo está o facto de, alguns dias depois da publicação desta moção em *O Emancipador*, na edição de 22 do mesmo mês, surgir uma convocatória para todos os metalúrgicos e marítimos os quais eram convidados a, «sem distinção de raças», reunirem na sede do Sindicato Geral, a 23. Esta preocupação de eliminar

expressamente o preconceito racial, que se julga ter sido a primeira em tais circunstâncias, certamente que se ficou a dever aos factos relatados.

Não obstante, a evolução não era nem uniforme nem linear e, facto constatável até ao fim da era colonial, o africano acabou sempre por ser reduzido e circunscrito à categoria de mão-de-obra, condenadamente escravizada ou não. *O Emancipador*, na sua edição de 21 de Novembro de 1921, publicou a exposição do Sindicato Geral ao Governo, relativamente à Convenção com o Transval. Acerca do fornecimento de mão-de-obra moçambicana, era o Sindicato de opinião que ele se não fizesse com prejuízo da Província. Entendia não se dever obstar a saída dos trabalhadores para uma terra onde se lhes pagava melhor, obrigando-os a sujeitar-se em Moçambique a uma exploração como a que sobre eles se exercia na Zambézia. O Sindicato defendia que se lhes pagasse de tal maneira que não sentissem necessidade de emigrar e quando surgisse excesso de braços deveria permitir-se a emigração, mas esta feita por agentes portugueses que tivessem em atenção as conveniências da agricultura da Província e, simultaneamente, velassem pelo pagamento condigno do seu trabalho, evitando assim a exploração exercida mercê do impedimento à emigração. De contrário, esta continuaria clandestinamente.

Curiosamente, as últimas manifestações imediatamente antes de a ditadura ter chegado a Lourenço Marques com toda a sua força, do jornal operário, e relativamente ao racismo, voltam a pretextar-se de *O Brado Africano*. *O Emancipador*, na edição de 8 de Setembro de 1924, acusava-o de ser tudo menos um defensor «dos direitos da escravizada raça negra». E a 23 do mesmo mês volta a atacá-lo, desta vez pelo facto de, apresentando-se como defensor dos nativos, nem uma palavra dizer acerca dos empregados da Imprensa Nacional, quase todos indígenas, e que tinham sido despedidos por não estarem contemplados por verba orçamentada, e sem terem beneficiado de qualquer prazo, como era da praxe. Enquanto *O Emancipador* tinha defendido, por várias vezes, «desinteressadamente», a causa dos indígenas, *O Brado Africano* — acrescentava — esse, defendia a gente do Grémio.

Finalmente, na edição de 9 de Maio de 1927, o jornal operário replicava a *O Brado Africano* que se tinha insurgido por aquele ter acusado os construtores civis de só empregarem *monhés e pretos*. Verdade ou habilidade, o

certo é que *O Emancipador*, reafirmando o que tinha publicado, acrescenta querer dizer com a dele, para quem o quisesse entender sem sofisma, que os «monhés» e pretos trabalhavam por um ordenado miserável e que isso tanto era prejudicial a eles como aos operários da construção civil. «De resto — prosseguia — os do *Brado* sabem perfeitamente que nós e todos os que orientam e dirigem os organismos que estão dentro da Casa do Trabalhador defendemos a igualdade sem distinção de cores ou raças. Já demos provas disso algumas vezes».

1.2. O COLONIALISMO

Se os sindicalistas de Lourenço Marques mantiveram posições equívocas sobre o racismo e se pode admitir-se que essas posições foram evoluindo, ao longo do tempo, a favor de um esclarecimento e de uma tomada de consciência que só não terá sido completa pela destruição do movimento com o advento da ditadura militar e a política portuguesa subsequente — se assim foi relativamente ao racismo, o mesmo se não poderá dizer quanto ao colonialismo.

O movimento sindical, tal como pode ser avaliado no estádio actual da investigação, quanto ao fenómeno colonial no qual ele, ao fim e ao cabo, se inseria, manteve-se uniforme, pode mesmo dizer-se unívoco. Não, evidentemente, apoiando o colonialismo enquanto tal. Mas seguindo, sem qualquer tergiversação, a pista que, vinda dos tempos do ultimato inglês e da geração de colonialistas liderada por António Enes, punha na conservação dos territórios africanos a principal razão de ser do patriotismo português. O chauvinismo empolado que foi um dos *leit-motiv* da propaganda republicana. No que coincidia com os republicanos. Não somente porque, vindos de Portugal, era ainda da proclamação da República que os sindicalistas, pelo menos durante alguns anos, esperavam o encaminhamento para o que chamavam de república socialista, mas também porque vieram encontrar no meio novo em que procuravam inserir-se, como inimigo principal dos seus ideais, a «talassaria», isto é, os que se identificavam com o antigo regime. Se bem que jamais tivessem deixado de equacionar o conflito principal em termos de luta de classes, destacando permanentemente que o que estava

em causa era a eterna oposição entre explorados e exploradores, eles viram, na República, durante bastante tempo, o ponto de partida indispensável à caminhada para o socialismo. Foi, aliás, um longo calvário, o das desilusões que os sucessivos governos republicanos sobre as suas ingénuas esperanças foram lançando. Na sua tática, portanto, era prioritária, a defesa da República. E defender a República era, por igual, defender a integridade do território dito nacional, englobando as colónias.

De resto, como já dissemos, o sistema colonial estava longe de começar a ser problematizado. Nem por intelectuais nem por organizações de trabalhadores. Quer as posições tomadas pelo Partido Socialista Português, quer as que vieram a ser expressas pelas organizações laborais portuguesas em congresso, aliás radicais dentro dos limites a que se circunscreveram, atacavam a exploração com características de escravagista que permanecia nas colónias, mas deixavam intacto o sistema de que essa exploração era parte integrante.

Ainda aqui tornar-se-ia fundamental tomar na devida conta o desenvolvimento das forças produtivas, a estratificação das classes em presença, etc.. De facto, quando o território estava no limiar da penetração do capitalismo, isto é, quando ainda quase se não pode falar de verdadeiras forças produtivas no território, como poderiam, em que termos, e em que circunstâncias, os sindicalistas pôr-se o problema da desvinculação colonial? Mesmo que não estivessem profundamente condicionados por esse liame republicano de que falámos. Na altura, era a utopia.

Sem dúvida que, nos anos vinte, quando o porta-voz dos sindicalistas de Lourenço Marques era o jornal *O Emancipador*, esboçava-se já no espírito dos mentores do movimento operário a solução definitiva: os moçambicanos é que haveriam, um dia, de decidir o seu destino. A esse respeito, pode mesmo avançar-se que, convicto ou não, terá sido, quem tal escreveu, o primeiro dos portugueses a formular o que hoje nos parece da lógica mais elementar. Mas tal foi afirmado em circunstâncias que não permitem aceitar, sem mais, tal posicionamento como princípio arreigado e, muito menos, como princípio impulsor de uma prática integradora da estratégia sindicalista.

O grupo de colonialistas que definira e abriu o caminho para a fase derradeira do colonialismo português, isto é, para a fase do verdadeiro

colonialismo, que informou toda a política colonial dos últimos tempos da Monarquia, da República e mesmo do Salazarismo, foi a geração que não somente emprestou às camadas dirigentes a convicção colonial e lhe proporcionou os meios teóricos e práticos necessários à arrancada definitiva, como também empolgou toda uma população, projectando o chauvinismo até fracções não desprezíveis do proletariado. Para os sindicalistas portugueses de Lourenço Marques o patriotismo incorporava-se, na sua dimensão geográfica, da integridade do território africano e nisso em nada diferiam eles dos melhores colonialistas.

Justamente no dia 1 de Maio de 1914, uma representação das classes operárias, integrada de elementos das associações dos empregados do Comércio e Indústria, dos Gráficos, da Confederação Operária, Marítimos, trabalhadores da Construção Civil, da Juventude Socialista e do Centro Socialista, de par com a Maçonaria e associações do Patronato e dos Proprietários, saudava o regresso a Moçambique, como Governador-Geral, do General Joaquim José Machado. E o que têm para dizer ao novo Governador é, em primeiro lugar, as esperanças que nele depositam de fazer prosperar a colónia, no que estão dispostos a colaborar com o seu esforço de trabalhadores. Para eles, trabalhadores, nada reivindicam, limitando-se a propor a instituição de uma Caixa de Socorros Mútuos⁽¹⁶⁾. A oferta de colaboração em troca do prato de lentilhas.

O desencadear da primeira guerra mundial foi o que hoje podemos tomar como pedra de toque para os trabalhadores organizados de então. Inclusivamente para os sindicalistas portugueses de Lourenço Marques. Era não só a guerra mas também, no caso português, a intervenção de um país pretextada justamente pela sua qualidade de país colonial. Aí os sindicalistas foram irrecusavelmente nacionalistas e patriotas do patriotismo republicano dominante. *O Germinal*, na sua edição de 20 de Outubro de 1914, em artigo de fundo, lastimava a indiferença com que a população de Lourenço Marques recebeu a expedição militar acabada de desembarcar. A posição era clara e permaneceu inalterável, o que se deduz, sem qualquer hesitação, quer das afirmações peremptórias, quer de pequenas locais, tais como as que noticiavam a mobilização de militantes sindicais e outras. As expedições militares eram, em Moçambique, a garantia da integridade territorial; antes de tudo, a missão patriótica

de manutenção de um *status* nacional considerado nas suas componentes geográficas e mesmo sociais.

Outro dado convergente é o apoio entusiástico, ainda de *O Germinal*, à campanha da associação local «Pró-Pátria» em defesa da «colonização» por famílias europeias a estabelecer em vários pontos do distrito, além do Umbelúzi.

No Congresso Operário de 1915, Eduardo Franco Martins, que de si mesmo se dizia de princípios libertários, apresentou uma tese sobre «a melhor forma de obter dos elementos patronal e do Estado a protecção que estes devem aos trabalhadores...». A causa última que busca para a «protecção», assim como o objectivo do congresso, não é os interesses específicos dos próprios trabalhadores, mas «o desenvolvimento das nossas colónias, especialmente a Província de Moçambique».

Se assim era relativamente à integridade territorial, o chauvinismo colonial subsistia na memória dos homens que o corporizaram e lhe garantiram o élan vital.

O Germinal de 1 de Fevereiro de 1916 não deixa passar em branco a vitória dos portugueses em Marracuene, com o 21.º aniversário no dia seguinte. Não é apenas a efeméride que se regista mas, muito mais, a data gloriosa da história africana dos portugueses que se comemora através de um verbo exaltado. O mesmo jornal, ainda no mesmo ano, e na edição de 14 de Março, apoia entusiasticamente a iniciativa do Governador-Geral de concluir a estátua «do grande Mousinho». Além do mais, o dado sentimental a cimentar a convicção e a boa consciência da acção colonial: «Nesta redacção há quem servisse nas suas (de Mousinho) fileiras, há quem ainda tenha pela sua memória muita veneração». E a primeira página do semanário, na edição de 28 de Março, era toda ela dedicada a «uma festa patriótica no Teatro Varieté, chorando a memória de Mousinho de Albuquerque».

Alguns anos mais tarde, o número único de *O Emancipador dos Trabalhadores* (6 de Setembro de 1920), a propósito de alguns periódicos locais tratarem o comandante João Belo por «grande amigo de Moçambique», afirma merecer-lhe tal tratamento algum reparo «por ninguém ainda se ter lembrado de juntar essa mercê aos nomes prestimosos de António Enes, Mousinho de Albuquerque, Freire de Andrade e Massano de Amorim, figuras em destaque pelos relevantíssimos serviços prestados à Província...»

O Emancipador de 23 de Maio de 1921, a propósito de uma sessão magna promovida pela Associação Filantrópica Académica de Lourenço Marques contra afirmações do deputado por Krugersdorp no Parlamento da África do Sul, Sir Abe Bayly, e segundo as quais Moçambique teria «vivido improgressivamente», diz não tomar parte porque as «suas ideias lhe não permitem andar de braço dado com os seus naturais inimigos — as forças vivas». Isto diz, e mais, ser verdadeira a afirmação de Sir Bayly. Mas, para o jornal operário, uma coisa é a sua opção de classe, outra o seu patriotismo: Sir Bayly não tem o direito de meter o nariz na casa alheia e isso é que é bom fazer-lhe sentir dum modo bem significativo. Aqui em Moçambique, portuguesa por direito de conquista, outrora, mas portuguesa por sacrifício de civilização, hoje, só os naturais terão direito, em tempo oportuno e ainda longínquo, a substituir os portugueses. Os ingleses não têm aqui nada que cheirar e é bom que, quando o façam sob o ponto de vista político, se enxotem com energia».

Quando se punha o problema da má administração colonial, com o poder centralizado em Lisboa, também o órgão dos trabalhadores não ultrapassava essa esfera, como se o que estava em questão fosse, apenas, a gestão da coisa pública. A propósito do empréstimo a contrair por Moçambique, de que então se falava, *O Emancipador*, de 5 de Maio de 1924, nem sequer problematiza o tipo de relações coloniais que se mantinham entre Portugal e Moçambique, ficando-se por vituperar o Ministério das Colónias, onde estava «o poder de pôr e dispor de tudo isto». A solução seria a de a população local (entenda-se: os colonos europeus) «de *per si* administrar com voto consultivo os dinheiros que agora do empréstimo vêm». O jornal vai, entretanto, avançando com as suas posições sem sair porém de um quadro colonial. É certo que em 6 de Outubro, lastimando a falta de trabalho em Lourenço Marques, para o emigrante português, acrescenta: «para que no futuro Moçambique fosse o que deveria ser: um pequeno ou grande país onde cada qual encontrasse no trabalho a recompensa do seu esforço e onde a língua portuguesa constituísse o idioma duma terra nova, como aconteceu no Brasil». Mas dois anos depois, a 6 de Dezembro, a propósito da passagem do general Hertzog por Lisboa, a caminho de Londres, seduzido pela autonomia que a África do Sul ia adquirindo, acha que os trinta mil brancos (?) (*sic*) de Moçambique

justificavam que a Colónia se governasse por si conquanto o Presidente da República devesse ser, por igual, o «Presidente das Colónias».

Era ainda relacionada com esta visita que se debatia, em Lourenço Marques, a ideia de alugar a uma empresa privada o Porto e os Caminhos de Ferro. *O Emancipador* (6 de Junho de 1927) protesta, a toda a largura da primeira página, em nome dos «filhos de Moçambique (...) os edificadores do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques; os que pela sua continuidade de permanência e reprodução adquiriram foros de cidadãos de Moçambique».

A ditadura ia de vento em popa e, com ela, calar-se-ia esta voz que crescentemente se encaminhava para a defesa da autonomia. Como poderia ter evoluído em circunstâncias diferentes é, porém, um futurível, e como tal de trato ilegítimo.

NOTAS

- (1) Jacinto Baptista, *SURGINDO VEM AO LONGE A NOVA AURORA...*, Lisboa, 1977, págs. 62 e 63.
- (2) Idem, pág. 64.
- (3) A agitação era a greve ferroviária do mesmo ano, que teve grande impacto na cidade e que deve ter provocado a maior perplexidade na burguesia local. O dr. Serafim Gomes de Seça, advogado, era, em 1918, o Presidente da Direcção local do Partido Republicano Evolucionista, que tinha como órgão também local o jornal *O Incondicional*.
- (4) *O Emancipador*, 31/Janeiro e 21/Fevereiro/1920.
- (5) Idem, 22/Março/1929.
- (6) «O anarquismo português na sua forma moderna (pós-proudhoniana) teve em Kropotkine o seu principal inspirador, reclamando-se dele a maioria dos grupos e jornais». Carlos da Fonseca, *INTRODUCTION À L'HISTOIRE DU MOUVEMENT LIBERTAIRE AU PORTUGAL*, pág. 2, cit. in Jacinto Baptista, ob. cit., pág. 37.
- (7) Jacinto Baptista, Idem.
- (8) *O Incondicional*, 19/Janeiro/1917.
- (9) Para a evolução das relações entre o Partido Socialista, o Partido Republicano e as classes trabalhadoras em Portugal, até à implantação da República, vide V. Pulido Valente, *O PODER E O POVO*, Lisboa, 1976, *passim*.
- (10) *O Progresso*, 30/Agosto/1906.
- (11) *Vida Nova*, 5 e 8/Agosto/1908.
- (12) *O Germinal*, 17/Agosto/1915.
- (13) Idem, 16/Outubro/1917.

- (14) 28/Novembro/1921.
- (15) *O Brado Africano*, sucessor de *O Africano*, publicou-se a partir de 24 de Dezembro de 1918 e eram seus mentores os irmãos João e José Albazini e Estácio Dias. Atacava de forma muito viva a exploração dos trabalhadores africanos e era porta-voz da Liga Africana, com sede em Lisboa, que seguia de perto o movimento pan-africano de Dubois. O jornal era também intransigentemente lusófilo e deixava transparecer a adesão dos seus dirigentes à Igreja Católica. Apoiou Sidónio Pais quando este tomou o poder, em Lisboa.
- (16) Suplemento ao B. O. n.º 22, 4/Junho/1914.

02. A IMPRENSA

Uma das manifestações mais significativas e mais concludentes do movimento operário de Lourenço Marques foi a da sua imprensa. O associativismo de classe e as acções reivindicativas tiveram nela o apoio indispensável. Mas o que talvez se deva anotar como nota relevante é a imagem hoje colhida das suas páginas, da agressividade na reivindicação, da vibração no debate ideológico, da expressão escrita da luta de classes — o tónus de idealismo com que a marca romântica das crenças anarquista, socialista e republicana matizava a acção do proletariado europeu em Moçambique, nos anos 10 e 20.

A imprensa operária, isto é, jornais de operários ou de associações de trabalhadores, por eles redigidos e a eles destinados prioritariamente, teve como órgãos principais, e por ordem cronológica de publicação, os semanários *Os Simples*, *O Germinal* e *O Emancipador* ⁽¹⁾, que se editaram quase ininterruptamente desde 1911 até 1934. O que, de *per si*, demonstra a continuidade do movimento ao longo de duas décadas.

Outros títulos viram a luz do dia, de forma precária embora. O primeiro terá sido *O Ideal*, dois números únicos, o primeiro publicado a 1 de Agosto de 1901, para comemorar o aniversário da fundação da Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria e o segundo a 1 de Agosto de 1902, com a mesma finalidade.

A 1 de Julho de 1911 publicou-se o número-programa de *A Voz do Caixeiro*, único conhecido.

No mesmo ano, eram os tipógrafos da Imprensa Nacional que, a 5 de Outubro, faziam sair *O Graphico* para comemorar o primeiro aniversário da República.

No ano seguinte, datado de 2 de Novembro, foi publicado o número-programa de *O Proletário*, «jornal defensor das classes trabalhadoras e

propagador do Ideal Socialista». Era seu editor António Augusto Amaro, redactor M. Gomes dos Santos e administrador José da Costa Baiaia. Apresenta-se como folha trimestral, propriedade do grupo editor de *O Proletário* e impresso na tipografia da Minerva Central. Não se conhece outro qualquer número, embora no Catálogo de Ilídio Rocha figure, sem mais indicações, o mesmo título para 1913, publicado em Lourenço Marques. O editorial deste número-programa, sob o título «Duas Palavras», começa por dizer que não apresenta programa. Manifesta, depois, o seu inconformismo: «O que está e como está, não nos serve a nós trabalhadores, nem pode servir a ninguém que alimente em si verdadeiras ideias liberais...». Propõe-se defender «os interesses dos que tudo produzem» porque «nos regimes burgueses nada há a esperar em prol das nossas reivindicações».

A 17 de Junho de 1915 surgiu *O Ferroviário*, «Semanário da Classe Ferroviária da Província de Moçambique». Era Director A. Fortunato do Rego, Editor M. Gomes dos Santos, Redactor M. Alves Cadiga e Administrador Manuel Ferreira. Só se conhece o primeiro número, o único existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Publicou-se durante os anos de 1915 e 1916. No editorial de apresentação — «Ao que vimos?» — afirma a independência partidária, propõe-se defender os ferroviários das perseguições e castigos de que estão a ser vítimas e modificar a «tão desgraçada situação que coloca o pessoal dos caminhos-de-ferro da Província sob uma escravatura branca...». Apela para a recuperação da associação de classe, em decadência. A partir de 5 de Outubro de 1915 *O Germinal* mantém uma polémica constante com *O Ferroviário*, acusando este de não defender a classe mas de se dedicar, apenas, a ataques pessoais. A 9 de Novembro o primeiro daqueles semanários operários publica uma declaração assinada por 131 empregados dos Caminhos de Ferro em que estes não consideram *O Ferroviário* como órgão da classe e em que dizem não perfilhar a orientação que segue.

Em 15 de Setembro de 1926 foi publicado o primeiro número de *O Funcionário*, «Boletim da Associação dos Funcionários Cíveis de Moçambique» e que teve uma segunda e última edição a 31 de Dezembro de 1926. Apresentava como directores Aníbal Duarte Silva e Raul Neves Dias.

Segundo o Catálogo de Ilídio Rocha, ter-se-ia publicado em 1913, em Lourenço Marques, *O Trabalho*, periódico com saída irregular e dedicado à defesa dos interesses dos trabalhadores.

2.1. OS SIMPLES

A colecção do jornal *Os Simples*, existente no Arquivo Histórico de Moçambique, vai do n.º 1, Ano I, datado de 25 de Fevereiro de 1911, até ao n.º 79, do Ano III, com a data de 14 de Setembro de 1913. Do n.º 1 até ao n.º 5 é um pequeno boletim com o formato de 27 por 18,5 cm. e 8 páginas a 2 colunas. Sob o título: «Jornal operário destinado à defesa de todos aqueles que, usurpados nos seus direitos, tenham fome e sede de Justiça». Traz a indicação de ser impresso na Tipografia de *Os Simples*, Rua Tenente Valadim, 33, e ser propriedade da Trupe Musical *Os Simples*. A periodicidade era semanal. Os nomes dos responsáveis: Director, M. J. Sousa Amorim; Editor, José de Matos; Secretário da Redacção, M. Gomes dos Santos e Administrador, J. M. Dias Pires d' Almeida. O preço da assinatura era de 955 réis para cada trimestre. A última página estava preenchida por cinco anúncios. A partir do n.º 6, com a data de 6 de Abril de 1911, é publicado em formato maior: 48 x 31 cm. e paginado a cinco colunas. Os nomes dos responsáveis permanecem. A última página do n.º 7 é ocupada com um anúncio da tipografia de *Os Simples* que se diz preparada para todos os trabalhos tipográficos e prestes a encomendar novos tipos nacionais e estrangeiros. De onde se deduz dispor o núcleo de trabalhadores que lançou o jornal de tipografia própria, susceptível de concorrer com as restantes e, dessa maneira, facilitar a elaboração do jornal e aportar-lhe meios de subsistência. O que é confirmado por referências ao longo das edições, através das quais se sabe que os responsáveis tipógrafos, depois do seu horário de trabalho profissional, na Imprensa Nacional e em outras casas, eram redactores e compositores do jornal operário. Ao que parece, dispondo também de tipógrafos assalariados.

Na edição de 17 de Fevereiro de 1912, José de Mattos já não se apresenta como editor, tendo o lugar passado à responsabilidade de Manuel dos Santos. Por falta de editor, a publicação do jornal esteve suspensa, tendo

saído o n.º 38 a 26 de Janeiro e o n.º 39 a 17 de Fevereiro. O jornal voltou a ter saída irregular por alegada doença de tipógrafos. Dois deles foram atacados de febres. O n.º 49 saiu a 28 de Maio de 1912 e o n.º 50 só em 15 de Junho. Pelo mesmo motivo, o n.º 51 tem a data de 28 de Junho e o n.º 52 a de 12 de Julho. Outra irregularidade na publicação dera-se em 1911, quando o n.º 17 saiu a 24 de Junho e o 18 a 13 de Julho, por doença de toda a oficina, «a extinta tipografia de *O Portuguese*, que forças de circunstância nos obrigaram a tomar»⁽²⁾ Como surgiu a ideia da publicação do jornal? A motivação mais geral está, evidentemente, nas condições e circunstâncias que foram pano de fundo ao movimento operário em Lourenço Marques. As causas próximas, essas vêm expressas na edição de 3 de Junho de 1911, se bem que escassamente explicitadas: «Este jornal é quase uma ramificação da greve do pessoal dos eléctricos; foi devido a ela que nos abalançamos a pôr *Os Simples* a rua...». Nada, porém, nos primeiros números, refere directamente a greve ou deixa perceber qualquer ligação entre ela e a iniciativa do lançamento do periódico.

O primeiro número diz, em editorial que ocupa toda a primeira página, dos objectivos do jornal. Numa linguagem desataviada mas escoreita, começa por esclarecer nada ter a ver o título com o poema de Guerra Junqueiro. «O título que nos serve de epígrafe — prossegue — é simplesmente o de um grupo de rapazes no vigor da vida, animados pelo estreitamento de amizade e convicções, desde há bastantes anos vivendo aqui nesta bela terra portuguesa, longe da família e da mãe-pátria, como irmãos, numa harmonia santa, numa fraternidade encantadora, auxiliando-se mutuamente e auxiliando também todos aqueles que dos seus serviços têm necessidade para minorar as suas infelicidades. E assim, vendo que o operariado desta cidade — ao qual sinceramente nos orgulhamos de pertencer — necessita de quem lhe defenda os seus interesses com perfeito conhecimento, unindo-o tanto quanto possível para o fortificar, resolveu fundar este jornal com o nome da mesma trupe, apresentando-o como órgão do operariado e destinando-o à defesa daqueles que tenham fome e sede de Justiça». Esta linguagem, de um idealismo paredes-meias com a ingenuidade, levanta a suspeita de se tratar de um pequeno núcleo de trabalhadores imbuídos de alguma influência das ideias cooperativistas próprias dos libertários. O que insinua com a sua prática de vida não

é, certamente, o *falanstério fouriereano* nem será, sequer, o seu embrião, mas algo que o evoca.

Não obstante, detecta-se alguma consciência de classe. Não se trata, exclusivamente, de «defender os pobres e humildes». Com efeito — afirma-se — «se o operariado tem deveres a cumprir para com a sociedade, que essa compreenda que os trabalhadores não devem ser tratados com o desdém e o desprezo com que têm sido tratados até hoje. Se produzimos para a sociedade, justo é que os olhares dos grandes sejam mais compassivos e piedosos; nós que produzimos sem nada mais percebermos que o mísero salário com que indiferentemente nos atiram nos dias de pagamento, temos jus a ser tratados como homens úteis. O dinheiro que assim nos dão, e parece mais uma esmola que a paga que nos é devida pelo nosso esforço, e nós que trabalhamos não pedimos nem devemos aceitar esmolas; o que exigimos, simplesmente, é o pagamento da nossa produção; e quem exige o que lhe é devido, não faz mais do que cumprir o seu dever».

Será, portanto, defensor do operariado. Dentro da linha que virá a ser predominante no movimento operário de Lourenço Marques, diz-se «não ter política definida, mas caminhando na vanguarda do progresso, avançará tanto quanto possa em demanda de novas alvoradas que nos iluminem a estrada tortuosa do futuro. E caminharemos tanto, tanto, até que a fadiga nos faça cair no acampamento das reivindicações do operariado; enquanto lá não chegarmos, a nossa caneta será um látigo intransigente nas mãos dum revoltado, castigando aqueles que por o seu feitio, pelo seu indiferentismo por os filhos do trabalho isso mereçam».

Relativamente ao que mais tarde se chamaria o problema colonial e que, então, verdadeiramente se não punha, o periódico limita-se a protestar o seu serviço leal à causa do desenvolvimento e progresso da Província de Moçambique como das demais províncias ultramarinas portuguesas, assim ditas.

É claro que a indefinição política propriamente dita, numa altura em que a classe operária portuguesa em geral alimentava o ideal e a prática do apolitismo sindical e, predominantemente, se fiava no credo anarco-sindicalista, levou este e os outros jornais operários de Lourenço Marques a tergiversações e mesmo a contradições flagrantes. Se manteve intransigência e linearidade na defesa dos interesses dos trabalhadores,

duma forma geral, já o mesmo se não pode dizer relativamente à especificidade do político-partidário, pois nas suas páginas tanto se afirmou a apoliticidade como se deram vivas ao Partido Socialista Português, numa altura em que os trabalhadores com filiação ou simpatia partidária ainda se encontravam divididos entre este e o Partido Republicano.

Nesta altura Marx já era evocado em Lourenço Marques, em letra de forma. Mas justamente em apoio à tese do primado da acção directa sindical sobre o «político». Com efeito, José Bacelar defendia na edição de *Os Simples*, de 20 de Março de 1911, e em nota significativamente epigrafada de «Políticos e Operários», serem os sindicatos e não os políticos que haveriam de fazer valer as reivindicações dos trabalhadores, apoiando-se em Marx: «A emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores».

Anos mais tarde um destacado militante do operariado de Lourenço Marques, Pedro de Melo, em *O Germinal* de 2 de Novembro de 1915, explicando a sua entrada para o elenco de redactores do jornal, considera este «como o legítimo sucedâneo de *Os Simples*, baluarte de defesa de todas as prerrogativas populares, jornal sem pretensões de literatura mas com um grande princípio de defesa operária, sem distinções de classes na solidariedade apetecida e necessária para o início da *étape* das grandes reivindicações populares».

Relativamente ao novo regime republicano, também o pequeno periódico se via confrontado com os problemas que ao operariado em geral se punham a partir da contradição situada no facto de a República se dever a uma revolta popular e ser incapaz de dar resposta às reivindicações das classes trabalhadoras. É num editorial da edição de 20 de Maio de 1911, sob o título bem significativo de «Prudência, muita prudência», que tal transparece muito claramente. Começando por lembrar ter sido afirmado no primeiro número que o jornal não teria política definida, achava conveniente, no entanto, esclarecer que o seu director era «socialista doutrinário». Tudo para advertir: «sabendo que a República em Portugal foi implantada pelo heróico povo de Lisboa, e que entre esse povo socialistas e anarquistas apareceram em grande número, acompanha e defende o novo régimen até quando entenda que ele necessita do seu auxílio, sem inquirir das ideias dos seus companheiros...» Daí o apelar insistentemente para a

prudência do operariado de Lourenço Marques. De facto, a moderação imperava nas páginas de *Os Simples*. Nas comemorações do primeiro de Maio desse ano, oradores houve que se situaram em linha mais avançada do que a da direcção do jornal. Mas que, pelos vistos, se mantiveram dentro dos limites de prudência. O jornal prometia a publicação dos discursos em edição subsequente mas, infelizmente, não o fez.

Ao completar o primeiro ano de publicação, na edição de 27 de Fevereiro de 1912, o secretário de redacção, Manuel Gomes dos Santos, sob o título «Falando Claro», já dizia sem hesitação: «... somos socialistas, defendemos sempre, enquanto pudermos, esse sublime ideal, combatendo a burguesia manhosa, que não tem dúvida em constantemente provocar greves, com o intuito de desunir os proletários e comprometer aqueles que se colocam na vanguarda de qualquer movimento da classe trabalhadora em geral». O artigo acaba com vivas ao Socialismo Internacional e ao Partido Socialista Português.

O jornal deixou de publicar-se por razões que não conseguimos descobrir. A elas, porém, não devem ser alheias as dificuldades financeiras. Com efeito, em Outubro de 1911, a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil deliberara auxiliar pecuniariamente o jornal.

Como facto relevante que foi, deve destacar-se que *Os Simples* tomou posição inequívoca e aguerrida na defesa dos carbonários de Lourenço Marques, quando estes foram presos e deportados, facto contado em outro capítulo.

2.2. O GERMINAL

O primeiro número de *O Germinal* tem a data de 6 de Outubro de 1914. Subintitulava-se de «O Jornal Operário». A ficha técnica era preenchida pelos cargos e nomes seguintes: Redactores, Manuel José de Sousa Amorim, M. Arnaldo da Silva e Manuel Joaquim da Silva; Editor-Redactor, Aurélio Augusto Loureiro; Administrador, A. Moraes de Castro. A composição e impressão do jornal era feita na Tipografia Moderna e a Redacção e Administração situavam-se na Avenida Central, n.º 72. A periodicidade era semanal, com saída à terças-feiras. O formato era tablóide e o número

de páginas de quatro. Neste primeiro número solicitavam-se, em especial à classe trabalhadora, colaboração e propaganda do jornal. O preço da assinatura era de \$30 mensais para a cidade de Lourenço Marques e para a costa da Província acrescia o «imposto do correio». O preçário da publicidade indicava \$10 por linha e a repetição \$05.

À laia de justificação para o título, na orelha direita da primeira página, transcrevia-se de Emílio Zola: «Na planície rasa, sob a noite sem estrelas, de uma escuridade crassa de tinta, um homem seguia sozinho a estrada de Marchiene e Montson, dez quilómetros de caminho, por entre campos de beterraba... Aos raios inflamados do astro, por aquela manhã de juventude, era daquele rumor que a campina estava grávida: Surgiam homens; um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos alqueives, nascendo para as colheitas do século futuro, e cuja germinação não tardaria a fazer estoirar a terra». É de crer que o título tenha sido sugerido pelos de jornais publicados em Lisboa e em Setúbal, este último órgão dos «intervencionistas» ⁽³⁾.

No número 2 já não aparece como redactor M. Arnaldo da Silva. A edição de 22 de Junho de 1915 anuncia a partida, para Portugal, do administrador Adriano Morais de Castro. Ficaria a substituí-lo o redactor Sousa Amorim. A edição seguinte esclarecia que os homens do jornal eram, de profissão, tipógrafos. A edição de 26 de Outubro de 1915 anunciava que entravam para o elenco dos redactores Pedro de Melo e Eduardo Carlos Pereira, ficando a ficha técnica da redacção a ser preenchida por eles e por Sousa Amorim e Manuel Arnaldo da Silva, todos notórios militantes do movimento operário de Lourenço Marques. A 7 de Novembro do mesmo ano, Pedro de Melo explicava a sua entrada para o corpo de redactores do jornal, do mesmo passo dando preciosas indicações sobre os princípios ideológicos que norteavam estes trabalhadores: «A meu lado terei o Amorim, com a sua dedicação socialista e o Carlos Ferreira, com o seu amor pela causa libertária, de que é ferrenho adepto. Não me ficará mal, como republicano consciente que me preso de ser, defender em todas as ocasiões e modalidades o Regime que amo acima de todos os ideais políticos e sociais. E o facto de o corpo de redacção de *O Germinal* ser composto de indivíduos com credo diferente (Manuel Arnaldo da Silva estava ausente) é legítimo penhor da divisa que

adoptamos na defesa, não só da causa operária, como de todas as causas em que sejam necessários os nossos esforços para não retrogradarmos na história dos povos».

Com a guerra, passou a exercer-se uma censura rígida sobre os jornais e eram vulgares os espaços em branco provocados pela ausência do material «cortado». Outro tipo de exigências provocava redobradas dificuldades ao periódico operário. Na edição de 16 de Maio de 1916, um editorial interrogativamente epigrafoado — «... !?!» — lastimava-se amargamente: «Passa uma aragem de sizania sobre a nossa cabeça e revoltados de outrora, e apesar disso nem uma palavra nos deixam dizer, nem um queixume temos a liberdade de soltar! Estamos em estado de sítio e a Pátria exige de nós todos os sacrifícios! ...» O número de 30 de Maio não saiu para que Sousa Amorim se pudesse habilitar como editor, cargo em que aparece no n.º 7 de Junho cumulativamente com o de redactor. Aliás, o n.º de 23 de Maio publicara uma carta do editor-redactor Aurélio Augusto Loureiro comunicando que motivos particulares e estranhos à sua vontade o obrigavam a deixar de ser editor.

A partir do início de 1915, o jornal, mantendo o formato inicial, passa a ser paginado a 5 colunas, procurando mais espaço para o original de cuja retenção frequentemente se queixava. A edição de 28 de Março informa que, tendo sido chamadas as primeiras e segundas reservas para as fileiras do Exército, tinham deixado temporariamente o jornal Eduardo Carlos Pereira e Moraes e Castro.

Ficavam responsáveis Pedro de Melo e Sousa Amorim. O último-número, o de 11 de Junho de 1918, Ano IV, exhibia, como redactores, apenas os nomes de Sousa Amorim e de Carlos Pereira. O mesmo Sousa Amorim era ainda editor e administrador. Era o n.º 191. Em editorial anunciava-se a suspensão temporária, por duas razões: primeiro, a carestia e a falta de papel; segundo, a ausência de Sousa Amorim que seguia para a Metrópole, não havendo quem o substituisse. Era a penúria material e humana. Muito curiosamente, o jornal esclarecia que o papel custava, antes da guerra, 4\$80-5\$00 a resma. Subira, depois, rápida e sucessivamente, para 6\$50, 8\$50, 16\$00 e 16\$50, não havendo, no princípio de Maio, papel com formato adequado. O que aparecia custava 24\$50 a resma de 480 folhas. Se aparassem este papel, para o aproveitar, «ficaríamos gastando, por mês,

só em papel, a bagatela de 49\$00!». Este último número foi publicado apenas com duas páginas.

Tal como na restante imprensa operária e no próprio movimento operário, em geral, de Lourenço Marques, e como tivemos ocasião de ver, debatiam-se, dentro de *O Germinal*, as diversas tendências ideológicas do operariado português de então. Uma coisa unia, porém, estes militantes: a defesa das reivindicações laborais e das classes trabalhadoras. Como em *Os Simples* e, mais tarde, em *O Emancipador*, os responsáveis pelos jornais operários tiveram sempre o cuidado de realçar a apoliticidade partidária. Não conseguindo, apesar disso, evitar que, agora e logo, um militante mais fogoso, *doublé* de redactor, viesse afirmar ou a sua fé republicana, ou socialista, ou anarquista.

O editorial do primeiro número, apresentando o jornal, diz tratar-se de um regresso à «sagrada tribuna da imprensa», após um interregno forçado por circunstâncias especiais e muito ponderosas. Esta afirmação nebulosa, não tendo sido explicitada, priva-nos de dados certamente esclarecedores para a história do movimento operário em Lourenço Marques. Mas não restam dúvidas de que o artigo saiu da pena de Manuel José de Sousa Amorim que fora, inquestionavelmente, o animador de *Os Simples* e será a alma de *O Germinal* — uma das figuras mais impressionantes de militante do movimento operário em Lourenço Marques, na segunda década deste século. Viera para o *Diário de Notícias* local contratado por dois anos, em meados de 1906, com o ordenado de 75\$00 mensais, em ouro. Era gráfico estereotipador. E, pelos vistos, não emigrou por mero prazer. Dizia ele, ao completar-se o segundo ano da publicação de *Os Simples*, a 4 de Março de 1913, que não desanimava apesar de todas as tropelias, acrescentando, no melhor tom anticlerical da época: «Quem desde há 22 anos vem sofrendo todas as patifarias e ruins urdiduras que os filhos de Loyola lá na metrópole lhe moviam obrigando-o a retirar-se, para esta terra, com certeza ainda saberá e poderá lutar com estes *Liberalões* de cá.» Dele exaltaria outro militante, Pedro de Melo, a «sua dedicação pela causa socialista». Foi-nos possível rastrear-lhe a militância sindical intensa entre 1911 e 1918 nos diversos corpos sociais da associação de classe dos gráficos, do Sindicato Geral, da Casa dos Trabalhadores, do Centro Socia-

lista Revolucionário, etc... Fez ainda parte, como candidato a vereador, pelo Centro Socialista, de uma lista que concorreu vitoriosamente às eleições para a Câmara Municipal de Lourenço Marques, em Novembro de 1912. Pois era este militante prolífero que dizia ser o seu dia distribuído pelo emprego, pelo jornal operário e pela trupe musical *Os Simples*, que prosseguia, apresentando o novo semanário: «nós, missionários de uma ideia santa, cumprimos o dever de nesta hora de amargura, dor e luta, voltarmos a retomar o nosso lugar, dispostos a lutar tenazmente em prol da nossa unificação colectiva».

A organização e a unidade da pequena classe operária de Lourenço Marques foi, de facto, a preocupação constante dos militantes mais lúcidos e combativos. Que se expressou nesta imprensa e nas diversas e intermitentes organizações unitárias que procuraram remediar a ineficácia das pequenas associações de classe por profissões, cuja história inserimos em outro capítulo deste livro. Era por isso que o editorial dizia claramente ser objectivo de *O Germinal* interessar a classe trabalhadora pelos seus problemas e ser porta-voz das suas necessidades. A parte final do escrito deixa tudo isso bem expresso: «*O Germinal* que será pois como demonstrado fica, o extremo defensor da classe trabalhadora, reclamando para ela todo o possível bem-estar e exigindo dentro das boas normas de combate tudo que lhe seja útil e aproveitável. Não tem política definida. Cada um dos seus redactores tem ideias diametralmente opostas, por isso, cada qual com a obrigação de se exprimir por forma a não desmerecer a consideração e o respeito que todos por cada um devemos ter. O nosso fim é todo o mesmo — a defesa dos oprimidos, dos filhos do trabalho — atacando os déspotas, invectivando os intrusos e azorragando aqueles que queiram fazer do seu semelhante um ser ínfimo à sua personalidade». O jornal era posto à disposição dos trabalhadores.

Em tais circunstâncias, natural era que não tardassem a surgir conflitos. Foi o que aconteceu com a candidatura do Dr. Alfredo de Magalhães às eleições para deputados, em 1915. Candidato republicano, não podia ter o apoio das facções operárias que já desacreditavam ostensivamente da República. Num comício promovido pela Associação dos Operários da Construção Civil e pela Confederação Operária, em Maio do mesmo ano, João Maria Borges

referiu-se a *O Germinal* em termos havidos por pouco correctos, quando se insurgiu contra o facto de o jornal ter dedicado nada mais nada menos do que toda uma primeira página à candidatura do Dr. Magalhães. Segundo a edição de 1 de Junho, Borges teria dito «que se Zola e Kropotkine fossem vivos morreriam de dor ao ver o que nas colunas do nosso jornal se dizia». A redacção defende-se, não sem cair em contradições flagrantes. Mantém a afirmação da qualidade de jornal operário mas tão-somente por ser propriedade de quatro membros da classe operária e o seu corpo de redacção ser inteiramente constituído por operários. De modo algum era jornal do operariado nem seu órgão. No entanto — garante — só são assinantes do jornal os «operários que operários são e que operários sabem ser». E quanto ao facto do Borges ter alegado que um jornal operário não pode ser político, «... lemos um artigo de Malatesta, inserto no jornal anarquista do Porto, *A Aurora*, em que esse ilustre propagandista dizia que a política deve andar anexada com a questão económica». Logo a edição seguinte, em resposta ao presidente da Assembleia-Geral da Associação da Construção Civil, que escrevera ao jornal transmitindo a deliberação da mesma assembleia segundo a qual deveria figurar em cabeçalho «Jornal Operário», ironiza com o «insignificante número de associados» que a Associação representaria.

O incidente não se desvaneceu e, ao iniciar o segundo ano de publicação em 5 de Outubro de 1915, *O Germinal* publicava um editorial lastimando a falta de apoio de quantos entendia deverem estar a seu lado. Queixava-se dos ataques de companheiros, do desamparo e de perseguições. Mas nada faria desviar do caminho traçado os militantes jornalistas. Continuariam a bater-se pelo bem-estar do operariado em geral, «seja qual for o seu grau de perfectibilidade política ou de idealizações sociais, todas elas respeitáveis pela irradiação dos seus credos, a todos temos deixado a mais ampla liberdade — porque a liberdade para nós é tudo — dispensando-lhes o pouco espaço de que dispomos, na melhor das intenções para a sua propaganda». *O Germinal* manteria pois — prossegue — como seu objectivo principal, a defesa estrénuo da classe operária «reclamando dentro das boas normas de combate todo o possível bem-estar de que tanto necessitam, para alcançar por todos os meios justos, equitativos e legais, o lugar que lhes pertence na sociedade».

Não obstante, os confrontos dentro da classe trabalhadora prosseguiram. Nesse mesmo mês e ano era uma polémica com *O Ferroviário*, («órgão dos agitadores da Imprensa Nacional para conseguirem uma sucessão de penachos») e em que estava envolvido José Estêvam, acusado nesta altura de, em 1911, ter sido o delactor que levou ao desmantelamento da Carbonária de Lourenço Marques e à prisão e deportação dos seus membros. Talvez por isso e por muito mais, a 11 de Abril de 1916, estava a repetir-se sedicemente: «*O Germinal* não tem política. É um jornal de operários e para operários dizerem da sua justiça com toda a lealdade e correcção, defendendo os seus direitos e combatendo as suas necessidades e só neste ponto é que estaremos todos de acordo».

O editorial do primeiro número do III ano de publicação quase se resume ao tratamento das incompreensões e inimizades: ironiza com «a forma como as acções dos *pseudos* se harmonizam com as suas cantadas doutrinações e teorias sociaírias, *síndico-anarquistas!*». Uma vez ainda a afirmação da independência política e a liberdade de os redactores fazerem propaganda do credo próprio conquanto defendam os interesses das classes desprotegidas.

A greve ferroviária de 1917 também contribuiu para mais desinteligências entre os trabalhadores. A edição de 19 de Junho regista o desaparecimento do nome de Pedro de Melo da ficha de redactores. Demitia-se de toda a actividade militante em face da «traição de muitos nos acontecimentos que rodearam a greve». A completar o terceiro ano de publicação com a edição de 25 de Setembro de 1917, são termos idealistas, para não dizer líricos, que continuam a lastimar as contrariedades, a protestar a defesa dos humildes e desprotegidos, a debitar a esperança de dias melhores.

A atitude de *O Germinal* perante a República foi, igualmente, pautada pela indefinição política deliberada do jornal. Enquanto «um velho republicano» assinava pequena nota na edição de 6 de Outubro de 1914 sobre a efeméride do dia anterior, onde expressava toda a sua amargura pelas «ilusões perdidas», saudando o 5 de Outubro de 1910 e amaldiçoando o de 1914, por «aqueles que fizeram dos dias que decorreram até ao seu aniversário um modo de vida e um instrumento de perseguição e de tortura», enquanto assim era nesse ano, no seguinte, três das cinco

colunas da primeira página e mais algumas da segunda eram dedicadas à comemoração da data.

Unívoca, porém, foi a atitude de *O Germinal* relativamente à Entrada de Portugal na guerra. Apoiou-a, entusiasticamente, logo na edição de 14 de Março de 1916, também edição a partir da qual começam a aparecer assinaláveis espaços em branco a meio dos quais se destacava a menção de *censurado*. Tudo indica que a posição do jornal operário de Lourenço Marques se pautava pela do Partido Socialista Português e do seu órgão central *O Combate*. A 9 de Maio, transcreve deste a sua opinião sobre o assunto e afirma que os socialistas «estão, no momento presente, ao lado da Pátria», isto é, fiéis à letra dos tratados de que Portugal é signatário. Considera a atitude do Partido Socialista não como uma abdicação dos seus princípios contrários à guerra mas uma transigência aconselhada pelas melindrosas circunstâncias em que o país se encontrava. Em reforço da posição adoptada, volta, a 18 de Julho, a transcrever de *O Combate*, desta vez o manifesto de Kropotkine,

Jean Grave, Carlos Malato e Pedro Reclus, protestando contra a paz prematura, assim se procurando avalizar a atitude própria, contraditória com a dos anarquistas.

2.3. O EMANCIPADOR

De todos os jornais operários de Lourenço Marques *O Emancipador* foi o mais combativo, o que mais audiência e repercussão teve, o que por mais vicissitudes passou e o que, apesar das perseguições que sofreu, se manteve em publicação durante mais tempo (1920-1937), vindo a morrer às mãos da ditadura salazarista.

A colecção mais completa que existe em Moçambique deve-se aos cuidados de Faustino da Silva, quase lendário militante do movimento operário em Moçambique e que, em tempo oportuno, furtou a mais que prováveis investidas inquisitoriais das polícias de então a documentação existente na Casa dos Trabalhadores, pondo-a ao abrigo de uma parede falsa no edifício que fora a sede dessa instituição genuinamente operária. Recuperada após o 25 de Abril de 1974, passou para os arquivos do Centro

de Documentação e de Informação de Moçambique. Dessa colecção, o primeiro número que consta é o 8 do Ano I, com a data de 31 de Janeiro de 1920. Apresenta como redactor principal A. F. Rêgo, editor Pedro Dias Selimane e administrador A. Vieira. A redacção e administração estavam sedeadas na Avenida 5 de Outubro, n.º 44 a 48.

O número avulso custava \$10. O jornal subintitulava-se de «semanário socialista». De facto, começou a publicar-se a 12 de Dezembro do ano anterior, tendo antes, a 1 de Dezembro, saído um número único. Esta colecção inclui o Ano II de publicação que encerra com o n.º 99, de 28 de Novembro de 1921, e de que é editor João Salvador (a partir de 25 de Junho de 1921) e administrador Faustino da Silva. A edição de 27 de Junho de 1921, em editorial dirigido «Aos Nossos Amigos» dizia que, publicando-se o jornal, com regularidade, havia um ano e sete meses, se via obrigado à suspensão para habilitar um novo editor. Os serventuários do Estado não podiam ser editores porque estavam proibidos de críticas aos seus superiores hierárquicos. Ora o editor em exercício já tinha sido condenado e o que se preparava para o substituir também era funcionário público. Voltou a publicar-se a 18 de Julho, com o editor inicial, Pedro Selirmane, e como suplemento ao n.º 80, para tratar de eleições.

Estão em falta as colecções até ao Ano V cujo primeiro número em arquivo é o 204, datado de 14 de Janeiro de 1924. O jornal deixara de qualificar-se de «socialista» para passar a «semanário operário». O editor passara a ser J. F. da Silva. Apresentava-se agora de formato grande e 2 páginas. O formato anterior era tablóide e 4 o número de páginas. Permanece no mesmo formato até ao n.º 252, com a data de 15 de Dezembro de 1924 e inicia a longa série de números únicos com que o jornal se defendeu das perseguições de que foi alvo. O título é simplesmente *Emancipador* e editado por Álvaro Antunes. Depois de vários ataques que sofre por causa de uma campanha levada a cabo contra a batota proliferante na cidade (conforme conta o editorial deste número, sob o título «Ódio Torvo»), foi o editor, Faustino da Silva, notificado por intermédio da Direcção do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques que deveria optar ou pelo emprego que aí tinha ou pelo cargo de editor, conforme a legislação em vigor. Segue-se outro número único — *Emancipador* — com a data de 5 de Janeiro de 1925, editado por Joaquim de Matos. Depois:

O Emancipador — 12/1/1925 — editado por José Manuel.

A Voz do Emancipador — 19/1/1925 — editado por Elviro da Silva Barreto.

A Voz do Emancipador — 25/1/1925 — editado por F. d'Assiz C. Santimano.

A Voz do Emancipador — 2/2/1925 — editado por Joaquim de Matos.

Este é o último, no formato indicado.

Reaparece *O Emancipador* com o n.º 253, referente ao Ano VI e datado de 16 de Fevereiro de 1925. É editor Joaquim de Matos, «camarada sacrificado nos seus interesses de trabalhador pela sua dedicação à classe dos empregados de viação eléctrica de Lourenço Marques que uma companhia exploradora perseguiu despedindo-o do seu serviço aproveitando o fracasso da última greve do seu pessoal». O formato é de novo tablóide e apresenta-se com 10 páginas. A tiragem — diz — passara de 650 para 1000 exemplares. O número seguinte, mantendo o formato, reduz o número de páginas para 6. O n.º 256, de 9 de Março de 1925, apresenta-se com novo formato, tablóide mais alto e cinco colunas, 5 páginas, com que se manterá, de futuro. A publicação mantém-se regularmente até ao n.º 294, de 30 de Novembro do mesmo ano, altura em que é suspensa, reaparecendo os números únicos.

A greve ferroviária desse ano, da qual o jornal foi simultaneamente instigador e porta-voz, levou ao encerramento da Casa dos Trabalhadores e à suspensão do jornal. Antes do encerramento da Casa dos Trabalhadores, onde estavam a redacção e a oficina do jornal, foi retirado material tipográfico que permitiu a impressão diária e clandestina do jornal, durante a greve, até ser descoberta a tipografia, que foi apreendida sendo os tipógrafos presos. Acalmada a agitação que durante bastante tempo alterou a pacatez do burgo, o jornal tratou de reaparecer. Devolvida a Casa dos Trabalhadores aos seus legítimos proprietários, a 1 de Junho de 1926, para lá foram marcadas várias assembleias, no primeiro domingo a seguir. Uma delas, a dos accionistas e amigos de *O Emancipador*, destinava-se a resolver sobre a reaparição do jornal. Foram eleitos: Joaquim Guimarães Lourenço para redactor principal; Raul Simões para editor; Eduardo Franco Martins para administrador e Joaquim da Silva Vieira

para secretário da Administração; como auxiliares: José de Figueiredo, Hernâni Lourenço, Nicolau Dias Cardoso, Rafael da Silva, Higino Mouco, Elísio Serra, Augusto Veiga, José Antunes da Silva, Manuel Rodrigues, António da Silva Fernandes e Leopoldino Sistelos. O jornal, que tinha adquirido, antes da greve, material tipográfico novo, deveria reaparecer a 23. De facto, reapareceu com a data de 26. Enquanto não dispunha de editor habilitado, regressou ao expediente dos números únicos:

<i>O Emancipador dos Assalariados</i>	26. Junho. 1926
<i>O Emancipador dos Humildes</i>	6. Julho. 1926
<i>O Emancipador dos Produtores</i>	12. Julho. 1926
<i>O Emancipador dos Proletários</i>	19. Julho. 1926
<i>O Emancipador dos Espoliados</i>	26. Julho. 1926
<i>O Emancipador dos Operários</i>	2. Agosto. 1926
<i>O Emancipador dos Sindicatos</i>	9. Agosto. 1926
<i>O Emancipador dos Oprimidos</i>	16. Agosto. 1926
<i>O Emancipador dos Artistas</i>	23. Agosto. 1926
<i>O Emancipador dos Artistas</i>	30. Agosto. 1926
<i>O Emancipador dos Trabalhadores</i>	6. Setembro. 1926
<i>O Emancipador dos Desprotegidos</i>	13. Setembro. 1926
<i>O Emancipador dos Desprotegidos</i>	20. Setembro. 1926
<i>O Emancipador dos Desprotegidos</i>	27. Setembro. 1926
<i>O Emancipador Amordaçado?</i>	4. Outubro. 1926
<i>O Emancipador Amordaçado</i>	5. Outubro. 1926

Este último número dizia-se um suplemento e era publicado em uma só folha.

A imprensa de Lourenço Marques, quase em unanimidade, revoltava-se contra a nova lei da imprensa. *O Emancipador* adere ao movimento e faz parte do grupo de periódicos locais que, em conjunto, edita um número único sob o título *Imprensa de Lourenço Marques*, em que se dirigem violentos ataques ao governo. Esta publicação sai com a data de 16 de Outubro de 1926. É seu editor Américo Chaves de Almeida. O preço, 2\$00. Foi composto e impresso na tipografia da Empresa de *O Germinal*, que era a tipografia de *O Emancipador*. O editor viria a ser expulso da Província, conforme a história deste capítulo da imprensa de Lourenço Marques a que nos referiremos.

Mais tarde, *O Emancipador* conseguiu habilitar um director, conforme a nova lei de imprensa — João Luiz Cezário de Nazareth, farmacêutico diplomado — e reapareceu com o n.º 310, Ano VII, datado de 25 de Outubro de 1926, e a menção de «semanário operário». Era administrador João F. Duarte de Moraes e o director permanecia o mesmo. Paulatinamente, o jornal vai perdendo interesse. Desaparece o combate aguerrido a favor dos trabalhadores e das suas reivindicações, contra a carestia de vida, etc. A censura passou a exercer-se e das colecções existentes pode ver-se que, nos anos 30, o semanário pouco ou nada tinha do desenvolvimento do órgão da década anterior. Quando foi suspenso, em 1937, Ano XVII, trazia, como a restante imprensa, a indicação impressa de «visado pela comissão de censura».

Era propriedade da Sociedade Cooperativa de Publicidade e tinha a redacção, administração e tipografia na Casa dos Trabalhadores, na Avenida 5 de Outubro. Era director Octávio M. Lopes e redactor Joaquim Faustino da Silva. Como administrador apresentava-se a Comissão Administrativa. A assinatura tinha os seguintes preços: trimestre, 15\$00; semestre, 30\$00; ano, 60\$00. O número avulso, 1\$00. O último número existente na colecção é o 871, de 12 de Julho de 1937.

Dados importantes para compreender a génese e a história não só do jornal como do movimento operário em geral, constam de um artigo que comemorava os oito anos de vida de *O Emancipador*, assinado por N. D. (Neves Dias) e que foi publicado a 25 de Dezembro de 1927:

OITO ANOS

Oito anos são decorridos desde que *O Emancipador* viu a luz da publicidade pela mão do Centro Socialista Revolucionário, instituição que nasceu pela necessidade de agir após a saída do governador Massano de Amorim, tão saudosamente lembrado pela classe operária nestes tempos em que a Justiça, falando genericamente, anda divorciada do mundo, em que a situação do povo não é entendida como de direito, em que encargos sobre encargos oneram pesadamente a população dificultando-lhe a existência, em que a mole dos sem trabalho não encontra piedade nem consideração.

Há oito anos que operários e gente afecta à classe operária, numa mescla em que o ideal não seria bem definido pela frase avançadíssima de «socialismo revolucionário», mas em que havia o idealismo comum de agir a bem do proletariado, fizeram sair *O Emancipador*, adquirindo à Empresa de *O Germinal* a sua tipografia. E há oito anos também que, mais mês menos mês, esse Centro, como se o insuflar vida a um organismo novo lhe exaurisse as energias, morreu deixando de si, como única célula de vida — *O Emancipador*.

É quase durante o tempo que o Centro Socialista Revolucionário levou a consumir-se que Fortunato Rego dirige *O Emancipador* — vinte e duas semanas. Depois Fortunato Rego sai e substitui-o o colaborador de *O Emancipador* João Vaz, pseudónimo de quem, tendo queimado e exaurido a sua mocidade no movimento operário mas apagadamente, sob um anonimato que não foi respeitado, porque segredos nesta terra não há nem pode haver.

Raúl Neves Dias dirigiu *O Emancipador* quase 4 anos, desde Maio de 1920 até Junho de 1924, em que uma doença pertinaz o levou à Metrópole. *O Emancipador* sob a sua direcção, nos últimos tempos coadjuvada por Faustino da Silva, que tomou treino para maior vôo, adquiriu raízes, robusteceu-se, atravessou o período incerto da greve ferroviária de 1920, das deportações, causticou a acção do governo de então por vezes com violência, sem que fosse chamado nunca aos tribunais, porque, vê-se hoje, havia nesse tempo um grande respeito pela liberdade de imprensa.

Agiu, lutou galhardamente pelos interesses operários, e deixou cair, no decurso desses quatro anos, sem pressões, sem outra necessidade que a de estabelecer uma só bandeira em tão pequeno exército proletário como o desta terra — o subtítulo de «semanário socialista» para tomar o de «semanário operário».

Em Junho de 1924, assume a direcção de *O Emancipador* Faustino da Silva, hoje ganhando a vida em terras estranhas mercê da luta em que se empenhou, temperamento raro de lutador, trabalhador incansável a quem só hoje se faz inteira justiça. Coadjuva-o Cristóvão Furtado, um rapaz que se formou no *Emancipador*, trabalhado e burilado de tal modo que adquiriu uma têmpera que o fez expulsar da Província.

Depois dá-se a greve ferroviária e Faustino da Silva, homiziado, continua a fazer o suplemento, tendo o rasgo de audácia e de coragem de pôr o seu nome como editor de tanta coisa que nem leu quando Joaquim de Matos deixou o lugar sob a pressão do poder.

A certa altura, tomada a Casa dos Trabalhadores, *O Emancipador* torna-se um fantasma que aparece persistente, teimosamente, dia a dia, feito hoje numa casa, feito amanhã noutra, a caixa do tipo transformada em fantasma também, ora passando sob os olhos da polícia em automóvel, ora em camião, ora dentro de caixotes.

Quem dirigiu *O Emancipador* nessa altura? Sabe-se lá! Foram todos, e não foi ninguém.

Essa caixa de tipo não foi agarrada. Conseguiu estar até ao fim fora do alcance da polícia. E os suplementos só deixaram de aparecer quando a greve entrou no declínio, na fase do esmagamento.

Depois, houve um interregno em que *O Emancipador* não saiu: Fevereiro a Junho de 1926. Mas em fins de Junho torna a aparecer sob a direcção de Joaquim Lourenço coadjuvado pelo segundo dos directores de *O Emancipador*.

À escassez de militantes a aguentar a carga da publicação do semanário, acrescia a diversidade de ideologias, prevalentes no operariado de Lourenço Marques que em nada facilitava a tarefa do jornal. Ele bem pretendia ser «independente dentro das três facções — socialista, sindicalista e anarquista — em que se dividem os que aspiram a uma sociedade melhor, mais humana e mais equitativa...» e acreditava estar a ser «simpático» às três facções. Mas tal não era fácil. Além do mais, nascera à sombra do Centro Socialista e afirmadamente socialista, apodo que, mais tarde, como vimos, sentiu necessidade de alterar. Em 22 de Novembro de 1920, viria declarar alto e bom som que não era órgão nem oficial nem oficioso do Centro Socialista Revolucionário, embora mantivesse afinidades com ele.

Quanto aos aspectos administrativos, verificou-se em assembleia-geral a 25 de Janeiro de 1921 que, pagas todas as despesas desde o começo, havia um saldo positivo de 4-16-0 libras e 479\$41. Se o primeiro ano se saldou com uma exploração superavitária, as dificuldades não tardariam

a surgir. A edição de 14 de Janeiro de 1924 foi publicada apenas com duas páginas porque «para poder viver com independência não pede anúncios ao comércio». A edição de 20 de Junho de 1924 saiu com grandes espaços em branco, efeito de uma circular do Alto-Comissário Brito Camacho que proibia críticas dos funcionários aos seus actos. E o editor, sendo funcionário, não se responsabilizou pelos escritos, por isso retirados. A edição de 5 de Setembro transcreve de *A Batalha*, de Lisboa, uma violenta crítica a Brito Camacho. Transcrição motivada sobretudo pela circular referida.

Ainda relativamente a dificuldades materiais, o artigo «A nossa situação», que abre a edição de 31 de Março de 1924, é esclarecedor:

Em 1919, o Centro Socialista Revolucionário, constituindo um tribunal arbitral, julgou as desavenças havidas entre os membros da antiga Empresa de *O Germinal*, e em resultado desse julgamento ficou assente que a Empresa emitisse acções até cobrir o valor do seu material, o montante dos seus débitos e o dispêndio com as suas demandas em juízo, e que fosse editado um jornal operário que tomasse o lugar de *O Germinal*.

Assim se fez, e, embora só se cobrisse um terço dessas acções, *O Emancipador* viu a luz da publicidade em Dezembro de 1919, saindo, de então para cá, com a máxima regularidade, mas deixando até há pouco em aberto o restante, quase, do seu compromisso.

Em Julho de 1923, quando o actual administrador tomou posse, encontrou, além de um avultado débito aos tipógrafos que compunham o jornal (75-10-0 libras) e de outro ao Sindicato Geral de £ 19-10-0 libras, o débito à antiga Empresa de *O Germinal*, segundo o acordo estabelecido em 1919, actualizado para ouro, de 116 libras e 13\$27.

Cheia de vontade se lançou a actual administração à luta pela extinção deste avultado passivo de 211 libras, e de facto conseguiu amortizá-lo, fechando as contas de Fevereiro com 145 libras de passivo, tendo, entre outras, liquidado a dívida (19-10-0 libras) e a parte da societária D. Palmira Morais de Castro (\$31 e 7\$).

Agora, com a ida para a Metrópole do maior accionista, Sousa Amorim, viu-se a administração de *O Emancipador* forçada a liquidar os seus compromissos para com ele. Subscrevendo para si seis acções de libra

e duas para Carlos Guedes Quinhones, que deste modo converteu o seu crédito à Empresa de *O Germinal*, foi aquele camarada reembolsado do restante, ou sejam 77 libras.

Para este reembolso se fazer foi preciso que alguém — que é operário e accionista — emprestasse ao jornal 50 libras. Ora para se extinguir de vez o passivo de «*O Emancipador*» não era preciso mais, afinal, de que todos os assinantes entrassem com os seus débitos e que alguns dos accionistas que ultimamente se inscreveram *nominalmente* entrassem de facto no número dos accionistas do jornal.

Aqui fazemos um apelo a todos, assinantes e novos accionistas, para que cumpram com os compromissos que tomaram, a fim de terminar com esta situação.

O Emancipador, cuja estrutura interna diverge de todos os jornais locais, tendo à sua frente delegados com mandato anual, tomou agora a situação que de princípio se lhe pensava criar, pulverizando-se por sessenta accionistas a sua propriedade.

De desejar seria, porém, que entre os seus accionistas tomassem lugar as agremiações operárias, como o tomara o extinto Centro Socialista Revolucionário nos tempos em que o jornal seguia o Partido Socialista, atitude que há muito deixou de seguir.

Brevemente se retira dos ingratos cargos de dirigir e administrar este jornal quem hoje os ocupa, e bom seria que se fosse preparando o espírito dos accionistas para, quando da remodelação dos quadros de redacção (este quase não precisa disso) e da administração, se pensar na maneira de oferecer o ensejo de a organização operária exercer por direito próprio o controlo do jornal, assegurando-lhe sempre a pureza das intenções e a marcha em linha recta na defesa dos ideais avançados.

Uma ideia aventamos agora que se resgatou a tipografia do jornal. É ela a de que a Casa dos Trabalhadores, por uma troca de acções, seja constituída accionista.

Uma vez que, como é sabido, na direcção da Casa dos Trabalhadores têm representação os sindicatos operários, aí temos achada a fórmula de, por uma sucessão de mandatos, tomar lugar no *Emancipador*, — na sua direcção, até — quem represente por escolha a organização operária.

Aos interessados subordinamos o alvitre, certos de que ele cairá bem. Provamos deste modo a elevada isenção com que aqui estamos, e o desejo que temos de que *O Emancipador* venha a ser, em futuro próximo, não só um órgão afecto à organização operária mas o seu órgão officioso.

Qual a tiragem, o *readership*, a penetração geográfica e social do jornal? É quase total a escassez de dados a este respeito, pouco se podendo ir além de conjecturas. De qualquer maneira, é preciso ter em conta que leitores de imprensa eram, na segunda e terceira década deste século, quase exclusivamente europeus e goeses de entre os escassos milhares deles na Lourenço Marques de então. No entanto, a avaliar pelas reacções que causou, o impacto do jornal no meio local ultrapassava em muito o que hoje poderíamos esperar de uma tiragem que pouco ia para além do milhar de exemplares. A edição de 17 de Maio de 1920 garante que o jornal tem muitas adesões entre os companheiros de Moçambique, Inhambane, Quelimane e Beira. A de 20 de Julho de 1925 dá-nos um apontamento estatístico que é, também, um magnífico documento sociológico. O jornal tirava, semanalmente, 1200 exemplares. Tinha, de assinantes: Nos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques — oficinas gerais, 97; secretarias, 53; tracção, 35; oficinas do depósito de máquinas, 20; revisão de material, 14; serviços de electricidade, 22; serviços técnicos, 23; via e obras, 22; condutores de trens, 11; estação M, 5; Linha de Ressano Garcia, 44; total, 349. Repartições públicas, 125; Lourenço Marques, fora das repartições, 290; fora de Lourenço Marques, 250. Vendia, avulsos, semanalmente, cerca de 80 exemplares.

Se partirmos do princípio que o jornal interessaria principalmente aos trabalhadores, vemos que estes se distribuem, predominantemente, pelos Caminhos de Ferro e pelo funcionalismo. O que corresponde à realidade conhecida da capital da colónia, então. A única concentração de trabalhadores assalariados com alguma expressão era a dos ferroviários. Outro agrupamento com especial peso e importância social era o dos funcionários públicos civis que alimentavam o aparelho central do Estado na colónia, numa altura em que a iniciativa privada era ainda extremamente débil. E sabe-se como a vida da colónia enquanto tal girava em torno dessas duas formações sociais. Sem esquecer a Companhia de Moçambique, na Beira, e o papel subalterno das populações, pode dizer-se que a colónia de

Moçambique, como projecção social e política, era o funcionalismo público e os caminhos-de-ferro. Isso mesmo ficou patente com os acontecimentos que agitaram a capital da colónia nos anos 25 e 26.

Tinha havido entretanto o golpe militar do 28 de Maio, as repercussões faziam já sentir-se em Moçambique. Para a imprensa era a nova lei que exigia um director para cada periódico com curso superior mas que não podia ser funcionário público. Além do mais, na colónia, buscar um licenciado que não fosse funcionário público era procurar agulha em palheiro. Por isso, *O Emancipador Amordaçado*, de 4 de Outubro, em face da lei, «manifestação reaccionária de espíritos retrógrados que querem abafar a voz pública», fazia um apelo «aos liberais». Ia ao ponto de apelar a engenheiros e médicos para que se oferecessem para o lugar de director até porque (conforme a lei) poderiam eximir-se à responsabilidade dos artigos publicados, alegando o desconhecimento do seu teor. Não havendo médico ou engenheiro liberal, serviria um qualquer quinto ano do liceu e o jornal sairia como publicação não periódica.

A situação era aflitiva e não apenas por causa deste detalhe da lei. A quase totalidade da prolífera imprensa local execrava a lei repressiva, habituada, de mais, como estava, às campanhas sem freio. E não há dúvida que foi lúcida ao ponto de ver claramente o que iria ser o reino de apagada e vil tristeza da imprensa portuguesa a partir das medidas que contra a sua liberdade começavam a ser tomadas. O ambiente era, portanto, propício a luta comum. *O Emancipador*, que jamais pactuara com a imprensa liberal, não hesitou em convocar todos os jornais da cidade para uma reunião a realizar a 5 de Outubro, na Casa dos Trabalhadores, com a finalidade de apreciarem a lei de imprensa. De onde saiu a deliberação de publicar um número único dos jornais que aderiram à ideia e que foram quase todos. A publicação saiu, de facto, datada de 16 de Outubro de 1926, sob o título de *Imprensa de Lourenço Marques*. A toda a largura da primeira página publica o telegrama endereçado ao Ministro das Colónias: «Imprensa de Lourenço Marques, solidariamente reunida na redacção de *O Emancipador*, Casa dos Trabalhadores, protesta energicamente contra a lei de imprensa, visto o seu único objectivo consistir no seu extermínio. *Direito, Brado Africano, Acção Nacional, Jornal do Comércio, Emancipador, Luz, Sol, Agulhas e Alfinetes, Notícias*». Idêntico telegrama foi transmitido a todos os jornais de Lisboa. O editorial era assinado pelo

editor da publicação, Chaves de Almeida, e intitulava-se «O Carnaval dos Generais». Atacava especialmente João Belo, autor da lei de imprensa para o ultramar, «o grande homem das Colónias que no Terreiro de Paço conduz, quanto ao nosso património ultramarino, aquele grotesco carnaval de generais os quais supuseram alguma vez bastar mascararem-se de Mussolini ou mesmo de Primo de Rivera para serem os salvadores deste mal-aventurado país»⁽⁵⁾. Uma nota, não assinada, «Decreto Inútil», garantia que a legislação em causa em vez de desunir, como pretendia, estava a solidarizar a imprensa de Lourenço Marques. E que haveria de ser «uma barreira nesta terra que há-de ajudar a reduzir à sua primitiva insignificância os salvadores da pátria que o destino atirou para o Terreiro do Paço».

A publicação incluía colaboração de *O Brado Africano* (Director: Francisco Xavier Militante Jorge — diplomado com curso da Escola Normal de Goa) — o artigo «A Imprensa — Pouca luz; nenhuma, tanto melhor...». E *O Direito*, bi-semanário da manhã (Director: Augusto Cerneira Botelho — padre) — artigo «A Nova Lei de Imprensa». De *O Emancipador*, dois artigos: «Liberdade!» e «Rarefação». De *A Luz* (Director: António Miranda, formado em medicina). Havia ainda colaboração do *Jornal Comércio*, órgão dos interesses comerciais e industriais da Província de Moçambique e de que era director Arnaldo Pereira de Moura, com o Curso Superior de Farmácia. E de *O Sol*, revista de Arte e Propaganda da Província de Moçambique.

A publicação deste número ficou cara aos seus responsáveis. Com efeito, o *Boletim Oficial* de 23 de Outubro publicava uma portaria do Governo-Geral a expulsar o editor da publicação, Chaves de Almeida, e um dos colaboradores, Manuel de Sousa Calvet de Magalhães, dados os artigos «lesivos da dignidade e prestígio de membros do Governo da República, ofensivos do brio e honra do Exército e atentatórios da moral, para os quais a sanção da lei de imprensa, além de insuficiente, é morosa na sua aplicação, impondo por isso uma repressão enérgica e imediata, a fim de impedir perturbações da ordem pública». Consideramos esta portaria como extremamente importante, porque deve tratar-se do primeiro documento institucional que marca o fim do estado de direito e inaugura a prática do estado policial. A lei repressiva acabava de ser publicada e já não era bastante.

O primeiro número de *O Emancipador*, publicado a seguir (25 de Outubro) reage violentamente. Titula a toda a largura da primeira página:

«Arbitrariedade violenta!... Mais novas deportações escusadas e que nada as justifica». Novas, porque tinham sido já deportados numerosos grevistas. Prosseguia: «A 16 anos e 15 dias de um regime implantado pelo Povo e que tem uma Constituição que regula os Direitos de todos os cidadãos portugueses foram expulsos da cidade de Lourenço Marques, por delito de liberdade de imprensa, os cidadãos jornalistas Dr. Américo Chaves de Almeida e Manuel Calvet de Magalhães, respectivamente directores dos nossos colegas *Acção Nacional* e *Agulhas e Alfinetes*. Se é esta a liberdade de pensamento que de futuro o Governo nos quer dar então diga-se isto aberta e claramente no *Boletim Oficial*: Artigo 1.º a Imprensa fica sujeita a arbítrio de quem governa. Artigo 2.º. Fica revogada a legislação em contrário, e nomeadamente o Decreto 12.271 que pretendeu regular a liberdade de imprensa nas colónias». Além disso, noticiava que tinha sido apreendido o número único de a Imprensa de Lourenço Marques. A apreensão e a expulsão não constavam das penas previstas na lei.

Entretanto, representantes da imprensa local voltavam a reunir, desta vez na redacção de *O Direito*, com ausência do *Guardian* e de *O Imparcial*, para tratar de assuntos relacionados com a nova lei. Foi deliberado mandar um telegrama ao Presidente do Ministério acerca da expulsão dos dois jornalistas e outro à imprensa de Luanda para esta acolher os deportados, na sua passagem para Lisboa; ainda uma carta ao *Lourenço Marques Guardian*, jornal propriedade de capital estrangeiro, que atacara a imprensa promotora do número único. Aliás, o *Guardian* fazia a defesa sistemática de João Belo. Segundo *O Emancipador*, Chaves de Almeida e Calvet de Magalhães tiveram uma despedida feita por uma «mole de gente de todas as categorias sociais, que foram abraçar os expulsos e levar-lhes o seu protesto contra a forma como o Conselho deliberara».

O que foram os efeitos da política da Ditadura e do Estado Novo sobre a imprensa, todos o sabemos. Desde logo eles se fizeram sentir sobre *O Emancipador*. Na edição de 1 de Novembro de 1926, já o jornal pedia aos seus colaboradores que tratassem os assuntos de forma a não acarretarem riscos de querela e, consequentemente, de despesas que não estava em condições de suportar. Mais. Que, ao escreverem, subscrevessem o pseudónimo com a assinatura e dispondo-se a responder perante quem de direito. «O mesmo fazemos nós cá por casa», acrescentava. O primeiro

número saído após os números únicos, em 25 de Outubro de 1926, diz que, depois de ter estado ameaçado de não se poder publicar, por falta de director com os requisitos exigidos por lei, encontrara finalmente uma «criatura desempoeirada de preconceitos, que como amigo da verdade e sobretudo do nosso jornal, entendeu que o órgão dos trabalhadores não devia deixar de sair, tendo para isso aceite o espinhoso cargo de director deste semanário operário». Mas atribuía ao corpo redactorial a eventual responsabilidade criminal que viesse a ser pedida ao jornal. Era o começo dos directores fictícios para mera satisfação da lei.

Todas estas vicissitudes provocaram grandes prejuízos ao jornal e a sua situação, que já não seria brilhante, piorou. Na edição de 17 de Janeiro de 1927 apelava-se para que todos os assinantes pagassem as assinaturas em atraso, invocando exactamente as dificuldades em que se encontrava. No número seguinte, anunciava-se que o director se ia desligar do cargo. As pressões faziam-se sentir. «Levaremos a nossa cruz ao Calvário — dizia o jornal — arrastando-nos com dificuldade como o mártir Nazareno!» Mas o nome do farmacêutico João Luíz Cezário Nazareth permaneceu no cabeçalho do jornal. Este, apesar de tudo, manteve-se. Cedeu à angariação de publicidade. Fechou as contas referentes ao exercício de 11 de Julho a 30 de Setembro de 1927 com um saldo que transitava para o semestre seguinte de 2.332\$20 e o saldo do trimestre anterior também era positivo, em 2.623\$00. Durante o ano de 1927 a exploração manteve-se até final com saldo positivo. Mas as novas condições políticas passam a retirar-lhe toda a agressividade que mantivera até então. Daí em diante, sentindo-se embora que se trata de periódico feito por gente que de modo nenhum é afecta ao novo regime político vigente, não lhe é no entanto permitida a defesa aberta e clara da causa operária. O jornal prossegue uma vida um tanto anódina até à sua extinção.

2.3.1. *O Emancipador e A Batalha*

Percorrendo as páginas de *O Emancipador*, salta à vista o facto de este procurar ser, em Lourenço Marques, o émulo de *A Batalha*⁽⁶⁾, de Lisboa. Ao que não deve ser estranha a figura de Neves Dias. Um dos promotores

da fundação do diário português dos trabalhadores, foi igualmente, como se viu, sustentáculo importante de *O Emancipador* no primeiro período da sua existência. Em 1921 era o correspondente local de *A Batalha*. Ideologicamente identificado com o seu par de Lisboa, *O Emancipador* repercutia-lhe, em Moçambique, as campanhas, transcrevia-o e citava-o abundantemente. Faz-lhe a propaganda e dá notícias dos assinantes que tem na colónia. A edição de 25 de Julho de 1921 informa sobre os novos preços de assinatura de *A Batalha* e, tal como em muitos outros números, incita ao seu pagamento por parte dos subscritores locais. E informa: dois anos antes *A Batalha* tinha 50 assinantes em Lourenço Marques. Graças à sua propaganda, o número fora acrescido de 70. As listas que publicava desde 1920, com os nomes e importâncias pagas, intitulavam-se pitorescamente de Munições para «A Batalha» e uma delas era preenchida por indianos empregados nos Serviços Técnicos das Obras do Porto. A 21 de Fevereiro de 1921 comemorava-lhe o segundo aniversário: «É caso para saudarmos daqui, com entusiasmo, o valoroso paladino das ideias proletárias, que em dois anos de vida tem atravessado impolutamente o lameiro da política portuguesa sem que possa atirar-se-lhe uma pedra»... E chamava-lhe o «irmão mais velho». A morte de Kropotkine é confirmada na edição de 11 de Abril de 1921. O jornal acrescenta dispensar-se do panegírico, dado *A Batalha*, muita lida em Lourenço Marques, o ter feito com brilho. No mesmo ano, *O Emancipador* secundava uma campanha de recolha de fundos de *A Batalha*, a favor de Alexandre Vieira e Alfredo Marques, conhecidos militantes operários em Portugal que, por doença, se retiravam das primeiras filas. São conhecidas as dificuldades extremas que sempre apoquentaram a vida de *A Batalha*. Em 15 de Novembro de 1926 *O Emancipador* dava notícia de mais uma crise aguda daquele jornal e solicitava aos seus assinantes («um bom número») que resgatassem os recibos à cobrança no correio. «Um pouco de boa vontade e tereis dado prova de proletários conscientes» – concluía. A 9 de Maio de 1927 era com efusão que o órgão de Lourenço Marques saudava o reaparecimento de *A Batalha*, a 3 de Abril, obrigado que fora à suspensão devido aos acontecimentos de Fevereiro.

Para além do circunstancial e das efemérides, esta ligação estreita entre os dois jornais, que ilustramos com alguns factos avulsos, é outra

expressão dessa realidade constatada: a de que o movimento operário em Moçambique, nas duas primeiras décadas do século, mais não era do que a débil extensão, até à colónia do Índico, do movimento operário português.

2.3.2. *O Emancipador* e a Revolução Russa

Não há dúvida nenhuma que, tal como *A Batalha*, *O Emancipador* por igual acompanhou a evolução da revolução soviética com simpatia. Com alguma reticência também. Desde os primeiros números publica em folheto *A Rússia Nova*, de Henriette Roland, publicação que termina a 21 de Fevereiro de 1920. E logo a 2 de Março começa com outro folheto: *Rússia Bolchevista*. Na edição de 19 de Setembro de 1921, na primeira página, tal como em muitos outros números, titula «A Situação na Rússia» mas, desta vez, para noticiar o discurso de Lenine no 3.º Congresso da Internacional Comunista, em 7 de Julho anterior. De entre as transcrições consta uma que encerra um ponto essencial no que o leninismo viria a ter de específico dentro do marxismo: «Há presentemente um factor muito favorável para o desenvolvimento da revolução mundial, e que vem a ser o despertar dos milhões de Colónias que vivem sob o domínio e protectorado dos países capitalistas. Esta circunstância impõe-nos a obrigação de conduzir estas massas imensas pelo caminho da revolução mundial, por mais atrasadas que possam ser». Dada a localização geográfica e a característica proletária do jornal, por um lado, e a referência imediata à situação colonial, por outro, seria um tanto espantoso que *O Emancipador* tivesse deixado passar a oportunidade para uma tomada de posição, se não soubéssemos como este proletariado estava distraído dessa mesma situação e em muito pouco diferia da burguesia na maneira como a encarava.

Relativamente à revolução soviética, continuava a dedicar-lhe notícias frequentes e, tal como a imprensa proletária da época, a defendê-la dos ataques que sofria da parte da imprensa burguesa. Mais: a 24 de Outubro de 1921 lança uma subscrição, tal como se estava a fazer em todo o mundo, a favor das vítimas da fome na Rússia, provocada pela seca na região do Volga. É ainda Neves Dias que abre a subscrição com a quantia

de 10\$00. A 14 de Fevereiro de 1924 *O Emancipador* noticia a morte de Lenine, «(...) tanta vez anunciada, obrigando-nos a pôr de remissa todos os telegramas que o afirmavam, teve agora absoluta confirmação. O grande ditador russo, o homem de alta envergadura política que presidiu aos destinos da Rússia durante anos sucessivos morreu, e de registar é que morreu no meio do respeito e da admiração dos próprios adversários, que reconhecem que foi um Homem, com *h* maiúsculo, que desapareceu do número dos vivos».

Entre socialismo e comunismo, sem se definir abertamente, *O Emancipador* vai fazendo oscilar as suas inclinações. Mas é evidente que, já em 1921, acolhe com simpatia a formação do Partido Comunista Português. Em Fevereiro do mesmo ano inicia a publicação dos comentários ao programa socialista, por Pablo Iglesias, traduzidos por J. Fernandes Alves. No mesmo ano, faz referências insistentes ao periódico *Bandeira Vermelha* e na «Tribuna Doutrinária» transcreve um artigo, «A Ditadura do Proletariado», porque «raras vezes se terá definido tão vigorosamente ideias e *O Emancipador* julga que merecerá inteiro agrado aos seus leitores a transcrição dum trecho doutrinário que, neste momento, em que a ditadura do proletariado e a questão russa são tão debatidos, tem a mais flagrante oportunidade». O artigo tem a forma de diálogo entre um comunista e um anarquista, com evidente ganho de causa por parte do primeiro. A 3 de Outubro de 1921 anuncia a publicação eminente, em Lisboa, de *O Comunista*, órgão do Partido Comunista, que será dirigido por Manuel Ribeiro, «o brilhante escritor que recentemente escreveu *A Catedral*». Mais tarde *O Emancipador* desdenharia da conversão de Manuel Ribeiro ao catolicismo, mas o número seguinte tece os maiores encómios ao escritor e «corajoso paladino da ditadura do proletariado». Anuncia a transcrição de um capítulo do festejado romance e o local onde o mesmo pode ser adquirido.

Em 1924, como vimos, *O Emancipador* deixara o rótulo de «socialista». Mas não só o rótulo. Criava distâncias relativamente ao partido. Na edição de 28 de Abril ia ao ponto de afirmar que o Partido Socialista cumprira já a sua missão histórica «e nada mais fará porque as ideias em marcha vão criando novas fórmulas e novas tácticas e a hora que passa é a do Partido Comunista». Não obstante, o jornal continuava a furtar-se à tentação

partidária e o editorial que assinalava os cinco anos de publicação, na edição de 1 de Dezembro de 1924, reafirmava como lema de sempre a «defesa do proletariado; combate contra a tirania; luta pela justiça e pela verdade». Explicitando: *O Emancipador* «sempre se tem mantido acima de todas as lutas partidárias e bem longe das paixões mesquinhas que devoram a grande maioria dos homens da actual sociedade. A sua política tem sido a de bem servir o povo ludibriado, pondo bem alto os nobres princípios da Justiça e da Verdade!». No mesmo número reafirmava-se a neutralidade do jornal perante as tendências que dividiam o operariado, o que tornava possível acamaradarem nas suas colunas socialistas, comunistas, anarquistas e outros ideologicamente indefinidos.

NOTAS

- (1) Referimos mais detalhadamente alguns destes jornais no capítulo dedicado às Associações de Classe respectivas.
- (2) O jornal é que foi suprimido, tendo sido o último o n.º 11, de Novembro de 1900. Ilídio Rocha, *CATÁLOGO DOS PERIÓDICOS E PRINCIPAIS SERIADOS EDITADOS EM MOÇAMBIQUE 1854-1975*, Maputo, 1980, pág. 137.
- (3) Entre 1900 e 1902, os anarquistas dividiram-se em duas facções: os «puritanos» que condenavam qualquer colaboração com o Partido Republicano e os «intervencionistas» que seguiam o partido, com a intenção confessa de o transformar num partido revolucionário. In V. Pulido Valente, *O PODERE O POVO*, Lisboa, 1976, pág. 86 e 92.
Aliás, os títulos dos jornais operários de Lourenço Marques inspiraram-se, visivelmente, em congéneres da Metrópole: *A Voz do Caixeiro* publicou-se em 1900, em Lisboa; *O Graphico* em 1907, em Lisboa; *O Proletário* em 1901, no Porto; *O Ferroviário* em 1912, em Lisboa; *O Germinal* em 1902, em Lisboa e em 1903 em Setúbal.
Vide Carlos da Fonseca, *HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DAS IDEIAS SOCIALISTAS EM PORTUGAL, I — CRONOLOGIA*, Lisboa, s/d, *passim*.
- (4) Em Novembro de 1892, surgiu, no Porto, *O Emancipador*, revista do movimento operário. In Idem, pág. 95.
- (5) Américo Chaves de Almeida, *O PROBLEMA DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA*, II, Lisboa, 1932. Em apêndice, «A Minha Expulsão», o autor repudia as acusações feitas a João Belo no artigo «O Carnaval dos Generais». Pelo Acórdão n.º 231 de 8/12/1926, do

Conselho Superior das Colónias, foi dado provimento ao recurso de Chaves de Almeida e revogada a Portaria que o expulsou de Moçambique. No vol. I da obra supracitada, págs. 32 e segs., Chaves de Almeida conta o caso do número único da imprensa de Lourenço Marques.

- (6) Para a história de *A Batalha* vide Jacinto Baptista, *SURGINDO VEM AO LONGE A NOVA AURORA...*, Lisboa, 1977.

AS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE .03

A precocidade aparente com que as Associações de Classe surgem em Moçambique não deixa de provocar uma certa surpresa. Não só não se detecta uma incipiente luta de classes como também não é qualquer especial desenvolvimento ou estratificação social que explica o fenómeno. Inclinar-nos-íamos para a seguinte hipótese: por um lado, um certo mimetismo, sabendo-se, como se sabe, que o operariado e o funcionalismo organizado em Moçambique era todo ele voluntário ou compulsivamente emigrado de Portugal; por outro lado, a carência de apoios sociais oficiais sugeria o espírito mutualista em que se refugiavam grandemente os libertários, com peso assinalável nesses estratos da população europeia de Lourenço Marques, na viragem do século.

Que o movimento associativo, nas colónias, existente ou prenunciado, começou a chamar a atenção das autoridades, prova-o o decreto ministerial de 10 de Outubro de 1901⁽¹⁾ que aplicava ao Ultramar a legislação fixada para a Metrópole pelo decreto de 9 de Maio de 1891. As medidas tomadas eram justificadas pelo progresso acentuado que se verificava nas colónias, nomeadamente o associativismo (tanto o patronal como o de trabalhadores) cujo princípio era já um dado adquirido, posto em prática e com tendência a desenvolver-se; estava à vista o desenvolvimento recente de grandes extensões dos domínios ultramarinos; e constatava-se a presença de «legítimos interesses que ali se digladiam sob as diversas formas por que pode fazer-se a exploração daquele território». Previam-se associações de patrões, de trabalhadores e mistas. Nenhuma poderia constituir-se sem a prévia aprovação dos estatutos pelo Ministério do Ultramar e ficavam sob a vigilância da autoridade administrativa. As associações já existentes; com estatutos aprovados pelos governadores provinciais, deviam alterá-los em conformidade com a nova lei.

O controlo estreito que as autoridades centrais lançam sobre o associativismo, entendido de uma perspectiva corporativista, mas tendo em conta, por igual, o conteúdo conflituoso de toda uma nova situação emergente, nem sequer parece ter, no caso português, a preocupação de arredar do sindicalismo os trabalhadores locais, conforme generaliza um autor francês⁽²⁾. Se tal pode ser verdade para os territórios francófonos e para a África do Sul; só muito mais tarde o viria a ser para as colónias portuguesas.

É realmente surpreendente que um dos primeiros «sindicatos» de África tenha sido fundado em Moçambique, em 1898⁽³⁾. Mas nem se tratava, verdadeiramente, de um sindicato, nem o problema do ingresso de moçambicanos na Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria se punha. Sem o conhecimento do caso de Angola, embora não sendo também disponíveis quaisquer dados sistematizados sobre uma estratificação de classes para os princípios do século em Moçambique, não obstante tal ignorância, pode avançar-se com a hipótese de que a preocupação central das autoridades portuguesas não era a formação de um proletariado local mas, com toda a probabilidade, o surto de conflitos pela disputa de privilégios classistas no meio europeu. Ameaça tanto mais grave quanto é certo que a soberania sobre territórios disputados pelas grandes potências era ainda problemática. Ora já havia conflitos abertos entre o comércio exportador metropolitano e os interesses próprios de Angola e de Moçambique, nomeadamente no caso dos vinhos e no da concessão de exclusivos industriais para as colónias. Estes últimos foram objecto de grande discussão em Portugal, em 1898⁽⁴⁾. Mais tarde, as organizações de trabalhadores e a imprensa operária de Moçambique haveriam de tomar posições de crítica radical às grandes companhias que nessa altura se instalavam na colónia. Por outro lado, não poderiam passar despercebidos às autoridades centrais os fluxos de funcionários e de trabalhadores que, saídos de um meio com alguma agitação laboral, como era o de Lisboa, se dirigiam para Moçambique, contratados pelas companhias, pelos caminhos-de-ferro e pelas obras públicas⁽⁵⁾.

Se a Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria, pela sua composição e, sobretudo, pela sua história, não pode considerar-se nem um verdadeiro sindicato nem, muito menos, um centro de militância laboral, tudo indica que esta se iniciou em Moçambique com António

Fortunato do Rego, que deve ter chegado a Lourenço Marques por volta de 1905. Deve ter sido ele o animador da Associação dos Empregados de Tracção dos Caminhos de Ferro, no mesmo ano. Manteve-se activo, às vezes em militância polémica, até à greve ferroviária de 1920, que provocou a sua deportação para o Norte de Moçambique. Que tenhamos conhecimento, foi aquela a primeira tentativa de fundação de uma verdadeira organização sindical em Moçambique, e nela é incontestável a influência determinante, senão decisiva, de António Fortunato do Rego. Como adiante se dirá, Alfredo dos Santos Oliveira ficará como o fundador da organização de trabalhadores em Moçambique com a «União Operária», em 1901/1902. Mas tudo indica que o primeiro impulsionador de acções de trabalhadores conscientemente inseridos num quadro de luta de classes foi Fortunato do Rego.

Para além das associações de classe propriamente ditas, sobre as quais publicamos os apontamentos que nos foi possível recolher, dedicaremos algum espaço à Casa dos Trabalhadores, à Cabornária, aos Libertários, à Associação dos Pequenos Agricultores e ao Centro Socialista Revolucionário. Pela razão simples de que, nem todos sendo, na especificidade dos seus fins, organizações de trabalhadores, eram de facto associações de classe, enquanto exclusiva ou predominantemente constituídas por trabalhadores e por eles inseridas nas lutas de classes tais quais eles as entendiam e levavam à prática. Os trabalhadores de Lourenço Marques, de que aqui se trata, dispersaram em verdadeiras ou pretensas formas de associação impossível grande parte das suas energias. E a história das variadas maneiras como se procuraram organizar é esclarecedora de muitos dos aspectos sob que se pode encarar o movimento operário de Lourenço Marques.

3.1. ORGANIZAÇÕES UNITÁRIAS

Nas três primeiras décadas do século as formas unitárias de organização dos trabalhadores de Lourenço Marques foram uma tentativa repetida para suprir a debilidade do sindicalismo por profissões, assim como para o dinamizar nos períodos de crise.

A primeira foi a «União Operária», fundada em fins de 1901 ou princípios de 1902, pois a propósito do 1.º de Maio de 1902 se diz não contar ainda um ano de existência. Nessa altura era seu presidente Alfredo dos Santos Oliveira, que fora também o seu fundador e, por isso, mais tarde considerado o iniciador do associativismo operário em Lourenço Marques⁽⁶⁾. A 4 de Agosto seguinte reuniu a assembleia-geral para prestação de contas referentes ao primeiro semestre do exercício. Aí foi deliberado comemorar o primeiro aniversário da União. No decorrer da sessão, foram dados vivas ao Partido Socialista⁽⁷⁾. Dizendo-se embora «simples mas sinceros apóstolos dessas sublimes doutrinas do socialismo», a actividade e razão de ser principal da União parece ter sido a defesa do emprego dos trabalhadores portugueses, com exclusão dos asiáticos que lhes faziam uma forte concorrência de preço. Em Outubro, a União estava a reclamar do governo o emprego obrigatório, nas obras do Estado e do Município, de dois terços de operários portugueses⁽⁸⁾. No 1.º de Maio de 1904, Fortunato do Rego apresentou a União Operária na instalação da Associação Marítima de Lourenço Marques⁽⁹⁾. A propósito das comemorações dessa efeméride, Rego viria a lastimar a indiferença do operariado, recordando a propósito a extinta «Associação dos Operários de Lourenço Marques», para cuja reorganização apela⁽¹⁰⁾. Esta, segundo diz, prestara aos associados, durante a sua curta existência, muitos serviços, nomeadamente no campo da instrução. Referir-se-á à «União Operária»? Por iniciativa desse destacado e fogoso socialista e militante, operário ou não, o que é certo é que, em 1910, já existia a «Confederação Operária». Surge-nos ela em representação⁽¹¹⁾ junto do Governador-Geral, protestando contra uma outra representação⁽¹²⁾ dos Proprietários locais que pediam para ser sustida a construção de casas mandadas fazer pelo governo para residência de empregados públicos e operários. A Associação dos Proprietários alegava haver casas devolutas. E mais: quem não precisaria de protecção estatal seriam, exactamente, o funcionalismo e o operariado; os salários destes mantinham-se — alega — aproximadamente os mesmos, de há longa data; os vencimentos do funcionalismo, esses, teriam quase duplicado em duas dezenas de anos; a vida, em Lourenço Marques, teria embaratecido pelo menos de um terço, o que agravava os rendimentos dos proprietários e dos agricultores; os que frequentam tabernas, bares e lugares de vício não

são, evidentemente, os proprietários; e, por último, nada menos que isto: os operários, se auferirem melhores condições de vida, malbaratarão os seus rendimentos.

A Confederação deu resposta pronta ao primitivismo desta incipiente burguesia local. Considerou insultados os operários e funcionários. Afirma haver agitação, por vezes colérica, nos espíritos da população da cidade. Que das 140 assinaturas do documento dos proprietários a maioria delas fora aposta sem conhecimento do que se subscrevia. Além disso, realizou um comício público, que teve lugar a 8 de Agosto. Aí foi resolvido apresentar queixa em tribunal contra quem, «sem escrúpulos, ofendeu os nossos sócios e o que temos de mais sagrado: a dignidade operária». Foi ainda deliberado que as classes trabalhadoras estudassem a forma viável de, o mais rapidamente que lhes fosse possível, levar a efeito a instituição de uma cooperativa de construção predial e de consumo «a fim de nos pormos ao abrigo de quem, tendo até à data recebido de nós todo o bem-estar e a completa solidariedade, não se importou em nos acusar, caluniosamente, de desqualificados».

Era uma questão de campanário se olharmos ao empolamento dos termos mas era também, verdadeiramente, o início de um novo período histórico. Um tímido mas consciente afrontamento de classes e de classes já organizadas nas suas associações próprias. A debilidade dessa burguesia a tactear os primeiros passos está patente na inépcia e despropósito da sua argumentação sem horizontes. E a linguagem ribombante dos trabalhadores nem corresponde à proximidade em que se encontravam a burguesia e os assalariados europeus de então, nem sequer exprimia grau especial de força reivindicativa. Era certamente apanágio de poucos militantes que não desperdiçavam ocasião propícia tão inabilmente oferecida pelo inimigo de classe. O incidente parece ter morrido por aí. Em fins de 1910 a Confederação reclamava-se de competente para ter um elemento seu entre os que deveriam compor a Câmara Municipal⁽¹³⁾.

A 18 de Março de 1911 reunia à Confederação em assembleia geral⁽¹⁴⁾. Assembleia que temos de considerar historicamente importante pelas deliberações tomadas. Estava presente a maioria dos sócios. Foi deliberado que do cofre da instituição fossem retirados 60 000 réis para as crianças que ficaram sem pais, na Madeira, aquando da epidemia de cólera; propor

a criação de uma caixa de aposentações para os operários do Estado em regresso da Metrópole e que lá tivessem ido por qualquer razão; pedir passagem gratuita para todos os operários do Estado que fossem à Metrópole em tratamento de saúde; protestar contra as anomalias que se estavam a dar com a admissão de ingleses nos serviços do Estado, havendo operários portugueses sem trabalho. Foi ainda nomeada uma comissão de melhoramentos para tratar com a Câmara Municipal e com o Governo-Geral a instituição, em Moçambique, do horário de 8 horas de trabalho obrigatórias para as oficinas do Estado e particulares «como fez o governo na Metrópole, atendendo às reclamações justas das associações de classe».

No dia 1 de Maio do mesmo ano convoca sócios, famílias e demais associações para a sessão solene, na sua sede.

Com o desmantelamento da Cabornária local, prisão e deportação dos seus membros, a Confederação parece ter sofrido um abalo momentâneo. Só assim se compreende que o jornal *Os Simples* anunciasse, a 21 de Julho, a iniciativa em marcha de criar um «Centro Operário». Porque «grande parte d'operários estão neste firme propósito em virtude dos acontecimentos que ultimamente se deram (...) mas que muita gente hoje ignora que se tivessem dado». Não há porém outra notícia de tal Centro o que, em justaposição ao tom cabalístico desta, sugere a hipótese de manobra dirigida para fora ou mesmo para dentro do meio trabalhador. A verdade é que a Confederação permanecia em actividade em Outubro do mesmo ano. A 13, promoveu uma sessão comemorativa do 2.º aniversário do fuzilamento de Francisco Ferrer y Guardia⁽¹⁵⁾, que foi invocado, durante anos, como patrono de pelo menos uma fracção de sindicalistas de Lourenço Marques. Fizeram-se representar na sessão: Centro Republicano Couceiro da Costa, Sociedade de Instrução e Beneficência 1.º de Janeiro, Associação Marítima, União Africana, Associação da Construção Civil, Associação dos Trabalhadores do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, Associação dos Condutores de Guarda-Freios dos Carros Eléctricos e Trupe Musical «Os Simples».

Que a Confederação mantinha alguma vida própria prova-o também o facto de ter reunido em assembleia-geral, a requerimento de um grupo de sócios, para tratar de questões de trabalho, o que aconteceu em Novembro de 1911⁽¹⁶⁾.

Por outro lado, a Confederação assegurava nessa altura a ligação, ou pelo menos a solidariedade, com o sindicalismo português. Em assembleia-geral de 26 de Outubro de 1912 deliberou enviar à Casa Sindical de Lisboa um telegrama de protesto contra a prisão de José Buizel «defensor acérrimo dos oprimidos⁽¹⁷⁾». E aí foi escolhido para delegado ao Congresso Nacional Metalúrgico, a realizar em Lisboa em Janeiro seguinte, Manuel Joaquim da Silva, correndo todas as despesas por conta da Confederação⁽¹⁸⁾. O delegado dos trabalhadores de Lourenço Marques chegou a Lisboa a 13 de Janeiro. Aí manteve conversações com a União dos Sindicatos, tendo sido discutidos os futuros estatutos federais. Em Maio, reunia a assembleia da Confederação para tomar conhecimento das diligências de Manuel da Silva em Portugal e apreciar a tese remetida pelo Congresso⁽¹⁹⁾.

A Confederação prevalecia-se, inquestionavelmente, de um certo, dinamismo interno, no início desta segunda década do século. Não obstante, o pequeno grupo de militantes que a animava não conseguia dinamizar as classes trabalhadoras. Era o eterno problema de uns tantos militantes isolados em meio social de todo impropício à acção sindical alargada.

Em Maio de 1913 foram nomeadas várias comissões, na tentativa de vitalizar o movimento operário. E *Os Simples* comenta: «Foi esta uma das grandes agremiações que incutiu respeito pela grande força de que dispunha e, se não fora a má compreensão de alguns dos nossos companheiros de trabalho que desprezam por completo agremiações desta natureza, ela poderia ter prestado grandes benefícios aos seus associados. Andam assim as forças dispersas e no meio operário é este um dos piores males. A indiferença de uns e a má vontade de outros transtornam por completo os movimentos associativos»⁽²⁰⁾. Com correspondência ou não por parte dos assalariados, o que é facto é que se mantinha o esforço no sentido de corresponder às ansiedades. No mesmo ano foi debatida a criação de uma caixa de empréstimo aos associados mediante o aval de dois sócios⁽²¹⁾.

Sem se descortinar bem por quê, em finais de 1914 a tónica passa a ser posta na «Organização Operária». Uma local de A. Reginaldo Costa, logo no primeiro número de *O Germinal*⁽²²⁾, defende a fusão de todas as associações operárias, com as razões seguintes: havia associações a mais e associados a menos; em conjunto, poderiam pagar um só prédio; a prin-

cial, porém, era a vantagem da — como diz — valorização das classes pela convergência na acção comum, feita com método e inteligência. Além disso, avança com a ideia de uma caixa geral de socorros mútuos.

A Confederação Operária mantinha-se no entanto de pé⁽²³⁾. O que não impedia que prosseguisse o debate sobre a «Organização Operária». Em fundo, o jornal operário de então⁽²⁴⁾ lastimava-se por o operariado local se não mobilizar apesar do muito que se falava e escrevia sobre o assunto. E avança com mais uma tirada do género daquelas em que a ingenuidade dos sindicalistas de Lourenço Marques foi fértil: «É este o problema, de difícil resolução, mas que facilmente seria resolvido se todos os operários se compenstrassem de que é preciso darem ingresso nas suas respectivas associações de classe e colaborarem na medida das suas forças...»

O campeão da agitação laboral, nessa altura, era o socialista António Fortunato do Rego que insistia na «Organização Operária». O *Germinal* não se cansava, número atrás de número, de apelar para ela e de lastimar o desinteresse dos trabalhadores. A 29 de Dezembro anunciava para o dia seguinte uma reunião magna das classes trabalhadoras, onde Fortunato do Rego apresentaria as «bases principais para a organização local». Esperava-se a afluência generosa dos operários «para ouvir a argumentação autorizada do velho propagandista dos destinos marxistas». Realizou-se a conferência e as opiniões estavam divididas: uns defendiam o Sindicato único, outros a Federação. Foi nomeada uma comissão para contactar as associações de classe, auscultando a sua disposição⁽²⁵⁾. Que esta «Organização Operária» não era preconizada por falência ou, ainda menos, eventualmente em oposição à Confederação, prova-o o facto de a reunião estar marcada justamente para a sede desta. Curiosa é essa nomeação dos «destinos marxistas» — Fortunato do Rego permaneceu até ao fim socialista, na filiação partidária do Partido Socialista Português, o que também permite avaliar sobre a sua informação em Marx.

Na semana seguinte, dando notícia da reunião magna, o jornal não embandeira em arco mas pouco menos, titulando entre a esperança e a suspeição: «Será desta?» Considera a reunião como das «mais movimentadas que se têm feito nos últimos tempos em Lourenço Marques». Foi nomeada uma comissão de nove membros para apresentar no mais breve prazo possível um estudo sobre a melhor forma de se levar à prá-

tica a unificação das classes trabalhadoras. A comissão era constituída por A. F. Rego, Manuel Arnaldo da Silva, Eduardo Franco Martins, Z. Bettencourt, Tomaz Domingos de Oliveira, Vidal Mesquita, João Borges, M. Rodrigues Namora e Francisco Lopes Tropa. Embora *O Germinal* não deixasse de verberar o desinteresse do operariado, a comissão prosseguiu nos seus trabalhos e, logo na penúltima semana de Janeiro de 1915, a pomposamente designada Comissão Executiva da Unificação Operária da Província de Moçambique reuniu, estando presentes quase todas as associações de classe. Ali foi dada a conhecer a criação do Sindicato do Pessoal Eléctrico do Porto e Caminhos de Ferro e procedeu-se à leitura do projecto dos Estatutos do Sindicato Geral da Província de Moçambique, cuja discussão passou a ser feita em reuniões sucessivas. A revisão ficou concluída no mês seguinte⁽²⁶⁾.

Não obstante o êxito aparente que a acompanhava, a iniciativa não era pacífica. Com efeito, datada de 28 de Fevereiro, foi tornada pública uma declaração subscrita por catorze individualidades mais ou menos envolvidas no processo do associativismo operário local em que se afiançava a idoneidade de Fortunato do Rego «contra indivíduos pouco escrupulosos que lhe moviam uma guerra acintosa, caluniando-o» e garantindo nada mais pretender ele do que a efectiva unificação das classes trabalhadoras⁽²⁷⁾. A 16 de Março, era publicado o

MANIFESTO ÀS CLASSES TRABALHADORAS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Camaradas:

Há pouco mais de dois meses um grupo de homens bem-intencionados resolveu constituir-se em Comissão para levar à prática a ideia altruísta, que há muito alimentava, da unificação das Classes Trabalhadoras da Província de Moçambique.

Esta comissão, que agregou a si representantes, devidamente autorizados, de várias colectividades de Lourenço Marques, não se tem poupado a trabalhos e fadigas de toda a ordem, para poder conseguir os seus fins, que são unir e tornar perdurável a união de todos os elementos de trabalho actualmente dispersos e divididos por motivos vários que não vêm agora para o caso, mas que muito nos prejudicam. A despeito mesmo

dos muitos obstáculos, aos quais não foi estranha a intriga do *supremo arquitecto*, promovida por inimigos declarados da nossa útil iniciativa, nós pudemos, se bem que a muito custo, elaborar os estatutos do futuro Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras, que não sendo uma obra completa, tanto quanto é para desejar, eles são contudo o produto da vontade sincera de um grupo de dedicados trabalhadores que alguma *cousa* quiseram fazer em defesa dos interesses dos seus camaradas, em favor dos que trabalham e produzem o bem-estar, não deles, mas sim das castas privilegiadas que os exploram na letra dessa *tolerada* a que se dá o pomposo nome de Lei, pois serve, quando muito, para manter e fazer medrar à sua sombra os bandos nefastos dos ociosos e dos devassos, ainda que condenados já há milhares de anos, pela razão, pelo bom senso e até mesmo pela decência, como fomentadores que são do maior crime social:

O Crime de Lesa Humanidade!...

Camaradas: — Muito de propósito, escolheu esta comissão a data fúnebre e ao mesmo tempo *gloriosa* do dia 18 de Março para vos apresentar os seus trabalhos, os quais constam, por enquanto e apenas, dos estatutos que servem de base às nossas subseqüentes organizações sindicais.

Destes estatutos far-se-á uma distribuição gratuita e avulsa pelos camaradas que comparecerem na reunião magna que deverá ter lugar no dia já referido, pelas 20 horas, na sala da Associação de Construção Civil desta cidade, Avenida Central (Antigo Grémio Popular)...

Mas, a data de 18 de Março, camaradas, foi por nós escolhida para relembrar-vos os 35 mil mártires da comuna de Paris de 1871, que lutando, como hoje o fazemos, e por uma causa tão justa como é a nossa, caíram varados pelas balas assassinas da ordem, que contra eles mandou disparar o odioso e bandido general «*Gallifet*» às ordens de um não menos odiado canalha que a história nos ensina a chamar-lhe «*Thiers*?!»

Antes, porém, da mortandade mandada praticar pelos monstros supracitados, e outros, Paris esteve dois meses em poder dos revolucionários, nossos camaradas, que se perderam pela condescendência demasiada que tiveram para com os seus e nossos inimigos de ontem e de hoje. São sempre os mesmos enquanto os deixarmos! Por essa ocasião, um

jornal, *Le Père Duchêne*, dirigido por Hebert, falava assim: «*Thiers treme em Versailles por causa da força armada de 200 mil Guarda Nacionais que estão em Paris*».

E mais adiante, o mesmo jornal dizia: *Paris não pode ser ingrata esquecendo-se dos seus heróis!*

Estes heróis eram os 200 mil soldados que fizeram tremer *Thiers*. Poderá alguém dizer-nos como se explica a mudança operada depois? Por tudo o que aí fica dito, camaradas, podeis facilmente concluir que só nos é dado contar com o nosso esforço ou seja com a nossa união e com o nosso trabalho para conseguirmos as nossas justas e precisas reivindicações. Por tudo isto se vê bem claramente que quando o Capital e os agentes da ordem se dão as mãos é o Trabalho quem fica *comido* (vá lá o termo, apesar de não ser muito parlamentar).

E, assim sucedeu em Paris, na semana sangrenta de 21 a 28 de Março de 1871, não obstante os tais 200 mil Guardas Nacionais que estiveram com a Revolução nos seus primeiros dias!

Então já o infame *Thiers* não tremia em Versailles, porquê?

Porque a fome, propositadamente preparada pelos argentários da alta finança e de parte do comércio, com o fim de conseguirem o final trágico do maior movimento comunista que todos nós conhecemos em nossos dias, já havia batido desesperadamente à porta do povo e das tropas fiéis à Revolução!

Canalhas!... Traidores!...

Não se admirem da linguagem que empregamos pois nós precisamos falar ao povo da mesma forma que lhe falamos sempre, claro e positivo, de maneira a que ele, povo, nos possa compreender bem.

Não devemos ter para o povo fraseologia burilada nem retórica escolhida...

Dito isto, camaradas, mais uma vez vos lembramos que só devemos contar com o nosso esforço e já Karl Marx dizia: *A emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores*. Ao Sindicato, pois, camaradas, e não nos deixemos iludir com paliativos das Beneficências para *elas*, à nossa custa, que apenas têm fins gananciosos, fins especulativos, que servem para empanar o brilho das nossas reclamações e para abafar os resultados das mesmas, em proveito exclusivo de um pequeno

número de parasitas e magnates, os quais fingem atender à miséria do povo, — mal do povo, — de que não querem saber porque são eles seus únicos causadores!

Em tempo oportuno provaremos que esta é a verdade, se nos deixarem, embora isso sirva para perturbar digestões...

Antes, porém, corramos a filiar-nos no Sindicato Geral e na Cooperativa Operária, camaradas, porque uma e outra se completam e caminham para o mesmo fim. No Sindicato e na Cooperativa Operária, reforçados por um jornal órgão e defensor destas duas instituições, encontraremos os princípios basilares e sólidos da nossa tão desejada emancipação social, desde que a seguinte trilogia seja por todos os trabalhadores bem compreendida:

— *Sindicato, Cooperativa e Jornal.*

Avante, e viva o Trabalho.

A Comissão Executiva de Unificação das Classes Trabalhadoras e o delegado das Associações aderentes.

Na semana seguinte, a 23, *O Germinal* fazia extenso relato da sessão em que foram apresentados os estatutos:

SINDICATO GERAL DO TRABALHO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Numa data de tristíssima recordação, em que a burguesia francesa lançou num mar de sangue milhares de seres, que são ainda hoje lembrados por todos aqueles que têm fome e sede de justiça, — única causa porque essas tantas vítimas se sacrificaram, — realizou-se, consoante fora anunciado neste jornal, a reunião da classe operária desta cidade, a fim de lhe serem apresentados os estatutos do Sindicato Geral que se tem em vista formar. Era 20.30 h. quando foi aberta a sessão, presidindo o membro da Comissão Executiva, Tomaz Domingos de Oliveira, secretariado pelos companheiros Eduardo Franco Martins e Francisco Lopes Tropa. Lidos os estatutos foi dada a palavra a Joaquim dos Santos Sahagum que mostrou em poucas palavras a necessidade da união da classe trabalhadora, referindo-se a casos de empreitadas dadas à porta

fechada para favorecerem afilhados etc., em prejuízo do Estado, procedimento este contra que era preciso protestar energicamente. Termina louvando aqueles que com todo o afincio se têm devotado a lutar pela unificação das classes trabalhadoras, incitando-as a prosseguir na sua obra prometendo-lhes a sua adesão.

José Vidal Mesquita diz parecer-lhe que o operariado desta cidade vive bem, feliz, e que tem abundância de dinheiro, pois não compreende que em face da crise que se está atravessando, esse mesmo operariado ali não esteja naquela bem pequena sala que seria insuficiente para o comportar se ele bem compreendesse a situação a que a sua indiferença o pode conduzir, e, com palavras de um pensador espanhol, acusa o Estado das dificuldades económicas em que o povo vive, elevando contribuições num período tão grave como este, citando a contribuição imposta ultimamente ao tabaco.

Manuel Lança lê um belo discurso incitando o operariado a que se aco-lha ao Sindicato do Trabalho para lutar pelas suas justas reivindicações, terminando por levantar um viva ao operariado da Província.

Manuel Gomes dos Santos lê também o seu discurso que se refere, em especial, à chacina que há 44 anos se deu nas pessoas de companheiros nossos na capital de França.

Sousa Amorim diz que ouviu dizer a um orador que o precedeu que os outros, os senhores do mando, são uns inconscientes, mas que mais inconscientes são aqueles dos operários que não acudiram àquela reunião, o que era bem para lamentar. O trabalho que se fez, que não era a ele que lhe competia dizê-lo, porque os estatutos o diziam mais claramente e se estão bem ou mal feitos era apreciação que deixava para outros mais competentes. Recorda a data memoravelmente triste da comuna de Paris e pede a todos os presentes que sejam lá fora uns propagandistas a favor da unificação da classe trabalhadora.

António Augusto Amaro prendeu a atenção da assembleia durante o seu discurso, passando em revista, numa acerba crítica, com factos verdadeiros, uma destas trepas monumentais nos bajuladores hipócritas que olham mais pelas suas comodidades do que pelo bem da comunidade, alcunhando estes de sevandijas e alcaíotes. O seu discurso proferido

com tanto sangue frio deixou-nos a impressão de que este companheiro é um excelente elemento dentro do meio associativo.

José Fernandes Távira, na sua linguagem rude, também causticou aqueles que ali não compareceram, levantando vivas à classe trabalhadora, depois de louvar a comissão pelos seus trabalhos.

João Maria Borges diz que se admira da classe operária ali não estar largamente representada, pois que ele tinha feito o papel de *garoto dos jornais*, metendo manifestos por baixo das portas e até assaltando os carros eléctricos para que a distribuição fosse mais completa e nenhum trabalhador pudesse alegar o desconhecimento daquela reunião.

D. Florinda Rego refuta uma passagem de desânimo e repulsa de um dos oradores e diz que não é caso para desânimos a falta dos que ali não compareceram. Fala depois sobre a Comuna de Paris e na sua qualidade de mulher, de esposa e de mãe, protesta contra os bárbaros que mandaram atravessar com balas os crânios de tantos mártires cujos descendentes ainda hoje chorarão a sua sorte e a perda de entes tão amados e queridos.

Manuel Rodrigues Namora diz que o único capitalista aqui entre nós é o Governo de cujo quase todos os trabalhadores são dependentes, portanto que é necessário que todos compreendam a necessidade de se filiar no Sindicato Geral do Trabalho para, com ordem e com método, se accionar e reclamar dele aquilo que indispensável é para todos viverem num determinado bem-estar. Saúda todos os que, com ele, trabalharam e faz votos para que a nova associação atinja os fins a que se destina.

Fortunato do Rego cai a fundo sobre aqueles que cá por fora fazem a maior propaganda contra o Sindicato e desafia-os para cara-a-cara lhe dizerem o que pensam e que entendem sobre a sua pessoa, porque não teme defrontar-se seja com quem for. Pede à assembleia que acompanhe de perto os seus actos porque tem a plena certeza de que eles não desmerecerão da confiança que, nele depositam.

A invocação constante da Comuna de Paris e as questões postas relativamente às relações com a maçonaria, dão-nos uma indicação mais acerca da estreita filiação ideológica que os sindicalistas locais herdaram do sindicalismo metropolitano. A questão da compatibilidade entre a

qualidade de trabalhador organizado e de filiado na maçonaria, como um dos pontos a ser debatidos em congresso, viria a provocar uma cisão, tal como acontecera em Portugal em 1875⁽²⁸⁾, e de que tratamos no capítulo dedicado ao Congresso Operário. A referência sibilina às «beneficências para *eles*» é certamente dirigida à «Sociedade de Instrução e Beneficência 1.º de Janeiro⁽²⁹⁾», obra da maçonaria.

Mas as divergências que acompanharam a fundação do Sindicato Geral não provinham, certamente, de fora do meio laboral. Trabalhadores havia ligados à maçonaria, o que indica, por um lado a imbricação e a demarcação sinuosa e pouco clara entre um operariado com franjas socialmente bem pouco ou nada distanciadas de uma burguesia balbuciente e, por outro lado, as susceptibilidades emergentes entre fracções de trabalhadores radicalizados nas suas posições socialistas ou anarco-sindicalistas e os que, nomeadamente pela via da maçonaria, se afastavam social e ideologicamente desse radicalismo. Foi assim que o Congresso contribuiu para anular, praticamente, as perspectivas optimistas que o Sindicato Geral abria. Sobre os efeitos das dissidências surgidas no Congresso coincidiu a chamada de reservistas e de adiados à mobilização militar motivada pela entrada de Portugal na guerra, o que retirou às associações de classe alguns dos seus melhores militantes⁽³⁰⁾. Por sua vez, o recém-formado Sindicato do Pessoal da Repartição Eléctrica do Porto de Lourenço Marques deliberou em assembleia-geral não aderir ao Sindicato Geral, porque este «não satisfazia as associações dos trabalhadores⁽³¹⁾».

As coisas estavam de tal maneira que a direcção da Associação de Classe dos Gráficos — onde militavam alguns dos sindicalistas mais activos — convocou os elementos da classe operária para uma reunião, em 15 de Dezembro, aí se tendo deliberado convidar os presidentes ou delegados das diversas associações «a fim de resolverem a melhor forma de unificação das classes trabalhadoras⁽³²⁾». A reunião teve lugar a 7 de Janeiro seguinte. Além dos gráficos, estiveram representados a Confederação, Construção Civil e Associação Marítima. A afluência foi boa e as opiniões unânimes quanto à conveniência de prosseguir os trabalhos. Resolveu-se que os gráficos agrupassem os elementos necessários e que lhes fosse presente o trabalho apresentado no Congresso de Maio de 1915 pelo operário Tomaz Domingos

de Oliveira sobre a organização do Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras da Província de Moçambique. De novo foi uma comissão composta, em grande parte pelos mesmos militantes que tinham feito parte do primeiro grupo que procurava levar por diante o Sindicato Geral. Em nova reunião, esta já em 23 de Fevereiro, foi apresentada a tese e projecto de estatutos anexo e decidido que os mesmos fossem enviados a todos os membros da direcção das associações, convocando-se em seguida a comissão⁽³³⁾.

As reuniões multiplicaram-se, agora lideradas pela Confederação e pela Construção Civil e aquela, em manifesto «ao povo trabalhador», convidava-o a ouvir, em 26 de Maio, a conferência de Manuel Joaquim da Silva (gráfico e da Confederação) sobre reorganização e movimento associativo⁽³⁴⁾. Mas o que aí se debateu foi a reorganização da Confederação Operária «colectividade que teve os seus anos de glória e que bons serviços prestou ao operariado, pois que foi esta, depois da Associação dos Empregados do Comércio, a primeira associação de classe, genuinamente operária e inspirada no verdadeiro e harmónico espírito social» — dizia *O Germinal* de 29 de Maio, que acrescentava ter sido a Confederação «respeitada e continuará a sê-lo de futuro, porque a Comissão Reorganizadora das Associações vai continuar os seus trabalhos para que de novo ela possa exercer a sua acção a favor dos que trabalham». Tinham-se inscrito sócios em número suficiente para rejuvenescer a Confederação. A Comissão prometia que depois de ultimar os seus trabalhos de recuperação da Confederação passaria a tratar da reorganização da Associação Marítima.

Deixava de se falar do Sindicato Geral e regressava-se à antiga Confederação, tentando revitalizá-la. Se entusiasmo houve, foi sol de pouca dura. Pois um ano não era passado e Afonso Silves, em artigo ainda uma vez intitulado «Organização Operária⁽³⁵⁾», vem dizer que tal, «na sua verdadeira acepção», não existe em Lourenço Marques. E que se não havia organização operária não era porque se não tivessem para isso multiplicado as diligências «mas, simplesmente, porque a ignorância de alguns, o egoísmo e imbecilidade de outros e o indiferentismo da maior parte, conduziu-nos a este ponto de verdadeira calamidade social». E prossegue esclarecendo, ter existido «em tempos — não longínquos — uma plêiade de homens que nos pareciam sinceros, dedicados à causa da Humanidade (...)».

E nesse tempo em que todos nós andávamos bem unidos, a organização operária em Lourenço Marques ainda chegou a ser alguma coisa».

De onde se infere, mais uma vez, que este movimento operário se devia a um punhado de militantes expatriados e, até por essa razão, a todos os títulos feitos «vanguarda» sem «massas». Em 1920 a situação sindical era caótica. Descreve-a, com algum pitoresco, João Vás⁽³⁶⁾:

O OVO DE COLOMBO

Para quem está dentro das boas normas da organização operária, salienta-se, de um modo notável, a falta, nesta cidade, duma União dos Sindicatos Operários, à semelhança das que existem na Metrópole dentro da organização da C.G.T.

Para se dissecar, bem do fundo, a razão desta falta, somos levados a ir até à estrutura da matéria-prima: os sindicatos. O que são os sindicatos locais? Com excepção dum ou doutro, são um agregado de pessoas que, em determinados momentos, se unem com outras, se agitam, se evidenciam, e lutam por determinada causa. Mas falta-lhes, aos sindicatos, a consciência sólida das conveniências de luta que traz a União dos Sindicatos e, unidos embora por momentos, breve se separam.

Segue-se então um período de modorra. A escrita torna-se caótica, não se lançam actas e livros, não se publicam balancetes, não há, enfim, quem demonstre que, nas horas de paz, as direcções, como os azeiteiros nas casas das máquinas dos navios — mal comparado — não cessam jamais de azeitar a máquina sindical, que, ao contrário, enferruja-se e emperra-se.

Em Lourenço Marques a maioria dos indivíduos aceita um cargo como aceitaria dois escudos. Com indiferença. Não há a consciência das responsabilidades que se assumem ao aceitar um cargo, falta-se a todos os deveres, lança-se todas as peças do maquinismo sindical ao ostracismo, não há contas, recebe-se dinheiro de cotas ao acaso, despende-se à toa, está-se assim um ano — se se está — e, após um ano, vem outra direcção na mesma afinação.

Lá de longe em longe, a máquina sindical é posta abruptamente a trabalhar. Guincha então desesperadamente, faz um barulho ensurdecedor por falta de azeite, e faz que anda mas não anda.

Cremos que pintamos de um modo nítido e claro o que é a maioria dos sindicatos em Lourenço Marques, tanto operários como patronais, tanto oficiais como particulares. Parece um mal da terra, causado, talvez, pelo anófeles e pelo culex...

Ora, depois de analisarmos a estrutura dos sindicatos e vermos o que eles são, já não podemos admirar-nos que o que é intuitivo em Paio Pires, na Metrópole, não seja compreensível em Lourenço Marques. A União dos Sindicatos é a alavanca máxima da máquina sindical. É a correia de transmissão que liga todos os organismos. E com organismos *sem azeite* compreende-se que a uma manobra directora corresponda uma chiada destemperante, desafinada, que breve manda a alavanca e as correias de transmissão para casa do diabo.

A prova está no passado operário de Lourenço Marques. O Patronato do Trabalho, a Confederação Operária, tudo o mais que houve, foi um ar que lhe deu. É que aqueles organismos são a cúpula do edifício sindical, e, em Lourenço Marques, em vez de edificar-se os sindicatos com cal e areia, constituindo sólidos alicerces para a cúpula, fez-se dos sindicatos casinhas de cartão sobre que assentou uma cúpula demasiadamente pesada que, é claro, não se aguentou por falta de base e caiu arrastando consigo os sindicatos.

E, no entanto, esse organismo tão útil e necessário para que, por uma só boca potente, se faça ouvir a voz dos proletários de Lourenço Marques (que hoje andam por aí, uns por uma esquina, outros por outra, a dizer coisas que ninguém ouve), é uma repetição da história do ovo de Colombo.

Houve, aqui há tempos, a ideia de fundar uma União dos Sindicatos. Começou-se a trabalhar no Regulamento. Mas, porque, para o Regulamento, não havia opiniões definidas, tudo ficou por fazer.

E, no entanto, à União dos Sindicatos de Lourenço Marques não é a regulamentação que lhes faz falta. Essa é uma questão secundária que se resolve adoptando, o que é até boa regra de organização, o que sobre o assunto estatuiu a C.G.T. de Portugal. O que lhe faz falta é uma boa organização sindical, sem bailes nem salsifrés como a Associação dos Empregados do Comércio e Indústria, coerente — sobretudo coerente — com um caminho bem definido e rigorosamente traçado, e tendo

em vez de figuras decorativas nas direcções, apregoadas aos quatro ventos pelo Anuário do Baily, indivíduos com a consciência das suas responsabilidades e cumpridores dos seus deveres.

Esse *Ovo de Colombo* parece-nos que, desta vez, será posto em pé. Impressões trocadas entre alguns dos melhores elementos sindicalistas levaram à resolução de assentar energicamente nos *rails* a desconjuntada máquina sindical, introduzindo novos processos na vida operária, acabando-se com o desleixo imperante e coagindo quem tem deveres a cumpri-los.

Agora, que se tem falado tanto em greve geral — e quem sabe se ela não poderá dispensar-se? — torna-se necessário acabar com ditaduras de indivíduos a arremedar direcções dos sindicatos e meter nos eixos tudo quanto fora deles anda.

Não são os bons associados que fazem as boas direcções. São as boas direcções que, fazem os bons associados. É este o segredo deste moderno Ovo de Colombo!

Em Agosto, e no mesmo jornal, volta a defender a instalação da «União dos Sindicatos». Para comprovar que a maioria das direcções sindicais era composta de figuras decorativas, diz que a Associação de Classe dos Funcionários Cíveis estava morta devido ao desleixo dos directores que nada fizeram⁽³⁷⁾. Tanto batalhou que, ainda nesse ano, a 10 de Novembro, reuniu uma assembleia-geral onde as associações acordaram negociar a organização do sindicato único⁽³⁸⁾. Reunidos a 30, os delegados dos portuários e ferroviários, gráficos, pessoal dos eléctricos, metalúrgicos e construção civil, todos acordaram na necessidade de se trabalhar para a formação do Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras. Ainda uma vez surgiu a comissão da praxe que, a 20 de Dezembro, fazia publicar os estatutos do Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras de Lourenço Marques. Estatutos esses que estão datados de 28 de Fevereiro de 1915⁽³⁹⁾. Indo buscar à tentativa anterior o trabalho já feito, a verdade é que, desta vez, a iniciativa foi por diante, se bem que para vida curta e efémera. Na mesma data eram publicadas as Bases Regulamentares. Segundo elas, o Sindicato Geral reger-se-ia provisoriamente pelos estatutos aprovados numa reunião da classe operária da cidade, realizada na Associação dos

Operários da Construção Civil em 18 de Março de 1915, reunião em que também se comemorou o aniversário da Comuna de Paris. Substituíu-se, porém, o cargo de presidente pelo de Secretário-Geral, «a fim de evitar as tendências autoritárias inerentes a tal cargo». O Sindicato Geral, magnanimamente, «dividir-se-ia» nas seguintes «secções de indústria»: Construção Civil; Empregados no Comércio; Gráfica; Marítima; Metalúrgica; Pessoal do Porto e C. F. L. M.; Viação Automóvel; Viação Eléctrica; Vestuário; e secção mista de indústrias não especificadas.

Parecia ter, finalmente, chegado a hora de uma organização unitária de trabalhadores. Se não com o aparato que os seus fundadores lhe atribuíam, pelo menos com alguma actividade. No entanto, se desenvolveu qualquer acção, foi muito modesta e o saldo veio a ser considerado um fracasso. Em Abril e Maio de 1921, *O Emancipador*⁽⁴⁰⁾ referia-se ao Sindicato Geral como ideia falida. O jornal atribuía a falta de êxito à militarização dos ferroviários e portuários integrados na mais importante associação de classe que era a do Pessoal do Porto e dos C. F. L. M.. Refere-se, evidentemente, à mobilização militar dos grevistas. Com a mobilização e a deportação dos militantes mais activos, fora necessário aguardar o regresso dos deportados. Uma vez que estavam já desmobilizados, defendia-se a reorganização desta última associação e o regresso à constituição efectiva do Sindicato Geral. Mais uma vez uma reunião foi convocada para 29 de Maio com esta finalidade. Um apelo especial era endereçado aos operários metalúrgicos que se encontravam divididos. A comissão organizadora nomeada em Novembro do ano anterior passou a convocar todos os trabalhadores dos ramos seguintes: comércio, tipografia, marítimos, metalúrgicos, *chauffeurs*, empregados dos *tramways* eléctricos, alfaiates, manufactores de calçado e trabalhadores de outras indústrias sem organização sindical. Já tinham garantido a adesão ao Sindicato Geral a Construção Civil e a Associação dos ferroviários e portuários⁽⁴¹⁾. A assembleia do operariado reuniu a 14 e, mais uma vez, foi fundado o Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras e logo nomeada a Comissão Administrativa. Esta assembleia foi presidida por Faustino da Silva que já era e permaneceria daí em diante o principal militante operário de Lourenço Marques. A Associação da Construção Civil tinha-se mantido e a dos ferroviários estava de novo em funcionamento. A ideia era a de, desde logo, se pôr de pé um Sindicato «com forma mista», a desdobrar

em secções futuramente. A Comissão Administrativa, constituída por um representante de, cada ramo de actividade (incluído o dos empregados do comércio, «visto não merecer confiança a muitos empregados do comércio a associação constituída desta classe, que vive divorciada das classes trabalhadoras e em convívio fraternal com as associações patronais») era composta dos nomes seguintes: António Vieira, gráfico; Francisco António da Silva, metalúrgico; Manuel Alves Cardiga, empregado da viação terrestre, e por um delegado, a incluir das direcções da Construção Civil e Pessoal do Porto e C. F. L. M. enquanto as assembleias respectivas não decidissem o ingresso no Sindicato Geral. Tomou posse a 28. Seriam mantidos os estatutos aprovados em 18 de Março de 1921⁽⁴²⁾. Alves Cardiga pediu escusa e não tomou posse e o gráfico António Vieira não compareceu, alegando, mais tarde, não ter mandato da classe. Ficaram os cargos assim distribuídos: secretário-geral; Regueira de Carvalho; secretários adjuntos, Francisco A. da Silva e Carlos Bastos; tesoureiro, J. da Costa Baiáia; vogal, Augusto Veiga. As adesões iniciais não faltaram. Os metalúrgicos, cuja associação tivera vida efémera, inscreveram-se em massa. O pessoal da viação eléctrica também se inscrevera na quase totalidade. Entretanto, as associações da construção civil e dos ferroviários tinham aderido⁽⁴³⁾.

Em sessão de 2 de Agosto a Comissão Administrativa aprovou uma moção a chamar a atenção para a crise que lavrava no meio laboral, nomeadamente na metalurgia; a emigração para Moçambique, de portugueses e estrangeiros, era numerosa, razão apresentada para a crise, que proporcionava ao patronato baixa de salários. Pelo que resolvera prevenir, por intermédio da Confederação Geral do Trabalho, em Portugal, todos os camaradas no sentido de não virem para Moçambique sem previamente se informarem junto do Sindicato Geral. E aos que fossem contratados para os serviços do Estado sugeria que não viessem com os salários que estavam a ser praticados, que não chegariam para se manterem a si e às famílias «e nem mesmo que venham sós, pois que as transferências de dinheiro para a Metrópole se elevam de 15 a 45 por cento, o que representa um roubo à bolsa do trabalhador⁽⁴⁴⁾».

O Sindicato Geral foi dando sinais de vida neste segundo semestre de 1921 mas, em Outubro, já *O Emancipador* se queixava de que os operários não apareciam, apesar de muito se queixarem de várias coisas.

No mês seguinte, começa a agitar-se a ideia da adesão do Sindicato Geral à Confederação Geral do Trabalho, de Portugal. Numa assembleia realizada em 15, o assunto foi discutido. É extremamente curioso registar algumas opiniões expendidas. O camarada Faria, dizendo-se sindicalista revolucionário, foi de opinião favorável à adesão. Faustino da Silva apoiou a adesão, com a ressalva de não ser perfilhada a tática anarquista que o secretário-geral da C.G.T. teria dito vigorar nesta. A Junta Sindical perfilha a posição de Faustino. Alves Cardiga preconiza a adesão pura e simples. Faustino da Silva, recuando um tanto, volta a defender a adesão «sem perfilhar os métodos escolásticos e reservando-se o direito de agir como entenda e conforme as circunstâncias o indicassem». Neves Dias salienta a impossibilidade de se seguir a tática preconizada pela C.G.T. já porque — alega —, para ela se seguir é preciso que haja elementos anarquistas em suficiência em Lourenço Marques, o que não sucede, já porque ao meio é absolutamente inadaptável tal tática. Por maioria de votos acabou por ser aprovado o ingresso na C.G.T. sem a obrigação de seguir a tática anarquista. Francisco António da Silva fez a declaração de votar nesta conformidade, por compreender que o meio não permitia uma tática exclusivamente revolucionária⁽⁴⁵⁾. Que o Sindicato Geral se filiou na C.G.T. não há dúvida pois, numa assembleia das colectividades de Lourenço Marques em Março de 1923, convocada para discutir a situação económica e administrativa da Província, Neves Dias «disse que o Sindicato Geral se tinha filiado na Confederação Geral dos Trabalhadores que na sua última reunião se tinha pronunciado pela adesão à 3.^a Internacional⁽⁴⁶⁾». Esta redacção pouco clara levanta a dúvida sobre se os sindicalistas de Lourenço Marques teriam, eles mesmos, apoiado a Internacional Sindical Vermelha. Uma carta de Humbert Droz a esta mesma Internacional parece desfazer a dúvida pela afirmativa. Segundo este funcionário da I.S.V., «a federação dos sindicatos de Lourenço Marques pronunciou-se pela Internacional Sindical Vermelha e publica um órgão. Como está ligada à C.G.T. portuguesa, vai reforçar a minoria⁽⁴⁷⁾». Estas filiações foram meras formalidades, sem quaisquer consequências visíveis.

De qualquer maneira, parece ter sido este o último sinal de vida do Sindicato Geral. Em 1925 dele se dizia «o extinto»⁽⁴⁸⁾.

3.2. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE LOURENÇO MARQUES

A Associação de Classe dos Empregados do Comércio e Indústria de Lourenço Marques é uma das primeiras associações de classe fundadas em toda a África, logo após um sindicato na África do Sul em 1881, e outro, na Argélia, em 1895⁽⁴⁹⁾. Todos apresentados como «sindicatos», tanto se não poderá dizer, em rigor, desta associação moçambicana.

Fundada em 1 de Agosto de 1898, a Associação funcionou com estatutos aprovados pelo Governo-Geral, conforme a portaria 514-A de 31 de Dezembro do mesmo ano. Um alvará ministerial de 27 de Abril de 1903 aprovou-lhe de novo os estatutos, dando assim satisfação ao exigido pelo Decreto ministerial de 10 de Outubro de 1901 (publicado em Moçambique, no jornal oficial, a 30 de Novembro), que aprovava o Regulamento Geral das Associações de Classe nas províncias ultramarinas⁽⁵⁰⁾. A sede continuava em Lourenço Marques. Podiam pertencer à associação todos os indivíduos empregados no comércio e na indústria, nacionais ou estrangeiros, desde que residentes em Lourenço Marques à data da sua admissão. Os símbolos adoptados e os fins estabelecidos para a associação caracterizam-na suficientemente: usaria de timbre, em forma oval, tendo no centro as armas de Lourenço Marques, envolta e em semicircular superior, a divisa: «Entre gente remota edificaram»; e de um estandarte de cetim azul e branco, franjado a ouro, tendo ao centro o mesmo emblema e data da fundação.

A divisa e as cores do estandarte mostram, simultaneamente, se não a adesão militante, pelo menos a aceitação assim expressa da mentalidade dominante de crença no «império» e da consonância com a ordem política estabelecida.

Os fins estatutários da associação estavam muito mais próximos do mutualismo e do recreativismo do que de qualquer sindicalismo, se é que alguma coisa escondiam deste. E as finalidades reivindicativas nem sequer afloravam. Ao contrário, podem até vislumbrar-se reminiscências corporativas. Assim, a Associação propunha-se o estudo e defesa comum dos interesses económicos da classe; a utilização de todos os meios conducentes ao melhoramento e desenvolvimento das condições morais e sociais

dos seus associados; o incitamento da instrução e auxílio fraterno entre os sócios, procurando conseguir-lhes colocações quando desempregados; dispensa aos sócios de recursos «quando alguma fatalidade não desonrosa os leve à cadeia»; promover ou subsidiar a repatriação dos sócios, «quando a sua vida perigue sob este clima»; subsidiar funerais de indigentes; recrear os associados com jogos lícitos e divertimentos; representar perante o Governo sobre qualquer assunto que diga respeito ao desenvolvimento não só da associação como também da instrução, comércio e indústria da cidade.

A comissão fundadora e encarregada de elaborar os estatutos foi constituída por José Benigno Ribeiro, presidente; Clemente Nunes Carvalho e Silva, vice-presidente; Augusto Joaquim Guimarães e Jeronymo Ribeiro de Sousa Agra, secretários. Em assembleia-geral, a 4 de Agosto de 1898, foram eleitos os primeiros corpos gerentes: para a mesa da assembleia-geral, como presidente, Rodrigo d'Abreu; primeiro secretário, António José Rodrigues de Moura; segundo secretário, Álvaro Raul dos Santos Monteiro. Direcção: presidente, José Benigno Ribeiro Garrido; primeiro secretário, Augusto Joaquim Guimarães; segundo secretário, António Tavares Fonseca; vogal, António Marques da Silva; tesoureiro, Manuel Vasco Girão. Conselho Fiscal: António Cardoso, Vitorino José Pereira e Joaquim Guedes de Pinho⁽⁵¹⁾.

Neste elenco, não aparece nenhum dos sindicalistas que vieram a distinguir-se na acção operária desenvolvida em Moçambique duas décadas após. Em contrapartida, surge como primeiro presidente da assembleia-geral Rodrigo de Abreu, que viria a tornar-se um dos capitalistas locais a partir de 1905. Nesta data, era ele comerciante e entrava como accionista em várias companhias, assim como foi um dos fundadores da Câmara do Comércio, tudo no mesmo ano. E da comissão fundadora consta Clemente Nunes Carvalho e Silva que, também em 1908, foi vogal da primeira Direcção do Centro Republicano Couceiro da Costa, onde se associou a pequena burguesia republicana de Lourenço Marques e que viria a ser outro dos primeiros capitalistas locais, um dos fundadores da Associação dos Proprietários em 1905 e accionista majoritário da Empresa do jornal «O Português». Estes, como outros personagens que vieram a destacar-se na história colonial de Moçambique, são exemplos acabados dos *self-made*

men que iniciaram a sua vida na colónia como assalariados de serviços e se guindaram, em tempo relativamente curto, à situação de empresários, dominando a economia local e interferindo, activamente na área política. Este fenómeno dá-nos, por outro lado, indicações preciosas sobre as características desta associação de classe que albergava assalariados, sim, mas trabalhadores por conta de outrem que, sendo certamente um comércio de pequeno porte, deixava as portas abertas à iniciativa dos servidores mais ousados. Em meio social peculiar, colonial, tais trabalhadores alimentariam uma mentalidade que os aproximava mais das classes dominantes, que os afastava infinitamente de qualquer proletariado em formação, e que nem sequer os identificaria com o operariado europeu, muito menos com a parte deste que se viria a lançar em actividade sindicalista militante.

Sem ser fácil historiar com rigor a vida da associação, tudo leva a crer que se manteve com altos e baixos, como todas, em Lourenço Marques. Logo em 1901 comemorou o seu terceiro aniversário com o número único do jornal *O Ideal*, datado de 1 de Agosto. Nessa publicação João A. Coelho, dirigindo-se «aos Colegas», queixa-se do seu indiferentismo perante a associação, cujos sócios apenas se interessavam pelos divertimentos. Defendia que o necessário era a «união de classe». No ano seguinte foi publicado outro número único, com a mesma data, e nele se expressava o desinteresse crescente dos sócios pela sua agremiação. No entanto, poucos anos mais tarde, em 1907, a propósito da assembleia-geral para apresentação do relatório e contas da direcção e eleição de novos corpos gerentes, o jornal republicano *Vida Nova* de 24 de Junho referia as «magníficas condições de vida daquela colectividade, uma das mais importantes desta cidade...». O que nem sequer é especialmente significativo, dado o facto de, nessa altura, e em Moçambique, quase não existir vida associativa, assim tomando especial relevo aquela *avis rara*. Que assim era, prova-o o facto de nessa mesma altura ter sofrido grave crise, pois em 1908 foi «restaurada» a sua direcção. É o que conta P. U. S. de Lima Paula, associado desde esse mesmo ano, em carta a *Os Simples*⁽⁵²⁾. Mais diz que, tendo sido eleito para a Direcção no ano seguinte, e «fazendo com os meus colegas a administração mais louvável nos últimos seis anos de vida da Associação, pois que além de promovermos festas e termos fundado uma aula de inglês e outra de música, levantamos o crédito da Associação, conseguimos o

descanso dominical...». Mas, em 1910, a Direcção não estava outra vez a funcionar e nem sequer reunia.

Na edição seguinte do mesmo jornal, Manuel Gomes dos Santos fala de querelas internas surgidas nesse ano e diz nada terem a ver com os interesses da classe. Quanto à vitória do descanso dominical replica haver «colegas seus que encerram as portas dos estabelecimentos onde estão empregados às 3 horas da manhã, quando não é mais tarde, e às 6 horas já estão novamente no estabelecimento, 21 horas de trabalho consecutivo!»

Parece ter surgido por essa altura, na cidade, algo de novo no militantismo operário. Não só a resposta de Gomes dos Santos a Lima Paula deixa entrever o inconformismo, senão mesmo a intenção reivindicativa, como é a 1 de Julho de 1911 que se publica o número-programa de *A Voz do Caixeiro*, a introduzir no meio linguagem inédita. Apresentando-se como «órgão defensor dos empregados do comércio e indústria, e dos interesses da Província», sob a sigla da «Razão, Fraternidade, Justiça», diz-se «dedicado à classe e ao progresso da Colónia» e promete que «seremos o espectro terrível do patrão que escraviza os seus empregados. Assim como seremos os primeiros a louvá-los quando o mereçam». Isto é a prevenção de que se absteria de política deixa claro tratar-se porventura da primeira manifestação escrita do sindicalismo que viria a desenvolver-se em Moçambique. O director do periódico era João Ribeiro de Paiva, um dos que pertenceram à meteórica Carbonária de Lourenço Marques. O número avulso do jornal custava 70 réis. Parece no entanto não se ter publicado mais do que este número-programa.

Assinalamos os festejos comemorativos do seu 14.º aniversário e o jornal *Os Simples*, que tal noticia a 8 de Agosto de 1912, afirma também ter a associação prosperado «nestes últimos anos». Sangue novo de sindicalistas injectado no ano anterior? No seguinte, a portaria provincial n.º 1141⁽⁵³⁾, que estabelece o dia normal de trabalho para os empregados do comércio e da indústria, diz fazê-lo atendendo à representação da sua associação de classe. O dia normal de trabalho passa a ser dividido em dois períodos, em Lourenço Marques e subúrbios: das 7 às 12 horas e das 14 às 19. Exceptuavam-se vários tipos de estabelecimentos, tais como padarias, talhos, farmácias, restaurantes, etc.. A nenhum empregado

podia ser exigido mais de 55 horas de trabalho semanal e de 6 dias por semana. Era proibido o emprego de menores de 12 anos no comércio e na indústria e, no comércio, de maiores de 12 e menores de 14 que não soubessem ler, escrever e contar correctamente. Disposição esta extensiva aos «indígenas». O que foi conseguido, certamente, sem luta de qualquer sorte, como é bem de ver⁽⁵⁴⁾.

Por alturas do seu 18.º aniversário, 1916, a Associação anunciava um leilão das prendas que haviam sobrado da quermesse a favor do soldado português⁽⁵⁵⁾. Tal como os sindicalistas e os sindicatos locais, a agremiação apoiava activamente a intervenção de Portugal na guerra.

Que relativamente à sua qualidade de classista e a eventuais veleidades sindicais a Associação se manteve asséptica, prova-o o teor da notícia publicada a 23 de Agosto de 1926⁽⁵⁶⁾. Pior do que isso foi a acusação que lhe foi feita, em 1920, aquando da fundação do Sindicato Geral, de estar mancomunada com as associações patronais⁽⁵⁷⁾. A propósito da representação operária no Conselho Legislativo, o mesmo jornal⁽⁵⁸⁾ era claro relativamente ao comportamento da Associação: «tem vivido sempre fora da convivência associativa, e da qual podemos dizer que a sua maneira especial de agir no meio social não está em harmonia com o papel que cabe a uma associação de classe, e parece-me mesmo que nem em harmonia com os seus estatutos e, portanto, orientada numa forma avessa, mantendo-se numa neutralidade por vezes prejudicial às classes trabalhadoras». A propósito da cerimónia do pau de fileira no novo edifício, propriedade da Associação, comentava-se sibilamente: «que os empregados do comércio e indústria saibam aproveitar tão bela obra, tratando dos seus interesses económicos e sociais, deixando-se de ‘salsifrés’ dançantes, como têm feito até aqui, são os nossos votos». E ainda no ano seguinte, um membro da classe, J. M. M., se lastimava porque, podendo a Associação ser mais importante, era «muito pobre pelo desprezo a que pelos associados é votada». Achava que os seus estatutos eram o que «de mais sublime» haveria para a classe se a rigor fossem cumpridos⁽⁵⁹⁾.

A última referência que vimos à sua existência data de 8 de Setembro de 1943. O papel era encimado com o timbre de Associação dos Empregados do Comércio e Indústria — Associação de Classe e Beneficência⁽⁶⁰⁾. Seria no edifício desta Associação que viria a instalar-se a sede do sindicato

corporativo que lhe sucedeu e matriz da política sindical do salazarismo em Moçambique: o Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria.

A 15 de Outubro de 1911 foi fundada a Associação dos Empregados do Comércio e Indústria da Beira (Associação de Classe)⁽⁶¹⁾.

3.3. ASSOCIAÇÃO MARÍTIMA

Uma primeira associação de classe dos trabalhadores do mar, a Associação Marítima de Lourenço Marques, ter-se-á instalado «definitivamente» a 1 de Maio de 1904. Fortunato do Rego terá aí apresentado a União Operária⁽⁶²⁾. Sobre esta Associação nada mais conseguimos saber senão que existia (de novo?) em 1911, pois se fez representar, juntamente com outras, na sessão de 13 de Outubro desse ano, comemorativa do segundo aniversário do fuzilamento de Francisco Ferrer⁽⁶³⁾. Deve ter sido fundada a 12 de Julho daquele ano pois em 1914, nesse mesmo dia, comemorava o seu terceiro aniversário(M). Em 1912, mantinha-se actuante. Uma carta publicada em *Os Simples*, datada de 13 de Abril, deixa clara a interferência que a Associação mantinha nas questões de trabalho dos seus filiados. No ano seguinte, a Associação elegeu corpos gerentes, os únicos de que colhemos notícia: Assembleia-Geral — presidente, Faustino das Dores Matos; 1.º secretário, Antônio dos Santos Van-Grichen e 2.º secretário efectivo, José da Costa. Direcção — presidente, José Franco; secretário efectivo, J. V. Mesquita; 2.º secretário efectivo, Luiz Tavares; tesoureiro, F. S. Martins; vogais, J. J. Pereira e F. A. Aleixo. Conselho Fiscal — presidente, J. H. Marques; secretários, B. J. Gomes e Manuel Rodrigues. Nesta mesma assembleia foi preconizado o envio de um delegado⁽⁶⁵⁾ ao Congresso Socialista, em Portugal. Esta associação era na quase totalidade composta por empregados das capitânias dos portos. Teria desaparecido cerca de 1920⁽⁶⁶⁾, mas existia, pelo menos nominalmente, em princípios de 1917, uma vez que esteve representada em reuniões para a formação do Sindicato Geral⁽⁶⁷⁾.

3.4. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DE TRACÇÃO DOS CAMINHOS DE FERRO DE LOURENÇO MARQUES

Em Setembro de 1906 era noticiada⁽⁶⁸⁾ a formação de uma Associação dos Empregados de Tracção dos Caminhos de Ferro, a inaugurar a 28 do mesmo mês, dia do aniversário dos reis de Portugal. Foi nas instalações da maçónica Sociedade de Instrução e Beneficência 1.º de Janeiro que, a 7 de Outubro, se realizou a reunião preparatória. Compareceram mais de 60.pessoas e foi Fortunato do Rego que abriu a sessão e expôs os fins da associação a criar: não apenas o auxílio mútuo, como também o desenvolvimento da instrução e do bem-estar dos associados. Logo ali foi apresentado um projecto de estatutos que a assembleia aprovou na generalidade. A reunião seguinte teve lugar a 14 e foi presidida pelo mesmo Fortunato do Rego, secretariado por Francisco Paulo Messano e Hipólito d'Almeida Viçoso. Estiveram presentes bastantes ferroviários e iniciou-se a discussão dos estatutos na especialidade, discussão que se prolongou por outras sessões. A 28 foram eleitos os primeiros corpos gerentes. Como vários dos eleitos tivessem pedido escusa, foi marcada nova assembleia para 4 de Novembro, tendo ficado constituídos os corpos sociais da associação da forma seguinte: Assembleia-Geral: presidente, António Fortunato do Rego; 1.º secretário, César Augusto Vieira; 2.º secretário, José Francisco Tomaz. Direcção: presidente, João da Silva; vogais, Eduardo Lino d'Oliveira Bello e Henrique Júlio de Magalhães; tesoureiro, Francisco Gomes da Silva e secretário, Francisco Paulo Messano. O mesmo jornal⁽⁶⁹⁾ de onde respigamos estas informações dizia que a associação iria reivindicar, a melhoria da situação da classe através do seu advogado, especialmente pedir a confirmação de lugares, pois empregados havia com dez e mais anos de serviço sem deles terem tomado posse.

E desta associação de classe dos empregados de tracção não colhemos qualquer notícia mais.

3.5. ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DO PORTO E CAMINHOS DE FERRO DE LOURENÇO MARQUES

A primeira expressão organizada da generalidade dos trabalhadores do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques surgiu logo após a proclamação da República. A sessão preparatória para o lançamento da Associação realizou-se a 23 de Outubro de 1910 e uma segunda reunião a 19 de Novembro. A Comissão Administrativa saída destas duas reuniões demitiu-se logo a seguir, o que levou 77 ferroviários a convocarem nova assembleia da classe para 23 do mesmo mês⁽⁷⁰⁾. Com êxito o fizeram pois, em Janeiro seguinte, já a Associação tomava a atitude de protestar junto do Governador-Geral o seu republicanismo e patriotismo acendrados. E fazia-o rebatendo o boato de que os ferroviários iriam entrar em greve. Os dirigentes da classe garantiam que não. Tendo embora reclamações a apresentar, não usariam de violência, isto é, do recurso à greve. A representação era assinada por Paulino Santos Gil, José do Val Ribeiro, Ernesto d'Abreu, Valentim Ferreira da Silva e Joaquim Teixeira de Vasconcelos⁽⁷¹⁾.

Nesse seu primeiro ano de vida a Associação mantém-se organizada e activa. Em fins de Fevereiro a assembleia-geral apreciou relatórios de delegados das diversas secções. Do pessoal de trens era delegado António Fortunato do Rego que argumentou no sentido de serem apresentadas reivindicações. O jornal⁽⁷²⁾ onde respigamos a notícia assinala a qualidade do militante que começava a destacar-se no horizonte dos trabalhadores de Lourenço Marques: «lúcida inteligência e amor ao estudo das questões sociais». Foi nomeada uma comissão que fez subir ao Governador-Geral as reclamações tornadas urgentes pelo despedimento de operários. A autoridade atendeu parte das reclamações e os trabalhadores deram-se por satisfeitos⁽⁷³⁾.

O alvará que aprovou os estatutos da Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques foi assinado pelo Alto Comissário Azevedo e Silva, em 18 de Setembro de 1911⁽⁷⁴⁾. Com sede em Lourenço Marques, a Associação destinava-se a todos os indivíduos empregados nos serviços constantes da sua designação social, e prosseguia os fins seguintes:

1.º O estudo e defesa dos interesses económicos dos indivíduos nela filiados;

2.º A utilização de todos os meios conducentes ao melhoramento e desenvolvimento das condições morais, sociais e socorros mútuos que seriam estabelecidos em regulamentos especiais para esse fim criados, em harmonia com os recursos da colectividade;

3.º O incitamento à instrução moral, cívica e colectiva, bem como à criação de bibliotecas, enfermarias, caixas de auxílio e cooperativas.

A avaliar pelos nomes dos primeiros corpos gerentes que conhecemos, os que foram eleitos para o ano de 1913, não se pode concluir que esta tenha sido a directa herdeira da associação dos empregados de tracção. De facto, nenhum dos nomes coincide nos corpos gerentes das duas associações. Apenas, para 1917, de novo aparece António Fortunato do Rego como presidente da assembleia-geral. Mas, nesta altura, já a antiga associação dos empregados de tracção estava há muito extinta.

Eleitos a 15 de Dezembro de 1912, ficaram assim constituídos os corpos sociais da Associação para o ano seguinte: Assembleia-Geral – presidente, Ezequiel Roque de Freitas; 1.º secretário, Anthero Rodrigues; 2.º secretário, Joaquim Teixeira de Vasconcelos. Direcção – presidente, Hermínio O. d'Oliveira; 1.º secretário, Balbino dos A. Lourinho; 2.º secretário, Urbano de C. Fernandes; tesoureiro, José dos Anjos Lourinho; vogal, Anastácio Pires.

Conselho Fiscal — Jayme Celestino da Cunha e Silva; Caetano Mourão Garcez Palha e José de Seixas Fidalgo⁽⁷⁵⁾.

Entretanto a Associação tinha criado uma secção de socorros mútuos⁽⁷⁶⁾.

A 1 de Maio de 1918, em assembleia-geral extraordinária, foi deliberada a publicação de um jornal da classe. Os dois números que conhecemos do *Boletim Mensal da Associação do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques* foram publicados com as datas de Setembro e Outubro de 1919⁽⁷⁷⁾.

No início de 1921 anunciava-se publicamente que a Associação já se encontrava condignamente instalada numa sala situada na rectaguarda dos escritórios dos Transportes Marítimos do Estado, na Rua Consiglieri Pedroso⁽⁷⁸⁾. E, no mesmo ano, esta deveria ser a única que se mantinha com

vitalidade pois, constatando ser ela quem, praticamente só, assegurava a existência do Sindicato Geral, propôs-se a reorganização própria, deixando de ser uma secção daquele. Para isso se realizaram assembleias gerais⁽⁷⁹⁾. O que não deve ter sido resolvido, porque em 1925 se voltou à mesma questão. A 1 de Maio foi aprovada uma proposta no mesmo sentido, e a adesão à Confederação Geral do Trabalho de Portugal, uma vez que o aderente era o Sindicato Geral e este extinguiu-se com a saída da sua única secção, a ferroviária. Na mesma assembleia foram eleitos corpos gerentes, destacando-se nas presidências da assembleia-geral e da direcção, respectivamente, Joaquim Faustino da Silva e Eduardo Carlos Pereira.

Desorganizada com a greve de 1925, uma vez que os militantes mais activos foram presos, deportados ou se homiziaram, a Associação retomou as actividades no ano seguinte. Logo após a devolução da Casa dos Trabalhadores às Associações, aí se realizou uma assembleia-geral, a 6 de Junho de 1926, convocada para eleição dos corpos gerentes para o mesmo ano e de uma comissão de assistência aos ferroviários desempregados pela greve. A assembleia teve uma concorrência considerada de «mais que regular», composta de ferroviários em serviço, de ferroviários ainda sob mobilização militar e dos que haviam sido dispensados. Não se elegeram corpos gerentes, mas uma comissão administrativa composta por três membros: João Maria Borges, Bernardino Ribeiro Marques e Hernâni Lourenço. A comissão administrativa eleita seria também a Comissão de Assistência aos ferroviários desempregados e presos, chamando os elementos que entendesse para colaborar. Foi ainda eleita uma «Comissão de *Démarches*» para tratar da integração de todos os ferroviários e do regresso dos deportados e expulsos da Província. Esta comissão ficou composta pelos ferroviários aposentados Carlos Humberto da Graça, António Marcelino Viana e Eduardo Franco Martins. Foi lembrado o ferroviário morto na Praça 7 de Março, Raul Ferreira. E foram mandados telegramas de saudação à C.G.T. portuguesa, ao jornal *Batalha*, à Federação Ferroviária de Portugal, à Federação Ferroviária Sul-Africana e aos ferroviários ainda deportados na Ilha de Moçambique⁽⁸⁰⁾.

É interessante conhecer a composição profissional dos elementos dos corpos gerentes desta Associação para 1927, isto é, os primeiros eleitos após a greve de 1925. Além do presidente da direcção, que era o gerente

do depósito de géneros do Montepio Ferroviário, dirigiam a associação de classe três maquinistas de guindastes, três maquinistas de tracção, um fogueiro de tracção e três praticantes de estação⁽⁸¹⁾. O que pode considerar-se notável, se levarmos em linha de conta a grande repressão que se tinha abatido sobre os ferroviários. Aliás, o que de mais interessante há na história dos ferroviários integrados nesta associação, isto é, os ferroviários de origem europeia, são as greves que se desencadearam e de que trataremos em capítulo próprio.

A Associação de Classe do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques veio a morrer às mãos do Estado «corporativo». Uma notícia inserta em *O Emancipador*, visivelmente da autoria de Faustino da Silva, esclarece que tendo sido esta associação de classe que «de verdade» existiu em Lourenço Marques, deixou de ter qualquer actividade a partir de 1933. Nunca mais reuniu e não fazia cobrança das cotas uma vez que fora proibido aos empregados do Estado o direito de associação⁽⁸²⁾.

3.6. SINDICATO DO PESSOAL DA REPARTIÇÃO ELÉCTRICA DO PORTO DE LOURENÇO MARQUES

Este foi um sindicato que não deve ter existido mais do que na vontade dos seus organizadores. Aparece aquando do lançamento do Sindicato Geral, em 1915, para não mais voltar a ser mencionado. A 13 de Junho desse ano reuniu em assembleia-geral que discutiu e aprovou os estatutos. A esta assembleia presidiu o libertário Eduardo Franco Martins e secretariaram Eduardo Pereira e Paula Reis⁽⁸³⁾.

Como nesta mesma assembleia foi repudiada a deliberação do Congresso Operário que excluía do Sindicato Geral os maçons e como o grande defensor desta tese era Fortunato do Rego, simultaneamente preponderante na Associação dos Ferroviários, não terá sido este Sindicato organizado exactamente para neutralizar a acção de Fortunato do Rego? Os dinamizadores do Sindicato eram, justamente, dos que se opunham à posição de Fortunato do Rego.

3.7. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Foi esta uma das associações de classe que teve vida efectiva, precária embora. A sua existência é assinalada a partir de 31 de Janeiro de 1911 (data da fundação) até 1927, se bem que não conste alvará de aprovação dos seus estatutos. Não obstante ter a direcção deliberado logo no primeiro ano em que dá acordo de si, entregar ao Governo-Geral e fazer seguir para Lisboa os estatutos, para aprovação⁽⁸⁴⁾. Foi em assembleia de 14 de Janeiro desse ano que foram eleitos os que devem ter sido os primeiros corpos gerentes da Associação: Direcção — presidente, Silvério V. Serra; vice-presidente, Francisco Pinto; tesoureiro, António Gago; 1.º secretário, Frederico A. da Silva; 2.º secretário, António V. Lima; vogais, Abílio Pereira e João Gomes Correia. Assembleia-Geral — presidente, Alfredo da Cruz; 1.º secretário, José Pinto Correia; 2.º secretário, António P. Borges. Conselho Fiscal — presidente, João G. do Nascimento; vogais, Alfredo d’Azevedo e António

Augusto Morais Veiga. Na mesma altura estavam a ser discutidos os estatutos⁽⁸⁵⁾. Em Março foram eleitos novos corpos gerentes, o que inculca tratar-se os primeiros de provisórios, em exercício somente até à existência de estatutos aprovados em assembleia-geral. Teria sido esta segunda direcção a que tomou a iniciativa de obter a sua aprovação oficial⁽⁸⁶⁾.

Em Agosto, a Associação elegeu para seu representante no Patronato do Trabalho Ernesto Gonçalves das Neves. Na mesma assembleia foi aprovado um voto de pesar pela morte de Azedo Gneco e foi proposta a concessão de um subsídio ao jornal *Os Simples* que, bem aceite embora, dado o pequeno número de assistentes, só foi aprovada em assembleia posterior⁽⁸⁷⁾. A 31 de Janeiro de 1912 comemorou o primeiro aniversário com uma sessão solene. Curiosamente, um dos oradores foi Paulino dos Santos Gil e, não menos curiosamente, assistiu o Encarregado do Governo. Os restantes oradores foram Simões da Silva, Valentim Mendes e Pedro de Mello⁽⁸⁸⁾.

Em 1914 a associação agita-se com o problema da crise de emprego na construção civil. Esta crise proporcionou aos trabalhadores europeus organizados de Lourenço Marques a ocasião para, a um tempo, e ainda

uma vez, manifestarem o elitismo que cultivavam em relação a outras camadas de trabalhadores, sem conseguirem esconder laivos de racismo e a carência de uma análise consequente sobre a realidade económica e social com que se defrontavam. Nessa altura, fez-se sentir mais agudamente a concorrência de mão-de-obra de origem asiática, com a qual a europeia não competia em preço. Os asiáticos eram assim «o mal do nosso mal» e nesta, como em outras ocasiões, objecto de desprezo, com manifestações ráticas dos trabalhadores agrupados na associação⁽⁸⁹⁾.

No ano seguinte, a este veio juntar-se outro motivo de agitação na classe: o aterro da Polana. Os operários da construção civil tinham reclamado que as obras fossem dadas por administração directa, o que permitiria emprego para grande número de operários. Apesar do protesto da associação, a obra foi entregue por empreitada. Além disso — alegavam — o caderno de encargos previa o muro de alvenaria e, na adjudicação, fora decidido muro de cimento. Esta questão chegou a provocar um comício público das

classes trabalhadoras, em Maio de 1915, promovido pela Associação e pela Confederação Operária⁽⁹⁰⁾.

Como tantas outras, esta associação era mais uma ficção alimentada por alguns militantes generosos e nada tinha de verdadeira movimentação da classe trabalhadora. A sua existência era feita de erupções intermitentes. Após esta pequena agitação, a sua acção parece ter-se apagado durante dois anos. Em 1915, *O Germinal*, orgulhado com a Associação, dela dizia: «... colectividade que representa um insignificante número de associados e que, portanto, nada representa e nenhum peso tem»⁽⁹¹⁾. Até Abril de 1917 não dá sinal de vida sendo em 15 de Abril desse ano nomeada uma comissão administrativa. O que quer dizer ter-se desagregado entretanto a Associação. A comissão tomou posse a 1 de Maio e a inscrição dos antigos sócios era tida como «deveras animadora». Nos primeiros dias de Maio, já tinha corpos gerentes eleitos⁽⁹²⁾ e comunicava à Câmara Municipal estar devidamente reorganizada⁽⁹³⁾.

Do que possa ter sido a actividade da Associação durante os três anos seguintes, não descobrimos rasto. Em 1920, tinha a sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 46, isto é, na Casa dos Trabalhadores. Neste ano e no seguinte, a Associação debateu em Assembleia vários problemas que se

punham agudamente aos trabalhadores: carestia de vida e nova tabela de renda de casas. Além disso, a atitude a tomar perante o Sindicato Geral, as comemorações do 1.º de Maio de 1920 e outros⁽⁹⁴⁾. De novo um hiato, que termina em 1924. Em princípios de Maio deste ano reúne a classe e inscrevem-se como novos sócios sete pedreiros e quatro carpinteiros. *O Emancipador* anota: «Ficamos com a impressão que de novo temos a classe da construção civil fora do marasmo em que jazia há algum tempo. Oxalá que os operários da Construção Civil saibam cumprir com o seu dever na hora que passa»⁽⁹⁵⁾. Mas tão depressa como surge desaparece no horizonte.

Em 1926, após a greve ferroviária e após a devolução da Casa dos Trabalhadores às associações, é esta uma das que reúne a 6 de Junho para eleger os corpos gerentes para esse mesmo ano⁽⁹⁶⁾. A Associação passou a reunir com regularidade relativa, pelo menos. Em Agosto, secundava o apelo da C.G.T. portuguesa, apelo no sentido de protestar contra a condenação de Sacco e Vanzetti, o que fez em telegrama mandado ao Presidente dos Estados Unidos. No mês anterior, debatia a questão da concorrência feita pela mão-de-obra asiática, a trabalhar ao desbarato «o que o operário europeu não pode fazer devido a circunstâncias várias de ordem social»⁽⁹⁷⁾. Em 1931 continuava a reclamar contra a concorrência dos operários indianos⁽⁹⁸⁾. E é ainda *O Emancipador*, já em 1927, que volta à baila com o problema da concorrência aos operários europeus feita por asiáticos e agora também por mão-de-obra local, enquanto os primeiros se viam obrigados a emigrar para o Transval. Incita estes a enfrentarem a questão «por que não nos parece bem que os de fora se governem e os da casa tenham que ir para terras estranhas procurar onde possam empregar a sua actividade». O espantoso é que o militante da União Operária Nacional (portuguesa) desde 1910, há seis anos em Lourenço Marques, Joaquim G. Lourenço, apoia o ponto de vista do jornal e aquilo de que se lastima é apenas o facto de os operários da construção civil não serem «de qualidade de se reunir e tratar de qualquer assunto que lhes diga respeito». Estava farto de fazer convocatórias sem qualquer resultado. Mas alguma coisa deve ter conseguido porque, em Outubro, estava a reunir regularmente a Direcção da Associação e esperava-se a convocação de uma assembleia extraordinária para apresentação dos trabalhos realizados⁽⁹⁹⁾. Nem sequer

esta assembleia se deve ter realizado e a Associação morreu de morte natural com a emigração para o Transval da maioria dos operários da construção civil⁽¹⁰⁰⁾. Como curiosidade, acrescenta-se que, justamente quando tal sucedia, reorganizava-se a associação dos construtores e mestres de obras de Lourenço Marques⁽¹⁰¹⁾.

3.8. UNIÃO DOS TRABALHADORES AFRICANOS

Os Simples de 13 de Julho de 1911 publicava uma proclamação subscrita por Alfredo de Oliveira Guimarães, do seguinte teor:

«No momento em que os srs. patrões se preparam para nos explorarem, apesar de estarmos num régimen de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, nós devemos preparar-nos também para o ataque, associando-nos.

Uma comissão de rapazes africanos, da qual eu faço parte, resolveu fazer propaganda entre a gente da sua raça e cor para se fundar uma associação de classe onde todos os trabalhadores africanos se possam instruir para poderem reclamar as suas reivindicações.

O negro é explorado por todos os anti-humanitários e que muitas vezes lhe pagam com uma carga de *cavalo-marinho* em vez de lhe pagarem com uns magros vinténs. A mim leva-me a crer e a dizer que todo o patrão que explora o negro é um negreiro.

Para evitarmos todas estas proezas dos capitalistas é necessário que todos nos unamos na nossa associação que tem por nome União Africana e que é composta de todas as classes desde o mais humilde carregador até ao mais simples operário ou empregado público. Na nossa associação não há distinções.

Que todos nos unamos, pois; que não aconteça a esta nova associação o mesmo que aconteceu ao extinto Grémio Africano.

E ao mesmo tempo que peço a protecção para a nossa colectividade, peço-a também para o jornal operário desta cidade, jornal onde não há distinções de raças nem de cores e que pugna pelos interesses dos oprimidos. Auxiliarmo-nos uns aos outros é um dever.

Operários da minha raça e cor: unamo-nos, vamos para a nossa associação; instruamo-nos uns aos outros; Avante, pois; para a frente é que é o caminho».

Aqui andava nitidamente o dedo dos libertários de *Os Simples*. É a única tentativa de organizar os trabalhadores africanos que detectamos em toda a história do movimento operário de Lourenço Marques. De qualquer maneira, é de anotar o facto de essa tentativa não ir no sentido de associar os trabalhadores africanos nas agremiações promovidas pelos trabalhadores europeus. É certo que nesta data praticamente não existiam. Mas também é verdade que os africanos estavam a ser conduzidos no sentido de se organizarem, sim, mas organizarem-se a partir da cor e não da sua qualidade pura e simples de produtores. No mesmo momento em que os trabalhadores europeus também se organizavam.

Antes, a 24 de Junho, era exactamente *Os Simples* que anunciava: «União dos Trabalhadores Africanos. É este o nome de uma nova associação de classe, composta única e exclusivamente de africanos, que nesta cidade vai fundar-se muito em breve». Noticiava a seguir que estavam a realizar-se reuniões e que havia já, nomeada, uma comissão encarregada de elaborar os estatutos composta por Francisco D. Campos, Alfredo de Oliveira Guimarães, Agostinho Jon-Mathias, Francisco Eduardo dos Santos e Constantino da Conceição.

Neste ano de 1911 a União fez-se representar tanto na sessão comemorativa do fuzilamento de Francisco Ferrer como na reunião das direcções das colectividades operárias para deliberar sobre o destino do Patronato do Trabalho⁽¹⁰²⁾. Que a União teve alguma vida e organização prova-o o facto de, no ano seguinte, ter sido nomeada uma comissão encarregada de elaborar os estatutos e outra para fiscalizar os actos da comissão administrativa anterior⁽¹⁰³⁾. A última notícia apurada acerca da União é a de que esteve representada no funeral de João Gomes do Nascimento, sócio n.º 1 do Centro Socialista, em 1913⁽¹⁰⁴⁾.

3.9. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS CONDUTORES E GUARDA-FREIOS DOS ELÉCTRICOS DE LOURENÇO MARQUES

A Associação de Classe do Pessoal dos Eléctricos foi mais uma das associações-ficção que meteoricamente se desenharam em Lourenço Marques. Desta, como de outras, se viria a dizer não ter passado de uma

«coisa teórica, e morreu antes de ter nascido, pois que não chegou a ter existência de facto» ⁽¹⁰⁵⁾.

Na verdade, alguma existência teve, mínima embora. A primeira reunião do pessoal dos carros eléctricos, onde se ventitou a formação da associação, realizou-se em Agosto de 1911 ⁽¹⁰⁶⁾. Possivelmente como resultado da greve que teve lugar em Janeiro anterior e que é referida no capítulo próprio. E a verdade é que teve estatutos aprovados e publicados ainda no mesmo ano ⁽¹⁰⁷⁾. Segundo os mesmos, a Associação tinha como fins principais: a) a defesa de todos os interesses económicos e morais da classe; b) procurar desenvolver e melhorar as condições sociais, morais e literárias dos sócios; d) dispensar auxílio pecuniário aos sócios no caso de prisão, doença ou quando desempregados.

A Associação, antes que se eclipsasse, ainda deu sinais de vida com uma reunião onde foi discutida uma postura da Câmara... certamente sobre o trânsito ⁽¹⁰⁸⁾. Em fins do mesmo ano, dizia-se estar legalmente constituída ⁽¹⁰⁹⁾.

Será interessante acrescentar que se a Associação desaparece sem dar sinais de vida, surge logo a seguir, inaugurado em 3 de Novembro de 1912, o Clube, do Pessoal da Companhia dos Carros Eléctricos ⁽¹¹⁰⁾. Instalado em prédio da Companhia, não teria sido o preço pago por esta (e aceite pelos seus trabalhadores), para neutralizar uma associação que, apesar da sua fragilidade, não se anunciava cómoda para a entidade patronal?

3.10. ASSOCIAÇÃO DAS ARTES GRÁFICAS DE LOURENÇO MARQUES — ASSOCIAÇÃO DE CLASSE

Foi com a designação em epígrafe que vieram a ser aprovados os estatutos da associação de classe dos gráficos de Lourenço Marques por alvará ministerial de 10 de Janeiro de 1914.

Segundo a letra estatutária, podiam fazer parte desta associação todos os indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que exercessem qualquer das artes gráficas, com excepção dos industriais. A associação destinava-se a «desenvolver moral e intelectualmente os seus associados, organizando uma biblioteca com livros de autores escolhidos, promovendo conferências

sobre assuntos técnicos; procurar colocar os seus sócios desempregados; proteger a família dos sócios falecidos, quando as forças do cofre o permitiam e segundo as resoluções da assembleia-geral; tratar todas as questões do trabalho»⁽¹¹¹⁾. Do seu papel timbrado constava: Federada na Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal⁽¹¹²⁾. Era entre os gráficos que se encontravam alguns dos militantes operários mais aguerridos e mais conscientes. Não somente porque também aqui se tratava de operariado com acesso facilitado à propaganda escrita, mas também porque os tipógrafos que trabalhavam em Moçambique eram, em parte, deportados ou refugiados políticos. Sendo na sua quase totalidade da Imprensa Nacional, o pessoal desta até 1900 foi recrutado em Lisboa, em Goa e em Moçambique entre os deportados políticos, sentenciados e alunos da Escola de Artes e Ofícios de Moçambique, criada em 1878⁽¹¹³⁾. Em 1896, Mousinho mandara desembarcar e dera colocação a vários operários que iam a caminho de Timor, «como pseudo-anarquistas» presos em Lisboa por ocasião do centenário henriquino. Os deportados foram colocados na Obras Públicas e na Imprensa Nacional, então ainda na Ilha de Moçambique⁽¹¹⁴⁾.

Não nos foi possível identificar qualquer dos deportados. Mas conseguimos seguir a trajectória de alguns dos tipógrafos que mais se evidenciaram. Um deles vem ainda de finais do século passado, e terá sido, cronologicamente, um dos primeiros militantes operários de Lourenço Marques, de seu nome Roberto Rollo. Quando em 1898 parte da Imprensa Nacional mudou, com o governo, de Moçambique para Lourenço Marques, Rollo, que era compositor-impressor, permaneceu na Ilha como encarregado da Imprensa. Em 1901 foi o responsável pela transferência para a nova capital da parte da tipografia que ficara em Moçambique. Concluído o contrato, em 4 de Agosto de 1900, regressou ao Reino, de onde veio de novo para Moçambique sendo, em 1902, chefe das oficinas da Imprensa Nacional. Extinto o lugar de director e criado o de Administrador, foi nomeado para este novo cargo exercendo essas funções até ao limite de idade, em 1927⁽¹¹⁵⁾.

A ideia da criação de uma associação dos gráficos começou a ser agitada em 1911. A principal unidade de produção gráfica era a Imprensa Nacional, da qual se dizia ter um pessoal numeroso se comparado com o das empresas privadas. Para se avaliar o que era a envergadura da classe

basta dizer que o «numeroso pessoal» da tipografia oficial era, por essas alturas, de 20 pessoas. A mesma informação acrescenta que o pessoal «é composto de três raças vivendo promiscuamente, mas na melhor das harmonias e camaradagem»⁽¹¹⁶⁾. Que portas adentro estivesse eliminado o preconceito racial, é possível. Mas que tanto oficial como socialmente não era assim, prova-o o facto de, em reunião de gráficos destinada à eleição dos seus representantes no Patronato do Trabalho, Sousa Amorim, que presidia, ter prevenido que o delegado só podia ser escolhido de entre os gráficos metropolitanos. O que levou o compositor da Imprensa Nacional, Norberto Dias, a pedir a palavra para perguntar se a «raça asiática» não tinha os mesmos direitos e regalias que os europeus, «porque no regime de igualdade e fraternidade em que estamos vivendo, justo era que todos os portugueses tivessem iguais direitos». Que Sousa Amorim, corifeu de *Os Simples*, parecia comprazer-se na tese oficial deduz-se do facto de, apesar da discussão havida na reunião, o jornal não lhe ter dado qualquer atenção ou importância⁽¹¹⁷⁾. Em contrapartida, acontece que na homenagem do pessoal da Imprensa Nacional ao presidente do governo provisório, Teófilo Braga, Fulgêncio Dias, em nome dos gráficos asiáticos, foi um dos oradores «demonstrando que dentro daquela casa não se faz distinção de cores e de raças, e que todos se unem unicamente para a Fraternidade que só uma República pode conceber». Bem entendido, quem o dizia era *Os Simples*⁽¹¹⁸⁾, muito provavelmente para salvar a face.

É de qualquer maneira interessante registar a composição do pessoal da Imprensa Nacional com as respectivas categorias profissionais. Europeus eram o director técnico e o chefe da tipografia; indo-portugueses: um funcionário para a escrituração e expedição, dois tipógrafos de 1.^a classe, um tipógrafo de 2.^a classe, um tipógrafo de 3.^a classe, um tipógrafo contratado, três praticantes de tipógrafo e um impressor de 2.^a classe; naturais de Moçambique havia dois tipógrafos de 2.^a classe, um aprendiz de impressor, um encadernador e aprendiz de imprensa e um porteiro; havia ainda um praticante de tipografia, natural de Luanda e mais dois assalariados de origem ignorada: um tipógrafo contratado e um praticante de encadernador⁽¹¹⁹⁾.

Foi na mesma ocasião que se discutiu a escolha do representante junto do Patronato que também foi nomeada uma comissão encarregada de pôr

de pé ou um núcleo gráfico agregado à Confederação Operária ou uma Associação da Classe. Esta comissão ficou constituída por Manuel Arnaldo da Silva, Manuel José de Sousa Amorim, Norberto Dias, Francisco Campos, Manoel Nunes e Adriano Moraes da Costa. Os estatutos estavam prontos para serem apresentados aos associados, o que foi feito no mês seguinte. Nessa altura, a designação emprestada à agremiação sindical era a de «Liga Gráfica de Lourenço Marques (Associação de Classe)». Foi nomeada uma Comissão Administrativa, com poderes até à eleição dos corpos gerentes, assim constituída: presidente, José Maria d'Almeida Moraes; secretário, Carlos Valentim Mendes; tesoureiro, Manuel Arnaldo da Silva e vogais, Fulgêncio Paixão Dias e Francisco Benfica. Foi ainda deliberado que a Liga ficasse «anexa à Confederação Operária de Lourenço Marques»⁽¹²⁰⁾.

Em Outubro, com a passagem do primeiro aniversário da República, os gráficos da Imprensa Nacional tiveram oportunidade de manifestar amplamente os varais ideológicos que os enquadram, publicando um número único, *O Graphico* — «Ao 1.º Aniversário da República Portuguesa *O Graphico* Homenagem do Pessoal da Imprensa Nacional de Moçambique». Totalmente executada fora das horas de serviço a folha é, de uma ponta à outra, a exaltação romântica da República⁽¹²¹⁾.

A 4 de Novembro reuniu a classe na Confederação Operária para eleger o substituto de Rollo no Patronato do Trabalho. Na mesma reunião foi deliberada a imediata fundação da associação gráfica que já tinha os estatutos transcritos em papel selado, prontos para serem submetidos à aprovação das autoridades⁽¹²²⁾. Mas em Julho do ano seguinte ainda eles jaziam, sem andamento, no Governo-Geral ou no Procurador da República, apesar de já terem sido introduzidas as modificações exigidas⁽¹²³⁾. A Associação só se consideraria constituída em fins de 1912, tendo eleito os seus primeiros corpos gerentes para o ano social de 1913, a 26 de Dezembro: Direcção — presidente, Hamilton d'Araújo Vasconcelhos; 1.º secretário, Manuel Carreira Junior; 2.º secretário, Fulgêncio Paixão Dias; tesoureiro, Adriano Moraes de Castro; vogal, Francisco Pedro Benfica. Assembleia-Geral — Presidente, Francisco Moreira Feijão, 1.º secretário, Manuel Gomes dos Santos e 2.º secretário, Manuel Arnaldo da Silva⁽¹²⁴⁾. Durante 1913, a Associação funcionou regularmente tendo debatido em assembleias-gerais, assuntos de interesse para a classe. Apoiou ainda a

Associação dos Empregados do Comércio nas reivindicações desta quanto ao horário de trabalho, discordando embora de pontos diversos da portaria reguladora⁽¹²⁵⁾. Em Março estava a eleger novos corpos gerentes e mantinha contactos com a congénere lisboeta e com os tipógrafos do Porto⁽¹²⁶⁾.

Em 1914 os gráficos, tal como os trabalhadores da construção civil, foram agitados pela crise do trabalho. Nesta altura a associação era totalmente dominada pelos tipógrafos que acabavam de lançar *O Germinal* e que também preponderavam na Cooperativa Operária. O problema da crise foi tratado em assembleias-gerais, sem que tivessem ficado relatos das mesmas. Seria do maior interesse confrontar a maneira como a questão foi encarada pelos gráficos e pelos operários da construção civil⁽¹²⁷⁾.

No ano seguinte, porém, a Associação já estava nitidamente em crise. Apesar de convocatórias repetidas, não foi conseguido *quorum* suficiente para eleger os corpos gerentes para 1915. Foi por isso nomeada uma comissão administrativa: Roberto Rollo, António dos Santos, Manuel Arnaldo da Silva, Luiz Vaz Domingos Junior e Silvestre Gomes⁽¹²⁸⁾. A crise da Associação deve ter-se prolongado por esse e pelo ano seguinte, pois em Junho de 1916 foi necessário nomear outra comissão administrativa, e pelas mesmas razões. Não obstante, dois factos se deram entretanto, de alguma importância e relativo significado, em que os gráficos de Lourenço Marques estiveram envolvidos. Em Julho de 1915 apresentou-se a estes, em reunião que teve lugar no Centro Republicano Couceiro da Costa, Mr. Geo Hills, delegado da South African Typographical Union, que pretendia fundar na capital de Moçambique uma delegação daquela União. Logo ali se inscreveram alguns tipógrafos ingleses e portugueses. Concluía *O Germinal* que «... está portanto formada a delegação tipográfica da União Tipográfica da África do Sul»⁽¹²⁹⁾. Por onde também se conclui da facilidade com que os trabalhadores faziam e deixavam cair as organizações sindicais. Anote-se o facto da existência de tipógrafos ingleses em Lourenço Marques, o que vinha de bastantes anos atrás, nomeadamente na tipografia da A. W. Baily & Co.; proprietária do *The Lourenço Marques Guardian*, que se publicava desde 1905, na sua maior parte em inglês. Nem por isso, nem graças à grande influência e fascínio que então e durante muito tempo a África do Sul exerceu sobre os colonos do sul de Moçambique, as relações sindicais tiveram qualquer importância mais do que contactos fortuitos como este.

O outro facto foi o das relações, no decorrer de 1915 e 1916, com as organizações congéneres de Portugal. A 28 de Setembro de 1915 *O Germinal* dava a conhecer ter sido recebida uma circular da Associação Portuguesa, datada de 15 de Agosto e subscrita pelo secretário-geral Raul Neves Dias (que viria a ser, mais tarde, em Moçambique, um dos animadores do movimento operário de Lourenço Marques) na qual se anunciava a realização do Congresso da mesma Federação para os dias 24 e 25 de Outubro, adiado para tal data para dar lugar à discussão da lei que determinara para as artes gráficas oito horas de trabalho. Era o terceiro congresso gráfico e fora primitivamente marcado para Setembro, tendo sido já designado para nele representar a Associação moçambicana Adriano Morais de Castro, administrador de *O Germinal*. Se bem que nada mais tenhamos apurado sobre a participação da associação de Lourenço Marques no Congresso, vários factos demonstram claramente virem de trás e terem-se prolongado os contactos entre os tipógrafos organizados de Moçambique e os da Metrópole. Com efeito, a circular referida, anunciando a formação de várias novas ligas distritais aderentes à Federação, enumera as antigas, entre as quais se conta a de Lourenço Marques. Por outro lado, um dos temas do Congresso era o da discussão do projecto de estatutos da Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal. Ora, em Setembro do ano seguinte, foi deliberado pela Associação dos Gráficos de Lourenço Marques dar toda a colaboração a esta última Federação⁽¹³⁰⁾.

Mas a crise persistiu e em Novembro de 1916 estavam os mesmos militantes de sempre a tentar sustentar a morte do moribundo. Sousa Amorim, em assembleia conseguida após esforços porfiados para reunir número representativo, pediu a união de todos para que a Associação não soçobrasse definitivamente⁽¹³¹⁾. O que permitiu a eleição de corpos gerentes em Dezembro. Mas que não deram acordo de si até princípios de 1918, altura em que foi distribuída uma circular, a propósito da realização de uma assembleia-geral em 21 de Janeiro, segundo a qual o estado em que se encontrava a Associação Gráfica era «mórbido». Todos os oradores falaram da necessidade de a reactivar. Foram eleitos novos corpos gerentes mas a Associação não voltou a dar sinais de vida⁽¹³²⁾. Notícia publicada muito mais tarde, e claramente de memória, dá o seu desaparecimento como tendo acontecido em 1922⁽¹³³⁾.

3.11. ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Muitas vezes citada na imprensa como Associação de Classe dos Funcionários Públicos e Civis da Província de Moçambique, a designação constante do alvará que lhe aprovou os estatutos seria a de Associação dos Funcionários Civis do Estado da Província de Moçambique.

Esta associação de classe parece ter surgido como resposta ao facto de aos funcionários públicos não ter sido atribuída representação no Conselho do Governo. Destinava-se expressamente ao pequeno funcionalismo, não somente de Lourenço Marques (como a generalidade das restantes associações) mas de toda a Província⁽¹³⁴⁾.

Em fins de Março de 1915 realizou-se uma reunião magna do funcionalismo público de Lourenço Marques que foi presidida por Manuel Simões da Silva, funcionário das Finanças e director do jornal *Incondicional*, onde fora lançada a ideia. Estiveram presentes os militantes crónicos. Nomeadamente Fortunato do Rego, principal animador do Sindicato Geral e do Congresso Operário e ainda do Centro Socialista e da Associação dos Ferrovieiros. Foi um dos secretários da mesa que presidiu aos trabalhos e interveio na sessão; e Sousa Amorim, gráfico e principal animador de *O Germinal*. Nesta reunião considerou-se como constituída a Associação a partir de 1 de Abril, sob a direcção de uma Comissão Organizadora⁽¹³⁵⁾.

Em assembleia que se realizou no teatro Gil Vicente, em 5 de Abril, foram eleitos por unanimidade os corpos gerentes provisórios, nos termos dos estatutos e até à aprovação superior destes: Assembleia-Geral — presidente, José da Costa Fialho; primeiro secretário, António Carlos dos Santos; segundo secretário, Júlio Eduardo da Rocha Grilo. Direcção — presidente, João Eduardo Correia Mendes; secretário, Cassiano da Silva; primeiro vogal, Eduardo da Silva Monteiro; segundo vogal, José da Silva; terceiro vogal, António Marcelino Viana. Conselho Fiscal — presidente, Manoel Simões da Silva; secretário, Artur Jaime Ramos e Silva; relator, Henrique de Carvalho⁽¹³⁶⁾. Ao mesmo tempo, estava a reunir uma comissão encarregada de elaborar os estatutos da nova colectividade que, esperava-se, viesse a ser «sem dúvida a associação mais importante da Província»⁽¹³⁷⁾. A 19 reuniram os corpos gerentes, tendo deliberado tratar

da equiparação de vencimentos, da criação do Montepio Geral e admitir os funcionários da costa como associados mediante o pagamento de uma cota mensal de 50 centavos. Em Novembro anunciava-se uma assembleia convocada para os corpos gerentes darem conhecimento aos sócios «da forma brilhante como foram recebidos pelo Governador-Geral» e ainda informarem sobre o andamento dos Estatutos assim como resolver sobre a instalação definitiva da Associação⁽¹³⁸⁾. No ano seguinte dizia-se ter a Associação caído em torpor após os louros alcançados e estar a ser vítima de más vontades e de equívocos⁽¹³⁹⁾.

A Associação deve ter entrado em crise, de facto, pois só dois anos passados se volta a falar dela e para noticiar a tomada de posse de uma Comissão Administrativa nomeada em assembleia-geral. Os estatutos não tinham sido ainda aprovados pelas autoridades, para isso estando a ser sujeitos a alterações⁽¹⁴⁰⁾. A aprovação surgiu em 1919, por alvará de 27 de Agosto, publicado no *Boletim Oficial* n.º 35 do dia 30. E deles constam, como fins da Associação, quase exclusivamente os mutualistas e recreativos: socorrer os sócios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalharem; prestar auxílio aos filhos menores e às viúvas dos sócios falecidos; estabelecer cooperativas para os sócios; pugnar por todos os interesses legítimos dos sócios; realizar excursões científicas, desportivas e recreativas.

Seria do maior interesse conhecer os pontos sobre os quais as autoridades levantaram reticências, o que foi reivindicado e como e o que não foi atendido. Não é porém muito crível que a Associação avançasse, através dos estatutos, posições muito diferentes das que constam na versão aprovada.

No ano seguinte, porém, a agremiação estava decapitada, pois a direcção não dispunha de elementos⁽¹⁴¹⁾. Em 1921 reanimou-se um tanto, graças ao dinamismo de alguns poucos militantes que não obtiveram correspondência da parte da classe. Em Janeiro, os corpos gerentes tentaram activá-la. *O Emancipador* votava pelo êxito da iniciativa numa classe que devia ser «a mais poderosa e aquela que com mais facilidade se podia fazer ouvir, fazendo vingar todas as suas reclamações, desde que a justiça lhes assistisse». No entanto, a assembleia convocada para 29 de Janeiro não se realizou por falta do número estatutário de sócios

e o mesmo jornal não os poupa, sobretudo «os indianos, então, esses que são a maioria do funcionalismo, nunca aparecem, salvo excepções, dando razão ao comentário mordaz de que chegando o ordenado para o caril tudo está certo, mas revelando um zelo fervoroso em reivindicar o que os outros conseguiram...». Em segunda convocatória, realizou-se a assembleia a 7 de Fevereiro e os oradores foram unânimes em lastimar a inércia da classe. Debateu-se a questão das categorias, tendo-se constatado dificuldade junto das autoridades metropolitanas em obter equiparações. Foi ainda tratado o problema da habitação e das subsistências⁽¹⁴²⁾. Esse foi um ano durante o qual a Associação sobreviveu com alguma vitalidade. Em Janeiro foram eleitos os corpos gerentes. Em Maio, uma assembleia com 120 funcionários debateu problemas candentes para a classe: habitação, vencimentos de categoria e redução dos quadros; aumento das horas de serviço⁽¹⁴³⁾. De novo um interregno sem qualquer notícia, para voltar a aparecer em 1926. A 26 de Julho realizou-se uma reunião para reorganizar a Associação. O animador da iniciativa deve ter sido Raul Neves Dias, pois foi ele quem apresentou e defendeu a ideia perante os participantes. E fazia-o, pelos vistos, incentivado pela Associação dos Funcionários Coloniais que, acabada de fundar em Lisboa, instava com os camaradas em Moçambique no sentido de organizarem a sua associação. Tal foi feito na reunião de 26 e, logo a 29, de novo reunidos os delegados das diversas Repartições Públicas, foram eleitos os corpos gerentes, com a seguinte Direcção: presidente, Aníbal Duarte Silva; primeiro secretário, Raul Neves Dias; segundo secretário, Gilberto Gonçalves Túbio e tesoureiro, José Fernandes da Silva.

Na primeira reunião da Direcção, marcada para 2 de Agosto, anunciava-se a apresentação de uma proposta conducente a obter a colaboração do pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques com a Associação restaurada, sem prejuízo para a autonomia da organização de classe dos portuários e ferroviários.

A Associação dos Funcionários Cívicos passou a reunir regularmente e a expandir-se. Logo a seguir tinha-se constituído uma Delegação em Gaza. E foi deliberado que o órgão da Associação se intitulasse de *O Funcionário (Boletim da Associação dos Funcionários Cívicos de Moçambique)*⁽¹⁴⁴⁾. Em Setembro desse ano a Associação estava muito activa com tomadas

de posição sobre os mais diversos assuntos que o diário *Notícias* referia frequentemente. Apoiou nomeadamente o protesto dos empregados da Companhia de Moçambique junto do Ministro das Colónias, pelas dificuldades levantadas à sua Associação de Pessoal. Nessa altura, em Gaza, a Associação contava com 49 associados. Foi também nesse mês, e datado de 15, que surgiu o primeiro número de *O Funcionário*. O segundo e último publicou-se a 31 de Dezembro de 1926. Em 1928 saíria a público uma folha avulsa, com o mesmo formato, sem cabeçalho, a apresentar contas. Os directores do *Boletim* eram Aníbal Duarte Silva e Raul Neves Dias.

Se em 26 a Direcção reunia mais ou menos regularmente, e se fazia o que o jornal operário considerava de bom trabalho, em 27 o mesmo periódico anuncia desenhar-se a debandada entre os 800 sócios inscritos, por alegada inutilidade da Associação⁽¹⁴⁵⁾.

Em Agosto, a portaria n.º 559, datada de 13 e subscrita pelo Governador-Geral José Cabral, dissolve a Associação, dando cumprimento ao despacho do Ministro das Colónias, João Belo, que alega o não cumprimento no disposto no artigo 3.º dos estatutos da própria Associação e que assim não estaria a preencher os fins para que fora criada⁽¹⁴⁶⁾. A dissolução fora inculcada ao governo pelo dr. Eduardo Saldanha, advogado e empresário local, no *Jornal do Comércio*. Ora, o dr. Saldanha era um admirador e protegido do João Belo. O que levou *O Emancipador* a argumentar que, se «amor com amor se paga», tal como tinha feito Norton de Matos em Angola, a Associação dos Lojistas devia ser igualmente dissolvida⁽¹⁴⁷⁾. O mais curioso era que o artigo 3.º dos estatutos era o que consignava a finalidade da Associação, isto é, a defesa dos interesses dos sócios.

3.12. ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

A história desta Associação é das que se reveste de maior importância para o conhecimento das formações sociais nesta época em Moçambique.

Não só operários militantes tentaram obter a aliança dos pequenos agricultores (todos europeus, evidentemente), como os mais que escassos dados que permitem reconstruir a história da Associação (tão frágil como

a da generalidade das restantes) registam as contradições incipientes que, tão cedo como na segunda década do século, surgiam entre estratos da casta europeia em Moçambique, a saber: de uma parte entre os pequenos e os grandes agricultores que na altura se reduziam às grandes companhias de plantação; de outra parte entre os assalariados que procuravam a aliança dos pequenos agricultores e estes mesmos e de ambos com os grandes agricultores.

A ideia de uma associação dos pequenos agricultores surgiu no Congresso Operário de Maio de 1915 que debateu exactamente os problemas desta classe. A tese respectiva foi apresentada por Manuel José Rodrigues Namora, que viria a ser um dos animadores desta associação. O Congresso defendeu a pequena agricultura, não sem se deixar enredar nas contradições que, em lugar próprio, referimos. E que vieram a repetir-se quando se tentou levar à prática a ideia saída do Congresso, da criação de uma agremiação de pequenos agricultores.

A primeira reunião realizou-se a 19 de Setembro de 1915, na Associação dos Operários da Construção Civil. Participaram proprietários rurais, agricultores «e outros elementos interessados no desenvolvimento agrícola da Província». *O Germinal*⁽¹⁴⁸⁾, que dá notícia desenvolvida da reunião, esclarece que o que se discutia era a ideia da fundação de uma Associação Agrícola em Lourenço Marques. O que — diremos nós — não é exactamente a mesma coisa que uma associação de classe de pequenos agricultores. A comissão, que meteu ombros à iniciativa, era presidida pelo engenheiro Vaz Gomes. Achando-se presente na sala, a convite da comissão, Augusto Cardoso, «importante proprietário e agricultor em Inhambane», foi convidado a dirigir os trabalhos, o que fez. Este facto e a decisão não inteiramente aceite de que a associação em causa viesse a designar-se por Associação de Fomento Agrícola da Província de Moçambique, indicam claramente não se estar, neste momento, a pensarem problemas específicos de classe e muito menos de classe aliada do operariado.

Formou-se uma comissão composta pelos referidos Augusto Cardoso, Vaz Gomes e Namora, a que se juntaram outros, entre os quais Paulino Santos Gil e finalmente um membro eleito pela Cooperativa Operária. Comissão destinada a dirigir todos os trabalhos até à fundação da Associação. No entanto, na reunião tinham-se feito representar quase todas

as associações de classe. Mas o que aí se desenhara não ia na direcção preconizada pelos militantes que mais influenciavam estas. A verdade é que a comissão nomeada não voltou a reunir. E, em Novembro, dada a inércia daquela, veio a terreno a que se formara no Congresso, propondo-se prosseguir com a iniciativa. O mais significativo, porém, é que *O Germinal*⁽¹⁴⁹⁾, quando isto noticia, já não fala de Associação de Fomento mas, nada mais nada menos do que de «Sindicato» dos Pequenos Agricultores da Província de Moçambique. Por sua vez, o secretário da comissão agora em actividade era personagem bem diferente dos que tinham preponderado na anterior: Francisco Lopes Tropa, que andava pela Associação dos Operários da Construção Civil e pelo Sindicato Geral. Esta comissão não esteve com meias medidas. Tratou logo de eleger corpos gerentes, o que foi feito a 19 de Dezembro⁽¹⁵⁰⁾. Quem eram os «agricultores» eleitos? Como presidente da Assembleia-Geral, Tomaz Domingos de Oliveira: de facto, operário que no Congresso apresentou a tese sobre a organização do Sindicato Geral; secretário, Zozimo Tost Betencourt, também do Sindicato Geral; tesoureiro, Manuel Namora, igualmente do Sindicato Geral e da Cooperativa Operária mas que estava na origem da ideia da Associação, como vimos. Ao Conselho Fiscal presidia Patricio Luiz Ferreira Leão, editor, administrador e proprietário do jornal republicano *Vida Nova* fundado em 1907, e um dos iniciadores do Centro Republicano Couceiro da Costa, em 1908. Mantinha no entanto ligações com os militantes operários; o relator era António Vieira Lima, da Direcção da Associação dos Operários da Construção Civil. Como suplente, ainda aparecia João Maria Borges, pintor dos Caminhos de Ferro.

O que quer dizer que nos principais lugares dos corpos gerentes de uma associação de agricultores não estava agricultor nenhum. Era, verdadeiramente, mais um incursão dos militantes operários. Que no cerne da questão estavam contradições apontadas, não nos deixa dúvidas uma local incerta em *O Germinal* de 7 de Março de 1916. Lembrando o aparecimento da ideia no Congresso Operário, acrescenta ter sido ela contemplada «com o completo desprezo de individualidades que hoje pretendem ser os dirigentes desta obra de fomento». E depois o remoque sibilino para os grandes agricultores: «Não é assim. Nasceu das classes humildes (...)». Os grandes concessionários abandonaram-nos para não

serem confundidos com a plebe, mas nem por isso houve desânimos». E os grandes concessionários eram identificados com as grandes companhias herdeiras dos velhos prazos da coroa: «Não pretendendo discutir o regime dos prazos, visto não ter dedicado a isso a minha atenção, no entanto, pelo pouco que tenho lido vejo que para experiência já basta». Mas a mesma edição do jornal operário dava a conhecer os fins da Associação, que seguiam par e passo a tese apresentada ao Congresso: «Promover a colonização europeia e sobretudo a portuguesa, colocando esta colónia a par das estrangeiras, evitando assim o argumento dos outros países, pretendendo expropriar-nos em nome da civilização». Reincidindo no chauvinismo republicano que o articulista subscrevia expressamente: «não pode ser mais simpático e patriótico o fim que inspirou os seus organizadores».

A 17 de Dezembro ainda se realizou uma assembleia-geral onde foram eleitos os corpos gerentes para 1917⁽¹⁵¹⁾. Corpos gerentes cuja composição difere substancialmente da anterior. Como presidente da direcção aparece um tal dr. Sousa e Costa. Deve tratar-se do dr. Adriano de Sousa e Costa que, em 1924, viria a ser vice-presidente da Direcção da Associação de Fomento Agrícola da Província de Moçambique. Se como vice-presidente se mantinha Zozimo Betencourt, como primeiro secretário surgia Alfredo Vicente Viana Rodrigues, de uma família que a partir de 1903, pela mão do advogado João Evangelista Viana Rodrigues, se introduziu, em vários empreendimentos através dos quais se lançavam o suporte e a realização da burguesia colonial local para as décadas seguintes. Havia outros operários mas, da Associação, já se não diria «sindicato» e nela intervinham elementos que nada teriam a ver com o militantismo operário cioso da dominação das associações de classe mesmo para além das realidades sociológicas mais convenientes aos seus interesses.

Da Associação nada mais apurámos. E não seria para admirar que aí mesmo tivesse finado os seus dias, tais eram os equívocos e contradições em que nascera e em que tentara vingar. Trata-se, sem dúvida, de um dos exemplos acabados do idealismo que informava a parte da classe operária de Lourenço Marques, de que tratamos.

3.13. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERÁRIOS METALÚRGICOS

A Associação dos metalúrgicos não passou, como tantas outras, de uma ideia generosa. Teria surgido após uma greve fracassada dos operários metalúrgicos da Casa Le May, em 1919⁽¹⁵²⁾. Em 1920 tinha corpos gerentes eleitos que não conseguiam reunir. A assembleia-geral era presidida por Joaquim Faustino da Silva, caldeireiro nas oficinas dos Caminhos de Ferro. É evidente que estava entre os metalúrgicos, tentando organizá-los. O presidente da direcção era Manuel Francisco Cruz que, em 1917, pertencia à Associação dos Ferroviários e o tesoureiro António Gago que, em 1911, fazia parte da direcção da Associação dos Operários da Construção Civil.

Como se diria muito mais tarde, esta Associação «lançou a semente à terra há uns bons 17 anos, mas não pegou»⁽¹⁵³⁾.

3.14. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS «CHAUFFEURS» DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Em 1920, anunciava-se estarem adiantados os trabalhos de organização de uma associação de classe dos *chauffeurs*⁽¹⁵⁴⁾. Não deparamos com qualquer outra notícia sobre a actividade desta Associação antes de 1926, data em que parecia funcionar, pois em Maio, estava a eleger os corpos gerentes para esse mesmo ano e a 31 de Julho realizou uma sessão solene comemorativa do quarto aniversário da fundação⁽¹⁵⁵⁾. O alvará que aprovava os seus estatutos fora publicado com a data de 31 de Julho de 1922.

É de crer que esta Associação não tenha tido uma actividade mais do que anódina. Em contrapartida, acabou por ter a existência oficializada. É curioso verificar que da própria publicação do alvará constava tratar-se, simultaneamente, de uma «associação de classe» e de uma «associação de socorros mútuos». Nesta altura as fronteiras entre estes dois tipos de associação não existiam. Estatutariamente, à associação podiam pertencer «todos os indivíduos habilitados pelo encarte no *mister de chauffeur*, não podendo todavia pertencer à Associação o *chauffeur* que não saiba falar,

ler e escrever a língua portuguesa». Maneira não tão velada como isso de fechar a porta aos africanos.

Eram fins da Associação: a) o estudo e a defesa dos interesses económicos, comuns aos seus sócios; b) fazer-se representar por um dos seus membros nos exames para *chauffeurs*, quer para profissionais, quer para amadores, o qual dará o seu voto acerca da competência do concorrente, conforme os regulamentos em vigor; c) a Associação, quando entender oportuno, poderá, conforme permite o artigo 2.º do decreto de 9 de Maio de 1891: 1.º criar aulas para o desenvolvimento intelectual dos seus associados e filhos destes; 2.º organizar uma biblioteca com livros que possam contribuir para a cultura moral dos sócios e suas famílias; 3.º promover palestras, conferências e outros quaisquer entretenimentos que ao mesmo tempo facilitem o desenvolvimento intelectual e profissional dos associados⁽¹⁵⁶⁾.

3.15. GRÉMIO TELÉGRAFO-POSTAL

Do Grémio Telégrafo-Postal, associação de classe dos funcionários dos Correios e Telégrafos da Província de Moçambique, o que sabemos é exclusivamente da publicação do alvará que aprova os seus estatutos⁽¹⁵⁷⁾. Tinha a sede em Lourenço Marques e, estatutariamente, destinava-se a defender os interesses dos associados, difundir a instrução, cultivar todos os géneros de sport, organizar festas e diversões, incluindo os jogos lícitos.

3.16. ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA DE MOÇAMBIQUE

Desta Associação nada mais encontramos do que a publicação do alvará de aprovação dos estatutos, em 1923⁽¹⁵⁸⁾. Tinha sede na cidade de Moçambique e dos fins estatutários que propunha constavam: o estudo e defesa dos interesses económicos da classe; o estudo dos meios para o desenvolvimento de Moçambique; a criação de aulas, biblioteca e ginásio; recreação e mutualismo.

NOTAS

- (1) B.O. n.º 48, 30/Novembro/1901.
- (2) Jean-Louis Miége, *EXPANSION EUROPÉENNE ET DÉCOLONISATION de 1870 A NOS JOURS*, PUF, 1973, pág. 251.
- (3) Em 1881, na África do Sul; em 1895, na Argélia. Idem, *ibidem*.
- (4) José Capela, *A BURGUESIA MERCANTIL DO PORTO E AS COLÓNIAS*, Porto, 1975.
- (5) Em 1905, a Direcção dos Caminhos de Ferro Ultramarinos publicava no «Diário do Governo» um aviso para contratação de serralheiros, caldeireiros, torneiros, estofadores e pintores de carruagens para os C.F. L.M.. Salários oferecidos: 2\$500 a 3\$000 réis, «conforme o merecimento». In *O Progresso*, 12/Outubro/1905.
- (6) *O Progresso*, 8/Maio/1902. E *O Emancipador*, 1/Maio/1915, que publica a fotografia de Alfredo Santos Oliveira e dá notícia da sua partida de Moçambique, por motivo de doença.
- (7) Idem, 7/Agosto/1902.
- (8) Idem, 16/Outubro/1902.
- (9) *Jornal do Comércio*, 7/Maio/1904.
- (10) *O Progresso*, 3/Maio/1906.
- (11) B.O. n.º 38, 17/Setembro/1910.
- (12) B.O. n.º 34, 20/Agosto/1910.
- (13) *O Incondicional*, 5/Dezembro/1910.
- (14) *Os Simples*, 20/Março/1911.
- (15) Idem, 24/Outubro/1911.
- (16) Idem, 11/Novembro/1911.
- (17) *O Proletário*, 2/Novembro/1912.

- (18) *Os Simples*, 7/Dezembro/1912 e *O Incondicional*, 11/Dezembro/1912.
- (19) *O Incondicional*, 26/Fevereiro e 14/Maio/1913.
- (20) 13/Junho/1913.
- (21) *Os Simples*, 4/Julho/1913.
- (22) 6/Outubro/1914.
- (23) *O Germinal*, 10/Novembro/1914.
- (24) Idem, 8/Dezembro/1914.
- (25) *O Africano*, 2/Janeiro/1915.
- (26) *O Germinal*, 9/Fevereiro/1915.
- (27) Idem, 2/Março/1915.
- (28) César Oliveira, *O SOCIALISMO EM PORTUGAL 1850-1900*, Porto, 1973, pág. 153.
- (29) Fundada, oficialmente, a 1 de Janeiro de 1898.
- (30) *O Germinal*, 21/Novembro/1916.
- (31) Idem, 22/Junho/1915.
- (32) Idem, 19 e 26/Dezembro/1916; 2 e 9/Janeiro/1917.
- (33) Idem, 6/Março/1917.
- (34) Idem, 22/Maio/1917.
- (35) Idem, 5/Maio/1918.
- (36) *O Emancipador*, 12/Julho/1920.
- (37) Idem, 16/Agosto/1920.
- (38) Idem, 20/Novembro/1920.
- (39) Idem, 20/Dezembro/1920.
- (40) Edições de 11/Abril/1921 e 23/Maio/1921.
- (41) *O Emancipador*, 6/Junho/1921.
- (42) Idem, 20 e 27/Junho e 18/Julho/1921.
- (43) Idem, 25/Julho/1921.
- (44) Idem, 22/Agosto/1921.
- (45) Idem, 21/Novembro/1921.
- (46) *Guardian*, 28/Março/1923.
- (47) Informação do historiador José Pacheco Pereira que prepara a edição, pelo Instituto de História Social de Amesterdão, dos documentos do arquivo de J. Humbert Droz. Não é exacto que o Sindicato Geral tivesse um órgão de imprensa. O jornal

operário que então se publicava, *O Emancipador*, não era órgão do Sindicato, embora a ele estivesse intimamente ligado.

- (48) *O Emancipador*, 18/Março/1925. A 5 de Outubro de 1931, uma circular emitida por *O Emancipador* e assinada por Joaquim Faustino da Silva, convocava uma reunião para o dia seguinte, alegando estarem as classes laborais sem associações, com excepção dos ferroviários. Dessa reunião, nasceu a «União dos Trabalhadores de Moçambique» que recebeu inscrições provenientes de diversos pontos de Moçambique. No entanto, o exemplar da circular que consultámos tem anotado, à margem, pelo punho do próprio Faustino da Silva, que «os estatutos não foram aceites pelo Governo com o fundamento de alguns dos seus artigos lhe dar funções políticas.» A. H. M. , *Avulsos da Casa dos Trabalhadores*, Pasta da «União dos Trabalhadores de Moçambique.»
- (49) Jean-Louis Miége, cit., pág. 251.
- (50) B.O. n.º 27, 4/Julho/1903.
- (51) *O Ideal*, 1/Agosto/1901.
- (52) 6/Maio/ 1911.
- (53) B.O. n.º 33, 16/Agosto/1913.
- (54) A Associação dos Gráficos apoiou, criticamente, nesta questão, a Associação dos Empregados do Comércio. *Os Simples*, 14/Setembro/1913.
- (55) *O Germinal*, 1/Agosto/1916.
- (56) *O Emancipador dos Artistas*, número único.
- (57) *O Emancipador*, 20/Junho/1921.
- (58) Idem, 25/Abril/1921.
- (59) Idem, 29/Agosto/1927.
- (60) A.H.M., Papéis da C.M., Pasta da Associação dos Empregados do Comércio e Indústria.
- (61) Idem, ibidem.
- (62) *Jornal do Comércio*, 7/Maio/ 1904.
- (63) *Os Simples*, 24/Outubro/1911.
- (64) *O Incondicional*, 25/Junho/1914.
- (65) Idem, 12/Março/1913.

- (66) *O Emancipador*, 26/Abril/1937.
- (67) *O Germinal*, 9/Janeiro/1917.
- (68) *O Progresso*, 27/Setembro/1906.
- (69) Idem, 11/Outubro; 18/Outubro; 1/Novembro; 8/Novembro; 22/Novembro/ 1906.
- (70) *O Incondicional*, 22/Novembro/ 1910.
- (71) Idem, 19/Janeiro/1911.
- (72) Idem, 2/Março/1911.
- (73) Idem, 3/Abril/1911.
- (74) B.O. n.º 42, 21/Outubro/1911.
- (75) *Os Simples*, 1/Janeiro/1913.
- (76) Idem, 20/Dezembro/1912.
- (77) *O Germinal*, 7/Maio/1918. E A. H. M., Avulsos da Casa dos Trabalhadores, pasta não numerada.
- (78) *O Emancipador*, 17/Janeiro/1921.
- (79) Idem, 1, 16 e 30/Maio/1921.
- (80) *Notícias*, 8/Junho/1926.
- (81) *O Emancipador*, 3/Janeiro/1927.
- (82) Idem, 26/Abril/1937.
- (83) *O Germinal*, 22/Junho/1915.
- (84) *Os Simples*, 27/Março/1911 e 17/Fevereiro/1912.
- (85) Idem, 19/Janeiro/1911 e *O Incondicional*, 26/Janeiro/1911.
- (86) Idem, 27/Março/1911.
- (87) Idem, 25/Agosto e 24/Outubro/1911.
- (88) Idem, 17/Fevereiro/1912.
- (89) *O Germinal*, 6/Outubro/1914.
- (90) Idem, 16/Fevereiro, 30/Março, 20/Abril e 25/Maio/1915.
- (91) Idem, 8/Junho/1915.
- (92) Idem, 1 e 8/Maio/1917.
- (93) A.H.M., Papéis da C.M., Pasta da Associação de Classe dos Operários da Construção Civil.
- (94) *O Emancipador*, 19/Abril/1920 e 28/Fevereiro/1921.
- (95) Idem, 19/Maio/ 1924.
- (96) *Notícias*, 8/Junho/1926.

- (97) Idem, 10/Julho e 10/Agosto/1926.
- (98) A.H.M., Papéis da C.M., Ibidem.
- (99) *O Emancipador*, 11 e 18/Abril e 17/Outubro/1927.
- (100) Idem, 26/Abril/1937.
- (101) Idem, 22/Agosto/1927.
- (102) *Os Simples*, 24/Junho, 24/Outubro e 11/Novembro/1911.
- (103) *O Proletário*, 2/Novembro/1912.
- (104) *Os Simples*, 4/Março/1913.
- (105) *O Emancipador*, 26/Abril/1937.
- (106) *Os Simples*, 25/Agosto/1911.
- (107) B.O. n.º 51, 23/Dezembro/1911.
- (108) *Os Simples*, 27/Agosto/1912.
- (109) *O Africano*, 31/Dezembro/1912.
- (110) *O Proletário*, 2/Novembro/1912.
- (111) B.O. n.º 11, 14/Março/1914.
- (112) A.H.M., Papéis da C.M., Pasta da Associação das Artes Gráficas.
- (113) *QUATRO CENTENÁRIOS EM MOÇAMBIQUE 1854-1954*, Lourenço Marques, 1954, pág. 42.
- (114) Pedro de Melo, discurso na homenagem a Mouzinho, no teatro Varieté, in *O Germinal*, 4/Abril/1916.
- (115) *QUATRO CENTENÁRIOS...*, cit., págs. 28, 34/5 e 41/2.
- (116) Pedro de Meio, carta a *Os Simples*, 27/Março/1911.
- (117) *Os Simples*, 13/Abril/1911.
- (118) 20/Abril/1911.
- (119) *QUATRO CENTENÁRIOS...*, cit., pág. 43.
- (120) *Os Simples*, 20/Maio/1911.
- (121) *O Graphyco*, 5/Outubro/1911.
- (122) *Os Simples*, 11/Novembro/1911.
- (123) Idem, 24/Julho/1912.
- (124) Idem, 1/Janeiro/1913.
- (125) *O Incondicional*, 28/Março/1913.
- (126) *Os Simples*, 4/Maio e 14/Setembro/1913.
- (127) *O Germinal*, 13 e 20/Outubro/1914.
- (128) Idem, 29/Dezembro/1914 e 12/Janeiro/1915.

- (129) Idem, 13/Julho/1915 e 13/Junho/1916.
- (130) Idem, 27/Julho e 28/Setembro/1915 e 5/Setembro/1916.
- (131) Idem, 28/Novembro e 5/Dezembro/1916.
- (132) Idem, 29/Janeiro/1918.
- (133) *O Emancipador*, 26/Abril/1937.
- (134) *O Germinal*, 2/Março/1915.
- (135) Idem, 30/Março/1915 e *O Incondicional*, 25/Fevereiro/1915.
- (136) *O Germinal*, 13/Abril/1915 e *O Incondicional*, 15/Abril/1915.
- (137) *O Germinal*, 16/Março/1915.
- (138) Idem, 27/Abril e 23/Novembro/1915.
- (139) *O Incondicional*, 7/Novembro/ 1916.
- (140) *O Germinal*, 19/Março/1918.
- (141) *O Emancipador*, 2/Agosto/1920.
- (142) Idem, 24/Janeiro; 7 e 14/Fevereiro/1921.
- (143) Idem, 17/Janeiro e 23/Maio/1921.
- (144) *Notícias*, 27/Julho; 2 e 25/Agosto/1926.
- (145) *O Emancipador*, 1/Maio/1927.
- (146) B.O. n.º 33, 13/Agosto/1927.
- (147) *O Emancipador*, 13/Junho/1921.
- (148) 28/Setembro/1915 e *O Incondicional*, 30/Setembro/1915.
- (149) 9/Novembro/1915.
- (150) *O Germinal*, 9 e 30/Novembro/1915 e 11/Janeiro/1916.
- (151) Idem, 26/Dezembro/1916.
- (152) *O Emancipador*, 14 e 27/Setembro/1925.
- (153) Idem, 26/Abril/1937.
- (154) Idem, 17/Maio/1920.
- (155) *Notícias*, 13 e 29/Maio e 24/Julho/1926.
- (156) B.O. n.º 33, I Série, 19/Agosto/1922.
- (157) B.O. n.º 37, 1 Série, 11/Setembro/1920.
- (158) B.O. n.º 18, 1 Série, 5/Maio/1923.

04. O COOPERATIVISMO E O MUTUALISMO

As associações cooperativas e mutualistas foram, também elas, objecto da militância dos trabalhadores portugueses em Moçambique. Acontece até que a primeira cooperativa fundada em Moçambique (na cidade do mesmo nome, então capital da colónia) antecede de cinco anos a fundação da primeira associação de classe. E a primeira caixa de socorros, a dos ferroviários, surgiu em 1892, um ano antes daquela cooperativa.

Tendo sido o cooperativismo um dos meios de que lançavam mão os primeiros socialistas europeus, nomeadamente os portugueses, na viabilização do seu ideário, e tendo sido por igual recurso de actuação das correntes anarquistas, facilmente se compreende que os referidos trabalhadores, em Moçambique, tivessem seguido o mesmo caminho.

4.1. COOPERATIVA MOÇAMBICENSE

Embora criada fora de Lourenço Marques, damos aqui notícia da «Cooperativa Moçambicense» por se tratar, como presumimos, da primeira criada em Moçambique.

Os seus estatutos foram aprovados pela portaria provincial n.º 277, publicada no Boletim Oficial n.º 18, de 6 de Maio de 1893. Era uma cooperativa de consumo exclusivamente destinada a funcionários públicos. A aprovação foi concedida a requerimento do padre Emílio Augusto de Esperança Machado, Caetano Joaquim Fialho dos Reis, Bento Casimiro Feio e António d'Oliveira Abranches Garcia.

A fundação da cooperativa na pequena capital de então não foi pacífica. Logo a seguir, a portaria n.º 228 revogava a anterior⁽¹⁾. Vários comerciantes de Moçambique levaram um protesto até junto do Governo Central, em

Lisboa, contra a criação da cooperativa. A segunda portaria alegava que, afinal, o governo da colónia não tinha jurisdição para aprovar estatutos de sociedades desse género, podendo apenas fazê-lo relativamente a sociedades de recreio, instrução, piedade e beneficência; os funcionários públicos não podiam fazer comércio, mas podiam dispor de cooperativas de consumo — teriam no entanto que submeter os estatutos à aprovação do governo central. O que devem ter feito os cooperativistas de Moçambique pois, em princípios do ano seguinte, era anunciada a abertura do armazém cooperativo das 6 às 10 horas da manhã⁽²⁾.

4.2. SOCIEDADE COOPERATIVA DOS FUNCIONÁRIOS DE MOÇAMBIQUE

De uma outra cooperativa, igualmente de consumo, e para funcionários, na Ilha de Moçambique, apenas conhecemos os estatutos publicados na III Série do Boletim Oficial de Moçambique de 1 de Outubro de 1921. A escritura pública foi subscrita, em 30 de Julho de 1920, por seis oficiais do exército colonial e seis funcionários públicos. Tinha a sua sede na cidade de Moçambique.

4.3. COOPERATIVA OPERÁRIA DE LOURENÇO MARQUES

Em Lourenço Marques, o cooperativismo, tal como o movimento operário em que radicava, só deu sinais de vida a partir de 1911, isto é, depois de implantada a República. A iniciativa foi da Confederação Operária que, a 26 de Julho daquele ano, pedia a todos os operários uma declaração da importância média mensal da sua despesa, «desejando esta Confederação tratar da fundação de uma cooperativa de consumo anexa, a fim de melhorar a situação da classe e proporcionar-lhe géneros alimentares de boa qualidade, em condições mais económicas e vantajosas...»⁽³⁾.

Esta iniciativa da Confederação fora precedida pela distribuição de um manifesto assinado por uma comissão de operários, em Agosto do ano anterior, em que se lançava a ideia da cooperativa e por um artigo

do militante Manoel Gomes dos Santos, «Cozinhas e cooperativas operárias»⁽⁴⁾, no qual dizia ter lido em «O Cooperativismo» de José de Macedo, que os comerciantes de Lourenço Marques, por volta de 1897/98, tinham representado junto do governo no sentido de serem cerceadas garantias legais de que beneficiavam as cooperativas, acrescentando: «Isto foi há 13 anos: quando a classe operária nesta cidade não era tão numerosa como actualmente o é. Já nessa data os comerciantes de Lourenço Marques temiam a fundação de qualquer cooperativa...» A iniciativa da Confederação teve larga correspondência, a avaliar pela resposta ao comício público no Salão Varietá, em 20 de Maio do ano seguinte, e destinado a discutir a viabilidade e a organização da cooperativa. Participaram 200 pessoas e foi eleita uma comissão alargada para analisar, discutir e reformular um projecto de estatutos já elaborado⁽⁵⁾. No entanto, dois meses mais tarde, foi frouxa a comparência de operários e funcionários públicos à reunião convocada para discutir a versão final dos estatutos⁽⁶⁾. Como quer que fosse, a 13 de Junho de 1914 era criada, por escritura pública, a «Cooperativa Operária de Lourenço Marques, Responsabilidade Limitada». Do seu objecto social destacavam-se: «1.º — Criar escolas, bibliotecas, auxiliar a formação e desenvolvimento das associações de classe e outras colectividades em que sejam reconhecidos os interesses colectivos do operariado»⁽⁷⁾. Os subscritores eram 13 carpinteiros, 3 pedreiros, 1 jardineiro, 1 impressor, 1 professor particular, 2 cantoneiros, 2 electricistas, 1 mergulhador, 1 guarda-freio, 1 sota-bombeiro, 1 barbeiro, 1 revisor, 1 agricultor, 1 tipógrafo, 1 apontador, 1 maquinista e 1 condutor de eléctricos. Entre os elementos dos primeiros corpos gerentes eleitos destacavam-se, como era inevitável, os nomes de alguns dos militantes operários crónicos, como os de Adriano Moraes de Castro, Manuel de Sousa Amorim e Eduardo Franco Martins.

A inauguração oficial do estabelecimento da cooperativa, que ficou instalado na sede da Confederação, fez-se no primeiro domingo de 1915⁽⁸⁾. Mas as perspectivas não eram animadoras. Os 32 sócios iniciais em Janeiro de 1916 tinham subido apenas a 70. Entendia-se que a cooperativa não podia subsistir exclusivamente com operários. *O Germinal*⁽⁹⁾, que tal afirma, acrescenta a curiosa anotação de que os operários, que viviam miseravelmente na Metrópole, esqueciam-se disso mal chegavam a Moçambique.

Com vida certamente precária, a cooperativa perdurou até 1920. Em Março deste ano o presidente da Direcção, na ausência de Lourenço Marques de todos os membros da Assembleia Geral, convocava os sócios para uma assembleia destinada a eleger uma comissão liquidatária⁽¹⁰⁾.

4.4. COOPERATIVA POPULAR DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

Que a Cooperativa Operária não feneceu por carência de fervor cooperativista conclui-se do facto de, ao mesmo tempo que se tratava da sua liquidação, surgir uma nova sociedade cooperativista. Exactamente a 20, 21 e 24 de Fevereiro de 1920, realizaram-se assembleias para discussão e aprovação dos estatutos com a sala cheia de trabalhadores. No mês seguinte estava oficialmente constituída a «Cooperativa Popular da Província de Moçambique» e a comissão organizadora anunciava a abertura de inscrições para sócios⁽¹¹⁾.

O facto de esta cooperativa surgir, tal como a anterior, de e para as classes trabalhadoras e funcionários públicos, insinua um qualquer conflito classista expresso na extinção daquela e na fundação desta. Não detectamos porém qualquer dado que no-lo permita afirmar.

Subscreveram a escritura de formação da sociedade, a 1 de Março, 7 funcionários públicos, 1 oficial do exército colonial (*sic*), 1 pintor e 1 metalúrgico. A cooperativa apresentava-se como de produção, crédito e consumo⁽¹²⁾.

E logo a 19 de Junho pôs a funcionar o seu estabelecimento⁽¹³⁾. No ano seguinte abria a Caixa Económica com as taxas de juro seguintes: à ordem, em escudos, 3%; libra ouro, 3,5%. A prazo de 3 meses: escudos, 3,5%; ouro, 4%; 6 meses: escudos, 4%; ouro, 4,5%. Um ano: escudos, 5%; ouro, 6%⁽¹⁴⁾.

Em Maio de 1921 foram apresentados o relatório e contas referentes ao exercício do ano social de 1920. Tinham sido subscritas 839 acções de 50\$00 cada. A cooperativa realizara excedentes líquidos no valor de 11 176\$22. Ainda em 1921 a Cooperativa Popular da Província de Moçambique se fez representar no Congresso Nacional Cooperativista de Lisboa e Luís Augusto de Carvalho, sócio fundador da Sociedade Cooperativa moçambicana, partira

para lá incumbido de estabelecer relações com a Federação das Cooperativas⁽¹⁵⁾. A 18 e 19 de Junho de 1921 foi comemorado o primeiro aniversário com festejos vários que *O Emancipador* classificou de brilhantes.

Como habitualmente em tais circunstâncias, o comércio fazia campanha surda contra a cooperativa⁽¹⁶⁾.

A 15 de Maio de 1922 foram alterados os estatutos por escritura pública⁽¹⁷⁾. A sociedade passou a ser anónima de responsabilidade limitada e os subscritores são agora, maioritariamente, operários: 3 tipógrafos, 1 encadernador, 1 mecânico, 1 casquilheiro, 1 funcionário municipal e 2 funcionários públicos. O casquilheiro era Joaquim Faustino da Silva. Com ele morreu a cooperativa, em 1927. Encontrava-se, então, instalada na Casa dos Trabalhadores e tinha uma existência precária.

4.5. COOPERATIVA DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS E MILITARES DE INHAMBANE

A Cooperativa dos Funcionários Civis e Militares de Inhambane foi fundada por escritura de 29 de Setembro de 1920⁽¹⁸⁾. Subscreveram o pacto social funcionários dos Correios, da Fazenda, da Administração, e militares. Em assembleia-geral de 20 de Novembro do ano seguinte, passou a designar-se:

Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada do Povo de Inhambane

Esta nova cooperativa tornou-se extensiva a particulares que não fossem comerciantes⁽¹⁹⁾.

4.6. CAIXA DE SOCORROS DA DIRECÇÃO DO PORTO E DOS CAMINHOS DE FERRO DE LOURENÇO MARQUES

A Caixa de Socorros do pessoal ferroviário e portuário foi criada por portaria provincial de 20 de Junho de 1892 e o seu regulamento saiu no Boletim Oficial n.º 26, de 25 de Junho do mesmo ano⁽²⁰⁾.

Foi esta, portanto, a primeira associação mutualista em Moçambique. Se por um lado confirma a preponderância do Porto e dos Caminhos de Ferro e dos seus trabalhadores sobre todas as actividades emergentes na colónia, por outro lado indica o paternalismo oficial da iniciativa. Como quer que seja, fica assinalada a formação de um núcleo laboral susceptível de provocar a existência de uma associação mutualista.

A Caixa foi extinta, em Março de 1914, com a criação do Montepio Ferroviário.

4.7. SECÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DA ASSOCIAÇÃO DO PESSOAL DO PORTO E DOS CAMINHOS DE FERRO DE LOURENÇO MARQUES

Ou porque a Caixa de Socorros da Direcção não satisfizesse os beneficiários ou porque o seu carácter oficial a subtraísse ao controlo destes, a verdade é que a Associação de Classe criou, em 1912, uma secção própria. Com 1 000\$00 retirados dos fundos da Associação e com a conta elevada para 1 500 réis mensais a todos os que pretendessem beneficiar da Secção de Socorros, foi esta criada no início de 1912⁽²¹⁾. Em Dezembro do mesmo ano foram eleitos os corpos gerentes para 1913⁽²²⁾.

A secção deve ter tido vida precária e ter perdido a sua razão de ser com o aparecimento do Montepio Ferroviário, apesar da contestação de que este foi alvo por parte dos trabalhadores do Caminho de Ferro.

4.8. MONTEPIO FERROVIÁRIO

O Montepio Ferroviário, na sua criação, pouco ou nada teve a ver com aqueles a quem se destinava. Basta dizer que surgiu com regulamento aprovado pelo Governo-Geral, com voto favorável do Conselho do Governo, a requerimento do Inspector das Obras Públicas»⁽²³⁾.

Seriam obrigatoriamente considerados sócios do Montepio Ferroviário todos os ferroviários de Moçambique, de nomeação definitiva ou provvisória, com excepção dos engenheiros e contratados, para os quais era

facultativa a inscrição. Para além disso, os cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e vogal nato do Conselho de Administração eram exercidos, respectivamente, pelo director, chefe de exploração, tesoureiro e facultativo da Direcção do Porto e dos C.F.L.M.; o governador-geral nomeava o presidente da assembleia-geral e o seu suplente. Para eleição dos sócios ficaram os cargos restantes.

A sede da instituição era em Lourenço Marques e os fins estatutários contemplavam uma pensão de reforma especial por incapacidade permanente de serviço, subsídio de funeral, subsídio durante o tempo de licença graciosa ou pela junta médica e pensão às viúvas, filhos menores, etc., por morte. Além da cotização dos associados, eram consignadas ao Montepio receitas várias provenientes dos portos e caminhos-de-ferro e ainda importâncias que o Conselho de Administração do Porto e C.F. votasse anualmente, como subsídio. O Montepio entraria em funcionamento logo que fossem publicados os Estatutos no jornal oficial, o que foi feito em Maio de 1914⁽²⁴⁾. Segundo os estatutos, o Governador-Geral podia, quando muito bem entendesse, mandar fiscalizar a administração do Montepio.

Com a associação compulsiva dos trabalhadores e sob tutela absoluta das autoridades, aqueles reagiram. Logo a seguir à publicação dos estatutos, circulou na cidade um manifesto contra o Montepio, «instituição aprovada pelo governo, por interferência de meia dúzia de criaturas que se julgam donos dos C.F.L.M.»⁽²⁵⁾. Não obstante, já em Maio se realizara a assembleia-geral para escolha dos corpos gerentes elegíveis. Os eleitos são na sua quase totalidade operários e, entre estes, está um militante notório do movimento operário local, Eduardo Franco Martins⁽²⁶⁾. Tudo indica que os ferroviários acabaram por se acomodar com a instituição do Montepio, certamente porque não seriam insensíveis à garantia de segurança que deveria ser boa moeda de troca pela autonomia de que não dispunham. Quando, logo em 1914 e 1915, se debateu entre as classes trabalhadoras a formação de um Montepio para todo o funcionalismo de Moçambique, a assembleia-geral da Associação de classe dos ferroviários acabou por deliberar contra a fusão dos montepios existentes no Montepio Geral. A Associação daria apoio à formação de um Montepio, sim, mas para os funcionários que ainda não beneficiassem de qualquer instituição de previdência⁽²⁷⁾.

No ano seguinte é o próprio *O Germinal* que lastima o desinteresse dos associados que não comparecem à assembleia-geral. Quando a assembleia consegue realizar-se, em Dezembro, são eleitos «os do costume»⁽²⁸⁾.

Em 1914 foi aprovado o regulamento da Caixa Económica do Montepio, de novo publicado em 1917⁽²⁹⁾. É também um despacho do Governador-Geral, de 4 de Agosto de 1917, que aprova o regulamento para o fornecimento do depósito de géneros e de outros artigos de primeira necessidade⁽³⁰⁾. Depósito de géneros cuja criação provoca engulhos ao comércio. O seu porta-voz, o *Jornal do Comércio*, insurge-se contra este centro de abastecimento dos ferroviários⁽³¹⁾. Nesta altura, já o Montepio devia subsistir com personalidade própria, pois que o governo se desinteressara de lhe conseguir casa para o depósito de géneros. O Montepio tratou de conseguir as instalações pelos seus próprios meios⁽³²⁾. Para abrir em Fevereiro ou Março de 1918, o Depósito não poderia contar com as mercadorias encomendadas em Portugal, no valor de 61 000\$00, que demorariam 6 meses a chegar a Lourenço Marques. Remediará com produtos locais e outros encomendados no Transval. O regulamento do Depósito foi igualmente aprovado por portaria provincial, a n.º 1 519⁽³³⁾.

Apesar de os trabalhadores continuarem a participar, maioritariamente, dos corpos gerentes do Montepio, tal não impedia que se publicasse um novo regulamento orgânico sem qualquer consulta aos sócios. O pessoal do Porto e dos C.F.L.M. reuniu em assembleia-geral para discutir a arbitrariedade e *O Emancipador*⁽³⁴⁾, aparentemente ignorando as regras que as autoridades tinham imposto ao Montepio, dizia candidamente que o «Governo local se apoderara da instituição». De facto, o Conselho de Administração passava a ser composto por 5 delegados governamentais e 4 representantes dos ferroviários. O mesmo jornal alegava tratar-se de uma instituição fundada e privativa dos ferroviários, e cuja gerência lhes pertencia. Insinuara, entretanto, estar-se perante manobra destinada a acabar com o Montepio, que estaria a fazer «grande sombra a certos magnates cá do burgo»⁽³⁵⁾. De facto, o comércio não tolerava a existência do Depósito de Géneros. A reunião dos ferroviários, a 16 de Agosto, aprovou uma longa moção em que se demonstrava a ilegalidade do processo que levava à proclamação do Decreto que, na prática, lhes subtraía qualquer interferência na administração do Montepio e reclamou a sua suspensão, no que foi atendida⁽³⁶⁾.

O pomo da discórdia deveria situar-se, de facto, no Depósito de Géneros e não propriamente no Montepio. Em Fevereiro do mesmo ano, por portaria, o Governo Geral atribuía poderes discricionários ao seu delegado junto do mesmo Depósito, que podia intervir drasticamente na marcação de preços e em todo o seu funcionamento administrativo. O governo atribuía-se o direito de demitir os corpos gerentes eleitos⁽³⁷⁾.

Novos estatutos eram aprovados no ano seguinte⁽³⁸⁾. Ligadas à grande greve ferroviária de 1925/26 estão as interferências governamentais na vida do Montepio, que se repetiram em 1926, com a nomeação de um Conselho Administrativo, a falta de eleição de corpos gerentes e com a disposição que mandava que o cargo de Presidente do mesmo Conselho passasse a ser desempenhado por um chefe de serviço da Direcção do Porto e dos C.F.L.M., nomeado anualmente pelo respectivo director⁽³⁹⁾.

É do mesmo ano a grande agitação que se estabeleceu à volta do Depósito de Géneros. Acusada de gestão ruínosa, a gerência, de que faziam parte ferroviários e funcionários, entre os quais Manuel Alves Cardiga, foi demitida e os que a compunham suspensos dos seus direitos de sócios, em assembleia-geral. Tiveram ganho de causa no recurso que fizeram subir ao Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas⁽⁴⁰⁾. Contexto para levar o governo a nova intervenção. Por portaria, nomeou uma comissão encarregada de dar parecer acerca da fundação de uma cooperativa de consumo para o funcionalismo e de estudar uma proposta de encerramento do Depósito de Géneros⁽⁴¹⁾.

Em Agosto era convocada a assembleia-geral para eleger os corpos gerentes do Montepio, uma vez que tinham desaparecido os motivos que haviam levado às decisões de Janeiro e para ser consultada sobre a proposta de extinção do Depósito de Géneros⁽⁴²⁾. A assembleia realizou-se a 4 de Setembro. Estava-se no rescaldo da greve ferroviária e os trabalhadores reorganizavam-se, acicatados pelas perseguições de que ainda estavam a ser vítimas. A assembleia rodeou-se da maior expectativa, tanto mais que o Conselho Administrativo, de nomeação governamental, fez campanha no sentido de não perder o domínio da instituição. A afluência foi grande e nas imediações da Casa dos Trabalhadores havia polícia «e muitas outras secretas, que todos conhecem, esperam a hora propícia para entrar na

sala onde se vão reunir os sócios». Na eleição, a lista da oposição saiu vencedora da dos «governamentais» por 165 votos contra 21. O jornal operário concluía por «uma retumbante derrota, que bem demonstra o espírito dos ferroviários contra as ditaduras»⁽⁴³⁾.

Mais do que de luta de classes, expressa no microcosmo do Montepio, trata-se visivelmente da reacção emocional dos ferroviários, perseguidos durante e após a greve e para quem o inimigo principal que tinham pela frente era o poder estabelecido, despótico e inábil.

No mesmo ano o Montepio Ferroviário, que tinha agência em Lisboa, na Rua da Madalena, e delegações em Vila Nova de Gaza, Inhambane, Quelimane e Moçambique, passa a anunciar a sua Caixa Económica, que aceita depósitos à ordem, pagando de juro 3% ao ano para quantias até 3000\$00 e de 2% pelo excedente até 5000\$00. Admitia igualmente depósitos em esterlino, com o juro de 5% em contas a prazo e 4% em contas à ordem. Fazia empréstimos aos sócios para construção e aquisição de habitação própria⁽⁴⁴⁾. No ano seguinte publicavam-se os estatutos da Caixa de Previdência, A Lutuosa, anexa ao Montepio⁽⁴⁵⁾.

4.9. CAIXA DE SOCORROS DO PESSOAL DA IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

O núcleo onde se centraram os tipógrafos que foram dos animadores principais do movimento operário em Lourenço Marques, era a Imprensa Nacional. Também aí chegou o mutualismo, através de uma Caixa de Socorros cuja criação, em 1918, foi autorizada por portaria provincial⁽⁴⁶⁾. Destinava-se a prestar assistência médica e medicamentosa aos associados e seus familiares, assim como a subsidiar os funerais. Outra portaria, dois anos depois, atribuía um subsídio governamental e anual, no valor de 360 libras à Caixa⁽⁴⁷⁾. Só em 1923 é que seriam aprovados os Estatutos, por alvará⁽⁴⁸⁾.

A Caixa subsistia em 1927, tendo em Janeiro desse ano eleito corpos gerentes⁽⁴⁹⁾.

4.10. CAIXA DE AUXÍLIO AOS EMPREGADOS DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

A Caixa de Auxílio aos Empregados dos Correios e do Telégrafo teve o seu regulamento aprovado pela portaria provincial n.º 968, de 2 de Julho de 1913⁽⁵⁰⁾. A Caixa teria a sede em Lourenço Marques e destinava-se a atribuir pensões de reforma especial por incapacidade permanente, subsídio para funerais, pensão a viúvas, filhos menores e solteiros dos falecidos. A agremiação deveria funcionar como associação de socorros mútuos com estatutos aprovados pelo Governador-Geral, o que foi conseguido por alvará passado no mesmo ano, considerando a Caixa como associação de socorros mútuos de carácter especial⁽⁵¹⁾. Três anos depois foram introduzidas alterações ao regulamento e publicado novo alvará em conformidade, o mesmo acontecendo no ano seguinte⁽⁵²⁾.

4.11. ASSOCIAÇÃO DE MÚTUA AUXÍLIO DOS OPERÁRIOS INDIANOS DE LOURENÇO MARQUES

A associação denominada «Associação de Mútuo Auxílio dos Operários Indianos de Lourenço Marques» foi fundada em 6 de Junho de 1921, com sede na mesma cidade. Esta a data oficial⁽⁵³⁾, pois que a sessão que inaugurou a agremiação se realizou a 7 de Agosto, no primeiro andar do estabelecimento de «A União dos Alfaiates», sita à Avenida Paiva Manso. Segundo declarações prestadas na Assembleia, a iniciativa fora dos operários indianos da cidade. O programa apresentado repudiava quaisquer sentimentos políticos, de raça, casta e religião, considerando como seu único fim «confortar os seus camaradas e suas famílias quando na miséria»⁽⁵⁴⁾. No mês seguinte uma assembleia juntou mais de 200 operários para aprovar os estatutos da Associação⁽⁵⁵⁾. O que foi ratificado por alvará publicado logo no mês seguinte⁽⁵⁶⁾.

A Associação permanecia em 1947, pois nesse mesmo ano a portaria n.º 7083, de 1 de Novembro, aprovava novos estatutos⁽⁵⁷⁾.

4.12. ASSOCIAÇÃO DE OPERÁRIOS CHINESES BENEFICENTE BOA UNIÃO

Desta associação de operários chineses nada mais conseguimos apurar do que ter tido estatutos aprovados por alvará de 18 de Maio de 1911 e que, três anos depois, foi autorizada por portaria a mudar a designação para «Chinese Republic Association Lourenço Marques», continuando a reger-se pelos mesmos estatutos⁽⁵⁸⁾.

NOTAS

- (1) B. O. n.º 39, 30/Setembro/1983.
- (2) B. O. n.º 7, 17/Fevereiro/1894.
- (3) *Os Simples*, 30/Julho/1911.
- (4) Idem, 13/Julho/1911.
- (5) Idem, 28/Maio/1912.
- (6) Idem, 12/Julho/1912.
- (7) B. O. n.º 31, 1/Agosto/1914 e *O Germinal*, 6/Outubro/1914.
- (8) *O Germinal*, 6/Janeiro/1915, *O Incondicional*, 14/Janeiro/1915 e *O Africano*, 9/Janeiro/1915.
- (9) 21/Setembro/1915 e 25/Janeiro/1916.
- (10) *O Emancipador*, 13/Março/1920.
- (11) Idem, 28/Fevereiro e 13/Março/1920.
- (12) B. O. n.º 10, III série, 6/Março/1920.
- (13) *O Emancipador*, 14/Junho/1920.
- (14) Idem, 16/Maio/1921.
- (15) Idem, 16/Agosto/1921.
- (16) Idem, 10/Outubro/1921.
- (17) B. O. n.º 30, III série, 29/Julho/1922.
- (18) B. O. n.º 25, III série, 18/Junho/1921.
- (19) B. O. n.º 52, III série, 24/Dezembro/1921.
- (20) B. O. n.º 12, 21/Março/1914.
- (21) *O Incondicional*, 22/Janeiro/1912.
- (22) Idem, 11/Dezembro/1912.
- (23) B. O. n.º 12, 21/Março/1914.
- (24) B. O. n.º 20, 16/Maio/1914.
- (25) *O Incondicional*, 2/Julho/1914.
- (26) B. O. n.º 24, 13/Julho/1914.

- (27) *O Germinal*, 15/Junho/1915.
- (28) Idem, 14/Março e 19/Dezembro/1916.
- (29) B. O. n.º 18, III série, 30/Outubro/ 1915 e B. O. n.º 20, III série, 19/Maio/1917.
- (30) B. O. n.º 32, III série, 11/Agosto/1917.
- (31) *O Germinal*, 4/Setembro/1917.
- (32) Idem, 25/ Setembro/ 1917.
- (33) B. O. n.º 21, I série, 22/Maio/ 1920.
- (34) 3/Janeiro e 15/Agosto/1921.
- (35) *O Emancipador*, 3/Janeiro e 15/Agosto/1921.
- (36) Idem, 22 e 29/Agosto/1921.
- (37) B. O. n.º 6, I série, 11/Fevereiro/1922.
- (38) B. O. n.º 7, I série, 17/Fevereiro/ 1923.
- (39) B. O. n.º 2, I série, 9/Janeiro/ 1926.
- (40) B. O. n.º 23, II série, 5/Junho/1926.
- (41) B. O. n.º 24, II série, 12/Junho/1926.
- (42) *O Emancipador dos Artistas*, 30/Agosto/1926.
- (43) *O Emancipador dos Desprotegidos*, 13/Setembro/1926.
- (44) *O Emancipador dos Oprimidos*, 16/Agosto/1926.
- (45) *O Emancipador*, 17/Outubro/1927.
- (46) B. O. n.º 45, I série, 9/Novembro/1918.
- (47) B. O. n.º 24, I série, 12/Junho/1923.
- (48) B. O. n.º 45, I série, 17/Novembro/1925.
- (49) *O Emancipador*, 21 /Janeiro/ 1927.
- (50) B. O. n.º 27, S/Julho/1913.
- (51) B. O. n.º 33, 21/Agosto/1913.
- (52) B. O. n.º 28, I série, S/Julho; n.º 36, II série, 2/Setembro/1916 e n.º 32, I série, 11/Agosto/1917.
- (53) Estatutos da Associação de Mútuo Auxílio dos Operários Indianos, Imprensa Nacional de Moçambique, 1947, pág. 5.
- (54) *O Emancipador*, 22/Agosto/ 1921.
- (55) Idem, 26/Setembro/1921.
- (56) B. O. n.º 44, I série, 29/Outubro/1921.
- (57) Estatutos, cit.
- (58) B. O. n.º 7, 14/Fevereiro/1914.

05. AS GREVES

Pode afirmar-se que verdadeiras greves de trabalhadores surgiram, em Moçambique, também elas, com a implantação da República. Não pudemos confirmar a veracidade do rumor que correu em Quelimane⁽¹⁾ sobre uma greve dos empregados públicos de Lourenço Marques, em 1893, protestando contra reduções de vencimentos. Se existiu, foi essa a primeira greve que se fez em Moçambique.

5.1. PESSOAL DOS CARROS ELÉCTRICOS — 1911

A três escassos meses da implantação da República, a 6 de Janeiro de 1911, entraram em greve os guarda-freios e condutores dos eléctricos de Lourenço Marques, serviço que era explorado pela Delagoa Bay Development Corporation, Ltd., com sede em Londres e que, além dos transportes urbanos, era concessionária do abastecimento de água, telefones e telégrafos e iluminação eléctrica⁽²⁾. O pessoal que operava os grupos geradores (porque estes também forneciam energia aos guindastes do porto) e o que trabalhava no transporte de materiais de construção manteve-se em serviço.

A greve foi motivada pela desigualdade dos salários. No mesmo serviço, uns ganhavam 60 000 e outros 75 000 réis. Uma comissão eleita pelos trabalhadores não obteve da direcção da empresa satisfação para as reivindicações apresentadas. A direcção não foi além da oferta de um aumento de 250 réis diários a 6 empregados, mantendo-se assim uma escassa meia dúzia deles a 2500 réis e os restantes a 2000 réis diários. Ora, o pessoal fora sempre pago a 2500 réis, nos primeiros quatro anos de exploração da companhia, quando esta alegava grandes prejuízos. De então em diante os trabalhadores antigos mantiveram-se nos 2500 réis

mas os que iam sendo admitidos nunca eram pagos a mais de 2000. Havia mesmo um grande número com 1500 réis. Os trabalhadores argumentavam que a empresa diminuía os salários ao mesmo tempo que via os lucros crescerem. O Presidente da Câmara Municipal interveio na contenda e os grevistas reduziram as reivindicações ao mínimo da equiparação dos salários em 2500 réis e ao pagamento das horas extraordinárias a 400 réis. O director da companhia não deu resposta, alegando precisar de três dias para consultar a sede, em Londres. No dia seguinte, os grevistas ocuparam as instalações e o Governo-Geral mandou evacuar o edifício *manu-militari*. À noite realizou-se uma reunião no Centro Republicano Couceiro da Costa, em que tomaram parte o Presidente do Centro, o Presidente da Câmara Municipal e os grevistas. No dia seguinte, o Governador-Geral ouviu os grevistas e, da entrevista, saiu a deliberação de o pleito vir a ser dirimido por uma comissão arbitral. O Governador pediu aos grevistas que retomassem o trabalho sem que isso representasse qualquer outro compromisso para eles, grevistas. A greve perfazia o terceiro dia. No meio de tanta conciliação, o Director da Companhia manifestou-se bom camarada e na melhor disposição de solucionar o assunto⁽³⁾. A solução veio, de facto, ainda em Janeiro: metade dos trabalhadores, de entre os mais antigos, ficou com 2500 reis diários, e outra metade e os supra com 2300 e os praticantes com 2100. As horas extraordinárias seriam acrescidas de cinquenta por cento. O pessoal não recebeu bem a decisão da comissão arbitral⁽⁴⁾. O descontentamento manteve-se e acentuou-se ao longo do ano⁽⁵⁾.

5.2. CARROCEIROS — 1911

Em data que não nos foi possível apurar com exactidão, mas com toda a probabilidade dentro do ano de 1911, os carroceiros da firma Carvalho & David estiveram em greve pois, em finais desse mesmo ano, estavam dispostos «a novamente fazerem greve»⁽⁶⁾. A entidade patronal, aquando da greve, comprometera-se «a pagar ao pessoal 60 000 réis mensais» mas, em Dezembro, anunciara que a partir de Janeiro passaria aos 45 000 réis antigos e quem não aceitasse seria imediatamente despedido. O diferendo acabou por ser resolvido sem recurso a nova greve.

5.3. «GREVE DOS MACHAMBEIROS CHINAS» — 1913

A «greve dos machambeiros chinas», tal como foi designada na altura, não foi de facto uma greve, mas antes uma atitude de *lock-out* de pequenos agricultores que, durante três dias, se recusaram a vender os seus produtos hortícolas no mercado municipal.

Num determinado dia de Fevereiro, os chineses de Lourenço Marques tiveram a sua festa. Pelo que os pequenos agricultores daquela nacionalidade não foram ao mercado, onde tinham banca. Quando no dia seguinte se apresentaram no local, como habitualmente, os empregados municipais exigiram o pagamento da taxa relativa à ocupação do lugar do dia anterior. Com lugar cativo e mesas a ocupá-lo, a Câmara Municipal não abdicou da cobrança que os chineses se negavam a satisfazer, o que os levou a todos a retirarem-se do mercado. A polícia foi instruída no sentido de impedir que montassem banca em qualquer outra parte. A 15 os chineses retiraram as bancas do mercado. Após negociações com a vereação e sob ameaça de represálias, os chineses regressaram todos aos seus postos de venda.

A título de curiosidade acrescente-se que movimentação idêntica tinha sido a dos gregos também vendedores no mercado que, em 1902, se recusavam a pagar a contribuição industrial exigida pelo escrivão da Fazenda. Estes pequenos mercadores de nacionalidade grega monopolizavam o negócio das galinhas e dos ovos. Compravam-nos por preços de miséria aos que, vindos dos subúrbios, entravam de manhã cedo na cidade, a vender os seus produtos caseiros e iam revendê-los ao mercado, monopolizando os produtos e inflacionando o preço ao consumidor⁽⁷⁾.

5.4. PESSOAL DOS REBOCADORES — 1913

A carga de materiais do caminho-de-ferro era transportada da vila de Inhambane para a Mutamba em batelões rebocados por um rebocador da Capitania. Há muito que o pessoal dos rebocadores vinha a pedir uma gratificação pelo excesso de trabalho ou o domingo livre e redução das horas de trabalho. A entidade patronal, alegando tratar-se de serviço

permanente, não atendeu a reivindicação. No domingo, 6 de Julho de 1913, os tripulantes do reboque não fizeram o transporte. Os «cabeças do motim de tão pacata greve» foram punidos com três dias de suspensão ou multa. Mas foi igualmente decidido limitar as horas de trabalho e conceder a folga dominical⁽⁸⁾.

5.5. PESSOAL DOS CARROS ELÉCTRICOS — 1916

A greve foi iniciada a 6 de Dezembro de 1916, não tendo os carros eléctricos, nesse dia, saído para a rua. O pessoal vinha, há mais de um mês, a reivindicar as 8 horas de trabalho diário, cem por cento nas horas extraordinárias e uns dias de descanso anual. Em Novembro os delegados dos trabalhadores apresentaram à Companhia uma proposta nesse sentido, que foi considerada como inaceitável. No dia 5 de Dezembro os trabalhadores fizeram saber à Companhia que sem resposta aceitável entrariam em greve, e fizeram-no de imediato. As duas partes em conflito entraram em conversações, por diligências do Comissário da Polícia e, embora os trabalhadores estivessem dispostos a desistir da reivindicação de férias anuais, a Companhia abandonou o diálogo, afirmando que só retomaria as negociações desde que a greve fosse interrompida. Finalmente, a Companhia acedeu às oito horas de trabalho diário e ao pagamento das horas extraordinárias feitas para satisfação dos horários contratados com a Câmara Municipal à razão de 140 centavos a hora⁽⁹⁾.

Tudo indica que esta greve se insere na agitação provocada pela crise das subsistências que, durante esse ano e os seguintes, assolou Lourenço Marques, como adiante será referido.

5.6. PESSOAL DOS CARROS ELÉCTRICOS — 1919

A terceira greve do pessoal dos transportes públicos de Lourenço Marques verificou-se nos primeiros dias de Maio (últimos de Abril?) de 1919. A greve foi desencadeada em reivindicação de trinta dias de férias anuais

e aumentos de vencimentos. Os trabalhadores não haviam aceitado os aumentos oferecidos pela Companhia concessionária nem a proposta de apenas dezoito dias de férias. Intervieram na contenda delegados do Governo-Geral, que mantiveram conversações com os trabalhadores, juntamente com o Administrador do Concelho e o Gerente da Companhia. Foi acordado um aumento de salários, por cada turno, de 1 xelim e 6 pence, fornecimento pela entidade patronal de uniformes e a garantia aos trabalhadores de vinte e quatro dias feriadados por ano, pagos e ainda a garantia de um salário mínimo líquido, em escudos, no valor de 20\$00 para o caso de a libra descer abaixo de 6\$00. A Companhia comprometia-se a processar aumentos de salários a partir de 1 de Abril. A greve terminou vinte e seis horas após o primeiro contacto dos delegados do governo com os grevistas⁽¹⁰⁾.

5.7. ESTIVADORES DO PORTO DE LOURENÇO MARQUES – 1919

Sobre esta greve, transcrevemos a pitoresca notícia publicada in *O Africano* de 7 de Maio de 1919:

Foi muito bem feita, muito em ordem, e bem dirigida e planeada, a greve dos indígenas trabalhadores do porto e cargas e descargas. Apresentaram-se na segunda de manhã (5 de Maio) a pedir aumento de \$80 a 1\$00. Não se lhe deu o que pediam, não trabalharam. O sr. Vidal, Presidente da Câmara do Comércio, pediu providências ao Governador-Geral que encarregou o sr. Chefe do Estado Maior de as tomar. Este transmitiu as suas ordens à Guarda Republicana e à Polícia, tendo aquela prestado tão bons serviços que, às 14 horas, trazia à Ponte Cais quatrocentos grevistas. Entretanto, 280 indígenas do Campo de Aviação vinham prestar serviço no Porto, retirando às 17.30 em comboio especial, enquanto que trezentos dos grevistas ficaram presos num hangar da ponte com a sua alimentação e os seus precisos. Na terça-feira de manhã a maioria dos grevistas apresentou-se ao serviço, não sendo precisos os do Campo de Aviação.

Sabemos que os patrões destes trabalhadores estavam tratando do aumento dos seus salários, como o fizeram aos empregados europeus, a pedido da Câmara do Comércio.

Somos de opinião que este aumento se faça, mas não agora, para que isso não dê calor a mais greves porventura planeadas.

5.8. METALÚRGICOS DA CASA LE MAY — 1919

Em carta de 24 de Novembro de 1919, dirigida à direcção da firma, os trabalhadores da Casa Le May (que fazia reparações navais e outras) reclamavam quanto ao horário de trabalho e quanto à remuneração das horas extraordinárias. Pretendiam equiparação às condições praticadas nos Caminhos de Ferro: quarenta e quatro horas semanais contra as quarenta e oito que tinham e cem por cento de remuneração nas horas extraordinárias em vez dos cinquenta por cento praticados. A entidade patronal recusou qualquer cedência às reivindicações, mas o que provocou a paralisação dos trabalhadores foi o facto de o sr. Le May, perante eles, ter rasgado a carta reivindicativa. Entretanto, o patrão dispôs-se ao diálogo e os operários voltaram ao trabalho, saldando-se a greve em total derrota dos trabalhadores.

A greve deve ter durado desde 29 de Novembro até 9 de Dezembro. Em contrapartida, foi desta greve que nasceu a Associação de Classe dos Metalúrgicos⁽¹¹⁾.

5.9. PESCADORES DA INHACA — 1920

Os pescadores que trabalhavam para o empresário da Inhaca, sr. César, pediram aumentos de vencimento que, de imediato, foram atendidos. Os pescadores dos restantes empresários, de nacionalidade grega, fizeram a mesma reivindicação e, não tendo obtido satisfação, entraram em greve, em data que não pudemos precisar mas que deve situar-se em Janeiro-Fevereiro de 1920. Os gregos da Inhaca apresentaram queixa no Governo-Geral contra o César, como tendo sido ele o promotor da greve⁽¹²⁾.

5.10. PESSOAL DOS CARROS ELÉTRICOS — 1920

A quarta greve do pessoal dos carros eléctricos de Lourenço Marques foi anunciada para 2 de Agosto de 1920. O motivo da greve era o da solidariedade para com os «supras» que iam ser despedidos em virtude de terem sido extintas as carreiras extraordinárias. Simultaneamente, os trabalhadores reivindicavam um acréscimo salarial de cinco xelins, «o que pensavam fazer há muito». Datado de 9, o comité de greve publicava um comunicado segundo o qual «a classe do pessoal dos carros eléctricos tomou conhecimento da acção do governo no respeitante à greve, e resolve manter-se na greve sem abdicação dos pontos por ela pedidos». Entretanto, a Companhia acedia num aumento de dois xelins e seis pence e os trabalhadores desciam a sua reivindicação para quatro xelins. A 21, tinha-se chegado a um acordo: a companhia concordou com o aumento de três xelins propostos pelos grevistas. Passaram-se, portanto, dezanove dias de greve.

Nos primeiros dias de Setembro, porém, os trabalhadores voltaram à greve, alegando que a Companhia não cumprira com o acordado: aumento salarial de três xelins, pagamento dos dias de greve independentemente do que viesse a ser concedido à companhia em aumentos de tarifas. Os trabalhadores obtiveram a vitória final. A 3 saíram com os carros depois de exigirem e conseguirem a retirada da tropa que cercava a estação. No total, vinte e dois dias de greve⁽¹³⁾.

5.11. ALFAIATES — 1920

Uma classe composta exclusivamente por assalariados goeses, a dos alfaiates, entrou em greve a 27 de Novembro de 1920. Os grevistas reivindicavam, como salário mínimo, dez libras mensais, *O Emancipador* de 29 comentava: «Aos alfaiates indianos (embora fosse o camarada Alvares, que se está bolcheviquizando a todo o pano, quem os levou à greve) oferecemos leal e sinceramente estas colunas». No decorrer da greve, e já em Dezembro, os alfaiates abriram uma cooperativa na Avenida Andrade Corvo. Não obtivemos notícia nem sobre o termo nem sobre os resultados do conflito.

5.12. PESSOAL DA IMPRENSA AFRICANA — 1920

Uma vaga referencia em *O Emancipador*⁽¹⁴⁾ dá a entender que, em Dezembro de 1920, estiveram em greve, durante alguns dias, os trabalhadores da Imprensa Africana (tipografia de *O Brado Africano*?) «exclusivamente composto por nativos», reivindicando aumentos salariais.

5.13. METALÚRGICOS DA CASA DAVID GEORGE — 1921

A greve dos metalúrgicos da Casa David George foi declarada a 3 de Outubro de 1921. Foi motivada pela redução de salário e despromoção do encarregado que foi reduzido à categoria de simples operário. Com este, que era mauriciano, solidarizou-se o «escasso» número de trabalhadores, todos mauricianos. A greve fracassou, tendo acabado a 6. *O Emancipador*⁽¹⁵⁾ atribui o fracasso ao facto de a secção metalúrgica do Sindicato Geral não ter sido chamada a pôr o assunto à generalidade da classe.

5.14. PESSOAL DOS CARROS ELÉCTRICOS — 1923

Na primeira semana de Junho de 1923 o pessoal dos eléctricos estava mais uma vez em greve, por a Companhia não ter dado resposta favorável às reivindicações de aumentos salariais. A companhia manteve carros em circulação, protegidos pela polícia, com tripulantes de nacionalidade inglesa e empregados admitidos para o efeito. Ao fim de cerca de uma semana de paralisação, o pessoal apresentou-se ao serviço, ao que parece sem terem sido atendidas as reivindicações salariais. Os «indesejáveis», substituídos por empregados acabados de admitir, foram despedidos⁽¹⁶⁾.

5.15. MARÍTIMOS — 1924

O Emancipador de 18 de Fevereiro de 1924: «O Jornal do Comércio diz que a última greve dos marítimos foi absurda. Estamos de acordo.

Chega a ser absurdo lutar para viver numa hora em que tantos vivem para comer...»

Não conseguimos qualquer outra informação sobre esta greve.

5.16. PESSOAL DA COMPANHIA DO NIASSA – 1924

Os empregados da Companhia do Niassa entraram em greve em Dezembro de 1923. As causas foram a falta de assistência médica e medicamentosa e a eterna questão dos câmbios (tratada ainda neste capítulo). Os trabalhadores continuavam a ser pagos em escudos, nas mesmas importâncias de havia anos, quando estes se tinham desvalorizado em noventa por cento⁽¹⁷⁾. A greve passou despercebida em Lourenço Marques até o Governador-Geral declarar o estado de sítio para todo o território da companhia. Ao fazê-lo, o governo nomeava um delegado seu com poderes especiais. Para medida tão excepcional alegava-se a «prolongada greve dos seus (da Companhia) empregados» e «ocorrências graves com as quais o Governo da Província poderá vir a encontrar-se em graves dificuldades.⁽¹⁸⁾» As ocorrências não tinham sido mais do que os grevistas terem impedido a descarga de um barco que fora ao porto de Mocímboa da Praia. O que o governo fez foi aproveitar o pretexto da greve para controlar a situação, uma vez que a concessão acabaria em breve. Outra portaria mandou cessar o estado de sítio⁽¹⁹⁾. A greve durou cerca de três meses.

A Companhia do Niassa, praticamente, nada mais fazia no território do que recrutar trabalhadores para exportação e cobrar o imposto de palhota. Os seus funcionários eram tão mal pagos que muitos se viam obrigados a cultivar a terra para sobreviver. O que, por sua vez, veio somar à exploração da Companhia novas barbaridades cometidas por estes cultivadores sobre os trabalhadores que também recrutavam à força. A Companhia nunca se incomodou com tal estado de coisas, pelo que as fugas da população para fora do território eram maciças⁽²⁰⁾.

Já em 1903 o Director dos Correios da Companhia foi absolvido, em recurso, por Acórdão do Tribunal da Relação de Lourenço Marques, em processo por abuso de confiança, depois de se ter pago de oito meses de

vencimentos em atraso, por suas próprias mãos. O que parecia ser habitual entre os funcionários da Companhia do Niassa⁽²¹⁾.

Na altura da greve, a maioria no capital da Companhia era propriedade de um sindicato, Nyassa Consolidated, interesses de origem britânica capitaneados por sir Owen Philips, da Union Castle Mail Steamship Company, associados aos industriais sul-africanos Lewis and Marks. O sindicato comprara as acções alemãs apreendidas em resultado da guerra e postas à venda. Fizeram-no na crença de poderem explorar uma rica jazida de carvão nas proximidades da antiga Porto Amélia (em Montepuez?). Como tal perspectiva se gorou, a Companhia foi praticamente abandonada⁽²²⁾.

5.17. GREVES FERROVIÁRIAS

De todas as que tiveram lugar em Moçambique entre 1910 e 1927 foram as greves dos ferroviários, em 1917, 1920 e 1925, as que se revestiram de maior vulto, que maior repercussão debitaram e, sobretudo, as que revelaram claramente uma consciência de classe, agudizada esta, justamente, pela acção grevista. É certo que as greves do pessoal da Companhia de Moçambique, em 1925 e 1926, mobilizaram todas as actividades económicas da Beira contra a companhia majestática, mas isso mesmo revela até que ponto essas greves acabaram por se transformar mais em contestação generalizada à presença soberana da Companhia e menos em acção reivindicativa de trabalhadores, quando é certo que os autores desta greve nem sequer eram operários mas funcionários burocráticos de um aparelho com foros de estatal. Ao contrário, as greves ferroviárias foram desencadeadas por trabalhadores dos caminhos-de-ferro, por eles mantidas e animadas. Se algum apoio tiveram da pequena burguesia local, esse apoio surgiu à posteriori, e nunca foi determinante para o volume e para a direcção que as acções grevistas tomaram.

As três greves e a agitação que as acompanhou foram precedidas por um estado de espírito generalizado na população de Lourenço Marques que pode classificar-se de profundo descontentamento, sendo este provocado, fundamentalmente, pela carestia de vida. Relativamente aos meses que precederam a greve de 1917, certa imprensa de Lourenço

Marques exprimia-se num tom de tal maneira alarmista quando falava desse descontentamento que, tomado à letra, seríamos levados a crer estar-se, verdadeiramente, em face de clima pré-insurreccional dentro do operariado e do pequeno funcionalismo público, as camadas mais duramente atingidas pela carestia de vida, o que é especialmente patente nos editoriais de *O Incondicional*, subscritos pelo director, republicano evolucionista convicto, com anarquistas dentro da sua redacção e que era, em Lourenço Marques, o espelho das contradições maiores em que se via envolvida a jovem República portuguesa. Por um lado, a razão que assistia ao proletariado e ao pequeno funcionalismo, em condições de vida a atingir os padrões da miséria. Justamente revoltado, portanto. Por outro lado, o regime republicano a ser assacado com as responsabilidades de tal situação e a ser comprometido pelas atitudes displicentes, senão corruptas, do alto funcionalismo local.

Desde muito antes de 1 de Maio, data em que se tentou a primeira manifestação de rua, com o bando precatório, vinha o infatigável republicano a prevenir a desgraça prestes a desabar sobre a cidade, e a apontar os males que a prenunciavam. Em Fevereiro, constatava-se que o descontentamento «se vai generalizando de classe a classe». No mês seguinte, considera-se a «situação grave» e o aumento ininterrupto de preços como «factos alarmantes»⁽²³⁾. Os géneros de primeira necessidade teriam sofrido, desde o princípio da guerra, uma alta de 120%. Em Abril, já era tornada pública a disposição em que estavam os funcionários públicos de irem para a rua angariar fundos. À evidência, a atitude de cariz subversivo do funcionalismo obrigado à emergência de estender a mão à caridade. Dentro da Inspeção Superior de Fazenda, um aspirante abriu subscrição para compra de um pano preto onde, em bando precatório, se colhessem donativos destinados a socorrer os funcionários pior remunerados⁽²⁴⁾. É ainda *O Incondicional* que, a 13 de Abril, em editorial, afirma existirem pessoas atingidas pela fome e noticia que a Associação dos ferroviários representou junto do governo alegando haver fome na maioria dos lares da classe do pequeno funcionalismo. Enquanto os altos funcionários (na Fazenda, de segundo oficial para cima) tinham sido beneficiados, os ferroviários, apesar do seu republicanismo e patriotismo, elogiados pelo ministro das Colónias, não tinham sido contemplados. Estas classes, as

mais atingidas pela crise (agravada pelo aumento simultâneo do ágio, da libra e dos géneros) reivindicavam o pagamento total do salário em ouro a quantos vencessem menos de 45\$00 mensais e que os vencimentos superiores a 45\$00 fossem pagos conforme a tabela seguinte:⁽²⁵⁾

Vencimentos	Percentagem	Pagamento/ouro
De 45 a 63\$00	71%	mínimo 10 libras
De 63 a 75\$00	66%	mínimo 11 libras
De 75 a 87\$00	61%	mínimo 12 libras
De 87 a 110\$00	53%	mínimo 13 libras
De 110 a 150\$00	42%	mínimo 14 libras
De 110 a 200\$00	33%	mínimo 15 libras

A tensão social devia ser muito grande em Lourenço Marques pois, oito dias passados, estava a ser convocado o pequeno funcionalismo para o fórum local, a Praça 7 de Março, no dia. 1.º de Maio, expressamente com a finalidade de arrancar daí o bando precatório. Assim viria a acontecer, mas a polícia saiu ao caminho dos manifestantes e impediu-os de prosseguir logo após ter sido desfraldado o pano preto. O bando apoiava-se numa comissão organizadora e a «legião dos famintos» (como lhe chamou *O Germinal*) deslocou-se até junto do Governo-Geral onde foi recebida uma comissão. Nesse dia tudo acabou sem mais incidentes mas logo ali foi deliberado organizar-se o «Grupo dos Famintos»⁽²⁶⁾.

O próprio director de *O Incondicional*, pondo-se embora à distância dos trabalhadores que se manifestavam, critica duramente o Governo por este não atender à situação de miséria existente. Por sua vez, *O Africano*⁽²⁷⁾ revela que, no ano anterior, a fome atingira as populações. O ano agrícola fora mau; devido à falta de chuvas, e os agricultores, fora do distrito de Lourenço Marques, nada mais cultivavam do que cana-de-açúcar «para envenenar o preto». Número após número aquele jornal insiste no problema da crise, a alta do custo de vida, repetindo até à saciedade os temas da fome e da miséria que assaltavam o pequeno funcionalismo.

Foi pois neste ambiente de crise e de descontentamento generalizado que rebentou a greve dos ferroviários. Não é fácil reconstituí-la em deta-

lhe, porque a censura prévia se fez sentir de imediato, e a imprensa ficou impedida de a noticiar dia a dia.

Mais tarde *O Germinal*⁽²⁸⁾ diria que não se tratou de uma greve mas de «um cruzamento de braços», um simples protesto pacífico. Embora houvesse dentro das oficinas dos Caminhos de Ferro — acrescenta — operários que tinham participado em greves em Lisboa, e por isso conhecessem as táticas a utilizar, estas não foram seguidas. Nesta altura o jornal operário, depois de garantir que as sequências do movimento se ficaram a dever a uma ordem de serviço que determinava o não pagamento dos domingos aos operários do quadro permanente, admite que se quando uma primeira comissão de ferroviários que se foi apresentar ao Governo-Geral tivesse sido recebida e «aconselhada com carinho, ponderação e cuidado», tudo teria sido diferente.

Verdadeiramente, uma greve geral foi desencadeada às 0 horas de 31 de Maio. O pessoal das oficinas teria já paralisado, pois a nota oficiosa do Quartel General, datada daquele dia, diz que o pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro declarara a greve geral após o Governo ter concedido aos operários das oficinas, já em greve, o aumento salarial a compensar a redução resultante do não pagamento de salários aos domingos e mandando indicar que as restantes reclamações careciam de resolução do Governador-Geral. Teria sido, portanto, a falta de atendimento de uma parte das reivindicações que teria levado à greve. Uma portaria do encarregado do governo provincial, datada de 3 do mês seguinte, proclamava a cidade em estado de sítio. Alegando, nada mais nada menos, «encontrar-se em perigo a Pátria, a República e o Governo Português» e isto devido às «gravíssimas circunstâncias que estão ocorrendo nesta cidade e subúrbios (...) em resultado da agitação que se está dando entre as diversas classes sociais da indústria, comércio e operariado». A portaria prossegue num tom que, tomado à letra, nos levaria a crer estar-se perante um estado de insurreição geral: «Atendendo a que é necessário acudir de pronto com medidas radicais e urgentes ao estado de formal desagregação social dos elementos activos da vida urbana, a fim de não só meter na ordem os cidadãos desavindos da boa estrada cívica, mas de não deixar alastrar a toda a Província esta grave situação, onde parece andarem envolvidas influências estranhas, que bem podem tender pela desorganização a consequências

de maior vulto». As garantias constitucionais foram suspensas na área da cidade e subúrbios e o governo de Lourenço Marques foi entregue ao Comandante da Guarda Republicana. Um edital do comando militar proibia os agrupamentos nas ruas, mandava encerrar os estabelecimentos de diversão à meia-noite e estabelecia o recolher obrigatório das 00.30 às 04.00 horas. Por sua vez, outra portaria do encarregado do Governo determinava que ao pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro que não se apresentara ao serviço fossem suspensos todos os abonos pelos cofres públicos desde o dia 6, devendo ser oportunamente publicados os diplomas de exoneração⁽²⁹⁾. Tropas ocuparam todas as instalações ferroviárias⁽³⁰⁾.

As medidas adoptadas pelas autoridades foram, evidentemente, desproporcionadas. Mas dão-nos, por outro lado, indicações preciosas sobre a fragilidade do poder, assim como confirmam o clima generalizado de descontentamento gerado pela crise. A greve ferroviária era a expressão visível da revolta que atingia a generalidade do estrato social europeu. A greve teve o apoio expresso não só da imprensa e das associações de trabalhadores como também do Centro Republicano Couceiro da Costa e das Associações dos Lojistas e dos Proprietários⁽³¹⁾. O que, acontecendo em meio tão escasso e suspicaz como seria o da sociedade europeia local, deve ter desconcertado as autoridades.

A greve durou 23 dias, tendo terminado a 21 de Julho, após algumas concessões governamentais aos ferroviários⁽³²⁾. Embora o jornal operário tenha tecido loas à «solidariedade e fraternidade de ferroviários e outros trabalhadores», ao apoio do comércio, indústria e agricultura, à «soberba manifestação onde perdurou sempre a mais criteriosa ordem e respeito», a verdade é que a paralisação dos ferroviários viria a ter consequências danosas dentro e fora da classe. Manuel Alves Cardiga veio logo a seguir atacar publicamente os «traidores» que furaram a greve, «aqueles salteadores audazes prontos ao servilismo e à escravatura, a troco de 3 tostões para aguardente». E chega a insinuar ter havido «velhacos» e «tartufos» que se deixaram comprar «para atraiçoar uma causa»⁽³³⁾. O tipógrafo Pedro de Melo, um dos operários com ligações à maçonaria local e fazendo parte de uma das associações dominadas por esta, a Pró-Pátria, demitiu-se do jornal do mesmo nome, assim como de redactor de *O Germinal* e de toda a actividade militante, alegando o comportamento de consócios naquela

colectividade e a traição de trabalhadores. De facto, a 28 de Junho, já terminada a greve, foi esta debatida em reunião da Sociedade de Propaganda Colonial Pró-Pátria. Pelos vistos, nem todos acordaram na ideia de levar a associação a solidarizar-se com a greve. E a cisão interna obrigou a que a sociedade fosse entregue a uma comissão administrativa e à demissão de alguns membros «que não souberam ou não quiseram manter a solidariedade de bons associados». Mais curiosa é a deliberação de acabar com diversas praxes de carácter secreto⁽³⁴⁾. Querirá isto dizer que um sector dominante de associados terá pretendido subtrair a sociedade à influenciada maçonaria?⁽³⁵⁾.

Terminada a greve, a censura continuava a exercer-se e *O Germinal* de 26, apesar de ter renunciado a fazer o relato circunstanciado dos acontecimentos para não se sujeitar ao desperdício provocado pelo lápis azul, mesmo assim vem com linhas retiradas das colunas (o que, de resto, acontecia com a demais imprensa) e, no espaço das mesmas, a menção de «censurado». Limita-se, por isso, a publicar a moção saída da reunião dos ferroviários, realizada a 14, e a resposta à mesma do Governador-Geral, que era então o dr. Álvaro de Castro. O jornal considerou a resolução como «satisfatória» e devida em grande parte à intervenção dos presidentes da Direcção e da Assembleia-Geral do Centro Republicano Couceiro da Costa, respectivamente Júlio Victorino dos Santos e Paulino dos Santos Gil. O semanário, adoptando uma posição totalmente conciliatória, congratula-se com a solução obtida e, para o seu regozijo, argumenta não apenas com os prejuízos provocados pela greve, inclusive nas famílias envolvidas, mas também com a ameaça de medidas mais violentas que se admitia o Governo viesse a tomar. Vai mais longe, louva o Governador e satisfaz-se por tudo «estar na melhor ordem». A moção punha em relevo o bom entendimento com o Governador, afirmava nunca ter havido para com ele qualquer atitude de animosidade da parte dos ferroviários e não ser da responsabilidade destes a anormalidade criada à vida da cidade. Por sua vez, a resposta do Governador-Geral, transmitida à Assembleia, era a de que se limitava a aceitar a declaração de que os ferroviários retomariam o trabalho no dia seguinte, mas limitação sofismada com o acrescento de que a mesma aceitação era feita depois do governo lhes ter concedido: pagamento integral dos salários e vencimentos referentes aos dias de

greve; 3 dias por doença; serem abrangidos pela medida geral em estudo no governo para atender à situação dos pequenos funcionários⁽³⁶⁾. Aparentemente, a solução do conflito representava uma vitória para os grevistas, obtida embora à custa de uma subalternidade a roçar pela bajulação para com o Governador. Mas as coisas não ficaram por aí.

Quando a greve foi desencadeada, o Dr. Álvaro de Castro estava para o Norte e as medidas tomadas foram da iniciativa do encarregado do governo, Bellegard da Silva. O governador regressou à capital no decorrer da greve, e os activistas esperavam dele a normalização da situação⁽³⁷⁾. Tinha havido violências contra a população e, em carta aberta, Sousa Amorim dizia-lhe que no tempo da monarquia nunca os republicanos haviam sido tratados como agora. Uma vez em Lourenço Marques, o Governador-Geral reuniu com os presidentes das colectividades, deu instruções no sentido de ser permitido o funcionamento das associações e de «serem restituídos ao convívio dos seus camaradas todos os operários». De facto, foram libertados 22 trabalhadores que «sem terem cometido o mais insignificante desacato ou desrespeito às autoridades» tinham sido mandados para a ilha Xefina⁽³⁸⁾.

As coisas ficaram sanadas para aquele momento, mas remanescia o problema dos reajustamentos salariais. Em Agosto, os ferroviários verificavam que nem o orçamento para 1917-1918 nem as propostas da Direcção dos Caminhos de Ferro contemplavam as suas reivindicações, que eram as de equidade nos aumentos salariais e o estabelecimento das 8 horas de trabalho⁽³⁹⁾. De novo a indisposição se alargou a várias camadas da população, nomeadamente os funcionários do comércio não contemplados, enquanto os funcionários públicos com vencimentos até 150\$00 tinham beneficiado de um acréscimo de 15\$00; os funcionários municipais foram aumentados de 12\$00; o operariado também beneficiara de correcções salariais. No rasto da greve, e com a perduração da crise, o clima de instabilidade manteve-se durante todo aquele ano de 1917.

Pretextada pela guerra em curso, foi tomada a decisão de criar a Brigada Militar dos Caminhos de Ferro, constituída por todo o pessoal do Porto e Caminhos de Ferro que estivesse adstrito ao serviço militar de qualquer dos três ramos do exército metropolitano. Todo o pessoal dos

mesmos serviços poderia ser mobilizado pelo Governador-Geral, que comandaria a brigada⁽⁴⁰⁾. É dificilmente crível que a ideia da brigada não tivesse sido inspirada pela greve. E é facto que a mesma viria a ser utilizada pelas autoridades em greves futuras, como veremos.

A verdade é que o aparente bom entendimento entre ferroviários e governo desapareceu. Os simples rumores de uma nova greve a desencadear levaram à prisão e deportação para Mocímboa da Praia dos seguintes militantes: Nuno Pedro, Manuel Joaquim da Silva, Manuel Alves Cardiga, José da Conceição Teixeira, Francisco Maria Ferreira, Aires dos Santos, Francisco Maria Freire, Lourenço Monteiro e Franco Martins. A deportação ocorreu antes de Dezembro, pois a 11 deste mês já estavam para o exílio e *O Germinal* solicitava ao Governador que fossem mandados regressar porque se aproximava o Natal. Pela mesma altura, uma exposição assinada pelos ferroviários e pela maioria dos comerciantes da praça pedia o mesmo. A 9 de Janeiro, estavam todos de regresso a Lourenço Marques, excepto Franco Martins que só teve transporte em Março⁽⁴¹⁾.

Tudo indica que esta medida de força do governo cortou cerce a hipótese de nova greve. E, também aqui, a República não encontrou outra solução para se haver com as reivindicações laborais que não fosse a repressão policial. Aliás, o Governador-Geral, neste caso, encontrou apoio pelo menos numa parte da pequena burguesia local. A Associação dos Ferroviários, em assembleia-geral, aprovava uma moção de resposta a artigos de *O Africano* em que este periódico defendia as atitudes de Álvaro de Castro contra os trabalhadores dos caminhos-de-ferro. Nessa moção, os ferroviários, ironicamente, inventariavam o que deviam ao Dr. Álvaro de Castro: deportação de camaradas; o golpe nos quadros cortando o acesso por redução de categorias; o aumento de vencimentos considerado de humilhante pois se situava entre os 2\$50 e 15\$00, enquanto que para o restante funcionalismo ia de 15\$00 a 40\$00, etc.⁽⁴²⁾. Aliás, não tinha havido soluções para a crise e ninguém estava satisfeito. *O Incondicional*⁽⁴³⁾ continuava a ser porta-voz do descontentamento geral. Em Novembro, ainda de 1917, dizia ele que, 4 anos antes, 90\$00 ou 80\$00 seria um vencimento razoável mas, então, tudo estava pelo triplo. Antes, 80\$00 correspondiam a 16 libras. Agora, não valiam mais do que 9 libras. Enquanto o comércio prosperava, os seus trabalhadores faziam horários de 11

e 12 horas diárias, domingos e feriados incluídos. Por sua vez, os géneros de primeira necessidade escasseavam e atingiam custos incontroláveis, exceptuando a carne, cujo preço era controlado por um talho aberto pela Câmara Municipal⁽⁴⁴⁾. A restante imprensa, nomeadamente *O Africano*, afinava pelo mesmo diapasão.

5.18. GREVE DE 1920

A crise prevaleceu e, com ela, as razões de fundo que haviam provocado a greve de 1917. Por isso mesmo haveriam os ferroviários de regressar à greve, em 1920, e de novo sujeitar a cidade ao estado de sítio. Agitação que foi precedida por um surto de paralisações laborais já descrito e sem precedentes. O clima adensou-se e, em Dezembro de 1919, os trabalhadores portugueses da Delagoa Bay Engineering Works, em greve de protesto contra a alta do custo de vida, manifestaram-se contra o Governo-Geral e já ameaçaram com a greve dos ferroviários e dos trabalhadores do porto caso não fossem tomadas medidas dentro de uma semana. O cônsul americano entendia que a greve fora organizada por «agitadores bolcheviques» e que a situação era crítica⁽⁴⁵⁾.

A greve ferroviária rematou esse período de crise. *O Emancipador* viria muito mais tarde⁽⁴⁶⁾ dizer que nada tivera com a greve ferroviária de 1920, mas a verdade é que o número único de *O Emancipador dos Trabalhadores*, de 6 de Setembro desse ano, partindo da carestia de vida, pergunta ao «proletariado consciente»: «Por que esperamos?». Nada havendo a esperar dos capitalistas — alega — entende que os conscientes devem mobilizar os inconscientes e, assim, «activar quanto antes os preparativos para a ofensiva». Não se podia ser mais claro. Directamente envolvido ou não, o que é verdade é que o mesmo jornal, a 30 de Agosto, anunciava o começo da greve para as 24 horas do dia 3 do mês seguinte. A razão imediata invocada era a de o Conselho do Porto e dos C.F.L.M., «um Estado dentro do Estado», ter arbitrado aos funcionários mais categorizados aumentos classificados de «lauto bodo». Além disso, tinha aumentado as tarifas, incluindo as que incidiam sobre os géneros de primeira necessidade, enquanto aos trabalhadores, que reclamavam aumentos gerais de 15 libras, lhes mantinha

as suas «magras» 13 a 15 libras mensais. Contactado o Governador-Geral interino, Dr. Manuel Moreira da Fonseca, a sua resposta foi considerada pelos ferroviários como irónica, desdenhosa e de desprezo, tendo-lhes dito inclusive que fossem para a greve, confiado, entre outras coisas, na baixa moral da classe. O governador devia saber que militantes notórios, incluídos os de *O Emancipador*, não estavam de acordo com o exagero da reivindicação que na maioria dos casos representava 60 a 80% de aumentos salariais. Esta foi a interpretação do jornal, em 1937. Mas, logo após a greve, em 1920, classificava, relativamente a esta, de «dúbia, senão contraditória», a atitude da maioria dos dirigentes da greve de 1917.

Foi em todo este contexto que, em reunião magna de 27 de Agosto, os ferroviários marcaram a greve para o dia 3 de Setembro. Uma vez nas oficinas e quando os trabalhadores se preparavam para de novo aí discutirem a oportunidade da greve, na manhã de 3, depois de já a terem adiado para a tarde de 4, verificaram-se prisões «a esmo», o que precipitou os acontecimentos⁽⁴⁷⁾. De imediato, e espontaneamente, o pessoal da tracção e do porto entrou em greve, então para reclamar a liberdade para os camaradas detidos. Além de ferroviários foram presos Fortunato do Rego, proposto deputado pelo Centro Socialista e Alves Cardiga, antigo ferroviário, que se declarou ao lado dos seus antigos companheiros de trabalho. Havia quem atribuisse as prisões a um manifesto «realmente pouco feliz» do comité da greve, dias antes, prevenindo o público de que não viajasse em comboios durante a paralisação, deixando prever a existência de uma extensa rede de sabotagem. Estavam presos 16 ferroviários de quem se dizia viriam a ser deportados para Luanda. As associações de classe da Construção Civil, do Pessoal dos Eléctricos, das Artes Gráficas, dos Metalúrgicos e o Centro Socialista Revolucionário proclamaram a greve geral e reclamaram a libertação dos presos.

Os corpos gerentes da Associação do Pessoal do Porto e dos C.F.L.M. que, até às prisões, se tinham mantido alheios ao movimento, lançavam um manifesto protestando contra as violências da autoridade. *O Emancipador* de 13 de Setembro titulava a toda a largura da primeira página: «Violências sobre violências» e denunciava já a deportação de vinte e sete trabalhadores, «mau grado as palavras de paz do Governador-Geral». De facto, tinham sido «transferidos em comissão», para os calabouços da Ilha

de Moçambique, 25 homens. E oito dias depois, mais seis para Quelimane e dali para o interior. A princípio, nem sabiam quem. Segundo o manifesto da Associação, o governo estava disposto a entrar em negociações depois que fosse retomado o trabalho, mas manteria os presos. Os ferroviários não aceitaram tal proposta.

A greve geral era um facto tanto mais notório quanto é certo que os eléctricos deixaram de circular. A Imprensa Nacional paralisou um dia e protestou contra as prisões⁽⁴⁸⁾. Das tipografias particulares só entrou em greve a secção portuguesa da Casa Bayly, tendo-se negado a fazê-lo a secção inglesa que recusou agir sem ordem da South African Typographical Union. Da restante indústria, só a metalurgia (a única indústria local de alguma importância) se manifestou ostensivamente. As oficinas do pântano foram encerradas pelo governo. A vida na cidade mantinha o aspecto normal. Os trabalhadores dos C.T.T. e a Associação dos Funcionários do Comércio e Indústria solidarizaram-se com o governo. Entretanto, o Governador-Geral interino publicava uma portaria, de novo a declarar o estado de sítio na cidade e subúrbios e a entregar o governo de Lourenço Marques ao coronel chefe do Estado Maior. A mesma portaria também declarava em vigor uma outra de 22 de Setembro de 1917 que constituía a Brigada Militar dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. O que equivalia à requisição militar dos trabalhadores ferroviários e portuários abrangidos. Outro suplemento ao jornal oficial saía com uma proclamação redigida em prosa possidónia, invocando o patriotismo e em que se afirmava, redondo, que «não trabalhar, quando a Pátria se vê a braços com enormes dificuldades de dinheiro e de produtos, é neste momento um crime indesculpável».

Como o governo tivesse supostamente desistido de deportar os trabalhadores, o comité executivo da greve chegou a aprontar uma proclamação que a suspendia. Na noite de 7 foi sustada a proclamação, por ter constado que os presos seguiam para Moçambique no barco «Quelimane». Alguns exemplares da proclamação ainda circularam na manhã de 8 mas não foi acatada a ordem de suspensão da greve uma vez que se sabia que o «Quelimane» saía à meia-noite e se suspeitava que os presos seguiriam nele. Na manhã de 9 a polícia recebeu ordens para prender vários ferroviários que não se haviam apresentado à brigada militar conforme convocação

por edital, o que provocou a apresentação voluntária à prisão de uns 300 ferroviários, logo detidos e levados para a Carreira de Tiro. Os barcos onde deveriam ser transportados os presos partiram, finalmente, sem eles. Os ânimos acalmaram e os corpos gerentes da Associação do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro proclamaram a suspensão da greve que se saldou em derrota total porque, afinal de contas, nem sequer os presos tinham ficado em Lourenço Marques. A suspensão verificou-se no sábado à tarde e só mais tarde se veio a saber que tinham sido deportados para o Niassa, a bordo de outro barco, no mesmo dia de manhã, os ferroviários detidos no comissariado de polícia⁽⁴⁹⁾. Além de derrotados, os ferroviários e o operariado em geral ficaram divididos. Enquanto aqueles acusavam as associações de terem provocado a suspensão da greve, estas acusavam os grevistas de se terem deixado dominar pelo cansaço e de não disporem de outro recurso senão o da retirada em boa ordem. Os grevistas eram acusados, sobretudo, de se terem rendido exactamente no dia em que foram deportados os seus camaradas.

A repercussão da greve chegou a Portugal. O Conselho Jurídico da Confederação Geral do Trabalho, onde a Associação de Classe do Pessoal do Porto e dos C.F.L.M. estava filiada, instaurou um processo de responsabilidade sobre os actos governamentais no decorrer da greve. Foi igualmente elaborado um protesto destinado a obter a anulação das últimas eleições (em que era candidato um dos deportados, Fortunato do Rego), protesto dirigido ao Conselho Central do Partido Socialista Português e à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Entretanto, a 16 de Outubro, eram publicadas portarias louvando todos os oficiais e praças das forças de terra e mar, pelos serviços prestados na manutenção da ordem pública durante a greve. A oitava companhia indígena de infantaria, de Inhambane, estivera a ocupar a estação dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques de 3 a 26 de Setembro⁽⁵⁰⁾. Outra portaria, publicada no mesmo dia, determinava a cessação do estado de sítio. Mas mantinha-se a mobilização militar dos ferroviários.

Constata-se, de novo, uma desproporção flagrante entre as atitudes das autoridades e a envergadura da greve e, sobretudo, a capacidade de luta dos trabalhadores, cuja fragilidade de organização ficou patente. Não obstante, as medidas tomadas para com os detidos assumiram aspectos de

violência e de gravame moral que nada justificava. Apesar de as primeiras deportações terem sido feitas a 11 de Setembro, só em meados de Outubro se tornaram do conhecimento público os nomes das vítimas e seus destinos. Na madrugada desse mesmo dia 11, foram embarcados no vapor «Sado» os seguintes trabalhadores: António Fortunato do Rego, antigo ferroviário; Manuel Alves Cardiga, empregado comercial; Aires dos Santos, telegrafista acústico; João Maria Borges, pintor; Hilário Rodrigues Coelho, carpinteiro de moldes; Amândio Sobral, maquinista; Carlos Antunes, factor; Regueira de Carvalho, ferreiro; Alfredo José da Cruz, caldeireiro; Joaquim Lemos Bragança, guarda-fios; Joaquim de Campos, caldeireiro; Alfredo Lopes Cristino, condutor de trens; Francisco Praça Magalhães, electricista; António Carvalho Souto, pedreiro; Miguel Januário de Lima, capataz de via; Lourenço Monteiro, faroleiro; José Rodrigues Loureiro, maquinista; José de Abreu, condutor; António Augusto Teixeira, maquinista; João Faustino Ribeiro, maquinista; António Ferreiro Mouco, condutor de trens; Álvaro Abrantes Pereira, maquinista; Vicente da Costa, caldeireiro; António Fernandes, factor telegrafista; Manuel Brás Teixeira, guarda.

Oito dias depois, a bordo do «Luabo», foi embarcada nova leva de 7 deportados. Os presos foram guardados por uma força da Guarda Republicana até ao embarque e meia hora antes de o vapor largar foram metidos nos camarotes e fechados por fora. Desembarcados no Lumbo, uma vez que iam com destino aos caminhos-de-ferro, foram formados processos de deserção a 23 que pertenciam à brigada ferroviária. A distribuição dos 25 desterrados foi a seguinte: 10 ao serviço nos caminhos-de-ferro do Lumbo; 6 na fortaleza da Ilha, sob prisão; 7 na fortaleza, com licença de sair; Fortunato do Rego ficou empregado no Mossuril e, para a Beira, foi Alves Cardiga. Para além de pena tão gravosa, aplicada sem qualquer culpa formada, pendia sobre os desterrados o labéu de agitadores, assim tornados públicos e notórios. Na Beira, Alves Cardiga tinha dificuldade em conseguir emprego, por essa razão vendo-se obrigado a recorrer ao serviço a dias, na estiva.

Tudo indica que o governo bem precisava de se precaver com eliminação dos activistas mais em evidência, pois iria tomar medidas que acabariam por exaltar os ânimos, como veio a acontecer. Livre deles, o governo procedeu aos aumentos dos funcionários superiores. De novo veio à baila

a situação dos pequenos funcionários com vencimentos entre 14 e 16 libras e *O Emancipador* torna-se o porta-voz do descontentamento da população, atacando, número atrás de número, «o problema das subsistências». Os géneros de primeira necessidade, açambarcados, não apareciam no mercado. E os preços ao consumidor subiam em flecha: o leite de 240 para 400 réis; o carvão 20 réis em quilo; as batatas, que haviam desaparecido, estavam a 240 réis e anunciavam-se para 500 réis, etc.

A 25 de Outubro *O Emancipador* lançava um apelo aos trabalhadores no sentido de desenvolverem esforços para subtrair às «garras dos governantes» os 32 camaradas deportados. Apesar de as Associações de Classe terem saído da greve desmanteladas, não se tendo ainda reunido, na mesma edição *O Emancipador* apelava para a sua revitalização, para a criação de uma «Comissão Pró-Presos por Questões Sociais» e para a elaboração de um documento a apresentar ao novo Alto Comissário⁽⁵¹⁾, «como mensagem autêntica do operariado da colónia». Acabou por ser o Centro Socialista Revolucionário que nos primeiros dias de Novembro apareceu a convocar, para 10, uma sessão magna do povo de Lourenço Marques para tratar da situação dos deportados. Foram distribuídos manifestos à população e na reunião foi deliberado, por maioria, não tratar com o governador-geral interino e mandar telegramas ao novo Alto Comissário, ao Ministro das Colónias, à agência Havas e à Confederação Geral do Trabalho. O governo não pactuava, impediu que os telegramas seguissem e três ferroviários que distribuíram manifestos foram mandados para 15 dias de prisão disciplinar, pena aplicada pelo comandante da brigada militar. Os três foram denunciados por um delator que *O Emancipador* classificou de «repelente miserável e asqueroso patife». Por isto mesmo, o editor do jornal foi condenado, por delito de imprensa, a 20 dias de prisão correcional, agravada com pagamento de custas e selos. O jornal apela de novo para Brito Camacho. Por sua vez, os presentes à reunião magna que discordaram de que não se tratasse com o governo, marcavam outra reunião para 25 de Novembro, distribuindo um manifesto do qual *O Emancipador* dizia que «pretendendo-se, com a reunião projectada, deitar água na fervura, era calmo, suave e moderadíssimo». Mas nem assim. Os distribuidores das convocatórias para esta reunião, também três ferroviários foram presos e só 15 dias depois viram a liberdade.

Entretanto, a situação dos deportados tomava aspectos catastróficos, vindo a saldar-se em mortes. Os que estavam na Ilha de Moçambique, em regime de liberdade condicionada, foram postos sob prisão na fortaleza por se recusarem a assinar um comunicado considerado de «indigno». A alimentação e as condições sanitárias eram descritas como as piores. Os de Quelimane, isolados, fora da cidade, sem dinheiro nem alimentação, sofriam de penúria extrema.

Finalmente, a 12 de Novembro, tomava posse a Comissão Pró-Presos por Questões Sociais que iniciava os trabalhos, resolvida a decliná-los posteriormente em entidade mais competente a designar pelo Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras. Surgiram subscrições e, em Dezembro, a Comissão informava estar a socorrer cinco famílias de deportados com a quantia de 480\$00 e 1 libra papel. Em Abril do ano seguinte, a Comissão encerrava as suas actividades com o regresso dos deportados.

As associações sindicais, por sua vez, acordavam da letargia em que as deixara a derrota da greve e, a 9 de Dezembro, estavam a representar junto do governo pedindo a liberação dos desterrados, havidos como mentores do movimento. Para tanto deviam contribuir as notícias que iam chegando a Lourenço Marques, sobre a sua situação nos locais de exílio. Um ferroviário estava hospitalizado em estado grave, outros dois igualmente doentes e os restantes ameaçados pela fome, em locais onde não se encontravam alimentos nem habitação mais do que palhotas sem portas nem janelas. Em Moçambique, cinco ferroviários e Fortunato do Rego estavam hospitalizados. Um deles faleceu e os restantes eram dados como em perigo de vida. Fortunato do Rego conseguira trabalho para cinco dos internados na fortaleza, mas o Governo-Geral indeferiu a pretensão de se empregarem.

Passado um mês sobre a entrega, a representação não obtivera resposta. As associações dispuseram-se a aguardar, resignadamente, a chegada do Alto Comissário. Na edição de 21 de Janeiro de 1921 *O Emancipador* esclarece que se tem absterido de tratar a questão dos deportados por ser atribuída à campanha por ele desenvolvida o impedimento do seu regresso. Mas não deixa de indignar-se contra a morte, em Moçambique, do ferroviário electricista Praça de Magalhães, um dos presos na fortaleza. Em Fevereiro

era vítima de desastre mortal, quando no meio de temporal se dirigia da ilha para o continente fronteiro, outro ferroviário, Aires dos Santos.

A 14 de Fevereiro tinham regressado de Moçambique a Lourenço Marques os ferroviários Brás Teixeira e Alfredo Lopes Cristino, que se tinham demitido. A 5 de Fevereiro o Boletim Oficial legalizava a situação de 16 ferroviários, colocando-os nos Caminhos de Ferro de Moçambique, Quelimane e Inhambane. Para além dos que tinham de início sido mandados para Quelimane, restavam quatro na situação de princípio. A 3 de Março regressava Alves Cardiga. Tinham-se passado exactamente seis meses sobre a sua prisão. Finalmente, ainda no decurso do mesmo mês, o governo autorizava o regresso de todos os restantes.

Se esta greve se saldou num fracasso total e nem sequer pôde calçar as esporas de uma acção com princípio, meio e fim, não deixa por isso mesmo de espantar a reacção que provocou e as repercussões que veio a ter. Da parte do governo, vimos a violência despropositada de que usou e abusou. Da parte dos trabalhadores, os efeitos deletérios que se abateram sobre a sua organização e que nela deixaram marcas profundas, a menor das quais não foi, certamente, a da suspeição entre dirigentes. Quando, tão tarde como em 1924, se tratava de recompor a direcção da secção ferroviária no Sindicato Geral, o indigitado dirigente e antigo militante Manuel Joaquim da Silva sentiu-se na obrigação de vir a público defender-se das acusações que lhe eram dirigidas a propósito de factos relacionados com a greve de 1920. A classe mantinha-se dividida desde então e *O Emancipador* apelava para a sua reorganização porque, exceptuando a construção civil, todas as outras classes eram «raquíticas» e sem a dos ferroviários nada do muito que havia a fazer se conseguiria.

Para além do apoio do operariado da África do Sul, *A Batalha*, em Portugal, não só noticiou a greve como apostrofou o governador Moreira da Fonseca por este ter utilizado os meios que utilizou na repressão e por ter cancelado os despachos dos telegramas que, de Lourenço Marques, deviam ter sido expedidos para a Confederação Geral do Trabalho, em Lisboa, solicitando a sua intervenção junto do ministro das Colónias a favor dos deportados⁽⁵²⁾.

5.19. GREVES DE 1925 E 1926

A crise manteve-se e veio a agravar-se estrondosamente, de tal maneira que em 1925 e 1926 explodiu em manifestações de trabalhadores, funcionários públicos, comerciantes e industriais. Era a generalidade dos colonos em oposição aberta à administração colonial, em Lourenço Marques, e à Companhia de Moçambique, na Beira. A determinada altura, tanto na capital da Colónia como na capital dos territórios sob a administração da Companhia de Moçambique, trabalhadores, pequena e grande burguesia local, todos à uma, paralisaram as actividades produtivas e de serviços, em acções que, algumas vezes concertadas entre si, convergiam na contestação violenta à política governamental, acusada de fatora da crise que a todos afectava. O móbil invocado era o da política monetária. Por detrás dela estava, porém, a grave situação económica devida ainda certamente às sequelas do conflito europeu mas à evidência fundamentalmente provocada pela debilidade de um sistema produtivo incipiente, parasitário e eminentemente especulativo. Momentos houve em que os trabalhadores se dispuseram a paralisar em apoio ao comércio, desde que este, como ameaçava fazer, fechasse as portas; e em que o comércio apoiou decididamente grevistas, com proclamações e créditos para aquisição de bens de consumo. Não falando no caso peculiar da Beira, onde a unanimidade de todos os colonos na antipatia e hostilidade para com a companhia majestática era evidente, mas onde não havia qualquer actividade sindicalista com alguma agressividade, é espantoso como, em Lourenço Marques, se chegou ao ponto de os trabalhadores e a pequena burguesia se terem entrincheirado na mesma barricada contra o governo, quando é certo que o movimento operário, ao longo de mais de uma década, sempre apostrofara esse aliado de ocasião.

A verdade é que a crise era avassaladora e não poupava ninguém. Como a sua expressão mais visível se traduzia na questão montaria, o inimigo comum não podia ser outro senão o autor das medidas que implicavam directamente com o poder de compra do trabalhador e com as margens de lucro do comerciante e do industrial. Foi assim que, em Agosto e Setembro de 1925, duas greves na Beira e uma em Lourenço Marques foram provocadas, imediatamente, por questões monetárias e financeiras.

ras. Os grevistas da Delagoa Bay Corporation, nas suas reivindicações, enfatizavam os efeitos da depreciação da moeda na alta do custo de vida. E os funcionários da Companhia de Moçambique, quando em Setembro entraram em greve, puseram a questão monetária no mesmo pé em que a punham os trabalhadores de Lourenço Marques. Quando os comerciantes da Beira, no mês anterior, fecharam as portas, fizeram-no em protesto contra a obrigatoriedade do depósito prévio sobre as exportações em condições de câmbio que lhes eram altamente desfavoráveis. Quando os de Lourenço Marques ameaçaram fazer o mesmo, no caso de aumento anunciado do depósito em vigor, tal como os parceiros da Beira que se viram apoiados pelos funcionários da Companhia de Moçambique, foram de imediato secundados pelos ferroviários que se prontificaram a convocar uma greve se eles, comerciantes, levassem por diante a ameaça⁽⁵³⁾.

Que a crise atingia e preocupava todas as classes é um facto evidenciado, não apenas pela agitação propriamente dita mas também pela imprensa de todos os matizes pois que, desde o jornal dos trabalhadores até ao semanário claramente reaccionário como era o *Correio de Lourenço Marques*, do dr. Eduardo de Almeida Saldanha, ninguém deixava de atacar o problema da «carestia de vida», da «crise das subsistências», das «cambiais». Apoiando embora o governo em todas as circunstâncias, este advogado, proprietário, agricultor e comerciante não deixa de reconhecer que, de facto, houve um aumento desproporcionado do custo de vida e, mais, que havia casos de fome. Admitindo haver funcionários do Estado a perceber um vencimento real que seria metade do de 1914, no entanto considerava que os operários, esses, estavam altamente beneficiados relativamente aos salários daquela data. O governo não se deveria deixar iludir pelos primeiros gritos de fome, até porque o operariado, ganhando bem, malbarataria o dinheiro!⁽⁵⁴⁾ Já não era sem razão certamente, que, falando das cambiais, defendia o privilegiamento da agricultura e da indústria sobre a importação de bens de consumo e denunciava a desproporção do número de comerciantes relativamente ao dos produtores⁽⁵⁵⁾. Isto escrevia em Fevereiro. Seis meses mais tarde, reconhecia ser preocupação generalizada de toda a gente os câmbios e a carestia de vida, assim como o clima geral de desassossego. Para não atihar tal clima manteve o silêncio numa edição mas, na seguinte, já não pôde furtar-se a confessar que

«continuava a atmosfera cheia de electricidade, ameaçando borrasca a cada momento.⁽⁵⁶⁾»

Desta vez, a acção provocada pela crise extravasou dos estratos europeus o suficiente para movimentar, tenuemente embora, camadas africanas. *O Brado Africano* que, reflectindo porventura o divórcio social entre europeus e africanos, pouco interesse manifesta pelas movimentações dos trabalhadores portugueses, toma posição relativamente aos moçambicanos, denunciando o facto de nem os Caminhos de Ferro nem as repartições do Estado estarem a cumprir o disposto numa portaria de Agosto de 1924 que mandava pagar-lhes subvenções. Por tal facto, reuniram-se na Casa dos Trabalhadores em 5 de Junho de 1925 trezentos serviçais a reclamar o que lhes era devido⁽⁵⁷⁾. Deve ter sido todo esse ambiente que levou E. D. (Estácio Dias) a abrir a edição do mesmo jornal, de 14 de Março, com o significativo título de «Africanos Despertai!». O próprio governo se viu obrigado a agir dentro de um estreito campo de manobra.

Seria do maior interesse ver até que ponto uma tão prolongada situação de crise tinha a ver com a estrutura mais do que com a conjuntura, os termos em que se desenvolveu e os índices que a podem tipificar. Trabalho de tomo que ultrapassa o escopo modesto desta descrição do movimento operário. Mas que, com toda a probabilidade, evidenciaria a incapacidade da administração colonial local, dependente de Lisboa e da fragilidade das incipientes formações económicas capitalistas moçambicanas, para intervir eficazmente. Por isso recorre à panaceia, habitual em tais circunstâncias, da comissão para estudar e propor ao Governador-Geral providências urgentes, destinadas a diminuir o custo de vida em Lourenço Marques, o que fez através da portaria provincial n.º 13 de Janeiro do mesmo ano⁽⁵⁸⁾. A portaria, também ela, reconhecia ser a carestia de vida um dos males maiores a afligir a vida da cidade, afectando particularmente as classes menos abastadas. Entendia que o aumento de vencimentos do funcionalismo nada resolveria sem a contrapartida de medidas que impedissem a inflação dos preços ao consumidor nos géneros de primeira necessidade e que estes não deveriam ser afectados por mais do que uma justa remuneração ao capital.

Entretanto, em que consistia o problema monetário e cambial?

A prosperidade económica resultante da guerra foi, justamente, até 1926. Seguiu-se-lhe uma baixa nos preços dos produtos coloniais e a de-

gradação nos termos de troca⁽⁵⁹⁾. Isto no que respeita à economia mundial. Relativamente a Moçambique, dificilmente se pode admitir partilha nessa prosperidade, quando é certo que a colónia não dispunha de qualquer produto exportável com peso específico no mercado mundial, quando o que exportava se devia a companhias de capitais não portugueses, e o que tinha de mais consistente eram os portos e caminhos-de-ferro de Lourenço Marques e da Beira. Sobre este pano de fundo acrescia o especial regime monetário vigente em Moçambique⁽⁶⁰⁾.

Nos fins do século passado, tinham curso legal ou eram comumente aceites em Moçambique as mais diferentes moedas. A reforma de 1897, primeira tentativa para regularizar a situação, decretou como moedas com curso legal a prata portuguesa e as notas do Banco Nacional Ultramarino. Eram igualmente permitidos os soberanos e meios soberanos britânicos. A breve trecho, porém, a determinação deixou de ser cumprida e reentraram em circulação notas e moedas britânicas emitidas pelos bancos sul-africanos que operavam em Lourenço Marques. O governo aquiescia com esta prática, pois que a comunidade e os interesses ingleses tinham uma importância decisiva em Lourenço Marques, como reflexo da transformação operada no Transval, com a descoberta do ouro e a corrida que provocou de capitais ingleses para a África do Sul. Para a prevalência da moeda inglesa foram igualmente determinantes os fluxos de trabalhadores moçambicanos para o Rand. O padrão para a fixação de preços passou a ser, muito naturalmente, a libra esterlina inglesa. Como se tornou impossível impedir a circulação das notas estrangeiras, a solução encontrada foi a de autorizar o Banco Nacional Ultramarino a emitir papel designado de «libra esterlina» em paridade de valor com a libra inglesa e convertível em ouro. Assim, o B.N.U. foi autorizado em 1909 a emitir «libras esterlinas» até ao montante de cinquenta mil. Estas libras, dada a sua convertibilidade em ouro, tinham a mesma aceitação que as notas dos bancos da África do Sul que permaneciam em circulação. Mas o B.N.U., por outro lado, continuava a emitir notas de escudo com valor diferente do escudo português. Para além destas moedas circulavam soberanos/ouro, papel da África do Sul, da Rodésia e da Inglaterra. A população antiga continuava a designar os escudos por réis, que fora a unidade monetária até à República. Reinava a maior confusão monetária, tanto mais que o escudo tinha a divisão

decimal e a libra seguia o sistema inglês de equivaler um xelim a 1/20 da libra. A cotação da libra andava por 100\$00 oscilando até 80\$00. No entanto, o xelim era sempre cotado a 1/20, em escudos, qualquer que fosse o câmbio da libra.

Os bancos sul-africanos não retinham as notas de libra do B.N.U., devolvendo-as, como se de cheques se tratasse, todas as manhãs (mais tarde no fim do mês) ao banco emissor. Estando a emissão pelo B.N.U., como dissemos, legalmente limitada a cinquenta mil libras, em 31 de Dezembro de 1914, era de 11 302 libras e de 1 678 234\$00 o que, ao câmbio do dia, subia a cerca de 336 000 libras. As libras e os escudos eram na altura convertíveis, respectivamente, em ouro e em prata. Acontecera que o banco, sob os efeitos da guerra, aumentara a circulação sem autorização e sem referência às suas reservas de ouro. O valor da moeda em circulação, em fins de 1919, era de 600 000 libras. Em Dezembro de 1921, subia a 950 000 libras. A circulação de papel moeda aumentou de 415 000 libras inglesas entre 31 de Dezembro de 1921 e 31 de Outubro de 1925. A circulação fiduciária, não autorizada, do B.N.U., era apontada como tendo sido de (média)⁽⁶¹⁾:

Anos	Libras
1913	7 900
1914	9 825
1915	11 354
1916	13 834
1917	23 460
1918	44 597
1919	71 121
1920	267 345
1921	377 060
1922	542 196
1923	792 414
1924	901 411
1925	944 150

Um tal aumento da circulação fiduciária provocou uma depreciação da moeda que, em paridade com o ouro, atingiu os 85%.

O que é que levou o banco emissor a este aumento desproporcionado e a descoberto? Tal não pode ser atribuído ao financiamento do *import-export* pois que, por exemplo, em 1924, se importou em valor menos 500 000 libras do que em 1921 e o mesmo aconteceu com a exportação que foi igualmente menor em idêntico valor. Em primeiro lugar, o governo era responsável por empréstimos contraídos no exterior com taxas de juro elevadas. Terá sido por isso que em Janeiro de 1926 Lisboa acudiu à caótica situação da colónia com um financiamento até 100 000 000\$00. Além disso o B.N.U. viu-se obrigado, pela expansão do pós-guerra, a comprar a moeda estrangeira disponível com a sua moeda depreciada e tinha financiamentos, a longo prazo, na agricultura e na indústria, que subiam a 400 000 libras inglesas.

No contrato do governo com o banco, de 1919, figurava uma cláusula, a 13.^a, segundo a qual, no caso de ser proibida a exportação de ouro de Portugal, o banco poderia declarar inconvertível a sua libra. O banco continuou com as emissões ao mesmo tempo que, expandindo as suas actividades, nomeadamente para o Brasil, via diminuídas as reservas de ouro. Os bancos sul-africanos, conhecedores da situação, acumulavam libras. Nos princípios de 1920 o governo central proibiu a exportação de ouro de Portugal e de Moçambique e o B.N.U. suspendeu a convertibilidade da libra. Nos primeiros meses que se seguiram ainda o comércio conseguiu disponibilidades sobre o exterior para satisfação de compromissos assumidos. Mas as disponibilidades rapidamente se extinguíram e entrou-se num acelerado processo de desvalorização da moeda local. Durante o mesmo ano, o prémio da libra inglesa (moedas de ouro ou notas emitidas pelos bancos sul-africanos) atingiu os cinco por cento. Depois, foi a subida em espiral. Assim:

Ano	Percentagem do prémio da libra inglesa sobre a nota do B.N. U.
1919	0
1920	4,1/2
1921	6,1/2

1922	15
1923	17
1924	27
1925	44
1926	77 (primeiros quatro meses)

A situação tornou-se caótica e o descontentamento era generalizado⁽⁶²⁾. Sob a pressão da opinião e dos bancos estrangeiros, o B.N.U. voltou a admitir a convertibilidade a partir de 3 de Janeiro de 1921. O que por sua vez provocou uma corrida ao banco: ao fim dos três primeiros dias tinha trocado 150 000 libras e teve que, de novo, suspender a conversão. Invocou a cláusula 13.^a do contrato mas os bancos sul-africanos alegaram que o único ouro para exportação seria o necessário para a cobertura de saques sobre Londres, na quase totalidade em pagamento de importações. Para o que sempre houvera em Lourenço Marques ouro suficiente. E mais. Se não havia ouro bastante para cobertura, na percentagem devida, das notas ditas libras esterlinas, isso se devia ao facto de o B.N.U. utilizar todo o metal que podia obter para cobrir um saque a descoberto sobre Londres, operação ligada a uma especulação em escudos, em 1919, em utilização antecipada da grande quantia que se esperava viria a ser paga a Portugal como reparação da guerra.

Com a finalidade de restaurar o valor da libra do B.N.U. foi proibida, a 26 de Agosto de 1922, a circulação de prata e de papel estrangeiros. Aquela libra seria recolhida até 31 de Dezembro de 1925 e o B.N.U. foi autorizado a emitir escudos até ao montante de 50 000. O Banco, mesmo assim, continuou a emitir libras. Em Abril de 1926, novo acordo entre o Governo e o Banco no sentido de retirar a libra da circulação, o que deveria ser feito dentro de três anos. O B.N.U. de imediato tornou público que não negociaria as suas libras e estas começaram a cair no valor entre \$50 e 1\$00 diários, o que permitiu ao banco adquirir-las a baixo preço⁽⁶³⁾. Simultaneamente, passou a exigir dos seus devedores amortizações mensais de 5 a 10% do crédito concedido.

Em Janeiro de 1925 foi criado o Conselho de Câmbios para administrar o fundo cambial. Foram estabelecidas prioridades para a concessão de

cambiais, figurando em primeiro lugar o governo, depois os municípios e os importadores com preferência para os bens de consumo mais necessários. A breve trecho verificava-se que o Conselho de Câmbios agia por favoritismo, o que provocou um mercado negro de divisas a alastrar e aumento consequente do custo de vida. Mais descontentamento na opinião pública, a ponto de o assunto passar à discussão no Conselho Legislativo. O Conselho de Câmbios foi remodelado e o próprio Governador-Geral passou a ser o seu presidente, a partir de Setembro de 1926. Conseguiu-se uma certa ordem, tendo-se criado uma reserva de cambiais para satisfazer às necessidades do governo e da importação. Foi sustado o surto de especulação e a libra inglesa passou a ser cotada com o prémio de 65% em Setembro e de 30% em Dezembro. Outras medidas se seguiram destinadas a normalizar a situação.

Por sua vez o orçamento provincial para o ano económico de 1925-1926, elaborado pelo secretário provincial de Finanças, dr. Ribeiro Gomes, considerava estar sob controlo o descalabro financeiro provocado pela grande guerra. Já no ano anterior o tesouro não passara pelas dificuldades de antes e considerava-se haver condições para obtenção do equilíbrio orçamental, o que veio a acontecer⁽⁶⁴⁾.

Vê-se claramente desta exposição que o surto de greves se situa, exactamente, entre a criação do Conselho de Câmbios, no início de 1925, e a remodelação do mesmo Conselho, em Setembro de 1926. Isto é, quando a situação tinha atingido o caos agravado pela corrupção do organismo que devia pôr cobro à desordem cambial. Era o remate de um longo curso de degradação monetária com os reflexos inevitáveis no custo de vida e questão cambial, neste caso atingindo não apenas o comércio de *import-export*, mas por igual uma numerosa população emigrada, com compromissos familiares e outros, em Portugal.

A agitação, cifrada em greves e *lock-outs*, distribui-se pois pelas datas seguintes:

7 de Agosto de 1925 — greve geral da Beira.

2 de Setembro de 1925 — greve do pessoal da Companhia de Moçambique.

13 de Agosto de 1925 — greve do pessoal da Delagoa Bay Corporation (serviços urbanos).

15 de Setembro de 1925 — greve dos estivadores de Lourenço Marques.

11 de Novembro de 1925 — greve dos ferroviários de Lourenço Marques.

30 de Novembro de 1925 — greve geral em Lourenço Marques: paralisa o comércio e indústria, empregados dos serviços urbanos de iluminação e transportes, *chauffeurs*, operários de construção civil e tipógrafos.

20 de Setembro de 1926 — trabalhadores do porto da Beira.

5.20. GREVE GERAL — BEIRA, 1925

A primeira da série de greves, neste caso paralisação geral e concertada de empresários e funcionários e trabalhadores da Companhia de Moçambique, teve lugar a partir de 7 de Agosto de 1925, na Beira⁽⁶⁵⁾.

A 18 de Julho de 1925 o governo do território aplicou na área da sua jurisdição as medidas cambiais decretadas para o restante da colónia sob administração estatal: entre outras coisas, determinava-se que cada exportador deveria depositar, ou apresentar garantia bancária à ordem do governo local, em moeda externa, 25% do valor dos bens a exportar. Depósito a ser devolvido em notas do Banco da Beira a uma taxa fixada por este à data do depósito. Ninguém, no território, poderia praticar taxas superiores às do Banco da Beira. A administração da Companhia alegava que os créditos sobre o exterior tendiam a desaparecer, o que obrigava ao aumento da circulação fiduciária e desvalorização consequente da moeda. Por outro lado; sendo embora grande a produção, era na sua maior parte feita com capitais estrangeiros, o que levava à retenção no exterior do melhor dos resultados. As medidas decretadas provocaram a maior excitação na generalidade da população. Correram rumores de discriminação a favor de certas empresas (nomeadamente a Sena Sugar Estates) e da extensão da medida às mercadorias armazenadas, em trânsito para a Rodésia e para o Congo Belga. O governo desmentiu os rumores, mas a exaltação manteve-se. Os bancos estrangeiros suspenderam as operações

cambiais. A Câmara do Comércio da Beira, a Associação dos Funcionários da Companhia de Moçambique e a Associação dos Agricultores reuniram e enviaram um telegrama à administração da Companhia, em Lisboa, em que ameaçavam com a greve geral em todo o território, caso não fosse suspensa a obrigatoriedade do depósito de 25% até à 1 hora de 7 de Agosto. De imediato começaram os preparativos para a greve. O governador do Território, coronel Faure da Rosa, meteu-se num barco alemão a caminho de Lisboa. Como não tivesse havido resposta da administração, a greve foi iniciada na data marcada. Os comboios de passageiros e o telégrafo mantiveram-se em serviço, mas o comércio encerrou as portas. No dia seguinte, chegou um telegrama anunciando a suspensão do depósito, mas a greve prosseguiu até a revogação ter sido publicada em suplemento ao Boletim Oficial da Companhia. A 10 o comércio retomou as suas actividades.

Por sua vez, os empregados da Companhia, na Beira, em fins do mesmo mês de Agosto, reivindicaram telegraficamente para a Administração da Companhia, em Lisboa: pagamento de 19 e 1/2% dos salários recebidos durante o primeiro semestre de 1925 em compensação da depreciação da moeda nacional; a nomeação de uma comissão de cinco elementos, sendo dois em representação da Companhia, dois dos empregados e um quinto da escolha de ambas as partes, para: a) fixar, dentro de oito dias, a compensação aos empregados à conta da alta do custo de vida, independentemente da depreciação da moeda; b) fixar, mensalmente, a compensação, a começar em 1 de Julho de 1925, tanto em relação ao aumento do custo de vida como à depreciação da moeda; ainda a promulgação, dentro de 45 dias, de uma lei de pensão, a ser aprovada pelos empregados. Se não houvesse resposta favorável, seria convocada greve dentro de oito dias até a Companhia nomear uma comissão de três elementos, um da companhia, um empregado e um terceiro para rever o regulamento dos funcionários, dentro de dois meses. Esta comissão deveria também organizar as classificações do pessoal, vencimentos respectivos e outros pontos. Tanto os salários dos elementos da comissão como os dos grevistas deveriam ser pagos integralmente. À 1 hora de 2 de Setembro, quando expiravam os oito dias, não havendo resposta satisfatória, começou a greve. Mantiveram-se os serviços sanitário, de polícia, cemitério e energia eléctrica. A luz seria cortada 96 horas após o início da greve. Os restantes serviços

paralisaram. Os pilotos não portugueses e as companhias estrangeiras de estiva mantiveram a laboração. O comércio funcionava normalmente. Na véspera do início da greve, uma mensagem da administração transmitia que aquela não aceitava ameaças ou pressões, sob que não agiria, e que tomaria as medidas necessárias para manter a ordem. Os grevistas, que não preconizavam atitudes de violência, consideraram-se insultados pelo uso da força militar. A 6 o governador anunciou ter três propostas a fazer: a Companhia concordava em dar satisfação às reivindicações, excepto à da lei de pensões e reclassificações do pessoal, assuntos para cuja consideração pretendia um prazo mais dilatado. No dia seguinte foi ligada a luz pública e na terça-feira de manhã foi retomado o trabalho. A Companhia teria estado preparada para furar a greve com trabalhadores do Estado levados de Lourenço Marques⁽⁶⁶⁾.

Esta greve teve larga repercussão além fronteiras, tendo sido interpretada na África do Sul como efeito, também, do medo de que estariam possuídos os portugueses de que a África Oriental Portuguesa viesse um dia a ser dominada pelos ingleses (como se sabe, a maioria do capital social da Companhia de Moçambique era de origem inglesa). A insinuação da imprensa, sul-africana segundo a qual tanto os ingleses como os portugueses da Beira aspiravam à integração de Moçambique numa África do Sul federada, teria sido mal recebida naquela cidade.

5.21. PESSOAL DA THE DELAGOA BAY DEVELOPMENT CORPORATION LIMITED

The Delagoa Bay Corporation Limited, tal como em 1911, mantinha-se a concessionária dos serviços públicos urbanos mas, agora, através de filiais: Delagoa Bay Water Works, para o fornecimento de água; Delagoa Bay Electric Tramways, para os transportes públicos e Compagnie Générale d'Electricité, para a energia eléctrica.

A 20 de Julho de 1925 uma comissão de trabalhadores de todos os serviços avistou-se com a direcção da companhia comunicando que se dentro de dez dias não tivesse uma resposta satisfatória ao pedido de actualização de vencimentos, fazendo-os equivaler ao padrão ouro, dariam aviso para

uma greve geral de todas as secções⁽⁶⁷⁾. Não tendo recebido resposta até 31, no dia 1 de Agosto entregaram o aviso de greve⁽⁶⁸⁾.

O número de trabalhadores europeus na companhia era de 120. A soma dos vencimentos anuais atingia as 39 600 libras e a direcção da empresa alegava que se fossem atendidas as reivindicações, a massa salarial seria acrescida de 8 000 libras, cerca de 20% portanto⁽⁶⁹⁾. Consequentemente, os trabalhadores paralisaram a 13 de Agosto. Os eléctricos deixaram de circular e foi suspenso o fornecimento de energia à cidade. O porto e a marginal mantiveram-se com energia porque eram abastecidos com gerador próprio. O fornecimento de água à cidade também se manteve. Civis e marinheiros foram mobilizados para apoiar os engenheiros que não tinham aderido à greve⁽⁷⁰⁾. Como os grevistas tinham sabotado as instalações, o fornecimento de energia só foi possível ao fim de uma semana.

Em 28 de Agosto, a 15 dias do início da greve, companhia e grevistas chegaram a um acordo. Os grevistas e os funcionários da companhia das águas, que não tinham tomado parte na greve, seriam aumentados de 10% a partir de 1 de Setembro, desde que o prémio da libra inglesa não descesse abaixo de 20% (estava nessa altura a 40%). Seriam pagos por todo o mês de Agosto, com os salários do tempo da greve deduzidos em seis meses⁽⁷¹⁾.

Três portarias da secretaria militar do Alto Comissário viriam a louvar, uma o comissário de polícia da cidade «pelo inextinguível zelo e ponderada energia que manifestou durante a greve»; as duas outras, o inspector do material naval, um engenheiro electricista e o pessoal militar e civil dos rebocadores, transportes e de uma draga que suprimiram a paralisação dos serviços⁽⁷²⁾.

5.22. ESTIVADORES DE LOURENÇO MARQUES

A 15 de Setembro de 1925 os estivadores nativos assalariados do porto de Lourenço Marques entraram em greve, reivindicando a duplicação do salário, que era de 18 pence diários e alimentação fornecida às 11 horas da manhã. Estes estivadores assalariados eram cerca de mil. Funcionários da repartição dos Negócios Indígenas, na tarde do mesmo dia, convenceram-

nos a regressar ao trabalho. Dois ou três trabalhadores, a quem se atribuía a liderança na paralisação, desapareceram⁽⁷³⁾.

Embora cronologicamente integrada na série de greves verificadas neste ano e possivelmente influenciada pelo clima de descontentamento que grassava entre toda a população, a paralisação fugaz dos estivadores assalariados, à falta de dados concludentes, não poderá incluir-se na contestação à política governamental que se tem vindo a descrever. Tanto mais que os trabalhadores moçambicanos contratados mensalmente não tomaram parte na greve. Não obstante, é de ter em conta as já referidas reivindicações dos serviçais e a campanha de *O Brado Africano* a favor dos trabalhadores africanos, assim como os factos contados pelo boletim da greve segundo o qual, a 18 de Novembro, de manhã, houve «caça geral aos pretos, porque estes, verificando que o que lhes dão não chega nem para farinha, se dispuseram a não trabalhar» e estarem, em princípios de Dezembro, a fugir quase todos os engatadores indígenas do Caminho de Ferro.

5.23. FERROVIÁRIOS E PORTUÁRIOS DE LOURENÇO MARQUES

A greve dos ferroviários e dos trabalhadores do porto de Lourenço Marques foi iniciada a 11 de Novembro de 1925 e só veio a terminar a 12 de Março de 1926. No entanto, a agitação de que a greve foi o remate, vinha de meses atrás. Em Março, era a discussão do projecto de subvenções aos funcionários que obviassem à desvalorização da moeda e consequente carestia de vida. Em reunião da associação de classe, foi distribuído um manifesto convidando a população para uma assembleia dos ferroviários no teatro Varieté, destinada a tratar do projecto e de onde se admitia saísse uma manifestação de rua a ser levada até ao Alto Comissário. «Dar 100, 95 e 65 libras para os chefes, 5 e 7 para os que ganham mais de 20 libras e 4 e 3 aos que vivem hoje na miséria, não é querer fazer uma coisa justa e racional» — assim arrazoava o manifesto. À sessão acudiu uma multidão. Segundo um dos oradores, na cidade havia já mais de 100 desempregados. Segundo outro, «o projecto é uma bofetada dada no pequeno funcionário (...) os grandes recebem dezenas de libras, os pequenos recebem 1 libra que não chega para mandar cantar um cego».

Do teatro os manifestantes dirigiram-se ao palácio do Alto Comissário; este recebeu uma comissão a quem deu respostas evasivas. No Conselho Legislativo o projecto foi discutido e aprovado com dois votos contra. Eram abrangidos pela subvenção 1 585 funcionários e 159 aposentados⁽⁷⁴⁾. As subvenções não satisfizeram, o prémio de transferência continuava a subir e *O Emancipador*, em Novembro, tentou promover um comício para tratar da questão. O governo proibiu-o. «Um grupo» convidou o público a juntar-se na Praça 7 de Março para protestar contra a proibição. O jornal diz que estiveram mais de 400 pessoas, apesar da intervenção policial e que ali «se disseram das boas»⁽⁷⁵⁾.

Quando, portanto, o descontentamento dos trabalhadores relativamente à questão cambial tinha atingido o cume, saiu o governo com o que ficou conhecido por Reorganização do Porto e dos C.F.L.M.. De iniciativa do director dos Caminhos de Ferro, engenheiro Avelar Ruas, foi publicada a portaria do Alto Comissário, com a aprovação do Conselho do Governo⁽⁷⁶⁾. A direcção dos Caminhos de Ferro entendia que, sendo os serviços autónomos e de natureza industrial, deviam ser sujeitos às regras de administração da iniciativa privada, o que levou a retirar aos trabalhadores regalias próprias dos funcionários públicos. Entendia-se haver demasiado pessoal em alguns serviços e um absentismo facilitado pelo facto de os trabalhadores desfrutarem de três dias de faltas mensais pagas quando justificadas por doença. Os ferroviários, após um ano de serviço, passavam ao quadro; com cinco anos tinham direito a seis meses de férias (a famigerada «licença graciosa») que, com atestado médico, se prolongava invariavelmente até um ano. Pretendia-se ir reduzindo gradualmente as regalias características do funcionalismo público, até se conseguir um quadro de pessoal pago na base de salário diário, sendo este mais elevado do que o anterior. Relativamente aos horários de trabalho, que eram de oito horas diárias e em alguns casos de 44 horas semanais e menos, passavam a ser de 36 horas semanais para o pessoal dos escritórios e de 48 horas para os restantes. Os três dias por doença eram suprimidos para os trabalhadores eventuais e os do quadro pagariam os dias de falta por doença a partir do quarto dia e os três primeiros dias no caso de uma boa informação do superior hierárquico. Como medida restritiva, foi ainda suprimido o comboio nocturno para Ressano Garcia, evitando pagar as horas extraordinárias respectivas.

O projecto foi conhecido antes da sua publicação e os ferroviários protestaram em reunião da sua associação de classe. Faustino da Silva chegou a pedir ao Alto Comissário que suspendesse a publicação da portaria até os ferroviários apresentarem propostas de alteração aos pontos em que se considerassem prejudicados. Faustino da Silva tentava assim evitar o pior, dado — alega — estar consciente de que os ferroviários iriam para a greve «devido à efervescência que no seu seio lavrava» e que a luta seria muito dura, uma vez que o Estado «dispunha de todos os meios de repressão e falta de escrúpulo» e já havia perseguição, nomeadamente ao pessoal de tracção e das oficinas e a ele mesmo, que fora demitido⁽⁷⁷⁾.

Por sua vez o dr. Eduardo Saldanha, que atribuíra à má administração, e esta à autonomia da empresa e à indisciplina e baixa produtividade dos trabalhadores a situação dos Caminhos de Ferro, insurge-se contra o que considerava as contemporizações do Governo que, inclusive, teria retido a portaria quando ela já estava na Imprensa Nacional para publicação. Considera os caminhos-de-ferro «um cancro», com salários e tarifas exagerados. No entanto, tratava-se de serviços, da maior importância para Moçambique, até do ponto de vista social, uma vez que os seus trabalhadores representavam, como dizia ele, dois terços da população (queria dizer: dos colonos): 2 114 efectivos e 190 eventuais⁽⁷⁸⁾.

De facto, o texto da portaria, já composto, ainda foi à última hora retirado da tipografia oficial para lhe serem introduzidos os prémios ao pessoal da tracção, como engodo à sua permanência em serviço, em caso de greve. O que não viria a obter êxito.

Na noite de 9 de Novembro o Alto Comissário respondeu à proposta de Faustino da Silva. Não era possível a suspensão, uma vez que a portaria tinha sido publicada, mas que os ferroviários apresentassem as reclamações que entendessem justas e seriam elas estudadas. Em face desta resposta os ferroviários reuniram a 10 e a uma hora tardia foi votada por 292 votos a favor e 2 contra uma moção que exigia a revogação pura e simples da reorganização e que marcava o início da greve para o dia seguinte. Não foi atendida a sugestão de Faustino da Silva no sentido de o dia e hora para a paralisação ficarem dependentes do comité de greve. Além da revogação da portaria, os grevistas exigiam a readmissão de Faustino da Silva e de Cristóvão Furtado, despedidos aquando dos primeiros protestos contra

a reorganização, insurgiam-se contra a permanência no serviço do chefe de Tracção e Oficinas, «por ser o principal causador dos males que estava sofrendo a classe, e ser um elemento conflituoso e causador de desordem», e exigiam a demissão dos engenheiros dos C.F.L.M.. Faustino da Silva não veiculou esta última reivindicação por a considerar impensada e extemporânea. Verbalmente, o Alto Comissário respondeu que ficavam rotas as relações com os ferroviários enquanto estes não retomassem o trabalho.

Como se vê, a alta do custo de vida não estava nas motivações próximas da greve. Não obstante, os grevistas pretendiam que os trabalhadores eventuais beneficiassem de subvenção igual à dos trabalhadores do quadro⁽⁷⁹⁾.

A greve viria a ser considerada ilegal por se tratar de funcionários do Estado e por falta do pré-aviso de oito dias.

Logo após a assembleia que deliberou a greve, reuniu a mesa que dirigira os trabalhos para nomear os comités de greve e dar as instruções necessárias para estes se substituírem no caso de perseguições. Estes comités mantiveram-se em actividade até princípios de Janeiro. Nesta data, os seus membros estavam em maioria impedidos de liberdade de acção, pelo que foram dadas as instruções a Faustino da Silva para orientar o movimento e publicar os suplementos da greve de harmonia com as informações recebidas de grevistas. Foi tomada a resolução de que se alguém quisesse entrar em negociações para o termo da greve, se entendesse previamente com os presos.

Num total de cerca de 2 500 trabalhadores foi calculado terem entrado, em greve, no início, 800. Alguns capatazes, mecânicos de locomotivas, fogueiros, empregados de estação e outros não aderiram à greve, o que permitiu à administração manter comboios em circulação. O comboio-correio para o Transval saiu normalmente, no dia do começo da greve e o restante tráfego na mesma direcção também se manteve com relativa regularidade. O mesmo não aconteceu na linha de Goba. Para substituir os comboios, recorreu-se a um camião. Na linha de Xinavane foi reduzida a circulação. A central eléctrica do porto foi posta fora de acção logo no início da greve, o que paralisou guindastes e outros serviços. A rede do porto foi ligada à central da cidade e assim se manteve durante uma semana, altura em que o pessoal da Marinha reactivou a central do porto. As

cargas e descargas faziam-se morosamente e os guindastes, que estiveram oito dias sem operar, quando reentraram em actividade eram inabilmente manuseados por maquinistas de ocasião. A navegação passou a evitar o porto e nenhum barco americano atracou até à segunda metade de Dezembro. Os grevistas mantinham-se disciplinados e ordeiros, segundo o testemunho do cônsul americano⁽⁸⁰⁾. O secretário provincial do Interior, porém, em ofícios repetidos ao comissário de polícia, refere a «perturbação da ordem», «incitamentos à violência» e «agitadores»⁽⁸¹⁾. A 28 de Novembro descarrilou um vagão de um comboio de mercadorias com pequenos danos, o que foi atribuído à inexperiência dos tripulantes.

Faustino da Silva, apesar das perseguições da polícia, pôde manter-se sempre em contacto com os grevistas, não obstante ter-se visto obrigado ao refúgio em treze casas diversas.

No decorrer da greve o comissário da polícia alvitrou uma reunião dos ferroviários para resolver sobre a situação, aproveitando o facto de muitos deles estarem já presos e outros foragidos. Os grevistas em liberdade não se deixaram engodar pela manobra.

Por outro lado, uma reclamação detalhada sobre os pontos em que a reorganização afectava os ferroviários chegou a ser elaborada e entregue a um intermediário, para ser presente às autoridades. Era assim atenuada a primitiva posição dos comités, a de exigirem a revogação pura e simples da reorganização. O intermediário não deu andamento à proposta com a desculpa de que os comités não aceitaram a exclusão de 193 assalariados e ele, intermediário, entendia que estes não podiam entrar por estarem a mais nos C.F.L.M.. Esta seria a interpretação que o próprio Faustino da Silva viria a dar⁽⁸²⁾ contra os que acusaram os grevistas de se terem mantido sempre em atitude de intransigência absoluta e jamais terem cedido, enquanto o governo estava disposto a apreciar as reclamações.

Segundo *O Emancipador*⁽⁸³⁾, foram os seguintes os factos mais notáveis da greve:

11 de Novembro — o pessoal dos C.F.L.M, abandona o trabalho às 10 horas da manhã, ao som do apito tocado pelos grevistas.

1 de Dezembro — são presos, na Praça 7 de Março, os ferroviários Nuno Pedro e Luís Zeferino e, noutro local, o ferroviário Fernando de Figueiredo.

11 de Dezembro — É notificada a dez ferroviários a ordem de expulsão da Província. Publica-se o último suplemento editado por Joaquim de Matos.

12 de Novembro — As mulheres dos ferroviários realizam uma enérgica manifestação contra o vagão-fantasma na estação dos C.F.L.M. e junto ao matadouro. Sai o primeiro dos suplementos editados por Faustino da Silva em números únicos, intitulado *O Emancipador do Povo*.

13 de Dezembro — conflito entre as mulheres dos grevistas e uma patrulha de cavalaria junto às casas do dr. Saldanha, na Maxaquene.

14 de Dezembro — Manifestação das mulheres dos grevistas nas ruas da baixa, sendo rasgada a bandeira nacional que elas levavam pelo chefe de polícia Graciano de Figueiredo Almeida e apreendida a bandeira negra que levavam.

15 de Dezembro — Assalto e ocupação pela tropa da Casa dos Trabalhadores, após tiroteio, no cruzamento das avenidas Cinco de Outubro e Luciano Cordeiro, entre a polícia e grevistas. Fica na sede, em cima de um mármore, o suplemento que devia sair nesse dia, intitulado *O Emancipador do Operário*.

16 de Dezembro — É posto em estado de sítio o Alto Maé, fazendo-se buscas domiciliaries em todas as casas. Não saiu suplemento.

17 de Dezembro — Continuam violências da polícia. Não houve suplemento.

18 de Dezembro — Prossegue a série de prisões e violências. Não houve suplemento.

19 de Dezembro — Saem portarias demitindo os ferroviários, a portaria onde se transcreve o parecer do Conselho de Finanças sobre a ilegalidade do decreto. Este boletim só foi distribuído no dia 22. Não houve suplemento. É preso, em casa do dr. Temudo, o ferroviário Nicolau Dias Cardoso. Embarcam para Lisboa, a bordo do «Lourenço Marques», no meio do maior aparato bélico, os ferroviários Luís Zeferino, Júlio de Sousa e Silva, António Vitorino, Alfredo Augusto Ferreira, António Galvão, António Maria Pacheco, Constantino de Matos, Fernando Figueiredo, Manuel Pereira e João Baptista Sousa Amorim, expulsos da Província.

20 de Dezembro — É misteriosamente assaltada na noite de sábado para domingo (20 para 21) a sede da Comissão de Assistência às Famílias dos Ferroviários.

24 de Dezembro — Sai o falso suplemento a *O Emancipador*, engendrado pela quadrilha de Figueiredo de Lima. Sai imediatamente um pequeno manifesto acusando a infâmia.

25 de Dezembro — Reaparecem os suplementos a *O Emancipador*, saindo *O Emancipador dos Revoltados*, e sai um manifesto de acusação ao suplemento falso, intitulado *Obra de bandidos*.

14 de Janeiro — Sai o «Angola» sem novos deportados, devido sem dúvida a saber-se que a sua tripulação se recusaria a seguir viagem, como foi resolvido.

17 de Janeiro — É assassinado na Praça 7 de Março, por um esbirro pago por Figueiredo Lima, o seu guarda costas António Lopes, o operário Raul Ferreira.

18 de Janeiro — Realiza-se, com grande imponência, o funeral de Raul Ferreira.

23 de Janeiro — A execração pública contra o *Portugal* manifesta-se por uma tentativa de empastelamento das suas páginas.

27 de Janeiro — o dr. Temudo⁽⁸⁴⁾ é prevenido particularmente do propósito de o expulsarem da Província.

28 de Janeiro — É expedida ordem de prisão contra Nascimento Ornelas.

A 19 de Novembro era publicada uma disposição legal⁽⁸⁵⁾ que determinava o despedimento do pessoal eventual que se não tivesse apresentado ao serviço até às 13 horas do dia 17 e mandava aplicar legislação vigente ao pessoal dos quadros na mesma situação. Decretava ainda a mobilização do seguinte pessoal da Direcção do Porto e dos C.F.L.M.: maquinistas de tracção e maquinistas de guindastes. De novo, portanto, foi posta em prática a requisição militar dos grevistas, a coberto da Brigada dos C.F.L.M., criada após a greve de 1917. A mesma portaria nomeava comandante da brigada o major de infantaria Francisco Marcelino Afonso e afirmava que seriam tomadas providências para garantir a liberdade de trabalho. Sendo considerados desertores se não se apresentassem dentro de 48 horas, alguns dos mobilizados passaram a fronteira para a África do Sul e a maior parte refugiou-se nos subúrbios⁽⁸⁶⁾. O Governo teve a maior dificuldade na sua captura e só o conseguia quando, por qualquer motivo, os fugitivos tinham que vir à cidade.

A mobilização mais desesperou os grevistas na sua animosidade contra o governo. Alegavam que a mobilização fora ilegal e que a Brigada já não tinha existência legal uma vez que fora criada em tempo de guerra e ao abrigo de uma lei que tinha sido revogada, juntamente com outras, de excepção, por um decreto do governo central, em 1920. Além disso, mesmo que a mobilização fosse legal, não poderiam ter sido presos maquinistas, a 2 de Novembro, como desertores pois, segundo o Código Militar, em tempo de paz, o prazo de apresentação era de vinte dias. Através dos interrogatórios que se seguiram percebeu-se que o governo pretendia deter os líderes e os membros dos comités de greve. Algumas vezes os presos eram acusados de serem membros de supostos e misteriosos comités. Os redactores de *O Emancipador*, que era impresso clandestinamente numa tipografia móvel, entregaram o jornal a outra pessoa e esconderam-se⁽⁸⁷⁾. Com os dirigentes fora de contacto, o governo ficou sem interlocutor, mas esperava vencer os trabalhadores pela fome destes e falta de fundos para suportar tão prolongada greve. Mas os grevistas tinham o apoio generalizado da população e do comércio, dado o descontentamento de todos, provocado pela questão cambial e pela carestia de vida. Assistiu-se, então, ao que tomou foros de autêntica greve geral. Na tarde de 30 de Novembro o comércio encerrou as portas em protesto contra a inércia do governo relativamente ao alto prémio cobrado sobre as transferências monetárias para o exterior. A indústria paralisou em *lock-out* e, em seguida, entraram em greve de apoio à atitude do comércio e da indústria, os marítimos, os *chauffeurs*, os operários da construção civil, metalúrgicos, tipógrafos e o pessoal da electricidade. Os tripulantes dos eléctricos, que também entraram em greve, quando retomaram o trabalho, a 10 de Dezembro, distribuíam panfletos pelos passageiros, apelando ao apoio da população ao comércio, secundando a luta dos ferroviários e insurgindo-se contra as medidas de violência que o governo estava a tomar para com os grevistas. O comércio reabriu a 8 e estes grevistas retomaram o trabalho a 10⁽⁸⁸⁾. O Dr. Eduardo Saldanha que desde o princípio apostrofara violentamente os grevistas e apoiara no seu jornal o Alto Comissário, a quem sempre incitou ao uso da força, insurge-se agora contra as firmas e pessoas que subscreviam as listas de donativos para os trabalhadores em greve, assim como contra o comércio que lhes concedia crédito⁽⁸⁹⁾.

A partir de meados de Dezembro a greve entrou em nova fase. Na noite de 7, a cerca de 6 milhas de Lourenço Marques, um comboio de mercadorias descarrilou, ficando muito danificada toda a composição, não tendo havido porém vítimas pessoais. A investigação do caso veio a revelar ter havido sabotagem. As medidas de represália foram imediatas: numerosas prisões e desalojamento violento de uma centena de ferroviários das casas que estes haviam ocupado, no início da greve. A 9 de Dezembro foram detectados pedregulhos na linha e o governo mais convencido ficou de que os grevistas estavam dispostos a recorrer a meios violentos, tal como nas greves anteriores⁽⁹⁰⁾. Desta vez, receio fundado. Como as autoridades temessem que os ferroviários viessem a dinamitar a via férrea para impedir a circulação de comboios (um engenheiro chegou a tripular locomotivas) seguia à frente de cada composição um vagão carregado de ferroviários e que, por isso, ficou conhecido pelo «vagão-fantasma». A verdade é que um ferroviário, de nome Caldeira, foi preso, acusado de possuir bombas de fabrico caseiro. Em Setembro de 1926 e ainda o mesmo ferroviário estava na prisão, a polícia veio a descobrir mais nove engenhos iguais aos que lhe tinham sido apreendidos, enterrados num quintal⁽⁹¹⁾.

As medidas tomadas pelas autoridades foram drásticas e já vimos como a simpatia generalizada da população ia para os grevistas. Só assim se percebe que as mulheres dos ferroviários tivessem, também elas, saído para a rua e chegado a cercar o palácio do governo, exigindo providências. Os fogueiros das dragas e dos rebocadores da capitania do porto, a prestar serviço em diligência na Direcção do Porto e dos C.F.L.M., eram ameaçados, insultados e agredidos por grupos de mulheres e de homens, em diversos pontos da cidade. O que levou o secretário provincial do Interior a mandar que os agentes da polícia negligentes na repressão a esses manifestantes fossem punidos, podendo o castigo ir até à demissão⁽⁹²⁾.

Para além dos ferroviários demitidos, dos que eram violentados a viajar no «vagão-fantasma», das escaramuças de rua entre ferroviários e polícia, as prisões foram maciças, entre grevistas, e de novo houve deportações. No decorrer das desordens de rua houve a morte, já referida, de Raul Ferreira, cujo assassino acabou por ser condenado a pena de degredo para Angola⁽⁹³⁾. Logo após este assassinato, rebentaram bombas perto do Hotel Carlton, em consequência do que foi preso o ferroviário

Manuel Sales Henriques, que viria a falecer no comissariado da polícia, oito meses depois⁽⁹⁴⁾.

De facto, e perante as ameaças que se adensavam sobre os trabalhadores, deve ter-se chegado à parlamentação entre as partes em conflito. Pois o próprio *Emancipador* de 26 noticia terem-se realizado diligências que se prolongaram desde as 14 horas da tarde da véspera até às 3 da madrugada daquele dia. Mas o comité da greve não aceitou o que lhe foi proposto e também considerou impossível reunir a classe dentro de um prazo dado. O que estava em causa era o anúncio de prisões, pois o jornal fala concretamente de que, ao pôr do Sol de 26, terminava o prazo a partir do qual seriam elas efectuadas. Mas conhecida que fosse esta notícia, natural era que se verificassem imediatamente. Por isso, termina: «camarada, a salvo: e cada um que for apanhado, não se preste a trair os seus companheiros». A mesma edição do jornal vai porém dizendo que na classe estavam elementos «que já comeram a poeira de Mocimboa da Praia e outros que experimentaram os negros cárceres da Torre de Moçambique», alusão clara aos deportados da greve de cinco anos atrás e insinuação de que os grevistas dispunham de experiência bastante para não cederem às ameaças.

A 19 e 26 de Dezembro o jornal oficial⁽⁹⁵⁾ publica as penas de demissão para os portuários e ferroviários que faltaram ao serviço mais de 30 dias:

capatazes de manobras.....	18
condutores de trens.....	14
revisores de bilhetes	3
factores telegrafistas.....	3
agulheiros europeus	3
faroleiro	1
electricistas	10
ajudante de bateria.....	1
fiel de depósito.....	1
capatazes	
4 fogueiros	34
contra-mestres	6

pintor.....	1
serralheiro.....	1
operários.....	87
telegrafista acústico.....	1
Total.....	188

Este número não inclui o pessoal mobilizado que permanecia sob jurisdição militar e que, por isso, foi processado e julgado em tribunal militar, como veremos. Foram ainda demitidos, sob a invocação de outras disposições legais, o chefe da secretaria da, Direcção do Porto e C.F.L.M. e um factor-telegrafista.

Nos princípios de Fevereiro o governo autorizou o presidente da Câmara do Comércio a negociar com os grevistas. As conversações prolongaram-se por mais de vinte dias, e tudo parecia encaminhado para se chegar a bom termo. Os representantes dos grevistas propunham que os faltosos com mais de 30 dias não fossem demitidos, como era de lei. Mas o governo não mantinha as garantias do presidente da Câmara do Comércio de que não seriam tomadas medidas contra os grevistas. O mais que se lhes prometia era não aplicar esta medida a rigor. A 23 de Fevereiro acabaram as negociações e o comité de resistência assinou o acordo que punha fim à greve. Entre as 8 horas da manhã desse dia e a mesma hora do dia seguinte, os maquinistas de guindastes recusaram-se a retomar o trabalho. Como o acordado era o regresso ao trabalho, a 24, de todos os grevistas, a atitude dos maquinistas fez voltar a questão ao princípio.

Nesta altura, os grevistas estavam privados dos seus dirigentes, presos e deportados na sua maioria; consequentemente, faltos de coordenação. Entretanto, foi descoberta uma bomba num comboio. Muitos grevistas indignaram-se com este facto e voltaram incondicionalmente ao trabalho.

Após terem sofrido meses de prisão, os 49 maquinistas de tracção e de guindastes mobilizados, começaram a 24 de Abril a ser julgados no tribunal militar de Lourenço Marques, todos acusados de desertores, por não se terem apresentado à mobilização da brigada militar dos caminhos-de-ferro. O tribunal deu como provado o crime de deserção e condenou os réus a penas de prisão correcional (em geral dada como cumprida) e a multas⁽⁹⁶⁾. Os julgamentos prolongaram-se até 22 de Junho e alguns

dos condenados recorreram da sentença para o Supremo Tribunal Militar que anulou os julgamentos e reconheceu a ilegalidade da mobilização militar dos ferroviários⁽⁹⁷⁾. Mas esta decisão de nada lhes valeu. Foram demitidos, também eles, por portaria⁽⁹⁸⁾. Várias portarias conjuntas do Governo e do Quartel General viriam a louvar o promotor de justiça, o juiz auditor e o secretário do Tribunal Militar Territorial, pela sua acção durante e depois da greve⁽⁹⁹⁾.

Dos deportados para a Ilha de Moçambique, os ferroviários Manuel Joaquim da Silva Braz, Nuno Pedro e Zwinglio Peres da Cruz foram mais tarde postos em liberdade, mas impedidos de regressar a Lourenço Marques⁽¹⁰⁰⁾. Os maquinistas Nicolau Dias Cardoso e Bernardino Ribeiro Marques foram colocados, respectivamente, em Moçambique e em Quelimane. Além de serem funcionários de nomeação vitalícia e legítimos proprietários dos lugares, não podendo ser objecto de tal transferência, tinham sofrido as torturas dos «vagões-fantasmas», tinham passado pelas masmorras policiais e tinham sido deportados, nos porões de um transporte de guerra, para Moçambique, onde de novo ficaram presos e sofreram maus tratos⁽¹⁰¹⁾. Um linotipista sul-africano do *The Lourenço Marques Guardian*, Thomas Tinker, foi expulso de Moçambique sob o pretexto de estar a informar a organização operária da África do Sul acerca dos acontecimentos⁽¹⁰²⁾. Outro sul-africano, Mr. Andrews, colaborara activamente na angariação de auxílio aos grevistas⁽¹⁰³⁾.

Quando esta avalanche se abatia sobre os grevistas derrotados, é publicada uma portaria provincial sobre casos de expulsão de nacionais do território da Colónia ou de parte do mesmo território, «considerando que certos factos ultimamente ocorridos em Lourenço Marques poderão indicar a adopção de medidas de tal natureza»⁽¹⁰⁴⁾. Nem sequer se tentava ocultar o odioso da lei *ad hoc* facultadora de medidas administrativas discricionárias, aliás já anteriormente tomadas com todo o desembaraço, como vimos. Em Agosto era o governador central que sancionava os propósitos do governo da colónia, publicando um decreto que concedia a este a faculdade de expulsão de nacionais quando da sua presença pudessem resultar graves inconvenientes para a ordem pública interna ou para a ordem internacional. A decisão de expulsão mais não precisava do que do voto afirmativo do Conselho Consultivo⁽¹⁰⁵⁾.

De facto, a vida da cidade foi altamente perturbada e não foi o termo da greve, obtido à custa da maior violência por parte das autoridades, que resolveu os problemas sociais entretanto criados. Aliás, a cidade manteve-se em tensão. Na noite de 3 de Abril, quando saía do Hotel Cardoso, foi morto a tiro o capitão Henrique de Sousa, da Polícia. Como tinha desempenhado papel muito activo na repressão à greve, o crime foi levado à conta de vingança dos grevistas. Veio porém a apurar-se que o assassinato se ficou a dever à perseguição que a vítima movia contra o jogo clandestino proliferante na cidade⁽¹⁰⁶⁾. Os próprios serviços ferroviários tardaram a normalizar-se. Em Maio, ainda a linha de Xinavane não conseguia funcionar regularmente⁽¹⁰⁷⁾.

Vencedoras da greve, centenas de famílias atingidas pelas suas medidas, as autoridades condescenderam em gestos paternalistas: em Abril, concediam aos agentes do Porto e C.F.L.M. demitidos, com mais de 20 anos de serviço (ou de 15 a 20 anos para os de mais de 45 anos de idade) a pensão de aposentação a que teriam direito, diminuída de 20%⁽¹⁰⁸⁾. Os considerandos justificativos da portaria entendiam que, entre o pessoal demitido, figuravam ferroviários com muitos anos de serviço e justo seria «que o Estado lhes abone uma pensão que, até certo ponto, represente a compensação pelos serviços já prestados, mostrando ao mesmo tempo a benevolência que lhe merece a situação de tais serventuários que, por um mal compreendido dever de solidariedade, tão precipitadamente se lançaram num movimento que, não oferecendo qualquer acto de justificação, foi feito em consequência de uma reorganização de serviços que, mantendo as situações adquiridas, teve por essencial objectivo um grande espírito de economia, que de há muito se impunha nos serviços da Direcção do Porto e dos C.F.L.M.». Logo a seguir, o comissariado da Polícia convocava todos os ex-empregados dos C.F.L.M. demitidos por causa da greve, ainda desempregados, com a finalidade de lhes ser, e às famílias, atribuído um subsídio temporário⁽¹⁰⁹⁾. Afinal, com a reorganização, muitos trabalhadores ficaram sem emprego. E 100 mantinham-se na impossibilidade de encontrar trabalho. Pelo que foi aberto um crédito de 2 000 libras para os subsidiar⁽¹¹⁰⁾.

Entretanto, o Alto Comissário Azevedo Coutinho, que governara Moçambique durante todo o tempo da greve, foi substituído interinamente

pelo coronel Artur Ivens Ferraz, que tomou posse a 10 de Maio de 1926. E foi ele que, por sua vez, incumbiu dois oficiais do Exército de inquirirem sobre a possibilidade de os serviços públicos e particulares admitirem os ferroviários que não tinham sido recolocados⁽¹¹¹⁾. A princípio, só um desempregado aceitou a oferta do governo de pagamento de passagem para Portugal. E um torneiro e um maquinista a colocação em Luanda, para onde seguiram. Muitos outros vieram depois a aceder à munificência governamental⁽¹¹²⁾.

Por sua vez as associações de classe, tentando refazer-se das consequências que a greve teve no seu seio, começaram a reunir a 6 de Junho, uma vez reaberta a Casa dos Trabalhadores. O pessoal do Porto e dos C.F.L.M. reuniu em assembleia, com uma concorrência considerada de mais do que regular, em que se integravam ferroviários ao serviço, mobilizados e dos que tinham sido dispensados. Foi eleita uma comissão administrativa composta de três membros: João Maria Borges, Bernardino Ribeiro e Hernâni Lourenço. Esta comissão administrativa seria também comissão de assistência aos ferroviários desempregados e presos, agregando a si os elementos que entendesse. Foi ainda nomeada uma «comissão de *démarches*» para tratar da reintegração de todos os ferroviários e do regresso dos deportados e dos expulsos da Província — os aposentados, antigos ferroviários, Carlos Humberto da Graça, António Marcelino Viana e Eduardo Franco Martins. Foi lembrada a vítima da Praça 7 de Março, Raul Ferreira, e enviados telegramas à C.G.T. portuguesa, ao jornal *Batalha*, à Federação Ferroviária de Portugal, à Federação Ferroviária Sul-Africana e aos deportados em Moçambique⁽¹¹³⁾. A 19 voltou a reunir a assembleia para ouvir a comissão de *démarches*. Já tinha esta chegado à fala com o governador-geral que, entretanto, libertara os presos em Moçambique e prometera que a situação dos mobilizados seria resolvida brevemente, sendo uns reintegrados nos C.F. de L.M. e outros colocados na costa. O *Emancipador dos Assalariados*⁽¹¹⁴⁾, que dá esta notícia, insere uma nota em que afirma o seu reconhecimento pela lealdade jornalística de *A Batalha*, *O Direito*⁽¹¹⁵⁾ e o *Jornal do Comércio* que se ocuparam da suspensão arbitrária, protestando nas suas colunas contra o facto, apesar de os dois últimos militarem em campo adverso. Por sua vez, *O Emancipador* protesta junto do governador-geral contra a manutenção da ordem de prisão que pesava

sobre Nascimento Ornelas e Carvalho de Almeida, comentando: «Há uma lei de imprensa, e ela é suficientemente draconiana para reprimir abusos de linguagem».

Em Julho, a associação de classe e a comissão de *démarches* mantinham-se activas na defesa dos interesses dos ferroviários atingidos. Interrogava o governo sobre a readmissão de todos os demitidos; o regresso dos retidos em Moçambique; o que faria relativamente aos desempregados a quem já tinha sido suprimido o subsídio e que, por isso, estavam na miséria; quando seriam pagos os dias de serviço em dívida até à data do início da greve, etc.

O governador interino era apodado de *alter ego* de Azevedo Coutinho e, por conseguinte, dele não confiavam bom despacho os ferroviários.

Em Portugal, a Federação Ferroviária abordou o alto comissário nomeado, Massano de Amorim, reivindicando o regresso a Lourenço Marques de todos os deportados e o desaparecimento da famigerada reorganização. Mas a verdade é que, além do mais, Massano de Amorim acabou por não tomar posse do governo da colónia⁽¹¹⁶⁾.

Para valer às vítimas, ressuscitou a «Comissão pró-presos políticos por questões sociais» que, em Julho, apelava pelo socorro a cerca de duas dezenas de presos⁽¹¹⁷⁾. A comissão vai publicando as subscrições mas, em Novembro, diz estar em dificuldades, informando que distribui uma mensalidade de duas libras a quem tem família e aos solteiros apenas 40\$00, importância que não dá mais do que para o pão. Gastara 180 libras em 10 meses sem ter conseguido matar a fome. Embora parte dos ferroviários correspondesse, a maioria não cumpria e a sorte dos presos melhoraria substancialmente se cada ferroviário contribuísse com 25\$00⁽¹¹⁸⁾. Em Maio de 1927, porém, ainda prestava contas.

Também em Maio saíram várias portarias do governo local louvando o engenheiro director, o engenheiro chefe e o engenheiro adjunto de tracção e oficinas dos C.F.L.M. pelos serviços prestados durante a greve ferroviária, assim como o pessoal que se manteve ao serviço⁽¹¹⁹⁾.

Um antigo anarquista, Octávio de Carvalho, no jornal Acção Nacional, incitou o governo a perseguir o que considerava arrivistas do pós-guerra, que tinha vindo perturbar a tranquilidade e a boa harmonia da família que era a população de Lourenço Marques. Faustino da Silva, que para aqui

viera em 1918, como soldado, e que era já o líder incontestado dos trabalhadores de Lourenço Marques, respondeu-lhe acusando-o de tráfuga para o fascismo, numa nota epigrafada de «Um Catão»⁽¹²⁰⁾.

Que o clima de agitação se apoderou da cidade, não há dúvida. O que nada tem a ver com o apodo de agitadores atirado à cara dos ferroviários em greve. Mas que tal clima era um facto transparece ainda de mais uma portaria de louvor, este dirigido ao comissário interino da polícia da cidade, ao comissário adjunto e ao director da investigação criminal, pelos serviços prestados durante a greve e pelo zelo demonstrado na descoberta dos autores do assassinato do capitão Henrique de Sousa. Louva-os, nomeadamente pelas diligências na descoberta e repressão do que chama de conjura organizada contra a ordem e a segurança públicas⁽¹²¹⁾.

Finalmente, em Setembro, foi ordenada a desmobilização do pessoal dos C.F.L.M.⁽¹²²⁾. E pela portaria n.º 469, os grevistas que estavam ao serviço passavam a ter direitos iguais aos do pessoal do quadro, desde que fossem classificados nos respectivos concursos⁽¹²³⁾.

Dados os meios mobilizados para a repressão, computavam-se à greve despesas oficiais de 16 638 libras e 37 contos. Na sua maior parte com subsídios ao pessoal do «Gil Eanes», nos termos da lei. O Ministério da Marinha recusava-se a pagar, entendendo que devia ser a colónia a satisfazer tal encargo⁽¹²⁴⁾.

Em Moçambique, até aos nossos dias, ficou bem viva na tradição a memória desta greve. E os trabalhadores de Lourenço Marques comemoraram, durante alguns anos, a efeméride. No segundo aniversário, fizeram-no lembrando-a como «a mais formidável luta ferroviária que se tem dado no mundo inteiro até aos nossos dias»⁽¹²⁵⁾.

5.24. FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

A greve dos trabalhadores portugueses do porto da Beira é das que se inscreve dentro do contexto descrito⁽¹²⁶⁾.

Esta greve foi declarada a 20 de Setembro de 1926. Como vimos, os empregados da Companhia de Moçambique tinham obtido ganho de causa total na greve de 1925. A Companhia, por ordem publicada no seu

boletim oficial, n.º 18, de 16 de Setembro de 1925, nomeava a comissão então reivindicada pelos trabalhadores e formada por representantes da companhia e da associação do pessoal para estudar e propor as subvenções a conceder. A comissão passou a reunir regularmente e a companhia a fazer os pagamentos das percentagens fixadas. Em princípios de Julho de 1926 fizera a sua última reunião e concluía que a compensação à desvalorização da moeda para os meses de Julho, Agosto e Setembro, relativamente ao trimestre anterior, seria de 50%. O governador despachou favoravelmente mas, a 29 de Julho, mandou que os pagamentos fossem feitos metade em cheque sobre Londres e a outra metade em notas do Banco da Beira, com o coeficiente de desvalorização de 42%. O cheque sobre Londres só poderia ser rebatido no Banco da Beira com papel-moeda acrescido de um valor igual a uma desvalorização fictícia. A companhia alegava não comportar os encargos assumidos e os funcionários afirmavam, contra a companhia, que a verba para as subvenções votada no orçamento não estava esgotada. A associação dos funcionários reuniu e o governador da companhia despediu dois que se salientaram nas intervenções: o capitão Bravo Borges e o dr. João Barroso Tierno. A direcção da associação não foi recebida pelo governador que alegou não a reconhecer, apesar de uma existência legal de seis anos. A associação estava disposta a sacrificar 14 700 libras devidas aos seus associados, mas não transigia quanto à readmissão dos funcionários despedidos. O governador rejeitou todas as propostas e mediações, pelo que foi declarada a greve e a associação dirigiu um telegrama ao conselho de administração da companhia, em Lisboa, expondo a situação.

A greve provocou de imediato perturbações no movimento do porto, que era a actividade mais importante no território. A ausência dos pilotos e dos funcionários da alfândega atrasava, o despacho dos barcos e companhias houve que desviaram as suas unidades do porto da Beira. Um comboio da Trans Zambezia Railways que do Niassaland se dirigia à Beira, ficou retido na fronteira durante três dias, pela paralisação da alfândega. Tropas de Macequece, deslocadas para a Beira, substituíam os grevistas nos serviços e policiavam a cidade. Os oficiais europeus preenchiam os lugares dos funcionários da alfândega, dos correios e de outros serviços. A ordem era total na cidade. A população manifestava a sua solidariedade

para com os grevistas. O comércio encerrou as portas durante um dia, a apelo da sua câmara. Aliás, já a 9 de Maio o comércio fizera o mesmo em protesto contra a depreciação da moeda do Banco da Beira. A Câmara do Comércio manteve-se, nessa altura, em sessão permanente durante dias e telegrafou ao Presidente da República, ao Presidente do Ministério e ao ministro das Colónias «pedindo que auxiliem o Território na defesa contra o Banco da Beira que está asfixiando a população». O banco suspendera as transferências e a libra só era adquirível no mercado com 80% de sobrecarga. O custo de vida subia assustadoramente. Mais uma vez se vê claramente como a questão cambial não era mais do que o remate de toda uma situação de crise prolongada a atingir todas as camadas sociais “nos seus interesses e necessidades mais imediatos.

Voltando à greve. Uma vez esta desencadeada, a companhia ameaçou com o despedimento os funcionários que não comparecessem ao serviço. Sem êxito, porém. Na manhã de 24 paralisaram as tripulações do porto, os oficiais de sete das companhias de carga da Beira que, segundo a lei, tinham de ser portugueses. Dadas as proporções que a greve tomava, o governo interveio ordenando a expulsão para a metrópole dos «elementos perturbadores da ordem pública e disciplina social». Foram expulsos, pelo prazo de um ano, dos territórios da Companhia de Moçambique, o electricista João Frederico da Câmara Leme, o comerciante e industrial José Fernandes Caeiro e o comerciante Dionísio Rodrigues Pinho⁽¹²⁷⁾. A associação comercial local solidarizou-se com os dois comerciantes expulsos e a direcção da colectividade chegou a deliberar entregar-se à prisão, o que foi impedida de fazer pelos associados. No mesmo dia era declarado o estado de sítio em todo o território, «devido à greve dos empregados da Companhia de Moçambique e à atitude manifestada por parte da população»⁽¹²⁸⁾. De Lourenço Marques foram mandados para a Beira oficiais, sargentos e pessoal da Companhia Nacional de Navegação para manterem os serviços em funcionamento. Os telegramas remetidos de Lourenço Marques para os territórios da Companhia de Moçambique estavam sujeitos a censura e só podiam ser redigidos em português, francês ou inglês. A 7 de Outubro a companhia despediu 170 grevistas o que, praticamente, liquidou o movimento. A 11 cerca de metade dos funcionários já tinha regressado ao trabalho e a greve estava virtualmente terminada.

Mal a greve se declarara a companhia contratou em Lisboa 20 empregados que, em fins de Outubro, estavam a caminho da Beira.

A 23 de Outubro foi levantado o estado de sítio⁽¹²⁹⁾.

E foram ainda os sindicalistas de Lourenço Marques os únicos que, em Moçambique, parecem ter tido consciência do que significava para o futuro político este primeiro gesto de violência da Ditadura implantada a partir de Lisboa, no caso privilegiando as arbitrariedades da companhia majestática: «Ante esta onda de lama que atesta a cobardia total da colectividade, nós que sempre pensamos livremente e jamais aceitamos a mordaza de qualquer polichinelo elevado à categoria de Ditador, protestamos energicamente, levando aos deportados de agora e de todos os tempos o nosso grito de alma, solto de peitos ardendo por justiça, de que jamais nos calaremos, acompanhando todos os que — pondo de parte credos políticos ou filosóficos — queiram atacar de frente a sombra reacçãoária que promete avassalar-nos.

Em Moçambique irão ser reduzidos à condição de escravos, todos os que vêm de combater os escândalos, atacando de frente as portentosas Companhias Majestáticas?

Com o amordaçamento da imprensa, com a lei de expulsão sem julgamento e com todos os actos violentos que vêm de se praticar, não se pode esperar que a nossa condição de cidadãos se modifique para melhor.

De entre este monturo de ruínas a que todos vamos ser reduzidos restarão apenas como privilégio de castas os que estando senhores dos seus cursos irão imolando uma série de indivíduos, apontando-os às fúrias do reaccionarismo dos Bancos e de todos os que têm posto a nação a pedir»⁽¹³⁰⁾.

5.25. TRIPULANTES DO «GARTH CASTLE»

Uma greve que, tendo-se embora verificado simultaneamente com a agitação descrita, em Lourenço Marques, nada tem a ver com ela, foi a da tripulação do vapor da Union Castle Lines, «Garth Castle». O barco entrou no porto a 3 de Setembro e deveria ter saído a 13. Os fogueiros e restante tripulação aderiram à greve dos marítimos da África do Sul e recusaram-se

a sair com o barco na data prevista. A companhia tentou contratar pessoal para substituir os grevistas mas não o conseguiu. O cônsul inglês interveio e ameaçou os grevistas com o tribunal marítimo local, ao mesmo tempo que anunciou a vinda de uma tripulação completa da África do Sul para os substituir. Perante as ameaças, a 23, a tripulação saiu com o barco directamente para Inglaterra, via Santa Helena, evitando assim os portos da África do Sul, onde se temiam distúrbios, caso lá aportasse⁽¹³¹⁾.

Esta greve não interferiu na situação local nem por ela foi influenciada.

NOTAS

- (1) *Clamor Africano*, 30/Agosto/ 1893.
- (2) B.O. n.º 28, 11/Julho/1903 e B.O. n.º 10, 5/Março/1904.
- (3) *O Incondicional*, 12/Janeiro/1911.
- (4) *Era Nova*, 26/Janeiro/1911.
- (5) *Os Simples*, 3/Junho/1911.
- (6) Idem, 22/Dezembro/1911. E A.H.M., Avulsos da Câmara Municipal. Pasta «Confederação Operária», não numerada, Carta da Confederação à Câmara Municipal, 18/Dezembro/1911. A Confederação solicitava à Câmara que não autorizasse mais matrículas de carroceiros e congéneres.
- (7) *O Progresso*, 6/Março/1902.
- (8) *O Africano*, 2/Agosto/1913.
- (9) *O Germinal*, 12/Dezembro/1916; *O Africano*, 15/Novembro/ e 6/Dezembro/1916 e *O Incondicional*, 8/Dezembro/ 1916.
- (10) *O Africano*, 2 e 7/Maio/1919.
- (11) Idem, 3/Dezembro/1919 e *O Emancipador*, 14 e 27/Setembro/1925.
- (12) *O Brado Africano*, 14/Fevereiro/ 1920.
- (13) *O Emancipador*, 2, 9, 16, 23 e 30/Agosto; 6/Setembro/1920. *O Brado Africano*, 7/Agosto/1920.
- (14) 13/Dezembro/1920.
- (15) 17/Outubro/1921.
- (16) *O Brado Africano*, 16/Junho/1923.
- (17) Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, Ramo Diplomático, (daqui em diante A.N.E.U.), Cônsul Cecil Cross a Secretário de Estado, 9/Maio/ 1924 e *O Emancipador*, 11/Fevereiro/1924.

- (18) B.O. n.º 11, 1 Série, 15/Março/1924.
 (19) B.O. n.º 18, I Série, 3/Maio/1924.
 (20) A.N.E.U., Cônsul Cecil Cross para Secretário de Estado, 9/Maio/1924.
 (21) Suplemento ao B.O. n.º 20, 1904.
 (22) A.N.E.U., Cônsul Cecil Cross para Secretário de Estado, 9/Maio/1924. Um pequeno, mas bem fundamentado trabalho sobre a Companhia do Niassa pode encontrar-se em Leroy Vail, *Mozambique's Chartered Companies: The Rule of the Feeble*, *Journal of African History*, XVII, 3 (1976) págs. 389-416.
 (23) *O Incondicional*, 13/Fevereiro e 13/Março/1917. *O Africano*, 11/Abril/1917, apresenta as seguintes tabelas comparativas entre os preços antigos (sem precisar data — antes da guerra?) e os actuais:

Produtos	Preços antigos	Preços actuais
Arroz de 1. ^a	\$12	\$20
Arroz de 2. ^a	\$09	\$16
Açúcar	\$15	\$24
Azeite	\$30	\$65
Bacalhau	\$22	1\$00
Banha	\$45	1\$00
Chouriço	\$70	1\$80
Farinha	\$13	\$24
Feijão	\$16	\$28
Grão	\$17	\$25
Leite (Lata)	\$10	\$35
Macarrão e massas	\$22	\$40
Toucinho	\$45	\$90

- (24) *O Incondicional*, 10/Abril/1917.
 (25) *O Africano*, 1/Novembro/1916.
 (26) *O Germinal*, 8/Maio/1917.
 (27) 16/Fevereiro/1916.

- (28) 3/Julho/1917.
- (29) B.O. n.º 22, I Série, suplemento, 7/Junho/1917 e *O Germinal*, 12/Junho/1917.
- (30) *O Africano*, 6/Junho/1917.
- (31) *O Germinal*, 3/Julho/1917.
- (32) *O Africano*, 23/Junho/1917.
- (33) *O Germinal*, 3/Julho/1917.
- (34) Idem, 19/Junho e 3/Julho/1917.
- (35) *O Jornal Pró-Pátria* deixou de publicar-se na sequência destes incidentes e, em seu lugar, apareceu, a 26 de Julho, *A Província*.
- (36) *O Germinal*, 26/Junho/1917.
- (37) O dr. Álvaro de Castro estava no Niassa como comandante-chefe das forças militares que ali operavam contra os alemães. Chegou a Lourenço Marques a 14 de Junho. A 8 o comité da greve lançava uma proclamação na qual se vê que depositava grandes esperanças no regresso do governador:

8-6-917

Camaradas:

Tudo na melhor ordem.

A volta ao trabalho sem uma resolução cabal aos nossos pedidos, seria a morte do futuro de todos e a ruína dos camaradas presos.

Ninguém ao trabalho.

Aguardemos a chegada do sr. Governador Geral e a sua resposta; se for boa e atendível às nossas reclamações retomemos o trabalho com uma salva de palmas.

O comité resolveu não sair deste campo enquanto não for atendido o seguinte:

- 1.º — Liberdade aos presos ferroviários e perseguidos.
- 2.º — Liberdade de reunião.
- 3.º — Que o governo nos diga o que nos pode dar, em face das nossas reclamações.
- 4.º — Que nenhuma transigências serão feitas sem que o governo delibere sobre os nos. 1, 2 e 3.

Deixai as ameaças, deixai os terrores, somos homens, e a nossa atitude é apreciada por toda a gente, à excepção dos governamentais. Viva a União Ferroviária!
Honra aos presos!
O comité.

Quando necessitardes de auxílio monetário, informai-vos onde pára o comité, que ele vos auxiliará.

In Alfredo Pereira de Lima, *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*, I, 1971, pág. 232.

- (38) *O Germinal*, 19 e 26/Junho/ e 3/Julho/1917.
- (39) Idem, 7/Agosto/1917.
- (40) B.O. n.º 38, I Série, 22/Setembro/1917,
- (41) *O Germinal*, 11 e 18/Dezembro/1917 e 1S/Janeiro/1918.
- (42) *O Incondicional*, 4/Janeiro/1918.
- (43) 6/Novembro/1917.
- (44) *O Germinal*, 30/Outubro/1917.
- (45) A.N.E.U., Telegrama do Cônsul, Ray, para Secretário de Estado, 1/Dezembro/1919.
- (46) 11 Janeiro/1937.
- (47) A.N.E.U., Telegrama do Cônsul, Ray, para Secretário de Estado, 6/Setembro/1920: proclamado o estado de sítio na última noite, os estivadores paralisados e os caminhos-de-ferro a operarem com militares, os correios mantinham-se em funcionamento e não havia desordem.
- (48) *O Brado Africano*, 11/Setembro/1920.
- (49) A.N.E.U., Telegrama do Cônsul, Ray, para Secretário de Estado, 15/Setembro/1920: a greve teria sido sustada pelo governador-geral com a mobilização dos grevistas.
- (50) B.O. n.º 42, II Série, 16/Outubro/1920.
- (51) Dr. Brito Camacho, que veio a tomar posse a 26/Março/1921.
- (52) *O Emancipador*, 11/Abril/1921.

- (53) A.N.E.U., Cônsul L. H. Gourley, *Strikes in P.E.A.*, 22/Setembro/1925.
- (54) Mas o dr. Saldanha sempre foi um elitista dominado por uma ideologia pré-capitalista em que imperava um profundo desprezo pelos trabalhadores, tanto pelos europeus como pelos africanos.
- (55) *Correio de Lourenço Marques*, 11, 18 e 25/Fevereiro/1925.
- (56) Idem, 15/Julho/1925.
- (57) *O Brado Africano*, 13/Junho/1925.
- (58) B.O. n.º 3, II Série, 17/Janeiro/1925.
- (59) Jean-Louis Miège, *EXPANSION EUROPÉENNE ET DECOLONISATION*, Paris, 1973, pág. 297.
- (60) A exposição que se segue é baseada in A.N.E.U., Relatório do Cônsul, J. P. Moffitt, 6/Maio/1927 e Braga Paixão, *CEM ANOS DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO NA VIDA PORTUGUESA*, 1864-1964, 4 vols., Lisboa, 1964, *passim*.
- (61) *O Emancipador*, 12/Junho/1927.
- (62) *O Emancipador*, 27/Julho/1921, depois de pôr em destaque os resultados altamente favoráveis obtidos pelo B.N.U. no exercício de 1920, perguntava: «é justo que se continue tirando elevada percentagem às quantias com que contribuem para as suas famílias na metrópole os que aqui mourejam, tantos deles com insignificantes ordenados?»
- (63) A indignação contra o chamado privilégio do B.N.U. era geral e partia de todas as classes. De novo *O Emancipador*, a 4 de Fevereiro de 1924, acusava o banco de lançar no mercado o seu dinheiro desvalorizado e recolher em troca valores de que dispunha a seu bel-prazer, sendo, portanto, o causador da situação. Segundo o *Jornal do Comércio*, afecto ao governo local na defesa, que este faz, de que a capacidade de emissão passasse para o Estado. Sob o título «A Burla do Câmbio» diz que o banco pratica, ao balcão, um câmbio fictício para, no fim do mês, apanhar as libras por baixo preço aos servidores do Estado.
- (64) Américo Chaves de Almeida, *O PROBLEMA DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA*, I, Lisboa, 1932, pág. 85.

- (65) Para estes acontecimentos seguimos, fundamentalmente, o despacho do Cônsul dos Estados Unidos em Lourenço Marques, L. H. Gourley, *Strikes in P.E.A.*, 22/Setembro/1925, in A.N.E.U. que, em nada divergindo da imprensa da época, tem, sobre esta, a vantagem de relatório final, não sujeito a censura.
- (66) *O Emancipador*, 14/Setembro/1925.
- (67) A.H.M., Avulsos da Câmara Municipal, Carta da Companhia à Câmara, 20/Julho/1925.
- (68) Idem, Carta da Companhia à Câmara, 31/Julho/1925 e Gourley, *Strikes in P.E.A.*, cit.
- (69) A.H.M., Carta da Companhia à Câmara, 10/Julho/1925.
- (70) Gourley, *Strikes in P.E.A.*, cit.
- (71) Idem, Ibidem.
- (72) B.O. n.º 36, II Série, 5/Setembro/1925.
- (73) Gourley, *Strikes in P.E.A.*, cit.
- (74) *Correio de Lourenço Marques*, 1/Abril/1925.
- (75) *O Emancipador*, 26/Novembro/ 1925.
- (76) Idem, suplemento, 10/Novembro/1925 e B.O. n.º 44, 31/Outubro/1925.
- (77) Idem, 1/Novembro/1926 e A.N.E.U., Cônsul L. H. Gourley, *Strike of Railwaymen in Southern Part of P.E.A.*, 10/Dezembro/1925.
- (78) *Correio de Lourenço Marques*, 4 e 11/Novembro/1925. O déficit dos C.F.L.M. andava pelas 50 000 libras e os débitos ao comércio local subiam a 200 000. A.N.E.U., Cônsul J. P. Moffitt a Secretário de Estado, 6/Abril/1926.
- (79) *O Emancipador*, 25/Outubro/1926 e Gourley, *Strikes in P.E.A.*.
- (80) Gourley, *Strike of Railwaymen...* cit..
- (81) A.H.M., Caixa 357, Direcção dos Serviços de Administração Civil, Diversos, (daqui em diante D. dos S. de A.C.), Maço «Greve Ferroviária 1925-1926», Correspondência do secretário provincial do Interior para o Comissário de Polícia. No mesmo Arquivo há uma colecção muito importante de panfletos emitidos durante a greve.

- (82) *O Emancipador*, 1 e 8/Novembro/1926.
- (83) 3/Janeiro/1926.
- (84) Este dr. Temudo era acusado pelas autoridades de ser um dos instigadores da greve. A.H.M., Caixa 357,D. dos S. de A.C., Maço «Greve Ferroviária 1925-1926».
- (85) Portaria provincial n.º 222, suplemento ao B.O. n.º 46, I Série, 19/Novembro/1925.
- (86) A 30 de Novembro, o secretário provincial do Interior expediu um telegrama-circular para os administradores do Sábié, Moamba, Marracuene e Namaacha, mandando capturar e remeter para Lourenço Marques os grevistas dados como desertores porque «o prestígio da autoridade assim o determina». A.H.M., Caixa 357, D. dos S. de A.C., Maço «Greve Ferroviária 1925-1926».
- (87) O secretário provincial do Interior, a 15 de Dezembro, ordenou ao Comissário de Polícia a captura imediata dos ferroviários «perturbadores da ordem», que fosse posto termo à publicação de *O Emancipador* que estaria «realizando o incitamento à violência» e que o esquadrão de cavalaria usasse de toda a energia na repressão de manifestações de rua, prendendo quem resistisse. Idem, Ibidem. De facto, *O Emancipador* continuou a publicar-se, clandestinamente, durante a greve, como referimos em outro local. Geralmente com uma só página, em formato menor que o normal, saiu diariamente, apresentado como suplemento, de 12 a 31 de Novembro de 1925. Na colecção existente no A.H.M. reaparece como número único, o *Emancipador do Povo*, a 12 de Dezembro, e mantém-se como número único até 15. Volta a aparecer em 25. A 3 de Janeiro de 1926 toma o título de *A Greve Ferroviária*, «editada pelos grevistas». A 6, regressa aos números únicos. E a 24 de Fevereiro de novo passa a intitular-se *A Greve Ferroviária*. O último número existente tem a data de 4 de Março. Havia 110 dias de greve. A.H.M., Papéis Avulsos da Casa dos Trabalhadores.
- (88) Gourley, *Strike of Railwaymen...* cit.
- (89) *Correio de Lourenço Marques*, 7 e 14/Janeiro/1926.

- (90) Gourley, *Strike of Railwaymen...* cit..
- (91) *Notícias*, 13/Setembro/1926.
- (92) A.H.M., Caixa 357, D. dos S. de A.C., Maço «Greve Ferroviária 1925-1926», ofício do chefe dos serviços de Marinha para secretário provincial do Interior, 15/Dezembro/ 1925 e ofício do secretário do Interior para Comissário de Polícia, 16/Dezembro/1925.
- (93) *Notícias*, 26/Junho/1926.
- (94) Idem, 25/Setembro/1926.
- (95) B.O. n.º 51, II Série, 19/Dezembro/1925 e B.O. n.º 52, II Série, 26/Dezembro/1925.
- (96) *Notícias*, 25, 28 e 30/Abril; 1, 7, 25 e 29/Maio; 9 e 15/Junho; 2/Julho/1926.
- (97) idem, 15/Setembro/1926.
- (98) *O Emancipador Amordaçado?*, 4/Outubro/1926. Não obstante o Conselho Superior das Colónias ter já dado provimento ao recurso interposto pelos ferroviários António Maria Pacheco e Luiz Zeferino que tinham sido demitidos por portaria. *O Emancipador*, 18/Abril/1927.
- (99) B.O. n.º 33, II Série, 14/Agosto/1926.
- (100) Estes três grevistas foram considerados, pelas autoridades, os principais «agitadores da greve» que «procuraram manter o estado de indisciplina e desordem dentro da cidade». O secretário provincial do Interior, em fins de Abril, propunha que se organizasse o seu processo de expulsão da Colónia. A.H.M., Caixa 357, D. dos S. de C.A., Maço «Greve Ferroviária 1925-1926», proposta de 30/Abril/1926. Os três e mais cinco presos na Fortaleza de Moçambique, todos sem culpa formada e sem, sequer, terem sido ouvidos, a 8 e 9 de Abril, requereram, individualmente, ao Alto Comissário, a reconsideração do seu caso, alegando nada mais terem feito do que solidarizar-se com os camaradas de trabalho. Idem, Caixa 358.
- (101) *O Emancipador dos Proletários*, 19/Julho/1926.
- (102) O Congresso do Partido Trabalhista da África do Sul, em Port Elizabeth, a apelo dos grevistas, propôs que cessassem os com-

boios de mercadorias entre Lourenço Marques e o Transval. *Correio de Lourenço Marques*, 14/Janeiro/1926, que comenta tratar-se de uma ilusão, pois isso seria «o começo do triunfo do bolchevismo».

- (103) *O Emancipador dos Humildes*, 5/Julho/1926.
- (104) B.O. n.º 16, I Série, 17/Abril/1926.
- (105) B.O. n.º 32, I Série, 7/Agosto/1926 e *Notícias*, 21/Abril/1926.
- (106) *Notícias*, 20/Agosto/1926.
- (107) Idem, 1/Maio/1926.
- (108) B.O. n.º 15, I Série, 10/Abril/1926.
- (109) *Notícias*, 30/Abril/1926.
- (110) B.O. n.º 19, I Série, 8/Maio/1926.
- (111) *Notícias*, 9/Junho/1926.
- (112) B.O. n.º 36, I Série, 4/Setembro/1926. Uma nota oficiosa dos Serviços de Administração Política e Civil, em resposta a pessoas que, em Janeiro, intercederam a favor dos demitidos ou despedidos, dizia que dos ferroviários que se inscrevessem na Direcção dos Caminhos de Ferro, seriam admitidos os necessários. Aos restantes, que não encontrassem colocação na colónia, seria garantido o regresso à Metrópole com passagem paga para si e para a família e um subsídio proporcional ao número de pessoas do agregado familiar. Ao pessoal mobilizado e sujeito a julgamento por deserção, «seria dada homenagem na cidade desde que desejassem retomar o trabalho». *Correio de Lourenço Marques*, 21/Janeiro/1926. Um grande número de ferroviários desempregados veio a requerer a passagem para a Metrópole e o subsídio, que foram concedidos. Outros requereram colocação em diversos pontos de Moçambique. A.H.M., Caixa 358, D. dos S. de A.C., Maço «Greve Ferroviária, 1926», papéis diversos.
- (113) *Notícias*, 8/Junho/1926 e *O Emancipador dos Assalariados*, 26/Junho/1926.
- (114) 26/Junho/1926.
- (115) *O Direito* foi suspenso por apoiar a greve e o director, Manuel do Nascimento Ornelas, foi preso e teve que exilar-se, tendo

- regressado após a saída de Moçambique do Alto Comissário Azevedo Coutinho. O jornal reapareceu em Outubro de 1926. Ilídio Rocha, Catálogo... pág. 60.
- (116) *O Emancipador dos Assalariados*, 26/Junho/1926.
 - (117) *O Emancipador dos Humildes*, 5/Julho/1926.
 - (118) *O Emancipador*, 15/Novembro/1926.
 - (119) B.O. n.º 20, II Série, 15/Maio/1926.
 - (120) *O Emancipador dos Humildes*, 5/Julho/1926.
 - (121) B.O. n.º 20, II Série, 15/Maio/1926.
 - (122) B.O. n.º 39, 25/Setembro/1926.
 - (123) *O Emancipador*, 10/Janeiro/1927.
 - (124) *Notícias*, 27/Setembro/1926.
 - (125) *O Emancipador*, 14/Novembro/1927.
 - (126) Para a descrição desta greve foram fontes principais: A.N.E.U., Despacho do Cônsul J. P. Moffitt para Secretaria de Estado, 25/Setembro/1926 e *Notícias*, Maio-Novembro/ 1926.
 - (127) B.O. n.º 39, II Série, 25/Setembro/1926, Portaria E-n.º 1075.
 - (128) B.O. n.º 39, I Série, 25/Setembro/1926, Portaria n.º 405.
 - (129) B.O. n.º 43, 23/Outubro/1926, Portaria n.º 43.
 - (130) *O Emancipador Amordaçado?*, 4/Outubro/1926.
 - (131) Gourley, *Strikes in P.E.A.*, cit..

AS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO DE MAIO .06

Dado o significado da efeméride, o 1.º de Maio não poderia deixar de fazer parte das datas comemoradas pelos trabalhadores de Lourenço Marques. A avaliar por uma referência fugidia⁽¹⁾, que não pudemos confirmar, teria sido em 1890 que pela primeira vez o grande Dia do Trabalho foi publicamente comemorado em Moçambique. Se tal aconteceu, só viria a repetir-se em 1902, por iniciativa da União Operária⁽²⁾.

Anunciava-se que «... os operários desta cidade, pois que fundaram uma associação de classe, e ei-la a dar o primeiro passo para a conquista das suas, liberdades». A edição seguinte de *O Progresso*, de 24 de Abril, já falava de grande entusiasmo e informava ter a União Operária oficiado a todas as repartições e empreiteiros, pedindo dispensa para o pessoal, e ter convidado a imprensa e associações para uma sessão solene. De facto, houve desfiles, fanfarra na rua que pela primeira vez na cidade tocou o hino do 1.º de Maio, as avenidas D. Manuel, J. J. Machado e Paiva Manso estiveram iluminadas e a União Operária inaugurou bandeira e fez-se representar nas manifestações de Lisboa e do Porto. Da sessão solene saiu uma representação para o Governador-Geral em que se pedia a protecção para a «desleal concorrência» dos asiáticos e as oito horas de trabalho diário para os operários, quando os empregados do Estado já desfrutavam de seis horas e meia.

Apesar do vulto que tomaram as comemorações nesse ano não se repetiram nos seguintes pois, em 1906, Fortunato do Rego lastimava-se da indiferença do operariado que deixava passar a data em claro ao mesmo tempo que apelava para a reorganização da antiga associação dos operários de Lourenço Marques que tantos serviços prestara aos seus associados, nomeadamente no campo da instrução⁽³⁾.

Uma vez proclamada a República, um jornal republicano local pede à Câmara Municipal que o 1.º de Maio passe a ser dia feriado⁽⁴⁾. A data é fes-

tejada em 1911, com uma sessão solene na Confederação Operária, durante a qual foi descerrado o retrato «do grande apóstolo da instrução que em vida se chamou Francisco Ferrer»⁽⁵⁾. Esteve presente o Governador-Geral que afirmou terem os operários muitas razões para as suas queixas mas que, para já, não poderiam ser atendidas. Um telegrama proposto, a ser enviado ao Governo Provisório da República, em que se reclamavam as oito horas de trabalho para Lourenço Marques e se afirmava a solidariedade das classes trabalhadoras com a República, foi muito discutido mas, finalmente, aprovado por unanimidade. A edição de *Os Simples*, com data de 1 de Maio, dedica toda a primeira página à efeméride. Além de exaltar o significado do dia, reclama as oito horas diárias de trabalho e insere uma proclamação subscrita pelo Grupo Libertário Francisco Ferrer. As páginas restantes vêm preenchidas com colaboração de trabalhadores sobre a data comemorada. Este grupo, a Confederação Operária e a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil publicavam convocatórias para a sessão solene.

Como aconteceu repetidamente, o jornal operário anunciaria a publicação dos discursos proferidos na sessão solene, mas não o veio a fazer. Ao prometé-lo, anunciava levar a sua tolerância ao ponto de abrir a publicação até aos «nossos adversários políticos de ideias mais avançadas, ideias que não condenamos mas que achamos inoportunas na situação em que se encontra o novo regime que nos governa»⁽⁶⁾. Começava portanto a radicalização dos trabalhadores face ao regime republicano e os de *Os Simples* mantinham-se na moderação.

No ano seguinte, porém, já o 1.º de Maio passou quase despercebido em Lourenço Marques. *Os Simples*, que dedicou a edição do dia 15 às comemorações, é em tom pessimista que se lhe refere, ao mesmo tempo que lastima a decadência do Partido Socialista, fatora de divisão entre o operariado. Apenas a Associação de Classe da Construção Civil e a Confederação Operária realizaram sessões solenes, nas suas sedes, pouco concorridas apesar de o Governador-Geral, dr. Alfredo Magalhães, ter concedido tolerância de ponto em todas as repartições e oficinas do Estado.

Em 1913, porém, foi o Centro Socialista que tomou a iniciativa de comemorar o 1.º de Maio e pretendeu atribuir-lhe um cariz reivindicativo, contrariando o tom festivo de que se revestira nos anos anteriores, espe-

cialmente em 1911. Realizou-se um cortejo cívico até à Câmara Municipal, junto da qual foram apresentadas reivindicações e da Câmara o cortejo dirigiu-se ao cemitério em romagem aos túmulos dos camaradas falecidos, tendo aí sido proferidos discursos. Houve ainda uma sessão solene em que, tal como no cortejo, tomaram parte, além do Centro Socialista, a Confederação Operária, as associações de classe da Construção Civil, do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, dos Marítimos e dos Gráficos⁽⁷⁾.

Não obtivemos notícias de comemorações em 1914.

E, em 1915, apenas constatamos a publicação de um número especial de *O Germinal*, impresso a duas cores, com uma gravura alegórica a ocupar toda a primeira página e as restantes preenchidas com colaboração referente ao dia. O jornal propusera-se comemorar o 1.º de Maio «por este dia ser consagrado pelo operariado mundial à propaganda das suas reivindicações, ao mesmo tempo que de protesto contra a burguesia tirana e exploradora»⁽⁸⁾.

No ano seguinte, de novo o Centro Socialista toma a iniciativa mas, desta vez, apenas para requerer ao governo a tolerância de ponto em toda a província e convocar para 1 de Maio uma assembleia-geral comemorativa do dia e uma romagem ao cemitério para «desfolhar flores sobre a campa dos companheiros falecidos»⁽⁹⁾.

Em 1917 *O Germinal* começou por alertar os seus leitores para o carácter aleatório que muitas vezes tomavam as comemorações e defender «que o 1.º de Maio não deve ser um dia festivo, mas sim um dia de revolta contra os detentores do capital». E urgia os operários no sentido de irem para uma «reunião pública protestar contra a carestia de vida, motivada pela conflagração europeia, onde os povos irmãos se massacram uns aos outros canibalescamente em proveito da casta privilegiada»⁽¹⁰⁾.

Foi à volta das comemorações que se procurou dar nova vida à Confederação Operária e à Associação de Classe da Construção Civil. No dia 1 de Maio realizou-se uma sessão solene na sede da Associação dos Empregados do Comércio e Indústria, no decorrer da qual foi salientado o facto de a Associação da Construção Civil ter conseguido as oito horas de trabalho mesmo na indústria particular e a proibição de construção de casas de madeira e zinco dentro da área da cidade. Houve depois uma romagem

ao cemitério para inaugurar o mausoléu erigido em memória de João Gomes do Nascimento. Houve ainda outra sessão solene na Associação dos Ferroviários⁽¹¹⁾.

Em 1918 o 1.º de Maio foi assinalado com sessão já habitual na Associação dos Ferroviários e por uma pequena nota de *O Germinal* a abrir a edição da mesma data.

De 1919 não temos notícias e, em 1920, a iniciativa pertenceu ao jornal *O Emancipador*. Começou por anunciar um espectáculo em benefício do seu cofre. Depois reuniu as associações de classe dos ferroviários, construção civil, metalúrgicos, artes gráficas, o Centro Socialista e o núcleo socialista de Ressano Garcia que acordaram em que o dia 1.º de Maio de 1920 «marcasse na história do movimento operário uma página de glória para as classes trabalhadoras da Província de Moçambique»⁽¹²⁾. As comemorações foram assinaladas com colaboração especial em *O Emancipador*, uma sessão no Teatro Varietá, à tarde, e um «espectáculo de propaganda social», à noite. Mas a assistência foi fraca⁽¹³⁾.

No ano seguinte foi o Centro Socialista que tomou a iniciativa de realizar um espectáculo comemorativo, de cuja receita líquida destinou cinquenta por cento para *O Emancipador*, o que o jornal recebia de braços abertos, pois vinha «ao encontro de embaraços pecuniários» provocados pela «contestação da iníqua sentença de que foi alvo o seu editor». Foi igualmente anunciado um almoço de confraternização. O espectáculo ficou sem efeito por o dia cair ao domingo e ser incomportável o aluguer da, sala. A Associação do Pessoal da Construção Civil tomou então em mãos a realização de uma sessão solene na sua sede. *O Emancipador* dedicou a 1.ª página ao 1.º de Maio e publicou as fotos de F. Praça Magalhães, Joaquim Campos e Aires dos Santos, deportados que tinham morrido em Moçambique. A colaboração denunciava o desinteresse do operariado pela «causa dos trabalhadores».

Não obtivemos notícias para 1922 e 1923, mas a apatia dos trabalhadores deve ter afectado as comemorações, pois em 1924 o jornal operário dizia que o 1.º de Maio decorreu em Lourenço Marques quase da mesma forma dos anos anteriores; e quase porque, do habitual, só não se realizara o espectáculo em benefício da Casa dos Trabalhadores. Os esforços tinham-se concentrado, justamente, em congregar elementos susceptíveis de fazer

com «que a organização operária saísse da apatia em que vinha vivendo»⁽¹⁴⁾. Reuniram velhos militantes que conseguiram formar uma Comissão Administrativa para a Associação de Classe dos Ferroviários e promover a revisão dos Estatutos do Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras.

De novo sem notícias até 1927, ano em que *O Emancipador*, comemorando o 1.º de Maio, saúda «as vítimas da greve ferroviária, que há mais de um ano aguardam julgamento» e saúda igualmente «os deportados de Lisboa, Quelimane e Moçambique, e o lutador audaz Joaquim Faustino da Silva, a quem este Jornal e a Casa dos Trabalhadores muito deve». Ao que parece, as comemorações ficaram por aí.

Em 1928 já houve sessão solene na Associação da Construção Civil, mas mal preparada, e um espectáculo na Academia Recreativa Mocidade. Não se realizou um almoço previsto para não desvirtuar o carácter que neste ano se quis dar às comemorações⁽¹⁵⁾.

E deve ter sido este o último ano que, em Moçambique, até à independência, se comemorou o 1.º de Maio.

No ano seguinte, ainda *O Emancipador*⁽¹⁶⁾, a propósito de «O 1.º de Maio e o Sindicalismo», sem falar em comemorar o dia, insiste na tese anarco-sindicalista: «sindicalismo é a tendência da classe operária organizada a emancipar-se, por meios próprios, directos e revolucionários, da tutela política e capitalista. Era o que visava o congresso operário da América do Norte, realizado em Chicago em 1884, quando decidia para o 1.º de Maio de 1886 a declaração da greve geral para a conquista das 8 horas».

6.1. GRUPO DESPORTIVO 1.º DE MAIO

Ligado ao 1.º de Maio, fundou-se em Lourenço Marques o Grupo Desportivo do mesmo nome, iniciativa de trabalhadores que assim levaram até ao meio desportivo a sua capacidade de militância. Este clube radicar-se-ia no Bairro do Alto Maé, habitado predominantemente por trabalhadores e manteria, durante muito tempo, características de clube eminentemente popular e de bairro.

Foi fundado em 1917 por Luís Gomes Jardim, Artur Joaquim Maia, Manuel Vitorino, José Ferreira e Artur Cruz que, até 1919, permaneceram

numa Comissão de Iniciadores. De 1920 a 1922 e de novo em 1924, foi presidente da Direcção o militante operário Manuel da Silva Quitério. Nos primeiros 150 associados do clube havia 76 ferroviários, 23 dos quais nos primeiros 30⁽¹⁷⁾.

Dos Estatutos, publicados bastante mais tarde, constava tratar-se de uma associação exclusivamente de desportos, recreio e beneficência⁽¹⁸⁾.

6.2. AS OITO HORAS DE TRABALHO

Intimamente ligada às comemorações do 1.º de Maio esteve sempre a reivindicação das oito horas de trabalho. Em Lourenço Marques a luta por este objectivo dos trabalhadores não revestiu a importância de outras, embora aflore aqui e além.

A movimentação mais concertada, nesse sentido, foi a da Associação de Classe da Construção Civil que, em reunião de 22 de Abril de 1912, propôs se convocassem todas as congéneres para reivindicarem as oito horas para todos os trabalhadores. Fez-se a reunião dois dias depois, com os representantes dos ferroviários, marítimos, trabalhadores do comércio e indústria e Confederação Operária. A 29, ainda na associação dos trabalhadores da construção civil, reuniram de novo aquelas associações mais a União Africana com os empreiteiros, construtores civis e industriais e, ao que parece, na melhor boa paz, dali saiu uma representação consensual para solicitar ao Governador-Geral a publicação, em Boletim Oficial, do estabelecimento das oito horas de serviço para todos os trabalhadores da Província. Dizia *Os Simples* que seria difícil tal proclamação porque na metrópole esse importante assunto não foi ainda, sequer, pensado pelos representantes do Povo...» No entanto, foi deliberado começar a praticar o novo horário de trabalho a 1 de Junho⁽¹⁹⁾.

Aqui deve ter andado metido João Gomes do Nascimento que, tendo começado como operário carpinteiro, era na altura sócio duma empresa de construção civil. Era o sócio n.º 1 do Centro Socialista, dos corpos gerentes da associação de classe dos trabalhadores da construção civil e manteve-se sempre ligado ao movimento operário.

A verdade é que, no ano seguinte, como vimos, para os trabalhadores do comércio de Lourenço Marques foi estabelecido um horário de 55 horas semanais em 6 dias de semana. E em 1915 os operários do Estado aguardavam que lhes fossem concedidas as 8 horas a partir de 5 de Outubro, regalia de que beneficiavam já outros trabalhadores⁽²⁰⁾.

NOTAS

- (1) *Notícias*, 1/Maio/1926.
- (2) *O Progresso*, 17 e 24/Abril e 8/Maio/1902.
- (3) Idem, 3/Maio/1906.
- (4) *Era Nova*, 10/Novembro/1910.
- (5) *O Incondicional*, 1/Maio/1911.
- (6) *Os Simples*, 6/Maio/1911.
- (7) *O Incondicional*, 3/Maio/1913.
- (8) *O Germinal*, 27/Abril/1915.
- (9) Idem, 25/Abril e 2/Maio/1916.
- (10) Idem, 17/Abril/1917.
- (11) Idem, 8/Maio/1917. Quanto à agitação que, neste ano, e com início em 1 de Maio, se verificou em Lourenço Marques, vide capítulo sobre as greves ferroviárias.
- (12) *O Emancipador*, 26/Abril/1920.
- (13) Idem, 1 e 10/Maio/1920.
- (14) Idem, 5/Maio/1924.
- (15) Idem, 9/Maio/1928.
- (16) 22/Março/1929.
- (17) Grupo Desportivo 1.º de Maio, Boletim Comemorativo do XXXIX Aniversário, Lourenço Marques, 1956.
- (18) B.O. n.º 23, I Série, 9/Junho/1923.
- (19) *Os Simples*, 15 e 28/Maio e 15/Junho/1922.
- (20) *O Germinal*, 28/Setembro/1915.

O CONGRESSO DAS CLASSES TRABALHADORAS NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

.07

A 23 de Março de 1915 *O Germinal* publicava a seguinte moção de ordem apresentada por Fortunato do Rego na mesma assembleia em que se instituiu o Sindicato Geral do Trabalho de Moçambique:

Considerando que o flagelo da actual guerra concorre para apimentar, cada vez mais, a já precária situação dos trabalhadores; e

Considerando também que urge procurar impedir, por todos os meios, a continuação deste estado deplorável de miséria, devido à falta de providências, de justiça, de equidade e até mesmo de humanidade; e

Considerando mais que uma situação tal, a prolongar-se, pode conduzir-nos à prática de actos contrários à nossa vontade, ainda que justos, pois de há muito se sabe que a fome é má conselheira e termina sempre por despertar os que dormem, agitando a indiferença e sacudindo a comodidade emprestada a curto prazo mas

Considerando, finalmente, que a unificação do povo trabalhador se impõe como único e eficaz remédio para atalhar o mal principiando pela fundação do Sindicato Geral das Classes Trabalhadoras da Província de Moçambique, que deverá sair dum Congresso a funcionar em Maio próximo;

A assembleia resolve:

- 1.º — Realizar um Congresso das Classes Trabalhadoras desta Província, nos dias 1, 2, 3 e 4 do p.f. mês de Maio;
- 2.º — Nomear desde já a comissão executiva do referido congresso;
- 3.º — Nomear a comissão que há-de dar pareceres sobre as teses a discutir;
- 4.º — Que a ordem dos trabalhos deste congresso seja a seguinte:
 - 1.ª Tese: — Como devem ser organizadas as secções de trabalhadores, quais as suas obrigações para com o Sindicato Geral respectivo?

2.^a Tese: — Considerando que há a maior conveniência em fomentar a agricultura nesta Província, qual deve ser a melhor forma de desenvolver este principal ramo de trabalho e de actividade humana?

3.^a Tese: — Qual deve ser a melhor forma de obter dos elementos *patronal* e do *Estado*, a protecção que estes devem aos trabalhadores dos Campos, das Oficinas, dos Escritórios, Marítimos, e finalmente, ao trabalho em geral?

4.^a Tese: — Qual deve ser a atitude das classes trabalhadoras perante o actual conflito armado, iniciado na velha Europa pela criminosa ambição do Mundo Capitalista, Guerreiro e Aristocrata?

5.^a Tese: — Será conveniente às colectividades, compostas exclusivamente de trabalhadores, terem qualquer entendimento e ligação com a maçonaria ou seus adeptos?

6.^a Tese: — Como se poderá obter a tão precisa e desejada instrução profissional e racional para as classes laboriosas e para o povo em geral?

7.^a Tese: — Apresentação de propostas várias.

Lourenço Marques, 18 de Março de 1915.

A Comissão Executiva

Esta moção foi aprovada por unanimidade. Apenas Sousa Amorim achou haver pouco tempo para que o congresso se pudesse realizar nas devidas condições. A comissão executiva era constituída pelos trabalhadores seguintes: António Fortunato do Rego, Zoumo Toste de Betencourt, Manuel Arnaldo da Silva, Manuel José Rodrigues Namora, João Maria Borges, Francisco Lopes Tropa, Tomaz Domingos d'Oliveira, Eduardo Carlos Pereira pelo sindicato do pessoal do porto, José Vidal Mesquita, José Pinto Correia, da associação do pessoal da construção civil e Eduardo Franco Martins⁽¹⁾.

A 20 de Abril estava elaborado o programa com a sessão preparatória marcada para 1 de Maio e o encerramento para 5. Datas que vieram a ser acusadas de precipitação e uma das causas dos resultados negativos do Congresso. Iniciado na data prevista, presidiu à sessão preparatória Domingos de Oliveira, secretariado por E. Franco Martins e Francisco Lopes Tropa. O presidente abriu a sessão referindo-se circunstanciadamente — conforme relata *O Germinal*⁽²⁾ — «aos crimes hediondos praticados

nas pessoas dos nossos camaradas de Chicago e diz que em Portugal se tem procedido de forma quase idêntica, encerrando nas masmorras muitos operários por eles mais se salientarem nos seus protestos e na sua propaganda contra os tiranos e os opressores».

Verificados os mandatos e considerando-se como organizado o Congresso das Classes Trabalhadoras da Província de Moçambique, Fortunato do Rego lembrou que estando também em Ferrol, Espanha, reunidos em congresso internacional «camaradas nossos, se saudassem esses camaradas levantando vivas às classes trabalhadoras da província e ao operariado mundial».

O *Germinal* prometeu publicar todas as teses apresentadas mas só veio a fazê-lo a partir de Julho e muito incompletamente. O Congresso, pelas cisões que provocou no meio operário local (e que determinaram igualmente a morte imediata do Sindicato Geral acabado de fundar, como referimos) criou susceptibilidades que levaram os autores a não facultar as teses para publicação. Conhecem-se, portanto, apenas três. O que impede a análise detalhada das mentalidades e ideologias prevalentes neste punhado de trabalhadores. Não obstante, dos textos conhecidos e do noticiário publicado, obtêm-se informações preciosas.

Foi o electricista do porto Eduardo Franco Martins, que apresentou a tese relativa ao tema proposto sob o número 3.

Em termos empolados, o relator lastima o desinteresse dos trabalhadores por «actos destes que têm em mira o desenvolvimento das nossas colónias, especialmente a Província de Moçambique, e *ipso facto*, que se prende com o bem-estar geral». Entende que «todo o cidadão, que tenha amor a esta colónia, tem por dever, dentro da sua esfera de acção, contribuir (...) para o alevantamento desta província...». Lastima o atraso da indústria e da agricultura. É bem certo que, se introduz o assunto desta maneira, o faz por considerar que tais matérias «andam ligadas ao constrangimento da vida dos trabalhadores». Por outro lado, «a falta de princípios, de educação e de ilustração, tão generosamente espalhada na classe produtora» é que não permitia abarcar a globalidade do problema. Atribui à indiferença a persistência dos males de que todos se queixam, nomeadamente a guerra em curso na Europa:

«... esses assassinatos impunes que se cometem numa luta de canibais por essa Europa avançada no progresso industrial, mas sem sentimentos

nem educação; todos esses milhões de homens roubados improdutivamente ao trabalho económico; esses milhares de vítimas inocentes sacrificadas em holocausto dum déspota e dum tirano; toda essa fome que alastra por todos os países; toda essa carestia de vida são os produtos dessa inacção». Era mais difícil «conduzir ao Bem essa massa anónima do que derrubar todos os poderes constituídos!» É certo que o relator salienta não poder existir «bem-estar geral» enquanto persistirem «as duas classes distintas — opressora e oprimida». Tudo se conseguiria quando os trabalhadores soubessem traduzir aquilo de Marx: «A emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores». É então que este operário finaliza a sua «sincera apologia, emanada dos princípios libertários enraizados na minha consciência», sempre «em favor dos que labutam, sofrem, produzem e nada têm».

Não deixa de ser curiosa a metodologia deste discurso patético e desordenado de um trabalhador libertário em meio tipicamente colonial. Só esta última circunstância é que pode explicar a tomada, como ponto de partida, de uma tese desenvolvimentista no estilo em que melhor não faria a pequena burguesia local de então. É verdade que as questões relativas às relações de produção que nos pareceriam as relevantes a tratar, conforme o tema proposto, subjazem vagamente a todo o enunciado. Mas estão muito longe de ser atacadas de frente. E não pode esquecer-se que a formulação inicial da tese (?) programada fala da «protecção» (!) patronal e estatal com o que o relator condescende, depois de evidenciar o despropósito, em tom claramente libertário: «Quando um dia a classe trabalhadora saiba e compreenda a sua força; quando um dia tenha a consciência do que é e vale, e esteja reforçada com a superioridade intelectual que lhe falta, então sim, não é mister mendigar protecções vergonhosas, deprimentes e humilhantes, nem dos patrões nem do Estado! Não há, porque estas duas palavras tutelares terão desaparecido dos dicionários! Enquanto porém todas as forças não convergirem para um só foco, continuaremos na mesma rotina, ao sabor da onda usurpadora e parasitária. E nestas circunstâncias, extenuados, somos forçados a ir na corrente preponderante de despotismo, e não podemos prescindir do auxílio a que se refere esta tese».

Mesmo (talvez sobretudo) para estes trabalhadores europeus, e porque europeus imigrados, logo «colonos», a questão principal ainda não era a das relações de produção mas a do desenvolvimento das forças produtivas.

Por outro lado, vê-se que, de Marx, apenas subsistia o *slogan* e no melhor aproveitamento libertário. Sendo, mesmo assim, de salientar que esta foi uma virulência de linguagem jamais, após os anos 20, ouvida em Moçambique, nem por isso se podendo deixar passar em claro a constatação da fragilidade conceptual e ideológica de que este militante operário dá provas. Mas também não será despiciendo, como limitação ao desenvolvimento e proclamação do ideal libertário, o condicionamento do meio colonial com todas as suas implicações de carácter social. Este discurso — não menos que tantos outros — pode pois considerar-se como o retrato das contradições em que toda esta fracção das classes trabalhadoras se via envolvida e por elas laqueada.

Descendo à comezinha realidade envolvente, o orador começa por referir a «desorganizadora» Carta Orgânica da província, «essa nódoa negra que mancha o infeliz governo da Província de Moçambique», que permite expulsar do território qualquer cidadão com um processo sumário. Assim como a exclusão do Conselho do Governo da representação das classes trabalhadoras. A finalizar, formula um caderno reivindicativo:

a) Isenção de multas aos trabalhadores, quando sejam aplicadas com exercício.

b) Isenção de castigos infligidos aos trabalhadores, provenientes de erros profissionais.

c) Intervenção da associação de classe, para aquisição de operários a empregar no serviço do Estado.

d) Instituição duma Bolsa de trabalho, com carácter mutualista, para conceder pensões aos trabalhadores inválidos e suas famílias, quando não tenham Montepio.

e) Obrigatoriedade de bilhetes de identidade, passados pelas respectivas associações, ou sindicatos legalmente constituídos.

f) Regulamentação do cooperativismo.

g) Indemnização pelos erros de Justiça, aplicada em tribunais de qualquer instância.

h) Instituição de um tribunal para apreciar e resolver todas as questões suscitadas entre a classe trabalhadora e os patrões, quer sejam particulares, quer o Estado.

i) Intervenção de representantes das classes trabalhadoras em todos os assuntos que se prendam com o desenvolvimento económico da Província de Moçambique.

7.1. FUNDAMENTO

a) *Isenção de multas* — É para acabar de vez com essa guilhotina, suspensa sempre sobre a cabeça dos trabalhadores, e que corta todos os princípios de verdadeira Justiça, evitando perseguições e verrinas. É um acto imoral e extorsionário: imoral porque representa uma obrigatoriedade de trabalho, sem remuneração: extorsionário, porque representa um assalto aos proventos e à bolsa dos indivíduos, ao abrigo de regulamentos iníquos.

b) *Castigos pelos erros profissionais* — É este um dos abusos constantes, que deve deixar de existir nos estabelecimentos do Estado, principalmente, representados por caminhos-de-ferro. Nas oficinas, tracção, movimento e outros ramos de serviço, é fácil aos operários, maquinistas, compositores de comboios, capatazes de manobras e outros trabalhadores contribuírem, involuntariamente, para insignificantes prejuízos materiais de máquinas, ferramentas, material circulante, etc., devido a consequências imprevistas e outras inevitáveis. O zelo acrisolado pelos interesses do Estado, obriga que os chefes façam pagar as avarias causadas pelos pequenos servidores, com manifesto prejuízo dos seus parcos vencimentos. Em oposição a esta forma de proceder, os zelosos cumpridores dos deveres, dos outros, constituídos pela classe preponderante, cometem faltas gravíssimas, erros crassíssimos, devido a incompetência duns e ao capricho doutros, sem que o Estado — que somos nós todos — seja indemnizado de prejuízos fabulosos. Há exemplos bem frisantes em L.M. que é escusado enumerar. Portanto, para boa justiça, quando se peçam responsabilidades a uns, deve-se pedir com razão a estes. Se isto não agrada... paciência.

c) *Intervenção da associação*

Há uma grande conveniência em reconhecer um certo valor e competência às associações de classe para determinar as aptidões profissionais de qualquer trabalhador. São vulgaríssimos os casos, em que diversas entidades administrativas e repartições do Estado, contratam por intermédio do ministério das colónias, indivíduos pouco escrupulosos que ludibriam a boa fé dos contratantes com documentos menos verdadeiros das suas aptidões, só para alcançar os seus desejos ou mitigar as suas necessidades, não satisfazendo finalmente os fins para que são contratados. Estes factos, que muitas vezes demonstram pouca honestidade, ignorância ou decadência moral, conduzem quase sempre a resultados desagradáveis, em desabono das classes trabalhadoras. É, pois, um assunto digno de ser ponderado para que não haja prejuízo para qualquer dos outorgantes.

d) *Instituição de uma bolsa de trabalho* — Baseia-se esta minha ideia, num fim verdadeiramente humanitário: — De cada um consoante as suas forças e a cada um conforme as suas necessidades. — Nada há mais doloroso e mais comovente que, depois dum trabalhador empregar toda a sua robustez, em benefício da prosperidade e da riqueza de estranhos, e, no fim, quando as suas forças se esgotam, ver-se obrigado a mendigar publicamente uma esmola, ou sofrer aquela miséria envergonhada, concentrada dentro de quatro paredes, definhando-se numa luta constante entre a vergonha de implorar uma esmola e a fome que o dilacera a si, a mulher e aos filhos. E lembrar-se o infeliz que, enquanto ele sofre uma agonia trucidante, outros para quem ele contribuiu para a sua riqueza, se banqueteiam, se divertem e dissipam em orgias várias, o produto do seu trabalho! É bom que haja quem se empenhe em obrigar a classe trabalhadora a ser previdente; preparar-lhes o futuro da sua velhice; garantir-lhes uma vida isenta de humilhações e de miséria quando inválidos; compensar-lhes os martírios com uma tranquilidade relativa, é facto, mas isenta de mendicidade e de ignomínia.

e) *Bilhetes de Identidade* — Parecendo à primeira vista que a posse do bilhete de identidade não tem valor algum tem todavia, uma grande utilidade e um grande alcance. Dá facilidade ao possuidor de ser reconhecido em toda a parte como profissional, e evita que se inculque uma coisa diversa do que efectivamente é, desvirtuando a verdade.

f) *Cooperativismo* — Obra grandiosa, talvez de difícil solução devido a interesses estranhos, que andam sempre ligados às boas intenções e tenta-

tivas, a fim de as inutilizar. O cooperativismo em Portugal não existe, a não ser numa forma conjugada aos códigos que regem o comércio em geral e as sociedades anónimas. Não sei se no estrangeiro há alguma coisa que satisfaça nesse sentido, que nos sirva de guia, mas é melhor tentá-lo sem imitação.

Esta obra depende de muito estudo, e não se pode tratar de afogadilho, sobre o joelho, nem está ao abrigo da minha competência. Reconheço, porém, que é preciso regulamentá-la, por constituir um bem económico para as classes pobres.

g) *Indemnização pelos erros de justiça* — É fundamentada a criação desta lei, para compensar dos prejuízos causados aos cidadãos que são julgados e condenados, os quais, mais tarde, -pela revisão de processos ou meios, sejam reconhecidos como inocentes. Casos tem havido, embora em pequeno número, em que indivíduos inocentes, mas sob o peso de provas esmagadoras devido a coincidências várias, são condenados pelas justiças ordinárias, sem que todavia os julgadores fujam da sua linha de conduta e se possam eximir ao cumprimento da lei. Estes incidentes que ocasionam o sofrimento moral, não podem ser resgatados com uma indemnização monetária, mas podem ser compensados na parte material e financeira, tão digna de ser levada em consideração.

h) *Questões entre operários e patrões* — É este um assunto muito melindroso, que deve ser tratado com todo o critério e ponderação. Deve estar sempre subordinado a toda a imparcialidade, para impor o crédito e o respeito entre os litigantes. A criação dum tribunal ou patronato de trabalho, para resolver estas questões, deve ser legalmente constituído, e para isso era muito aproveitável a organização do Tribunal dos Árbitros Avindouros, que aprecia os acidentes de trabalho, a que se refere o decreto de 24 de Julho de 1913, já citado. As questões constantes entre operários e patrões, correm sempre ao sabor dos que têm mais preponderância, com manifesto desprezo da justiça que assiste a quem de direito lhe pertence. Abusos, vinganças, más interpretações, tudo serve de pretexto para empurrar as armas da legalidade, e atirar-se sem mais considerações, para a margem do desprezo, aqueles que tenham nascido debaixo da influência dum signo infeliz. É mister legalizar-se a forma de se defender os interesses de todos, dentro da melhor concorrência de direitos e respeito que cabe a cada um sem se recorrer aos dispendiosos processos da justiça ordinária.

i) *Intervenção de representantes dos trabalhadores no desenvolvimento económico da Província* — O desenvolvimento económico de qualquer país, importa na criação duma vida própria, que constitui a riqueza desse mesmo país. A riqueza duma vida própria traduz a felicidade de um povo. Este povo, o verdadeiro povo, que trabalha e produz, embora muitas vezes na sua maior parte inconsciente, tem os seus interesses ligados a todas as oscilações que se manifestam na vida económica e financeira. As classes preponderantes, exclusivamente monopolizadoras dos destinos dum país, que é o mesmo que dizer, do povo contribuinte para a riqueza desse país, não têm a mais pequena parcela de consideração em consultar as necessidades e a vontade desse povo. Arvoram-se em mentores, empunhando o ceptro tutelar, esbanjando com incrível audácia criminosa, o produto do trabalho e dos sacrifícios, com que essa grande massa contribui para as regalias dum núcleo improdutivo, em detrimento de bem-estar tão escandalosamente usurpado aos que estão colocados fora da escala privilegiada. É chegado o tempo das classes trabalhadoras despertarem da profunda letargia em que têm estado mergulhadas. Hoje já se encontram no seio dessas classes muitos homens conscientes, educados, conhecedores convictos das necessidades e da forma como se deve desenvolver e fomentar um país, e como tal, esses homens representando o sentir e as indispensáveis exigências desse povo, é forçoso, é justíssimo até, a sua salutar interferência em todos os assuntos que se prendem, com o desenvolvimento económico do país. Nas colónias, principalmente, deve ser banida por completo toda a espécie de política partidária, esse cancro que conduz o nosso país a uma decadência prematura. Tratando de Moçambique devemos convergir todas as nossas atenções, no estudo atinente a criar uma vida própria e progressiva, que nos coloque numa independência que não temos. Se os grandes homens que superintendem nos nossos destinos tivessem há muito tempo querido compreender, as necessidades de tudo que nos falta, não estaríamos tão decadentes. É deveras humilhante para o brio e dignidade de tanto homem ilustre que tem empunhado as rédeas do governo, a apresentação de alvitres de reconhecida utilidade emanados dum congresso iniciado por modestos membros da família trabalhadora! O bem-estar dum povo não pode nem deve estar à mercê de políticas torpes e mesquinhas que nos arruinam e deprimem.

7.2. DEFESA DA PEQUENA AGRICULTURA

Manuel José Rodrigues Namora apresentou a tese sobre o fomento agrícola na Província. Do princípio ao fim trata-se de um discurso — também este, e totalmente — desenvolvimentista, nada tendo a ver com os problemas específicos das relações de produção. Partindo do princípio de que a agricultura está na base da riqueza, constata o facto do Estado não a fomentar, preferindo importar todos os bens alimentares. O que lhe permite cobrar as receitas aduaneiras respectivas «que eles distribuem a seu belo prazer (...) o suficiente para viverem parasitariamente quase dois terços da nossa população». Refere-se, evidentemente, à população de extracção europeia. O mais surpreendente é que argumenta, a seguir, com o exemplo de Angola. Onde as grandes plantações de cana (destinadas exclusivamente à produção de álcool para as populações locais) foram proibidas, arruinando os agricultores. Se bem que se insurja contra a alternativa da importação do «vinho para preto», «a zurrapa venenosa do Poço do Bispo» também o faz relativamente à campanha de Cadbury contra a utilização da mão-de-obra angolana pelos plantadores de S. Tomé. Neste caso ressaltando ter-se gorado a campanha dos chocolateiros ingleses pelo facto de «aquela verdadeira mina de ouro», as plantações santomenses, estarem nas mãos dos maiores capitalistas portugueses «ao mesmo tempo senhores do nosso país fazendo valer os seus direitos, não sucedendo o mesmo em Angola por ser uma tentativa de pequenos agricultores sem protecção do Estado».

Esta defesa cerrada da pequena agricultura colonial é bem curiosa, até pelo facto de denunciar como os conflitos entre as burguesias coloniais portuguesas, burguesias localmente radicadas e dependentes, e a grande burguesia metropolitana se repercutiam de uma a outra costa de África. Mas sobretudo por deixar claro como este operariado se encontrava social e mentalmente incorporado nessa mesma pequena burguesia, cujos interesses equaciona e defende, de todo alheia aos problemas levantados por um proletariado local em vias de formação.

De resto, a tese, nas suas linhas gerais, segue perfeitamente o que era então o discurso colonial das classes dominantes portuguesas. Deveria

encaminhar-se a emigração portuguesa para as colónias, desenvolvendo-as agricolamente. As colónias já eram grandes importadoras de vinho da metrópole. Desenvolvidas, importariam muito mais. E, ao preconizá-lo, o relator nem se dá conta das contradições em que essa pequena burguesia colonial está envolvida. A sua condição de dependente obriga-a a sacrificar, irremediavelmente, aos interesses metropolitanos, os seus próprios. O caso do vinho é flagrante e Namora acaba por, simultaneamente, atacar e defender a sua importação nas colónias!...

Coincide ainda, no que foi durante muito tempo, e até muito mais tarde, um dos *leit-motiv* da burguesia colonial nas críticas à administração central, metropolitana: as companhias majestáticas. «Entenderam os nossos governos transactos — verbera — que era bom formarem companhias estrangeiras com a denominação de portuguesas, para explorar a mais rica zona do planeta, a Província de Moçambique, desnacionalizando o nosso património colonial a troco de uns tantos lugares remunerados nas companhias e algumas acções para o Estado, vendo o nosso proletário ir o ouro para o estrangeiro».

E volta à defesa localizada dos pequenos agricultores de Inhambane, a contas com exigências postas à cultura da cana para o fabrico de *sope*. Era, sem dúvida, uma bem estranha defesa da agricultura, esta que pretendia a mão livre para os destiladores de álcool com que se envenenavam as populações.

Que o pensamento deste trabalhador em nada diferia dos melhores teóricos do colonialismo nessa altura, é patente nas conclusões que coroam o trabalho:

Artigo 1.º — Abrir colónias e proteger as indústrias que se venham a criar.

Artigo 2.º — Facilitar aos colonos portugueses os meios de transporte dando-lhes gratuitamente passagens e bem assim alfaia, sementes e gados para procriação.

Artigo 3.º — Abrir estradas para transportes fáceis para o litoral e mercados do consumo.

Artigo 4.º — Fornecer-lhes árvores de fruto pelas suas quintas de ensaio agrícola.

Artigo 5.º — Haver um laboratório por conta do Estado para análises e qualidades de terreno servindo :de orientação aos colonos agricultores.

Artigo 6.º — Fazer irrigações e fornecer-lhes máquinas que os colonos pagarão no prazo combinado.

Artigo 7.º — Criar um Banco Agrícola e Industrial que por seu intermédio colocará os produtos nos mercados do mundo e que auxilie o desenvolvimento tanto agrícola como industrial.

Artigo 8.º — Que pela Repartição de Agrimensura sejam escolhidos locais para as colónias agrícolas industriais e centros comerciais.

Artigo 9.º — Os trabalhos a que se refere o artigo 8.º serão isentos de quaisquer pagamentos.

Artigo 10.º — Que pela Repartição das Obras Públicas sejam construídas habitações de madeira e zinco que serão entregues aos colonos mediante um compromisso de pagamento no prazo combinado.

Artigo 11.º — Ser nomeada uma comissão pelas duas partes, o Governo e interessados, a fim de resolver as necessidades dos colonos.

Artigo 12.º — Promover a instrução profissional e agrícola a que se refere o artigo 1.º.

Artigo 13.º — Na falta do Banco Agrícola, estabelecer o Estado um crédito de pelo menos 250.000\$00 destinados a 50 famílias, pagáveis a prestações mensais ou anuais, cujo depósito ficará debaixo da direcção dessa comissão fiscalizando o emprego desse capital.

7.3. A MAÇONARIA

O tema das ligações à maçonaria foi, e por estranho que pareça, aquele que acabou por criar a divisão, se não mesmo a inimizade, entre elementos preponderantes do movimento operário de Lourenço Marques. E foi sobre este tema que o condutor de guindastes da ponte-cais Eduardo Carlos Pereira, apresentou ao Congresso uma tese livre. Tinha abandonado a Comissão Executiva da Unificação dos Trabalhadores por esta ter convidado o Governador-Geral para presidir à sessão inaugural do Congresso⁽³⁾. Contra o convite protestara «em harmonia com os meus princípios e com o apoio de operários conscientes».

Por aqui se vê em que ambiente de discórdia apresentou a tese sobre o tema escaldante. O relator qualifica o assunto de «extraordinária impor-

tância» e previne não ser mação nem influenciado pelos mações. Depois de descrever o que é a maçonaria, entende que, sendo ela uma instituição de progresso, de liberdade e de fraternidade humana, «o futuro Sindicato Geral e mesmo os trabalhadores nada terão a perder tendo qualquer entendimento com a maçonaria». Se assim não acontecesse, na linha de respeito devido às diversas crenças dos trabalhadores, o facto de entre estes haver inimigos declarados e simpatizantes da maçonaria o resultado seria «o completo esfacelamento da organização operária». Que foi, realmente, o que veio a acontecer. Em apoio da sua opinião invoca as celebridades que pertenceram à maçonaria, entre os quais cita o anarquista Eliseu Réclus, Bakounine e os socialistas portugueses João Bonança e José Fontana. E que os maiores inimigos da maçonaria foram os jesuítas e os papas.

Tudo ponderado, pôs à apreciação do Congresso as seguintes conclusões:

1.ª — Que em virtude da instituição maçónica ter por lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, este Congresso não tenha relutância em admitir no seio do futuro Sindicato Geral os adeptos desta instituição.

2.ª — Que em virtude da maçonaria espalhar a beneficência sem alardes, não sendo, por isso, lógico combater-se instituições destas, tanto mais que para o fazermos tínhamos que instituir sociedades que a rivalizassem, este Congresso reconheça esta instituição como sendo de utilidade para a humanidade.

3.ª — Que se faça saber publicamente que ao ser apresentada ao Congresso esta tese, a Comissão Executiva deste mesmo Congresso não teve em mira levantar ódios contra a maçonaria, mas somente aclarar o que de futuro deviam fazer os trabalhadores organizados perante esta instituição.

Por 19 votos contra 10 foi aprovado que os operários que fizessem parte da maçonaria não poderiam ingressar no futuro Sindicato Geral. Esta era a posição de Fortunato do Rego contra quem estavam os militantes ligados a *O Germinal*, nomeadamente o seu redactor M. Arnaldo da Silva. Por causa disto mesmo houve incidentes entre ambos na última sessão do Congresso. É o que este último conta no seu jornal⁽⁴⁾. No mesmo número, o autor da tese insurge-se contra a deliberação do Congresso. E vai mais longe. Não podendo entrar no sindicato mações; embora honestos, poderá

todavia entrar um traidor: «demonstrou-o quando, em tempos, fez acabar uma associação local para receber como prémio combinado uma chefia que mais tarde teve de largar». Alusão a F. do Rego a quem continuaram a ser dirigidos ataques da maior dureza por os de *O Germinal*. Por sua vez o Sindicato do Pessoal da Repartição Eléctrica do Porto de Lourenço Marques, em assembleia-geral, considerou que o que foi aprovado em Congresso, a este respeito, está fora da esfera sindical e é ao mesmo tempo uma restrição da liberdade de crenças.

Estava liquidado, à nascença, o Sindicato Geral de que Fortunato do Rego era principal animador e o pequeno punhado de militantes operários divididos entre si.

Mais de um ano passado, o assunto voltou a reacender-se. Foi o caso que Sousa Amorim, o principal de *O Germinal* ⁽⁵⁾, em fundo, no seu jornal, evocou o Congresso historiando o que se passara fazendo-o do seu ponto de vista, como é natural. Começa por dizer que achara *serôdio* (queria dizer exactamente o contrário, isto é, *temporão*: feito cedo de mais e não tardia-mente) o congresso pelo facto de a unificação das classes trabalhadoras não estar ainda feita e porque não havia preparação conveniente. Apesar disso colaborara com todas as suas forças. Porque a sua opinião não fora atendida os resultados estavam à vista. As associações de classe a definhar, algumas moribundas. Deveriam todas unir-se à Confederação Operária, colectividade que já dera cartas e impusera respeito. Seria preciso retomar os estatutos do Sindicato Geral e dar-lhes corpo e vida. De permeio, umas alfinetadas aos que não queriam ou não sabiam desempenhar-se dos lugares para que haviam sido nomeados. Alfinetadas que iam para a comissão organizadora do Sindicato Geral onde preponderara Fortunato do Rego. O número seguinte prosseguia batendo a mesma tecla. Insinua ainda que a ideia do Congresso foi uma manobra que antepôs à unificação das classes trabalhadoras por toda a costa a vontade individual de Fortunato do Rego: «O César disse que havia de fazer um congresso e o congresso fez-se! O César disse que as colectividades compostas exclusivamente de trabalhadores não deviam ter qualquer entendimento e ligação com a maçonaria e seus adeptos e assim se fez». A 12 de Dezembro o atingido publica uma pequena nota. Nega que tenham sido os velhos elementos do Partido Socialista a impedirem a utilidade frutificadora do Congresso. E

limita-se a propor a convocação de um novo congresso de harmonia com as resoluções tomadas no primeiro; e a convocar uma simples assembleia magna «de todos os elementos em divergência que professam as ideias avançadas».

A polémica ainda prosseguiu, mas sem nada de concludente.

E só em Março de 1920 se voltou a falar em outro Congresso Operário. Não descortinamos, porém, notícia de que se tenha realizado, mais do que o anúncio de uma reunião preparatória marcada para 1 de Abril⁽⁶⁾.

NOTAS

- (1) A.H.M., Pasta «Congresso Operário» não numerada.
- (2) 11/Maio/1915.
- (3) O convite feito ao Governador-Geral foi o primeiro motivo de controvérsia, ainda antes do início do Congresso. *O Africano*, 28/Abril/1915.
- (4) *O Germinal*, 25/Maio/1915.
- (5) 28/Novembro/1916.
- (6) *O Emancipador*, 29/Março/1920.

A CASA DOS TRABALHADORES .08

A ideia da fundação de uma Casa dos Trabalhadores em Lourenço Marques foi nitidamente inspirada no apelo lançado por *A Batalha* para os trabalhadores portugueses concorrerem com um dia de salário para a construção da sede da C.G.T., que assim se designava. *O Emancipador* de 6 de Março de 1920 repercutia na capital de Moçambique o apelo do diário sindicalista de Lisboa: «Esta iniciativa, a mais audaciosa, sem dúvida, que a organização operária portuguesa tem lançado, está destinada, decerto, ao mais consolador êxito. Ocorre perguntar se o operariado de Lourenço Marques ficará alheio a tão grandioso empreendimento, não concorrendo para a construção do grande edifício que será a sede da Confederação Geral do Trabalho em Portugal». Acrescentava saber que, por iniciativa do correspondente local de *A Batalha*, as associações operárias moçambicanas iriam promover o auxílio à iniciativa.

Que daqui teria partido a inspiração para fazer em Lourenço Marques o mesmo que se projectava para Lisboa, deduz-se do facto de, em Abril do ano seguinte, *O Emancipador*, alegando estarem as associações de classe sem sede e haver carência de casas, se dever caminhar para a construção de edifício próprio: «devem existir — concluía — actualmente nesta cidade 1 200 operários que com um sacrifício de 12 meses a 5/- cada, poderiam obter uma bela sede própria sem precisar de se recorrer ao aluguer de casas estranhas». Em Junho, um grupo de trabalhadores, em carta ao semanário que lançara a ideia, sugeria a abertura de uma subscrição. Em 27 do mesmo mês aparecem já os nomes dos primeiros subscritores com 1 libra cada e, a partir desta, todas as edições do jornal vão adicionando novas participações.

Em suplemento ao n.º 80, de 18 de Julho, após a suspensão do jornal, noticia-se ter reunido a maioria dos camaradas que apoiavam a ideia, para

iniciarem os trabalhos conducentes à sua concretização. Fora deliberado fundar uma sociedade cooperativa por acções de valor nominal de 1 libra cada, elaborar os estatutos e nomear uma comissão organizadora que ficou composta por Joaquim Faustino da Silva, António Vitorino de Oliveira, José António Caetano, Augusto Veiga e António Regueira de Carvalho, que assumiram os cargos, respectivamente, de secretário relator, tesoureiro, secretários adjuntos e vogal. Nesta altura, além dos membros da comissão, tinham já subscrito acções, Manuel Bernardino da Silva, Custódio Pinto, João do Nascimento Trindade, Júlio de Sousa e Silva, Manuel José de Sousa Amorim, António Vieira, Mário Teixeira da Silva, Pio Ferreira dos Santos, Manuel da Silva Quitério, Manuel Alves Cardiga, Miguel Martins Viana, Manuel Joaquim Borges, Francisco Marques (carpinteiro), Francisco Marques (pedreiro), Manuel Alexandre Gago e Raul Neves Dias, todos com 1 libra cada, perfazendo uma subscrição total de 26 libras.

A Casa dos Trabalhadores constituía-se, portanto, em sociedade cooperativa de responsabilidade limitada e, conforme os estatutos propostos, o seu objecto era o de adquirir por compra ou mandar construir uma casa para sede das associações de classe de Lourenço Marques e de outras instituições de reconhecido interesse operário. A ideia ia de vento em popa e o número de aderentes subia de semana para semana. Em Agosto *O Emancipador* anuncia ter subido para 156 libras o capital subscrito e publica os nomes de todos os accionistas. Por onde se vê que a quase totalidade pertence ao Porto e Caminho de Ferro de Lourenço Marques. Só dois eram do «Comércio e Indústria em geral»: Manuel Alves Cardiga e Miguel Martins Viana e um da metalurgia particular: Salvador Alves Cardiga. No entanto, o jornal entendia que «essa quantia, que ainda representa uma gota de água no oceano, não representa ainda a prova de que os trabalhadores de Lourenço Marques desejam viver, isto é, desejam emancipar-se por seu esforço próprio. É necessário que o trabalhador local demonstre que algo deseja fazer em prol das suas reivindicações, é necessário provar que, embora não esteja disposto para entrar na liça das grandes lutas, está disposto a lutar para conservar as poucas regalias que hoje possui...»

A 15 de Agosto, por escritura pública, ficou oficialmente constituída a Sociedade Cooperativa «Casa dos Trabalhadores». Foram intervenientes,

como outorgantes, Joaquim Faustino da Silva, Manuel Bernardo da Silva, José António Caetano, Custódio Pinto, João do Nascimento Trindade, Júlio Sousa e Silva, Manuel José de Sousa Amorim, António Vieira, Mário Teixeira da Silva e António Vitorino de Oliveira⁽¹⁾. Os estatutos sujeitos a aprovação foram muito alterados sobre a versão inicial. Para 5 de Setembro, em parangonas de primeira página, *O Emancipador* anunciava uma festa grandiosa no Teatro Gil Vicente a favor da Casa. Teria a participação de artistas da trupe Tomaz Vieira, de que fazia parte a actriz Emília d'Oliveira. Somadas as subscrições de acções e o resultado da festa (cerca de 60 libras) a soma atingia as 303 libras. Ainda nesse mesmo mês a direcção da cooperativa requereu à Câmara um terreno para a construção do edifício. A primeira pedra foi lançada a 1 de Maio de 1922 e a construção estava orçada em 6000 libras⁽²⁾.

O Emancipador continuou, semana a semana, a publicar novas adesões que, lentamente, vão aumentando o capital subscrito e realizado. A 1 de Setembro de 1923 já a casa estava a ser utilizada pelo Sindicato Geral. Em Fevereiro de 1924, uma nova direcção tomava posse: António Marques, carpinteiro, Ernesto de Moraes, pedreiro e António Vitorino de Oliveira, pintor dos C.F.L.M.. Nesta altura, a construção prosseguia e apelava-se ao operariado no sentido de reforçar a sua construção, de tal modo que fosse possível inaugurar a sala das sessões, oficialmente, no 1.º de Maio seguinte.

A 14 de Outubro abriu no novo edifício um curso nocturno para ensino das primeiras letras, das habilitações para exames de instrução primária elementar e complementar, francês teórico e inglês prático.

A 15 de Dezembro de 1925, na sequência da greve ferroviária, a Casa dos Trabalhadores foi tomada de assalto pelo esquadrão dos Dragões e pela polícia «depois de um curto combate em que de lado a lado houve feridos de gravidade»⁽³⁾. A 20 de Dezembro de 1926 *O Emancipador*, sob o título «Ecos da Greve Ferroviária», publicava na primeira páginas duas gravuras sobre a ocupação da Casa dos Trabalhadores. Uma delas, legendada: «A Casa dos Trabalhadores guardada por tropas indígenas depois do heróico assalto da polícia e dos dragões em 15-12-1925!». A que se seguia o apontamento bem significativo: «Damos hoje, após um ano completo cheio de recordações tristes e heróicas, as fotogravuras da Casa dos Trabalhadores

transformada em quartel de piolhosos pretos, durante a greve ferroviária, apresentando um aspecto bélico, majestoso e imponente». Para além do desabafo que permite a extravasão do preconceito racista, o «aspecto bélico» saldava-se em dois soldados.

Assim se manteve a situação até meados do ano seguinte. *O Notícias* de 27 de Maio de 1926 publicava uma carta de «um velho militante» na qual lastimava a continuação da ocupação da Casa, que nada então justificava. Até porque — alegava o correspondente — lá nada tinha havido. O confronto entre grevistas e polícias não tivera lugar na Casa mas a uns metros, no cruzamento das Avenidas 5 de Outubro e Luciano Cordeiro. Por outro lado, a Casa dos Trabalhadores mantinha-se dentro da legalidade, uma vez que não se desviara dos fins para que fora criada e que eram os de «servir de sede a instituições de carácter operário». O próprio Montepio Ferroviário concorrera com cem libras e mantinha a presidência nata do Conselho Fiscal. Nem sequer se podia dizer que a Casa era dos ferroviários, pois pertencia por igual aos operários da Construção Civil, Gráficos, Metalúrgicos, pessoal da Viação Eléctrica e até a alguns funcionários públicos que não tinham a menor responsabilidade na greve ferroviária. Além disso, o subscritor da carta usava do pouco abonatório argumento de que tanto o governo como a direcção eleita para 1925 nada tinham a temer: dos militantes operários, uns estavam ausentes, outros presos e homiziados. O movimento operário estava combalido «por algum tempo e não há que recear novas complicações por enquanto». Assim sendo, a direcção deveria reclamar imediatamente a devolução da Casa dos Trabalhadores.

A verdade é que já as autoridades deviam estar na disposição de entregar a Casa às organizações operárias, pois vieram a fazê-lo a 1 de Junho de 1926.

O Notícias do dia 4, que dá a notícia da realização de uma assembleia-geral a 30 de Maio, na qual foi eleita uma direcção e uma comissão, esta para se avistar com o Governador-Geral (composta por Manuel Alves Cardiga, António Vieira, José da Costa Baiaia e Domingos Torres) reclamando a entrega do edifício, na mesma edição fala já da entrega à Direcção saída da assembleia. O que aconteceu no dia seguinte e que quer dizer estar tudo combinado entre as autoridades e os proprietários da Casa dos Trabalhadores.

A assembleia, que reuniu na sede da Associação dos *Chauffeurs*, elegeu como efectivos da Direcção para 1926, Manuel José de Sousa Amorim, Joaquim Guimarães Lourenço e Ernesto de Morais.

A reabertura foi assinalada com um afã de reuniões: foram marcadas logo para o primeiro domingo a seguir, dia 6, as assembleias operárias da Associação de Classe do Pessoal do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, da Construção Civil, dos Accionistas da Casa dos Trabalhadores e dos Accionistas e Amigos de *O Emancipador*.

Da posse dos trabalhadores, as obras prosseguiram. Em Novembro, estava em vias de ser colocada a porta principal oferecida pela firma Paulino dos Santos Gil, Lda.. No princípio do ano seguinte estava-se em trabalhos de acabamento e tudo se fazia, de novo, para que o salão principal fosse inaugurado no 1.º de Maio.

Também em Janeiro de 1927 se realizaram eleições de corpos gerentes, entre os quais não aparece Faustino da Silva, fugido na África do Sul, em consequência da greve. Além dos trabalhadores eleitos, a Direcção tinha como vogais natos um representante de *O Emancipador* e de cada uma das associações instaladas na sede e o Conselho Fiscal, como representante nato, um delegado do Montepio Ferroviário.

A reabertura da escola nocturna era anunciada para 1 de Fevereiro. Nela se podiam matricular todas as pessoas «sem distinção de classes sociais» mas destinava-se especialmente aos «adultos que não aprenderam em pequenos ou se esqueceram do que agora lhes faz falta». Os que tivessem vergonha podiam ir às aulas como assistentes. E é a escola nocturna que dá lugar a nova manifestação racista. Tendo-se matriculado um contínuo da secretaria da Câmara Municipal, alunos europeus houve que reclamaram junto do professor contra a frequência desse aluno. A Direcção, quando tomou conhecimento, preveniu o professor de que na escola não era permitida «a selecção de raças». Mas a questão não ficou por aí. A Direcção reuniu, manteve a decisão, o professor não a aceitou e demitiu-se, pelo que a escola fechou⁽⁴⁾. Reabriria a 16 de Julho de 1927⁽⁵⁾.

Apesar dos esforços da Direcção não fora possível inaugurar o salão principal no 1.º de Maio de 1927.

NOTAS

- (1) B.O., n.º 36, III Série, 3/Setembro/1921.
- (2) *O Emancipador*, 1/Maio/1929.
- (3) Idem, 1/Maio/1929.
- (4) Idem, 21/Fevereiro e 21/Março/1927.
- (5) *O Emancipador*, 11/Julho/1927.

O PATRONATO DO TRABALHO .09

O Patronato do Trabalho foi obra do primeiro Governador-Geral republicano, interino, de Moçambique. Tendo-se ele compenetrado «de que a sua elevada posição o afastava por demais dos filhos do povo e por isso veio até nós, apreciar melhor os amargos da miséria, atendendo ao que estivesse ao seu alcance e criando o Patronato do Trabalho» — assim falava o jornal operário⁽¹⁾.

O Patronato do Trabalho foi criado por alvará passado pelo Governo da Província em 11 de Maio de 1911 e este aprovado por portaria de 19 de Julho do mesmo ano⁽²⁾.

Com uma paternidade suspeita e uma gestação paternalista, não admira que tivesse tido um nascimento rodeado de equívocos e logo a seguir viesse a morrer de morte natural.

O preâmbulo aos estatutos do Patronato constitui um documento extremamente curioso, pois do mesmo passo que denuncia a preocupação do governo republicano local em recuperar, pela iniciativa, as reivindicações laborais, deixa bem a claro o espírito paternalista que o animava.

A criação do Patronato foi alvitada pelo governador interino, não às associações de classe já existentes mas ao Centro Republicano Couceiro da Costa, em resposta a um ofício deste chamando a atenção para reclamações do operariado. O governo reconhecendo embora ser a esmagadora maioria da população constituída pelo operariado, as questões específicas deste não poderiam, no entanto, distrair os dirigentes do estudo «dos muitos problemas de fomento e riqueza que mais particularmente interessassem à Província de Moçambique». Não só por essa razão mas também porque aos governos «essencialmente democrático-sociais» cumpre atender os que reclamam com justiça e que as resoluções tomadas obedeçam a princípios de moralidade e justiça, ouvindo todas

as partes; sendo necessário acabar de vez com a dependência aviltante a que têm estado submetidas as classes trabalhadoras e incutir a estas «a compreensão nítida e clara dos seus direitos e dos seus deveres, circunscritos aos limites do justo e do razoável», por todos esses motivos era proposta a constituição do Patronato, com o que anuíam as classes trabalhadoras.

O semanário dos trabalhadores apoiou abertamente a iniciativa⁽³⁾ e o mesmo fizeram a Confederação Operária e a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil. O director de *Os Simples* ainda pretendeu que o Patronato fosse constituído pelas Direcções de todas as Associações mas Santos Gil, do Centro Republicano, facilmente convenceu a Assembleia que discutia o projecto no sentido da eleição de delegados e da negação de preferência às reclamações do operariado associado em qualquer colectividade. O que evidencia a intenção oficial de neutralizar a influência das associações de classe.

Foram eleitos delegados: dos electricistas; gráficos; pessoal dos eléctricos; ferreiros; marítimos; caldeireiros e funileiros; pedreiros, calceteiros e canteiros; carpinteiros e tanoeiros e uma direcção. As sessões, conforme os estatutos, seriam secretas.

Os Simples, logo a 6 de Maio, acordando, prevenia:

«Prepare-se o operariado porque, parece-nos, que fomos ludibriados, que fomos *comidos*!» O Patronato destinava-se a atender todas as queixas do operariado «procurando sempre chegar a uma justa solução» e a pronunciar-se sobre questões de trabalho, sendo a única entidade que legalmente ficava autorizada a veicular reclamações das classes trabalhadoras para o Governo.

É claro que tendo nascido como nasceu, com um carácter já nessa altura muito próximo do que haveria de ser o «corporativismo» do Estado Novo, estava destinado à falência.

Escassos meses tinham passado sobre a sua criação e já os trabalhadores se queixavam de que delegados havia completamente desinteressados e que o Patronato nada resolvia... quando é certo que lhe não tinha sido atribuída nenhuma capacidade deliberativa. Defendia-se então um Conselho ou Tribunal de Trabalho formado por todas as direcções das associações operárias, com poderes absolutos para tratar, discutir e resolver sobre

todos os assuntos de interesse operário⁽⁴⁾. O que obviamente não teve qualquer eco na esfera oficial.

Entretanto, o Patronato deixara de reunir e o seu Presidente, Roberto Rollo, nomeado para fiscal dos prazos da Zambézia, em carta, não o considerava dissolvido, ao contrário das associações. Porque, afirmava, só as classes operárias o poderiam fazer e tal não acontecera. As associações deliberaram acabar com o Patronato, ao mesmo tempo que começam a trabalhar na formação da Câmara do Trabalho, em sua substituição. Mas o projecto de Estatutos desta, remetido à Procuradoria da República para revisão, jamais de lá saiu⁽⁵⁾.

NOTAS

- (1) *Os Simples*, 20/Maio/ 1911.
- (2) B.O. n.º 29, 22/Julho/1911.
- (3) *Os Simples*, 6/Abril/1911.
- (4) Idem, 2/Novembro/1911.
- (5) Idem, 11/Novembro/1911; 30/Março e 24/Julho/1912.

A CARBONÁRIA DE LOURENÇO MARQUES .10

A Carbonária de Lourenço Marques, desmantelada à nascença quando, ao que parece, se preparava para executar a sua primeira acção de terror, foi criada em fins de 1910. Neste caso, não se destinava como em Portugal a implantar a República em Moçambique, mas a defendê-la de verdadeiras ou pretensas ameaças. Conforme conta um dos membros da organização, a República fora implantada em Moçambique «mais pela vontade do Povo do que pela dos nossos inimigos, hoje macaqueados de adesivos». Ora, souberam estes republicanos de Lourenço Marques da notícia dada por um jornal português, segundo a qual o deposto rei D. Manuel viria visitar as colónias inglesas sul-africanas. E então, «quatro homens, na Praça 7 de Março, falando sobre o caso, reconheceram o perigo de tal visita...» É que os monárquicos locais poderiam estar a tramar a perda da independência de «este pedaço do património lusitano» ou «à sua fictícia emancipação sob o governo do fugitivo da Ericeira». Palavra puxa palavra e aos quatro republicanos acudiu-lhes a memória «do valor da Carbonária Portuguesa, dos seus efeitos revolucionários, dos seus homens, da sua energia». Dali saíram os quatro com um pacto de sangue: a criação de uma carbonária local com a divisa «Vigilância pela República», a colocação das suas vidas ao serviço da República, «vigiando os traidores, castigando-os quando preciso fosse, mas que nunca à República fosse feita a menor coisa que lhe pudesse empanar o brilho que nós queríamos que tivesse» ⁽¹⁾.

Estava criada a Carbonária de Lourenço Marques. Esta é uma história que se diria oficiosa. Porque há outras ⁽²⁾.

Seguiu-se o recrutamento de membros entre os trabalhadores. A única condição posta para entrada na sociedade secreta era a de não pertencerem a uma colectividade maçónica local, «foco de andradistas (do governador monárquico Freire de Andrade) bem anichados e protegidos». E comenta

o informador, à vista desarmada um dos quatro fundadores: «indivíduos que hoje cobardemente condenam a Carbonária e se serviram dela e dos seus elementos, acorreram pressurosos a testemunhar a sua simpatia a essa *legião terrível* que tanto medo meteu a profanos e escribas» ⁽³⁾. Segundo a mesma fonte, a sociedade, durante meses, não registou mais do que 25 adesões.

Como se vê, a Carbonária, tal como as restantes iniciativas dos trabalhadores de Lourenço Marques, bebia a inspiração nas matrizes metropolitanas. Neste momento fazia-o ainda perfeitamente identificada com o chauvinismo colonial de que o Partido Republicano era porta-voz. Como não podia deixar de ser, imbuída de um certo idealismo e aventureirismo. É pelo menos curioso notar que, tal como na Metrópole⁽⁴⁾, também na Colónia os anarquistas penetram e influenciam este tipo de sociedade secreta, como veremos a partir dos nomes de quem a constituía.

Como é natural, em Lourenço Marques o conflito entre republicanos e monárquicos, após a implantação da República, conhecia a agudização que lhe era emprestada pela famigerada «desnacionalização» de Moçambique, a viver sob o domínio de capital não português e sob a atracção e cobiça permanentes da África do Sul. Os carbonários diriam que ainda ninguém, dentro da sua associação, pensava em bombas, e já uma «quadrilha de porta-vozes», os informadores do governo, soprava aos ouvidos deste e dos «mais irrequietos estrangeiros» que havia arsenais clandestinos por toda a parte. E mais: que a segurança estava ameaçada e que as bombas tinham como alvo principal quantos interferissem na questão da concessão do terreno⁽⁵⁾. Questão esta candente e na ordem do dia, pois era através da concessão acelerada de terrenos, então a ser feita, que se entendia estar a «desnacionalizar-se» Moçambique. E uma das acusações que se atirava para cima destes republicanos locais, além da de arruaceiros e outras, era nada mais nada menos que a de «nacionalistas»! A questão das concessões viria a ser debatida num comício e os republicanos alegariam não se lhes oporem, mas pretenderem apenas garantias. E diriam mais: tanto respeitavam os estrangeiros que empastelaram a «imprensa nefasta nacional — como foram acusados — e deixaram em pé a não menos nefasta estrangeira»⁽⁶⁾. De facto, a conjugação do verdadeiro ou pretenso clima de terror instaurado pela Carbonária com a questão das concessões,

acabou por tomar aspectos graves e delicados, uma vez que pretextou uma nota do Governo inglês a acusar as autoridades portuguesas de impotentes para manter a ordem e inábeis para assegurar a protecção dos importantes interesses dos seus súbditos residentes em Lourenço Marques⁽⁷⁾.

Quer tudo isto dizer que, para além do episódico, também aqui se vê como em Lourenço Marques foram os trabalhadores quem melhor assumiu o chauvinismo colonial e quem mais por ele se bateu. Neste caso, nem sequer epidermicamente estava em causa um conflito de classe. O que acima de tudo se debatia, se defendia e se atacava, era um património colonial que os republicanos, com os trabalhadores à frente, se propunham defender e que os monárquicos verdadeira ou pretensamente estariam dispostos a malbaratar.

Terá sido até este o único caso em que os trabalhadores estiveram, por momentos, de alma e coração com o Centro Republicano local. Se algumas vezes alinharam com os centros republicanos, fizeram-no tacticamente. Nesta altura, porém, eram todos republicanos em armas unidos na mesma estratégia, que era a defesa da República e de tudo quanto ela representava. Logo a seguir ao desmantelamento da Carbonária, o republicano Santos Gil, já nessa altura porta-voz de uma pequena burguesia local, publicou no *Guardian* artigos que *Os Simples*⁽⁸⁾ veio a considerar injustos porque ele, Santos Gil, «apesar de não ser seu iniciado, conhecia da acção da Carbonária, pactuara algumas vezes com ela, teve-a incondicionalmente a seu lado quando tinha a direcção do Centro Republicano, viu o amor que aqueles que hoje considera pseudo-carbonários sentiam pela República e sabia bem quantas dedicações não se manifestaram nesse grupo de sinceros defensores da República, hoje dissolvidos, deportados e transferidos, mas ainda de alma e coração carbonários verdadeiros. Amigo íntimo e político de um dos seus principais chefes e iniciados, o sr. Santos Gil não teve uma palavra de defesa para ele...» Santos Gil não se fez rogado e veio dar a mão à palmatória em *Os Simples*⁽⁹⁾. Que não senhor, não era nada disso quando chamara aos presos e deportados «pseudo-carbonários»; o que queria dizer era que se fossem de facto carbonários dos verdadeiros, não se teriam deixado desmantelar com a facilidade com que tal foi possível; pelo menos, o comissário da polícia havia de explicar e justificar os crimes da sociedade que ninguém sabia quais eram; a menos que ser carbonário e ter bombas *para defender a República* fosse crime.

A verdade é que a Carbonária estava a ser um traço de união entre trabalhadores assalariados e uma pequena burguesia republicana da cidade. O próprio articulista fundador da Carbonária, ao contar a sua história, não o é sem um certo despeito que diz terem-se esquecido os perseguidores de que a Carbonária tinha dentro do seu seio elementos de todas as classes sociais, exceptuando apenas duas castas (que, infelizmente, não enumera) e que os documentos apreendidos «são o padrão mais glorioso de toda a sua vida de portugueses». Ora os documentos eram, além do juramento e do estatuto dos carbonários, o juramento de fidelidade e apoio ao Alto Comissário da República.

Os grupos auto-proclamados de radicais e de revolucionários criaram o pânico na pacata cidadezinha colonial, e pânico maior quando assaltaram jornais e impuseram ao novo governador republicano a expulsão de monárquicos notórios. A 3 de Abril *O Incondicional*, com carbonários na redacção, não se dispensava de desfrutar com a situação⁽¹⁰⁾. Então, já os amores com as autoridades republicanas definhavam: «A Carbonária!... Em Lourenço Marques se ela existe, apenas mete medo aos governantes... que se dizem republicanos». E é ainda *O Incondicional*⁽¹¹⁾ que na mesma edição em que noticia o comício onde foi tornada pública a expulsão dos monárquicos também insinua ir dissolver-se «um grupo político especial que ultimamente se tinha organizado nesta cidade». O jornal republicano mostrava estar dentro dos acontecimentos e ia tentando atirar poeira aos olhos das autoridades.

Mas tanto não bastou para aliviar a tensão existente. *O Colonial* de 1 de Maio dizia que a cidade estava em plena anarquia. Desta vez *O Incondicional*⁽¹²⁾ já levou a acusação a sério e respondeu em termos violentos.

Na edição de 21 de Julho de 1911 publica *Os Simples* uma local pouco menos do que cabalística em que, gato escondido com rabo de fora, forja claramente uma carta anónima para se precaver da razia que tinha desabado sobre a Carbonária. Falava essa pretensa carta de «prisões e deportamentos que ultimamente se deram nesta cidade». A carta fora arquivada como precaução tanto para os do jornal que nunca foram carbonários — alegam — como para com aqueles que tinham originado «esta situação tão extraordinária». Que situação era essa?

Pelos vistos, o secretismo da sociedade era de polichinelo e, da noite para o dia, o comissário da polícia não teve dificuldade nenhuma em prender e deportar, um a um, os medonhos carbonários de Lourenço Marques «abundantemente» municiados de bombas e de explosivos. Em 2 de Julho de 1911 foram deportados: para Tete, Sancho Alves, João Pinto d'Araújo e António Francisco d'Almeida; para Inhambane, Ivo Carlos Almeida, António Ribeiro e João Ribeiro de Paiva; para Moçambique, José Estevão (revisor da Imprensa Nacional e mais tarde acusado de ter sido um dos delatores), e Alfredo Pereira Loureiro. Foram presos em Lourenço Marques: Joaquim Rodrigues Neves, César Augusto Sobral, António Alfredo de Carvalho, Artur Francisco Cardoso, José Martins Pinto e Francisco Paulo Menano. Tal como em Portugal, onde a Carbonária se infiltrou fortemente nas Forças Armadas, os carbonários moçambicanos tinham conseguido penetrar as forças de segurança locais. Foram expulsos do Corpo de Polícia Civil de Lourenço Marques e enclausurados no vapor «Beira», dizia o jornal que com destino desconhecido, de facto para Lisboa, seis guardas. Tiveram o mesmo destino destes últimos os operários António Augusto Amaro e António Alfredo de Carvalho⁽¹³⁾.

Um comunicado oficial procurava ocultar o «escândalo» dos polícias carbonários e informava candidamente que se tratava de polícias provisórios não satisfazendo as condições exigidas por lei no último concurso para efectivos. Ora, replicava *Os Simples*, em 17 de Agosto estiveram presos até à chegada do vapor e presos seguiram a bordo, para Lisboa: serviam como provisórios durante muitos anos; e (certamente o que lhes foi fatal) haviam sido sempre «dedicados republicanos mesmo no tempo da monarquia».

Já a 27 de Julho a *Província de Moçambique*, sob o possidónio título de «Um bom polícia» congratulava-se com «o serviço policial das últimas semanas, feito sem espalhafato e com perícia» e não desdenha endereçar os seus encómios ao guarda Augusto Mota que recomenda aos superiores. *Os Simples* de 9 de Agosto vem dizer que se trata é de um «bufo» perigoso. E aproveita para se fazer espantado com o estendal: por que se expulsaram esses homens? Por terem bombas por aí ao Deus dará? «Mas então as outras carbonárias não tinham também explosivos para o que desse e viesse? E se é crime ter-se dinamite em casa para defender e consolidar o regímen

que nos governa, então que se deveria fazer àqueles que o tinham também e que mais ou menos são reconhecidos como reaccionários, arranjistas, turistas, comodistas, etc., etc.?»

Ora na mesma edição em que, em parangonas, o jornal operário noticiava as prisões e deportações, o de 30 Julho destacava, por igual, ter sido hasteada a 23, no Hotel Cardoso, na Ponta Vermelha, a bandeira azul e branca. Quem o fizera fora um estrangeiro, encarregado do mesmo hotel. O delinquente de lesa-República foi logo condenado em tribunal e o jornal ironiza com «a grande condenação»: 30 dias de prisão, 5\$000 réis de multa, custas e selos e 5\$000 para o advogado. O periódico aproveita a coincidência para, em editorial titulado «Reaccionários», e usando de uma linguagem despejada que não lhe é habitual, verberar «a canzoada» e dizer que eles, «biltres», «bem postos, encasacados, de chapéus de seda, para ludibriar» estariam dispostos a entregar de mão beijada, ao estrangeiro, «este bocado de terra que é nosso, muito nosso».

A 17 de Agosto o mesmo jornal publicava uma carta do deportado João Ribeiro de Paiva que escrevia do Chinde onde se encontrava a 30 de Julho, a caminho de Tete. Nela dizia que até a lei de 13 de Fevereiro, de João Franco, permitia que o juiz ouvisse o réu. Ora, a República desterrava sem sombra de inquérito aqueles que praticavam o grande crime de, «ao verem a colónia retalhada para ser entregue a estrangeiros, em doações de 50 000 hectares de terrenos, protestaram». «Lançam sobre nós o odioso de querermos atirar bombas no consulado inglês, no palácio do Governo e até na Escola 1.º de Janeiro». O jornal de que era director, *A Voz do Caixeiro*, ligado à Associação de Classe dos Funcionários do Comércio e Indústria, publicara uma nota onde se falava da sua prisão «dizem que por ser carbonário». Não se tinha procedido a averiguações — continuava — mas «sucede que o Paiva foi preso por ter a mania — pobre rapaz! — de querer endireitar o mundo com bombas de foguete»⁽¹⁴⁾.

Quanto ao desmantelamento da Carbonária e às violências exercidas sobre os seus membros, também tudo foi explicado por Aragão e Melo. Perante a indecisão e incapacidade governativa do Alto Comissário, alarmado com a situação criada, os governadores de Lourenço Marques, Quelimane, Inhambane e Tete convenceram-no a usar de energia para com os responsáveis do que era considerado a anarquia reinante. Os líderes

republicanos em causa, apontados a dedo, eram o dr. Garcia Marques, o presidente da Câmara, Tocha, e Santos Gil, *habitué* e cortejador da Ponta Vermelha. Chamado este a capítulo, não esteve com contemplações e declarou ao Alto Comissário que não se responsabilizaria pelo sossego da população sem que fossem neutralizados os indivíduos mais perigosos. E mais. Que um tal Estêvão denunciaria os locais onde se escondiam as bombas e material de guerra desde que antes fossem deportados os tais elementos perigosos, caso contrário dariam cabo dele. E foi o que se fez.

Aragão e Melo concluiu de tudo isso, que testemunhou, não restar dúvida de que Santos Gil era o chefe do movimento. Mas no mesmo número do jornal que lhe publica a carta vem o esclarecimento, anónimo, mas à evidência da autoria de um antigo carbonário, em que se afirma, redondo, que nunca fora chefe nem soldado combatente de qualquer movimento da carbonária de Lourenço Marques. Ele próprio é que se arvorara em dirigente. Teria pretendido, de facto, iniciar-se na Carbonária por intermédio de José Estêvão, mas foi rejeitado por três chefes de choça. Alguns carbonários, após o regresso do desterro em Tete, quiseram vingar-se da denúncia de Santos Gil, mas foram disso dissuadidos por outros⁽¹⁵⁾.

Pelos vistos, a luta entre monárquicos e republicanos na capital da colónia, tomou formas não apenas verbais, mas de violência que não se compreendem hoje muito facilmente. Representando essas lutas também e sobretudo o antagonismo evidente entre uma pequena burguesia pouco mais do que incipiente, burguesia colonial, local e urbana, a que nestes casos se aliavam equivocadamente os trabalhadores de origem europeia e que tinha do outro lado da barricada os representantes do grande capitalismo colonial absentista, não pareceria que os interesses respectivos fossem a tal ponto contraditórios que desencadeassem os conflitos violentos verificados. A explicação mais curial está no facto já constatado de aqui, em Moçambique, se sentirem com maior proximidade as contradições geradas pela cedência ao grande capital estrangeiro do espaço colonial moçambicano. Seria essa a razão por que a pequena burguesia colonial, com os instrumentos disponíveis que lhe eram próprios, nomeadamente a imprensa, e os trabalhadores com o recurso à acção armada, todos se revestirem e assumirem do mais genuíno chauvinismo que estava no cerne da revolução republicana. Que tal aliança se revestia de precariedade e de

uma certa confusão, também se constata a partir da maneira como tudo acabou na Carbonária.

Em finais de 1911 anunciava-se uma «homenagem da comissão executiva do sarau democrático dedicado aos principais factores da república: Grupos Cívicos Revolucionários, Carbonária Portuguesa e Grande Oriente Lusitano...»⁽¹⁶⁾.

Isto é, em Lourenço Marques assumia-se perfeitamente o dado de facto que era a identificação da República como movimento da burguesia urbana com o apoio activo do operariado, organizados nas sociedades secretas e na maçonaria. Que tudo era a reprodução miniatural, em Lourenço Marques, do que se passava em Lisboa disse-se logo a seguir, clara e expressamente, tentando explicar o que era a Carbonária: «... grupo de populares que constituído em patriótico núcleo tentaram imitar os seus compatriotas da metrópole, fundando uma carbonária que tinha por divisa Vigilância pela República e cujos fins eram evitar, mesmo à custa da própria existência, que premeditadas traições de suspeitos monárquicos e republicanos ocasionais atraíssem o novo regime...»⁽¹⁷⁾.

Que a luta foi violenta prova-o o facto de os republicanos terem conseguido a expulsão da Província do antigo governador Freire de Andrade e de chefes e directores de serviços considerados como «reaccionários e traidores ao novo regime»: J. Vaz Solipa Norte, professor das Escolas 1.º de Janeiro, Leopoldo Carlos Madeira, director dos Correios, engenheiro Lopes Galvão, sub-director dos Caminhos de Ferro, Agostinho Loureiro, director da Imprensa Nacional; Matheus Peres, director da Alfândega, Dr. Pinto Coelho, intendente dos Negócios Indígenas; Dr. Amaral Leal, médico municipal e major Roque d'Aguiar (chefe maçónico), administrador de Marracuene; Solippa Norte e Leopoldo Madeira foram mais tarde mandados regressar a Moçambique. Agostinho Loureiro ficaria adido ao ministério das Colónias, vencendo por Moçambique⁽¹⁸⁾.

A 14 de Março de 1911 regressaram a Lourenço Marques os carbonários deportados para diversos pontos da Província. E no ano seguinte, a 29 de Novembro, os republicanos, já perfeitamente senhores de si e do terreno, passam à ofensiva no campo económico. Eram as reivindicações da burguesia local, reunida em sessão magna, representada pela Associação dos Proprietários, dos Empregados do Comércio e Indústria⁽¹⁹⁾, dos Lojistas

e da Câmara do Comércio. Na representação daí saída para o Governo Central começava por se acusar «a manifesta má vontade do Governo da Metrópole para com esta Colónia». E dizia-se, ponto por ponto, concretamente, o que se pretendia: melhorias fundamentais no porto, vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias, o foral da Câmara Municipal, um Código Administrativo facultando à Província mais autonomia, nomeadamente aos governadores-gerais e de distrito assim como municípios. Isto é, as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento autónomo de Moçambique. A representação estava redigida em linguagem sibilina que rematava: «Esta colónia nada pede à Metrópole; pede-lhe apenas um pouco mais de consideração e ao Governo da República que a não envergonhe fazendo-a contemplar impotente os progressos das colónias vizinhas...» A resposta não se fez esperar e foi de tom idêntico, aludindo à agitação que se verificara em Lourenço Marques: «A desordem e a indisciplina, de que não pequenas manifestações se têm produzido nessa colónia, são decerto, e mais do que quaisquer razões ou alegações, que na representação são apresentadas, a causa das dificuldades que atravessa e a que o governo metropolitano será difícil pôr termo, caso não trabalhemos todos para que acabem de vez, pois que não há progresso possível onde o trabalho e a ordem não sejam as ideias dominantes»⁽²⁰⁾.

A luta entrava numa outra fase, a da confrontação entre a burguesia local e a metrópole, o que está para além do âmbito deste trabalho.

Voltando à história da Carbonária. Os acontecimentos verificados tiveram, portanto, uma repercussão que ultrapassou a pasmaceira da Praça 7 de Março. Em Moçambique, foi motivo de recriminações polémicas e ódios que se mantiveram durante anos. Os jornais operários, ano após ano, comemoravam o aniversário da Carbonária. De imediato, foram as recriminações e a denúncia dos delatores. A primeira surgiu logo em Janeiro de 1912, em *Os Simples*. O nome em evidência era o do polícia Augusto Mota que o jornal diz ser «ex-carbonário, contrabandista e ex-degredado da Penitenciária de Lisboa» e que se teria vendido por pequena importância. Teria sido ele que contrabandeara as pistolas automáticas para a Carbonária e «o homem que aconselhava dinamite para tudo, já no tempo da monarquia»⁽²¹⁾. O jornal publica ainda uma lista de vários nomes que, a serem verdadeiramente delatores, só levaria a crer que esta

Carbonária, de secreto, pouco ou nada tinha. Mais tarde surgiriam dúvidas sobre a traição desses homens. Mas a verdade é que o governo pôde preparar com o maior à-vontade a operação de desmantelamento, pelas razões apontadas. Segundo uma das crónicas comemorativas, publicada bastante mais tarde, os governadores de distrito reuniram para, no momento próprio, enviarem os telegramas gratulatórios pela repressão da Carbonária. Tão bem estava montada a encenação, que pouco faltou para as mensagens chegarem antes de se ter desencadeado a operação policial. O arsenal apreendido constava de doze bombas, dez revólveres, catorze cartuchos de dinamite, um rolo de estopim e uma broca de furar⁽²²⁾.

Além de Augusto Mota, que já tivera papel preponderante na perseguição policial desenvolvida contra o jornal republicano *Vida Nova*, e dos nomes constantes da primeira lista publicada de delatores, outro surgiria mais tarde e que era nem mais nem menos do que o de um dos fundadores e chefe da Carbonária, José Estêvão. Este militante viera para Lourenço Marques, vítima da famosa lei de João Franco, de 13 de Fevereiro de 1896, repressora do movimento operário⁽²³⁾. Fora deportado juntamente com alguns dos restantes carbonários mas, ao que parece, não para Moçambique, como consta da primeira notícia, mas sim para Portugal. Teria ficado em Luanda o que, desde logo, o tornou suspeito. E em 1913 regressava a Lourenço Marques, mandado pelo Governador-Geral de Angola, supostamente por ordem do próprio ministério. E foi sibilamente recebido: «como se sabe foi este um dos rapazes que trabalhou e conseguiu formar entre nós o grupo carbonário para defesa da República que tão maus bocados fez passar aos talassas cá da terra. Ele aí está, e dirá da sua justiça quando a ocasião se lhe proporcionar, para esclarecimento de factos que para bem de todos ainda precisam de ser aclarados. Era José Estêvão a única vítima dos safardanas que Azevedo e Silva tinha a soldo que nos faltava, e já que veio, aqui lhe damos as boas vindas»⁽²⁴⁾. No mínimo, havia suspeitas no ar, provocadas pela carta de Aragão e Melo. Mas, em Junho de 1915, surge o semanário *O Ferrovário* e abre-se uma polémica azeda entre este e *O Germinal*. Zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades, e o que é certo é que, girando a polémica à volta de ataques pessoais, a breve trecho o papel de José Estêvão no desmantelamento da Carbonária vem à baila. Foi o caso de *O Germinal*, ao acusar *O Ferrovário* de estar a ser o auxiliar

de um «*complot* dos tartufos da Imprensa Nacional», afirmar liderar esta mancumunação «*aquele célebre chefe* de uma carbonária que aí existiu em fins de 1910 e princípios de 1911 — José Estêvão — esse judas que traiu os seus companheiros depois de os haver comprometido!»⁽²⁵⁾

NOTAS

- (1) *Os Simples*, 17/Agosto/1911.
- (2) *O Incondicional*, 29/Dezembro/1910: A Carbonária, na Metrópole, continua vigilante; «aqui, nesta cidade, alguma coisa se fez neste sentido meses antes da proclamação da República e agora, pelo vistos, mais urgente se torna recomençar. O seguro morreu de velho».
- (3) *Os Simples*, 25/Agosto/1911. Alusão a Paulino Santos Gil, como se verá.
- (4) Vidé V. Pulido Valente, *O PODER E O POVO*. Lisboa, 1976, págs. 86 e 93.
- (5) O tenente Aragão e Melo, na altura governador de Tete, em visita de trabalho a Lourenço Marques, confirmaria tudo isso em carta publicada mais tarde in *O Incondicional*, 22/Janeiro/1913: «A Carbonária era o espectro do Palácio da Ponta Vermelha (...) As queixas contra a Carbonária eram constantes; os pedidos de protecção para as ameaças dos carbonários repetiam-se; a polícia informava o Governo de que elementos avançados eram os causadores daquela agitação...»
- (6) *Os Simples*, 4/Março/1913. Do comício, que se realizou a 20 de Fevereiro de 1911, à noite, saiu um pequeno grupo de «ultra-republicanos» e destruiu as oficinas de *O Progresso* e de *Vida Nova* que, não obstante serem jornais republicanos, defendiam o regresso a Moçambique do antigo governador monárquico, Freire de Andrade. O mesmo grupo atacou a casa de Solippa Norte, onde estava arrecadada a tipografia em que se compunha o *Despertar*, este monárquico. A polícia só apareceu após os desacatos e o Comissário demitiu-se.

Lourenço Marques Guardian, 23/Fevereiro/1911 e A.N.E.U., Vice-Cônsul para Secretário de Estado, 24/Fevereiro/1911. Uma bomba veio a explodir junto do Palácio do Governador num dos primeiros dias de Abril, houve alguma excitação na cidade mas a situação não tinha a gravidade que se dizia em jornais europeus. Idem, 15/Maio/1911.

- (7) Carta de Aragão e Melo, citada.
- (8) 9/Agosto/ 1911.
- (9) 15/Outubro/1911.
- (10) «Anda coisa no ar (...) Há dois meses que principiaram a circular boatos terroristas: conspirações, bombas, o diabo! Terríveis dinamistas haviam ficado sem dedos nas experiências dos petardos, aí para os lados da Polana...»
- (11) 17/Abril/1911.
- (12) 5/Junho/1911.
- (13) *Os Simples*, 30/Julho/ 1911. E o almanaque *O Africano*, vol. 6, 1914 e vol. 7, 1915.
- (14) *Os Simples*, 9/Agosto/ 1911.
- (15) Santos Gil, em carta de resposta a Aragão e Meio, diria que quando o Governador-Geral o chamou já dispunha da lista com os nomes dos carbonários; que nunca fora carbonário; e que os artigos no *Intransigente* a defender a Carbonária, eram da sua autoria. *O Africano*, 23/Janeiro/1913.
- (16) *Os Simples*, 2/Novembro/1911.
- (17) Idem, 7/Dezembro/1911.
- (18) Almanaque *O Africano*, vol. 6, 1914, pág. 124.
- (19) Sobre as características desta associação de classe, vide capítulo próprio.
- (20) Alfredo Pereira de Lima, *HISTÓRIA DOS CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE*, 1 vol., 1971, págs. 219 e segs.
- (21) *Os Simples*, 26/Janeiro/1912.
- (22) *O Germinal*, 1/Agosto/1916. Segundo Aragão e Melo, a reunião dos governadores destinou-se a insuflar energia ao Alto Comissário titubeante. E os tidos e havidos como responsáveis eram líderes republicanos, Santos Gil em primeiro lugar, e não os carbonários.

- (23) *Vida Nova*, 18/Abril/1908.
- (24) *Os Simples*, 16/Agosto/1913.
- (25) *O Germinal*, 19/Outubro e 9/Novembro/ 1915. Em *Os Simples* de 25/Julho/1913 anunciava-se a publicação, para breve, de *A Carbonária de Lourenço Marques*. Não conseguimos apurar se efectivamente se publicou.

O CENTRO SOCIALISTA .11

O Centro Socialista de Lourenço Marques, filiado no Partido Socialista Português, aparece designado na imprensa de formas diversas, sendo a mais frequente a de Centro Socialista Revolucionário, seguida da de Centro Socialista. No entanto é esta última a que consta dos documentos próprios.

O Centro Socialista estava em organização na segunda metade do ano de 1911⁽¹⁾. Ter-se-ia resolvido que o «Centro Operário» passasse a designar-se por «Centro Socialista», guiando-se este pelo programa do Partido Socialista Português e obedecendo às resoluções do seu Conselho Central, em Lisboa. Não temos notícia do «Centro Operário» referido e a «Confederação Operária», existente na mesma data, manteve-se de pé até anos mais tarde.

Quanto à influência de Fortunato do Rego na fundação do Centro não poderão subsistir muitas dúvidas, dado o facto de ele, desde sempre militante socialista em Lisboa, ter permanecido como tal uma vez em Moçambique e ter sido eleito 1.º secretário da primeira Direcção eleita.

Que o Centro Socialista se destinava, se não exclusiva, pelo menos prioritariamente aos operários, releva do facto de a comissão organizadora ter manifestado a intenção de junto deles intensificar a propaganda no sentido de obter a sua adesão.

Os Simples de 29 de Setembro de 1911 iniciava a publicação do programa do Partido Socialista Português, acrescentando-lhe a lista dos «jornais propagadores do ideal socialista». O semanário de Lourenço Marques encerrava o elenco, de que faziam parte jornais de Lisboa, Setúbal, Porto, Viseu e Funchal. Mas isso não significava que *Os Simples* estivessem a declarar-se como jornal partidário pois, na edição de 18, prevenia que não obstante a fundação do Centro seguiria «o seu rumo, como até aqui, sem compromissos de espécie alguma».

A fundação do Centro Socialista terá sido, por outro lado, a primeira reacção organizada dos trabalhadores contra os republicanos locais, dada a inércia destes perante o desmantelamento da Carbonária local e a perseguição e prisão dos carbonários. O silêncio do Centro Republicano Couceiro da Costa foi publicamente denunciado⁽²⁾. Um «operário socialista» foi mais longe e acusou o Partido Republicano de atraí-lo por completo a sua missão histórica e os seus compromissos para com o povo. A missão do Partido Socialista seria, pois, a de «atacá-lo com rigor e energia»⁽³⁾.

Em Novembro já havia correspondência do Conselho Central do Partido, de Lisboa, para o Centro ainda em organização.

Em Março do ano seguinte estavam a ser aprovados os estatutos, dos quais constava não poderem pertencer ao Centro indivíduos filiados em qualquer outro partido político. Logo a seguir foram eleitos os primeiros corpos gerentes, com uma assembleia-geral e uma comissão administrativa. Faziam parte da comissão administrativa: presidente, Dr. Jayme Ribeiro; 1.º secretário, António Fortunato do Rego; 2.º secretário, Manuel Arnaldo da Silva; tesoureiro, João Gomes do Nascimento e vogal, Silvério Serra⁽⁴⁾. Em meados do mesmo ano o Dr. Jayme Ribeiro tinha retirado para a Metrópole e houve novas eleições, passando Fortunato do Rego para presidente da Comissão Administrativa. Pela mesma altura era noticiado que prosseguia o trabalho das comissões na propaganda do ideal socialista em Moçambique e que aumentava o número de inscrições.

A 17 de Outubro, em assembleia-geral, foi deliberado que o Centro concorresse às próximas eleições municipais, e ali nomeada uma comissão para tratar do recenseamento e proclamada a seguinte moção, não só curiosa como reveladora da ideologia que animava estes socialistas: «A assembleia coerente com os princípios socialistas que vantajosamente se difundem e tomam corpo em todo o orbe terrestre; a assembleia partidária da emancipação dos proletários pelo advento do Socialismo, resolve caminhar para o *quarto estado*, convencida de que só este lhe trará as suas justíssimas reivindicações pela conquista imediata das Paróquias, dos Municípios e dos Parlamentos, até hoje nas mãos, quase totalmente, do seu maior e natural inimigo — *O Capital* — acolitado por quantos vivem parasitando à custa do *Trabalho*, que detestam e repelem como causa só própria do *Canalha*.

«Avante, pois, e à urna pela palavra, pelo facto e pela revolução... das consciências, no caminho da evolução social, para a socialização da riqueza, do trabalho, da autoridade... moral sem o que continuaremos a servir de carne de canhão aos nossos exploradores de ontem, de hoje e de amanhã».

Além do mais, era a reposição, em plena África, do discurso típico europeu, mais uma vez ignorando a especificidade colonial.

A lista do Centro para a eleição camarária, conforme o que foi deliberado na Assembleia, era preenchida pelos trabalhadores seguintes: António Fortunato do Rego, condutor de trens; Joaquim Gomes dos Santos, carpinteiro; Adriano Moraes de Castro, impressor tipográfico; Manuel Arnaldo da Silva, tipógrafo e João dos Santos Valentim, pedreiro.

O Centro Republicano Couceiro da Costa também anunciara o concurso às eleições e quando, logo a seguir, surgiu o manifesto eleitoral do Centro Socialista, já havia uma coligação dos Centros Republicanos e Socialistas. Da mesma forma, os trabalhadores eram incitados a votar na lista da coligação, devendo os seus nomes «merecer inteira confiança porque entre eles há homens que tiveram por universidade o Templo do Trabalho»⁽⁶⁾. A lista era então encabeçada pelo engenheiro João Tamagnini de Sousa Barbosa, presidente, que obteve 251 votos. Seguiam-se Manuel José de Sousa Amorim, tipógrafo, que recolheu 128 votos; J. A. dos Reis, oficial da marinha mercante, com 127 votos; Francisco Xavier da Silva, proprietário, com 126 e Santos Vidago, comerciante, com 100⁽⁷⁾. Não só Fortunato do Rego deixara de fazer parte da lista como apenas um trabalhador foi eleito como efectivo. O que demonstra cabalmente todo o idealismo do conteúdo da moção.

Mas, apesar deste evidente recuo na tática eleitoral, o Centro mantinha-se animado e em actividade. Continuavam a afluir as inscrições, anunciava-se uma série de conferências e o Centro teve delegados a representá-lo no Congresso da Região Sul do Partido Socialista Português⁽⁸⁾. A 12 de Dezembro Sousa Amorim foi eleito presidente da Assembleia-Geral. Mantinham-se os contactos com a sede do Partido e o Centro apoiava a iniciativa tomada na Suíça, por congressistas camaradas, de um «enérgico movimento» a desenvolver contra a guerra⁽⁹⁾.

A 10 de Janeiro do ano seguinte realizou o Centro Socialista o que Os *Simples* chama de «uma brilhante festa» e cuja notícia apresentada com

grande relevo, na primeira página, é intitulada de «Fundação do Partido Socialista»⁽¹⁰⁾. A tónica dos discursos proferidos por Sousa Amorim, Fortunato do Rego, Manuel Gomes dos Santos e Manuel Arnaldo da Silva incidiu sobre a emancipação dos trabalhadores. Como nota inédita, a intervenção de uma mulher, Florinda Gonçalves Rego, que evocou Fontana e Antero de Quental, depois do que atacou o problema da prostituição nas suas causas⁽¹¹⁾.

Em Março, foi comemorada a Comuna de Paris.

Nesse ano foi o Centro que decidiu dar um novo sentido às comemorações do 1.º de Maio. Até aí faziam-se festas mais ou menos folclóricas. Tomando a iniciativa, os socialistas procuram transformá-las numa jornada reivindicativa⁽¹²⁾.

A 21 de Fevereiro de 1914 terá surgido a Juventude Socialista Antero de Quental, conforme foi anunciado, que se apresentou numa sessão solene realizada no Instituto Goano. Festejava-se, ao mesmo tempo, o reconhecimento do Partido Socialista pelo Bureau Internacional. Entre outros, foi oradora na sessão Florinda do Rego⁽¹³⁾.

No último trimestre desse ano as preocupações do Centro iam para a crise económica que se atravessava e para a organização das classes trabalhadoras⁽¹⁴⁾. A actividade de Fortunato do Rego faz-se sentir na Confederação Operária.

Em Maio de 1915 apareceu *O Germinal* a apoiar abertamente o candidato do Centro Republicano Couceiro da Costa às eleições para deputados, o dr. Alfredo de Magalhães, que era sócio honorário do Centro Socialista. Este apresentava como candidato a senador, o pedreiro Constantino Martins, em quem o jornal recomendava o voto por igual, mas sem dedicar a este os espaços que reservava para a propaganda daquele. No entanto, o Centro vivia uma hora de fraqueza e mesmo de falta de convicção, pois era certo «que o Partido Socialista está fraco nesta cidade, e o motivo, em grande parte, é devido à instabilidade dos colonos»⁽¹⁵⁾. O Centro recomendava o voto de todos os socialistas de Moçambique, para os senadores, no seu candidato, e para deputados deixava livre a escolha. Constantino Martins obteria 31 votos contra 852 do eleito, Dr. António Campos. Para deputados foram eleitos o eng.º João Tamagnini Barbosa com 1467 votos e o dr. Alfredo de Magalhães com 1348⁽¹⁶⁾.

No ano seguinte o definhamento da secção local do Partido Socialista era um facto confirmado, que foi atribuído às sequelas locais das cisões verificadas em Portugal⁽¹⁷⁾. Mas o Centro continuava organizado e a reunir regularmente. As questões de trabalho continuavam a ser as preocupações principais dos seus dirigentes. O relatório da Direcção, apresentado à Assembleia de 20 de Abril, recrimina «aqueles que pela capacidade e treino nas lides associativas nada fizeram e ainda levaram aos estertores da agonia o Centro Socialista»⁽¹⁸⁾. Remoque para Fortunato do Rego que parece ter sido um temperamento difícil, a cada passo levantando conflitos no meio dos trabalhadores. O seu nome deixa de aparecer no elenco dos corpos gerentes e em 1914 já ele estava afastado porque foram sugeridas diligências no sentido de se obter o seu regresso.

As divergências e mesmo a divisão no meio dos trabalhadores foi um facto com o Congresso das Classes Trabalhadoras da Província de Moçambique, realizado em 1915, de que Fortunato do Rego foi o promotor, mas cujas posições foram por igual o *pivot* da discórdia aí gerada. Nos finais de 1916, ele e Sousa Amorim estavam em polémica pública, nas páginas de *O Germinal*, e o último acusava abertamente o primeiro de causador da decadência do Centro⁽¹⁹⁾.

A mobilização militar provocada pela guerra atingiu membros da Direcção do Centro, de tal maneira que foi necessária uma assembleia extraordinária, a 13 de Junho de 1916, para os substituir.

Bem ou mal, o Centro Socialista foi subsistindo, pois em 1920 projectava a fundação de uma cooperativa. Por outro lado, queixava-se de que os socialistas filiados estavam a ser perseguidos nas repartições públicas⁽²⁰⁾. O Centro continuava a comemorar a Comuna de Paris, abria no mesmo ano um núcleo em Ressano Garcia e anunciava adesões na Beira. O núcleo de Ressano Garcia teve a iniciativa de pôr em funcionamento uma aula nocturna para os associados e filhos, tendo-se matriculado «muitos dos nossos companheiros de Inhambane, os quais deram também a sua adesão ao Núcleo Socialista». Os livros adoptados eram os da instrução primária e todos os livros de propaganda social⁽²¹⁾.

Em Junho, o Centro deliberou disputar a eleição suplementar para um lugar de deputado, vago pela renúncia do representante de Moçambique no Parlamento. O candidato escolhido foi António Fortunato do Rego

por ser «um trabalhador incansável, que apesar da sua tão avançada idade ainda tem a energia suficiente para se defrontar com as classes opressoras defendendo as classes trabalhadoras». O Centro parecia não se sentir muito à-vontade na posição eleitoralista que tomava. Avançava, por isso, com o esconjuro de «qualquer colaboração com a burguesia». E esclarecia que a sua resolução era a de «concorrer ao acto eleitoral como meio de luta tendente a enfraquecer dia a dia o predomínio de uma classe sobre outra».

Sucedeu entretanto a greve ferroviária que pretextou a declaração do estado de sítio em Lourenço Marques, e a deportação de vários trabalhadores, entre os quais a de Fortunato do Rego. A candidatura deste passou a ser apresentada como a maneira de «arrancar um deportado às garras burguesas». Era o que se dizia num manifesto arrebatado do Centro onde, em clara alusão à derrota dos trabalhadores na greve, se começava por afirmar que «esfoguei para aí os arraiais burgueses o seu júbilo desmarcado pela derrota dos ferroviários». Para obstar ao «predomínio burguês e capitalista» era necessário a reacção de todos os trabalhadores, nomeadamente com uma ida maciça às urnas, a favor do candidato do Centro.

A 19 de Setembro realizaram-se as eleições que, em Lourenço Marques, foram ganhas pelo Dr. Jayme Ribeiro, com 105 votos, tendo votado no candidato socialista 99 eleitores. Na Beira, Rego colheu 30 votos.

As eleições, com a cidade em efervescência e em estado de fora de lei devido à greve ferroviária, não podiam considerar-se regulares. Foram repetidas e Fortunato do Rego ganhou-as. Na previsão de que uma vitória eleitoral socialista levaria os adversários no poder a anulá-las, os tipógrafos da Imprensa Nacional imprimiram as listas de Fortunato do Rego em papel legal e as dos rivais em papel ilegal. A seguir, reclamaram a anulação das listas adversárias em Lourenço Marques, Xai-Xai e na Beira, com aquele fundamento. Apesar disso, os resultados eleitorais foram uma desilusão, pois que os socialistas acreditavam dispor de mais de 160 partidários em Lourenço Marques, quantos votaram no seu candidato: «se supuséssemos ter apenas 160 partidários, abandonaríamos o campo. Nem este jornal poderia ter vivido a vida desafoçada que tem vivido. Sentimo-nos fortes com cinco centenas, pelo menos, de partidários nossos, em toda a Pro-

víncia». O jornal admitia como partidários os «socialistas de Estado», os «socialistas», «sindicalistas» e «socialistas comunistas».

De novo convocados os colégios eleitorais para 10 de Junho, pela dissolução do Parlamento, os socialistas de Lourenço Marques desistiram de concorrer. Não aceitando coligações, o «número elevado de prosélitos» de que dispunham em Moçambique não era suficiente para o Partido Socialista eleger um deputado. Aconselhavam as classes trabalhadoras a abster-se. Faustino da Silva, em editorial de *O Emancipador*, apresentava as verdadeiras razões da abstenção, contrapondo-as à alegação dos políticos burgueses que acusavam os socialistas de fugirem a um fracasso. Considerava tal luta improfícua, tanto mais que não estavam esquecidas as imoralidades praticadas nos últimos actos eleitorais. Em Lourenço Marques, Beira, Xai-Xai, os Socialistas ainda poderiam obter resultados aceitáveis. Mas em Moçambique, Porto Amélia e Ibo até votava quem não existia. Para meterem um deputado no Parlamento, os socialistas teriam que «abdicar da sua intransigência contra a colaboração de classes» e esquecer agravos contra os trabalhadores. Ora não podiam passar sobre «a perseguição acintosa que o democratismo exerceu contra a organização operária desde 1913 para cá», não podiam esquecer «que esta República é dirigida por partidos políticos que amnistiam monárquicos revolucionários e que conservam nas prisões operários contra os quais se não formou culpa!» E não podiam desconhecer o tratamento dado aos trabalhadores aquando da última greve ferroviária.

Isto é, a coligação eleitoral só seria possível com os republicanos e destes estavam bem agravados os trabalhadores. Tudo isto é verdade, mas também é certo que sendo embora estes princípios repetidamente afirmados, tão depressa o eram como logo a seguir se esqueciam para dar lugar a uma tática eleitoralista que só foi abandonada após fracassos sucessivos à boca das urnas.

A prová-lo está ainda o facto de logo após o acto eleitoral de 21 de Agosto ter *O Emancipador* aparecido a execrar o que diria serem, então, os dois moribundos socialistas de Lourenço Marques e a distanciar-se do Partido Socialista Português. O jornal parecia tentar entrar numa nova fase, reivindicando a sua independência e tentando «uma definição de ideias e de atitudes» sobre que, possivelmente, viria a exercer influência a recente organização do Partido Comunista Português.

Quanto ao acto eleitoral, há o ineditismo do aparecimento do Partido Nativista, cujo candidato arrecadou débil votação, o que levou o jornal operário a comentar «que nem com a revogação eleitoral da portaria da assimilação se soube afirmar, o que prova o atraso social e a ignorância dos nativos em questões morais que directamente lhe interessam».

O Partido Socialista acabaria os seus dias, em Lourenço Marques, por essa mesma altura. No que teve grande influência o destino da sua matriz metropolitana. As cisões e a ineficácia eleitoral dos socialistas metropolitanos tiveram uma grande repercussão nos pares moçambicanos, também eles divididos e descrentes. O Congresso Nacional do Partido, realizado em Lisboa em Outubro de 1920, ainda parecia acreditar na revitalização e poder obtê-la através dos seus militantes nas colónias. Era nesse sentido que o secretário do Partido para a África apelava para o Centro de Lourenço Marques.

Mas os socialistas de Moçambique não deram mais sinais de vida. Anos mais tarde, em 1927, Raul Neves Dias, fazendo a história de *O Emancipador*, diria que «há oito anos, mais mês menos mês, esse Centro (Socialista) como se o insuflar vida a um organismo novo lhe exaurisse as energias, morreu, deixando de si, como única célula de vida — *O Emancipador*».

Em 1925 estava a constituir-se em Lourenço Marques um Centro de Esquerda Democrática. Herdeiro do Centro Socialista? Versão moçambicana do Partido Comunista Português? Não encontramos qualquer outra notícia sobre tal Centro.

NOTAS

- (1) *Os Simples*, 5/Setembro/1911.
- (2) Idem, 18/Setembro/1911.
- (3) Idem, 29/Setembro/1911.
- (4) Idem, 6/Março/ e 28/Março/1912.
- (5) Idem, 30/Outubro/1912.
- (6) *O Proletário*, 2/Novembro/1912.
- (7) *Os Simples*, 14/Novembro/1912.
- (8) *O Proletário*, 2/Novembro/1912.
- (9) *Os Simples*, 20/Dezembro/1912.
- (10) Trata-se da comemoração do 38.º aniversário da fundação do Partido Socialista Português. *O Incondicional*, 8/Janeiro/1913.
- (11) *Os Simples*, 15/Janeiro/1913.
- (12) *O Incondicional*, 3/Maio/1913 e A.H.M., Avulsos da C.M..
- (13) *O Africano*, 18/Fevereiro/1914.
- (14) *O Germinal*, 6/Outubro e 1/Dezembro/1914.
- (15) Idem, 17/Agosto/1915.
- (16) Idem, 31/Agosto/1915.
- (17) Idem, 18/Janeiro/1916.
- (18) Idem, 25/Abril/1916.
- (19) Idem, 12/Dezembro/1916.
- (20) *O Emancipador*, 14/Fevereiro/1920.
- (21) Idem, 13/Março/1920.

12. O GRUPO LIBERTÁRIO FRANCISCO FERRER

A primeira manifestação pública de libertários em Moçambique que detectamos data de 1909, sob a forma de publicação do número único de *Pró-Mártir*, dedicado a Francisco Ferrer y Guardia, pedagogo e libertário, fuzilado em Espanha em 13 de Outubro do mesmo ano⁽¹⁾. Foi do património espiritual de Francisco Ferrer que os libertários de Moçambique se reclamaram durante muito tempo. Os jornais operários *Os Simples* e *O Germinal* invocaram frequentemente a memória do libertário espanhol. Uma proclamação do primeiro destes semanários, a toda a largura da primeira página, a 1 de Maio de 1911 e a propósito da efeméride, era subscrita pelo Grupo Libertário Francisco Ferrer.

O facto de o grupo de *Os Simples* se reclamar do mesmo patrono, e outros indícios, levam a crer na preponderância de libertários nesse jornal.

No mesmo ano, um artigo de José Loureiro Aguiar, sob o título «A Hora Aproxima-se», afirmava redondamente que «o partido do povo chama-se anarquismo...» O número 2 de *O Germinal* de 13 de Outubro de 1914 dedica metade da primeira página ao aniversário da morte de Francisco Ferrer.

Um ano passado e os libertários voltam a dar sinal de vida. E devem ter-se mantido, se não organizados, pelo menos em contacto. Reuniram a 18 de Agosto de 1915 para tratarem da «situação actual». Abriram inscrições para ingresso de libertários no «grupo». Deliberaram alhear-se de todos os assuntos de carácter político, mas apoiar as manifestações iniciadas por elementos políticos quando tivessem carácter «liberal». Decidiram-se a trabalhar, na medida das suas forças, no sentido de os elementos reacçãoários serem imediatamente expulsos da Província. E esforçar-se por que fosse extensiva às colónias a lei dos acidentes de trabalho e a lei de imprensa. Ainda promover reuniões de protesto contra a carestia de

vida⁽²⁾. Parece ter sido este o grupo que se denominou de «Ressurgir» e que reunia às quintas-feiras em «hora e local do costume». O secretário e certamente seu animador era o electricista dos guindastes da ponte-cais F. Carlos Pereira. O grupo propunha-se pugnar pelas liberdades públicas e pelas reivindicações proletárias.

A presença dos libertários em Lourenço Marques foi marcada e assinalada ainda pela designação dada à actual Rua da Mesquita que foi, durante muito tempo, a de Francisco Ferrer.

NOTAS

- (1) Ilídio Rocha, *CATÁLOGO...*, cit., pág. 141.
- (2) *O Germinal*, 24/Agosto/1915.

BIBLIOGRAFIA

A pesquisa para este trabalho só foi possível graças à boa vontade e às facilidades de trabalho encontradas junto da Direcção do Centro de Documentação e Informação de Moçambique (CEDI-MO), que dispõe de uma bem apetrechada biblioteca respeitante à História de Moçambique. E ao acolhimento que me foi dispensado no Arquivo Histórico de Moçambique, cuja Direcção é um verdadeiro exemplo de dedicação, competência e interesse pela riqueza documental de que Moçambique dispõe. Só o espírito de bem servir da parte destas entidades tornou possível a investigação que se fazia mister, nomeadamente na imprensa, de acesso não fácil, pois o que dela resta, e após uma primeira recolha e organização no tempo colonial, só agora está a merecer a atenção do Arquivo Histórico de Moçambique. Mas as colecções mais completas e aproveitáveis ainda são as da Biblioteca Nacional de Lisboa, que já manifestou a disposição de facultar a Moçambique quer existências excedentárias quer reproduções do acervo à sua guarda.

Lidando com material na quase totalidade ainda por classificar, foram preciosas a ajuda recebida e as facilidades proporcionadas ao longo de mais de três anos pelos responsáveis e funcionários do CEDIMO e do Arquivo Histórico de Moçambique, sem o que este trabalho não teria sido possível.

As indicações de Jean Panvenne relativamente à documentação existente nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos com interesse para a História de Moçambique foram de grande préstimo.

FONTES

Arquivo Histórico de Moçambique

— Papéis Avulsos da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Pastas, não numeradas: «Congresso Operário», «Confederação Operária» e «Centro Socialista».

— Papéis Avulsos da Casa dos Trabalhadores. Pastas, não numeradas, referentes à União dos Trabalhadores de Moçambique e das Associações de Classe do Pessoal do Porto

e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, dos Operários da Construção Civil e dos *Chauffeurs* da Província de Moçambique.

— Papéis Avulsos da Direcção do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques.

— Caixas 357 e 358, Direcção dos Serviços de Administração Civil, Diversos.

Arquivos Nacionais dos Estados Unidos

Fundo do Departamento de Estado relativo aos negócios internos de Portugal, 1910-1929.

Microcópia n.º 705, rolos 30, 31, 32 e 33 referentes à «África Oriental Portuguesa».

Periódicos

Africano (O), Lourenço Marques, 1909, 1911, 1913, 1914-1919.

Boletim do Governo Geral da Província de Moçambique, 1890-1911.

Boletim Oficial da Província de Moçambique, 1911-1926.

Boletim Oficial da Colónia de Moçambique, 1927.

Brado Africano (O), Lourenço Marques, 1919-1927.

Clamor Africano, Quelimane, 1892-1894.

Correio da Beira, 1894.

Correio de Lourenço Marques (O), 1925-1926.

Emancipador (O), Lourenço Marques, 1919-1937.

Era Nova, Lourenço Marques, 1910-1911.

Futuro (O), Lourenço Marques, 1907.

Germinal (O), Lourenço Marques, 1914-1918.

Graphyco (O), Lourenço Marques, 1911.

Grupo Desportivo 1.º de Maio, Boletim Comemorativo do XXXIX Aniversário, Lourenço Marques, 1956.

Ideal (O), Lourenço Marques, 1901 e 1902.

Incondicional (O), Lourenço Marques, 1910-1920.

Jornal do Comércio, Lourenço Marques, 1904 e 1905.

Lourenço Marques Guardian, 1905.

Notícias, Lourenço Marques, 1926-1927.

Progresso (O), Lourenço Marques, 1902-1907.

Proletário (O), Lourenço Marques, 1912.

Simples (Os), Lourenço Marques, 1911-1913.

Vida Nova, 1907-1910.

Algumas Obras Consultadas

- ALMEIDA, Americo Chaves de — *O PROBLEMA DA ÁFRICA ORIENTAL PORTUGUESA*.
I. *A RUÍNA DE MOÇAMBIQUE*, Lisboa, 1932.
II. *A RESTAURAÇÃO DE MOÇAMBIQUE*, Lisboa, 1932.
- BAPTISTA, Jacinto — *SURGINDO VEM AO LONGE A NOVA AURORA... PARA A HISTÓRIA DO DIÁRIO SINDICALISTA A BATALHA/1919-1927*, Lisboa, 1977:
- CAPELA, José — *A BURGUESIA MERCANTIL DO PORTO E AS COLÓNIAS*, Porto, 1975.
— *AS BURGUESIAS PORTUGUESAS E A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO DA ESCRAVATURA, 1810-1842*, Porto, 1979.
- FONSECA, Carlos da — *HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DAS IDEIAS SOCIALISTAS EM PORTUGAL, 1— CRONOLOGIA*, Lisboa, s/d.
- LIMA, Alfredo Pereira de — *HISTÓRIA DOS CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE*, I, Lourenço Marques, 1971.
- LOBATO, Alexandre — *LOURENÇO MARQUES, XILUNGUÍNE, BIOGRAFIA DA CIDADE*, Lisboa, 1970.
- MIÉGE, Jean Louis — *EXPANSION EUROPÉENNE ET DÉCOLONISATION DE 1870 A NOS JOURS*, Paris, 1973.
- OLIVEIRA, César — *O SOCIALISMO EM PORTUGAL 1850-1900*, Porto, 1973.
- PAIXÃO, Braga — *CEM ANOS DO BANCO NACIONAL ULTRAMARINO NA VIDA PORTUGUESA 1864-1964*, 4 vols., Lisboa, 1964.
- QUATRO CENTENÁRIOS EM MOÇAMBIQUE 1854-1954*, Lourenço Marques, 1954.
- ROCHA, Ilídio — *CATÁLOGO DOS PERIÓDICOS E PRINCIPAIS SERIADOS EDITADOS EM MOÇAMBIQUE 1854-1975*, Maputo, 1980.
- VALENTE, V. Pulido — *O PODER E O POVO*, Lisboa, 1976.

